



**Universidade Federal do Pampa**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS  
ECONÔMICAS**

**Santana do Livramento**

**2023**

**Reitor:** Roberlaine Ribeiro Jorge  
**Vice-Reitor:** Marcus Vinicius Morini Querol  
**Pró-Reitora de Graduação:** Shirley Grazieli da Silva Nascimento  
**Pró-Reitor Adjunto de Graduação:** César Flaubiano da Cruz Cristaldo  
**Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação:** Fábio Gallas Leivas  
**Pró-Reitor de Extensão e Cultura:** Paulo Rodinei Soares Lopes  
**Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários:** Carlos Aurélio Dilli Gonçalves  
**Pró-Reitor de Administração:** Fernando Munhoz da Silveira  
**Pró-Reitora de Planejamento e Infraestrutura:** Viviane Kanitz Gentil  
**Pró-Reitor de Gestão de Pessoas:** Edward Frederico Castro Pessano  
**Procurador Educacional Institucional:** Michel Rodrigues Iserhardt  
**Diretor do Campus:** Alexandre Vicentini Xavier  
**Coordenador Acadêmico:** Fernando Pedro Meinero  
**Coordenador Administrativo:** João Timóteo de los Santos  
**Coordenador do Curso:** André da Silva Redivo  
**Coordenadora Substituta:** Lucélia Ivonete Juliani  
**Chefe da Secretaria Acadêmica:** Denis Jeferson Pereira Cobas  
**Chefia Local de Biblioteca:** Amanda Juliana Kramer Arruda

#### **NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO:**

Lucélia Ivonete Juliani (Presidente)  
Patrícia Eveline dos Santos Roncato (Secretária)  
Alessandra Troian  
André da Silva Redivo  
Altacir Bunde  
Carlos Hernán Rodas Céspedes  
Mauro Barcellos Sopeña

#### **NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (NUDE) E NÚCLEO DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE (NINA)**

Alan Silva Carvalho – Assistente Social  
Caren Rossi – Técnica em Assuntos Educacionais  
Mariana Pereira Castro Figueira – Tradutora e Intérprete de LIBRAS e Interface do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA)  
Ruth Pereira Castro – Pedagoga  
Taíse Gomes dos Santos Cá - Tradutora e Intérprete de LIBRAS

#### **DOCENTES DO CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO**

Dr. Alcívio Vargas Neto	Dr. Altacir Bunde
Dra. Alessandra Marconatto	Dra. Ana Luisa de Souza Soares
Dra. Alessandra Troian	Dr. André da Silva Redivo
Dr. Alexandre Vicentine Xavier	Dra. Andressa Hennig Silva

Dra. Angela Quintanilha Gomes  
Dra. Anna Carletti  
Ma. Bibiana Giudice da Silva Cezar  
Me. Bruno Mello Correa de Barros Beuron  
Dr. Carlos Hernan Rodas Cespedes  
Dra. Carmela Marcuzzo do Canto Cavalheiro  
Dra. Carolina Freddo Fleck  
Me. Cesar Augustus Techemayer  
Ma. Cristiane Ferreira de Souza Araujo  
Dr. Daniel Gomes Mesquita  
Dra. Daniela Vanila Nakalski  
Dra. Debora Nayar Hoff  
Dra. Deisemara Turatti Langoski  
Dr. Diego Alan Schofer Albrecht  
Ma. Elisangela Gelatti  
Dra. Fabiane Tubino Garcia  
Dr. Fabio Regio Bento  
Dr. Felipe Gomes Madruga  
Dr. Fernando Pedro Meinero  
Dra. Flaviani Souto Bolzan Medeiros  
Dr. Flavio Augusto Lira Nascimento  
Dr. Guilherme Howes Neto  
Me. Gustavo Segabinazzi Saldanha  
Dr. Igor Baptista de Oliveira Medeiros  
Dra. Isabela Braga da Matta  
Dr. Jair Pereira Coitinho  
Dr. Jazam Santos  
Dr. Jeferson Luis Lopes Goularte

Dr. Joao Garibaldi Almeida Viana  
Dr. Joao Paulo Rocha de Miranda  
Dra. Julia Bagatini  
Dra. Kamilla Raquel Rizzi  
Dra. Kathiane Benedetti Corso  
Dra. Katiuscia de Fatima Schiemer Vargas  
Dra. Laura Alves Scherer  
Dra. Leticia Britto dos Santos  
Dra. Lucelia Ivonete Juliani  
Dr. Luiz Edgar Araujo Lima  
Dr. Marcel Jaroski Barbosa  
Dr. Marcelo Mayora Alves  
Ma. Margarete Leniza Lopez Goncalves  
Dr. Mauro Barcellos Sopena  
Dra. Mygre Lopes da Silva  
Dra. Nathaly Silva Xavier Schutz  
Dra. Patricia Eveline dos Santos Roncato  
Dr. Paulo Vanderlei Cassanego Junior  
Dr. Rafael Balardim  
Dr. Rafael Camargo Ferraz  
Dr. Rafael Vitoria Schmidt  
Dr. Renato Jose da Costa  
Dr. Rodrigo Alexandre Benetti  
Dr. Sebastiao Ailton da Rosa Cerqueira Adao  
Dra. Silvia Amelia Mendonca Flores  
Dr. Thiago Antonio Beuron Correa de Barros  
Dra. Vanessa Dorneles Schinke  
Dra. Vanessa Rabelo Dutra

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Santana do Livramento no Rio Grande do Sul	19
Figura 2 - Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES)	23
Figura 3 - Linha divisória entre Brasil e o Uruguai, visão do Parque Internacional, à direita Santana do Livramento - BR, à esquerda Rivera - ROU.	29
Figura 4 - Grandes Blocos de CCCGs do Curso de Ciências Econômicas	72

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - <i>Campi</i> da Unipampa e Regiões Administrativas e Geográficas	21
Quadro 2 - Instituições de Ensino Superior presentes na Cidade de Sant'Ana do Livramento, RS em 2020	26
Quadro 3 - Indicadores Socioeconômicos de Santana do Livramento e do Rio Grande do Sul para os anos de 2010 e 2017	31
Quadro 4 - Dados do Curso	37
Quadro 5 - Distribuição Horária Total do Curso	41
Quadro 6 - Matriz Curricular	58
Quadro 7 - Estrutura Curricular	60
Quadro 8 - Estrutura do Currículo	62
Quadro 9 - Pré-requisitos do Curso	63
Quadro 10 - Componentes Curriculares Complementares de Graduação	68
Quadro 11 - Coordenação do Curso	193
Quadro 12 - Membros do NDE	194
Quadro 13 - Docentes do Curso	196
Quadro 14 - Espaços disponíveis no <i>campus</i>	200

## SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO	5
APRESENTAÇÃO	7
1 CONTEXTUALIZAÇÃO	10
<b>1.1 Contextualização da Unipampa</b>	<b>10</b>
1.1.2 O Perfil do Egresso da Unipampa	17
1.1.1 Campus Santana do Livramento	18
<b>1.2 Contexto da inserção regional do Campus e do Curso</b>	<b>19</b>
<b>1.3 Concepção do Curso</b>	<b>31</b>
1.3.1 Justificativa	31
1.3.2 Histórico do Curso	37
<b>1.4 Apresentação do Curso</b>	<b>38</b>
1.4.1 Administração do Campus	38
1.4.2 Funcionamento do Curso	40
1.4.3 Formas de Ingresso	41
1.4.4 Legislação	44
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	48
<b>2.1 Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito do Curso</b>	<b>48</b>
2.1.1 Políticas de Ensino	48
2.1.2 Políticas de Pesquisa	50
2.1.3 Políticas de Extensão	51
<b>2.2 Objetivos do Curso</b>	<b>53</b>
2.1 Objetivo geral	53
2.2 Objetivos específicos	53
2.3 Perfil do Egresso	53

2.3.1 Campos de Atuação Profissional	54
2.3.2 Habilidades e Competências	56
<b>2.4 Organização Curricular</b>	<b>56</b>
2.4.1 Matriz Curricular	56
2.4.2 Requisitos para integralização curricular	59
2.4.3 Abordagem aos Temas Transversais	63
2.4.4 Flexibilização Curricular	66
2.4.5 Migração curricular e equivalências	79
2.4.6 Estágios Obrigatórios ou não obrigatórios	79
2.4.7 Trabalho de Conclusão de Curso	80
2.4.8 Inserção da extensão no currículo do curso	80
<b>2.5 Metodologias de Ensino</b>	<b>81</b>
2.5.1 Interdisciplinaridade	83
2.5.2 Práticas Inovadoras	83
2.5.3 Acessibilidade Metodológica	84
2.5.4 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino-aprendizagem	86
<b>2.6 Apoio ao discente</b>	<b>88</b>
<b>2.7 Avaliação da aprendizagem</b>	<b>89</b>
<b>2.8 Gestão do curso a partir do processo de avaliação interna e externa</b>	<b>90</b>
<b>3 EMENTÁRIO</b>	<b>94</b>
<b>3.1 Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação</b>	<b>94</b>
<b>3.2 Componentes Curriculares Complementares de Graduação</b>	<b>121</b>
<b>4 GESTÃO</b>	<b>192</b>
<b>4.1 Recursos humanos</b>	<b>192</b>
4.1.1 Coordenação, Comissão e Núcleo Docente Estruturante do Curso	192
4.1.2 Corpo docente	193
<b>4.2 Recursos de infraestrutura</b>	<b>197</b>

4.2.1 Espaços Gerais de trabalho	198
4.2.2 Espaços de trabalho dos docentes em tempo integral	200
4.2.3 Espaço de trabalho do Coordenador de Curso	201
4.2.4 Biblioteca	202
4.2.5 Laboratórios	203
REFERÊNCIAS LEGAIS	205
REFERÊNCIAS TÉCNICO-PEDAGÓGICAS	205
DEMAIS REFERÊNCIAS	205
APÊNDICE A - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO – ACGs	208
APÊNDICE B - NORMAS DE TCC I E TCC II	217
<b>ANEXO I - TERMO DE ORIENTAÇÃO EM TCC I</b>	<b>226</b>
<b>ANEXO II - FICHA DE AVALIAÇÃO DE TCCI</b>	<b>227</b>
<b>ANEXO III - TERMO DE ORIENTAÇÃO EM TCC II</b>	<b>228</b>
<b>ANEXO IV - FICHA DE AVALIAÇÃO DE MONOGRAFIA EM BANCA PÚBLICA DE DEFESA</b>	<b>229</b>
<b>ANEXO VI - ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA EM BANCA PÚBLICA</b>	<b>230</b>
APÊNDICE C – INSERÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO	231
<b>Anexo I - Termo de Orientação em Programa de Extensão I, II e III</b>	<b>243</b>
<b>Anexo II - Termo de Acompanhamento de Projeto de Extensão do Programa de Extensão I</b>	<b>244</b>
<b>Anexo III - Ficha de Avaliação de Planejamento do Projeto de Extensão</b>	<b>245</b>
<b>Anexo IV - Fichas de Avaliação de Execução de Projeto de Extensão</b>	<b>246</b>
<b>Anexo V - Termo de Acompanhamento de Execução de Projeto de Extensão</b>	<b>247</b>
APÊNDICE D - NORMAS PARA OS PROCEDIMENTOS PARA MODALIDADE ESPECIAL DE OFERTA DE COMPONENTE CURRICULAR PARA DISCENTE PROVÁVEL FORMANDO	249
APÊNDICE E - REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	251
APÊNDICE F - REGIMENTO DA COMISSÃO DE CURSO	258





## IDENTIFICAÇÃO

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

- Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Pampa – Unipampa
- Natureza Jurídica: Fundação Federal
- Criação/Credenciamento: Lei 11.640, 11/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 14/01/2008
- Credenciamento EaD: Portaria MEC 1.050 de 09/09/2016, publicada no D.O.U. de 12/09/2016
- Recredenciamento: Portaria MEC 316 de 08/03/2017, publicada no D.O.U. de 09/03/2017
- Conceito Institucional: 3
- Site: [www.unipampa.edu.br](http://www.unipampa.edu.br)

### REITORIA

- Avenida General Osório, n. ° 900
- Fone: + 55 53 3240-5400
- Fax: + 55 53 32415999
- CEP 96400-100 – Bagé/RS

### PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

- Rua Professora Melanie Granier, n. ° 51
- CEP 96400-500 – Bagé/RS
- Fone: + 55 53 3247-5445 Ramal 4803 (Gabinete)
- Fone: + 55 53 32427629 5436 (Geral)
- E-mail: [prograd@unipampa.edu.br](mailto:prograd@unipampa.edu.br)

### CAMPUS NOME DO CAMPUS

- Rua Barão do Triunfo, n. ° 1048
- CEP: 97573-634 – Santana do Livramento/RS
- Fone: +55 55 3967 1700
- Site: <https://unipampa.edu.br/livramento/>
- E-mail: [sec.dir.livramento@unipampa.edu.br](mailto:sec.dir.livramento@unipampa.edu.br)

## DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

- Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas
- Nome: Ciências Econômicas
- Grau: Bacharelado
- Código e-MEC: 1103695
- Titulação: Bacharel(a) em Ciências Econômicas
- Turno: Noturno
- Integralização: 9 semestres
- Duração Máxima: 100% da integralização
- Carga horária total: 3150 horas
- Periodicidade: semestral
- Número de vagas anuais: 50
- Ingresso: anual
- Modo de Ingresso: Sistema de Seleção Unificada (SiSU), entre outras modalidades de ingresso definidas pela instituição
- Criação do curso: criado através de Portaria MEC 113 de 22/01/2008 e publicado no DOU em 23/01/2008; e autorizado por Decisão do Conselho Dirigente da Unipampa em 09/07/2009 e validação da criação pela Portaria Unipampa 1.776 de 07/12/2011.
- Data de início do funcionamento do Curso: 22/03/2010
- Atos regulatórios de reconhecimento do curso: Portaria MEC 433 de 30/07/2014
- Atos regulatórios de renovação de reconhecimento do curso: Portaria MEC 270 de 03/04/2017, publicada no D.O.U. de 04/04/2017 e Portaria MEC 209 de 25/06/2020, publicada no D.O.U. de 07/07/2020.
- Página web do curso:  
<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciaseconomicas/>
- Contato: [slce@listas.unipampa.edu.br](mailto:slce@listas.unipampa.edu.br)

## APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Econômicas da Unipampa – *campus* Santana do Livramento – é uma construção a partir da demanda de todos os segmentos da comunidade acadêmica, tendo o Núcleo Docente Estruturante (NDE) como o elaborador da presente proposta, em conjunto com a Comissão do Curso de Economia, com o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), a coordenação acadêmica e a direção. É importante destacar que o presente Projeto Pedagógico de Curso está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unipampa. Assim, como pontua Veiga (2004, p. 17): “Não existe um projeto de curso de modo isolado. Ele é parte de um projeto institucional, que é parte de uma universidade, que é parte de um sistema de educação, que é parte de um projeto de sociedade”. Deste modo, não reflete somente os anseios e as concepções de um número restrito de professores e alunos, mas a proposta do *campus* e da Instituição. Este documento busca estar em sintonia com a autonomia, participação e descentralização do processo educativo mencionado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Nessa perspectiva, o projeto pedagógico de curso visa melhorar a qualidade da educação, colocando-se em função da pessoa, da cidadania e do trabalho, da forma como entendida por Veiga (2004).

Para cumprir tais objetivos, concebe-se que o PPC não é um documento meramente burocrático, à medida que revela a intencionalidade, os objetivos educacionais, profissionais, sociais e culturais e os rumos do curso. Demonstra a reflexão que se desenvolveu sobre as ações e as formas de intervir na realidade, além de procurar manter uma profunda coesão interna e ao mesmo tempo atender às normativas institucionais governamentais. Assim, define as concepções pedagógicas e as orientações metodológicas e estratégicas para o ensino e para a aprendizagem e sua avaliação, para o currículo e a estrutura acadêmica do seu funcionamento.

Nesse sentido, a presente construção aborda um conjunto de alternativas para registrar o perfil desejado do egresso, para definir um percurso, um rumo e caminhos que o coletivo do curso pretende construir. Portanto, o PPC é um:

[...] instrumento de ação política [que] deve estar sintonizado com uma nova visão de mundo, expressa no paradigma emergente de ciência e de educação, a fim de garantir uma formação global e crítica para os envolvidos nesse processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a

formação profissional e o pleno desenvolvimento pessoal (VEIGA, 2004, p. 16).

O trabalho foi realizado a partir de um planejamento coletivo, flexível, questionando e refletindo sobre o tipo de egresso que se pretende formar, os meios dispostos e necessários para tal, ponderando a sua inserção enquanto cidadão na sociedade e o papel que corresponde à Unipampa nesta formação. Assim, em função desta realidade, o PPC de Ciências Econômicas foi elaborado para que o curso fosse iniciado em março de 2010. A partir do início do curso, o Núcleo Docente Estruturante e a Comissão de Curso continuaram trabalhando em ajustes da estrutura curricular, no que diz respeito à distribuição das disciplinas ao longo dos semestres, bem como na classificação destas entre Obrigatórias e Complementares. Em 2013 o projeto foi finalmente aprovado na sua completude e passou a orientar a execução das atividades dos docentes e discentes envolvidos no curso.

Importante destacar que de 2013 até o presente momento, várias modificações foram lapidando a proposta vigente, principalmente no que diz respeito aos pré-requisitos, rol de componentes complementares e normatizações sobre questões omissas no projeto (como a regra para quebra de pré-requisitos). No entanto, vários aspectos inerentes à realidade regional, às diretrizes curriculares nacionais para o ensino superior, às mudanças de legislação e ao desempenho dos discentes egressos do curso, fizeram com que a Comissão de Curso, ainda em 2014, começasse a avaliar a necessidade de se propor mudanças mais profundas para o curso. As primeiras discussões neste sentido começaram ainda naquele ano. Pode-se resumir os principais motivadores para elaboração de um novo projeto de curso nos seguintes pontos:

- Constatação que os alunos levavam mais que 4 anos para integralizar o curso (necessidade de aumentar o tempo de integralização curricular);
- Necessidade de criar uma identidade para o curso (voltada para a questão regional);
- Reposicionamento de disciplinas para ajudar a reduzir retenção;
- Transformar alguns CCCGs em obrigatórios;
- Ampliação da carga-horária em 150 horas para acomodar a inserção da extensão no currículo, totalizando 3150 horas de curso;
- Aumentar o contato do discente de 1º período com os temas da

economia.

As diretrizes definidas pela Comissão de Curso para o trabalho do NDE foram as seguintes:

- Curso com 9 semestres;
- Ênfase em questões regionais (América Latina);
- Reposicionamento de disciplinas para ajudar a reduzir retenção;
- Transformar alguns CCCGs em obrigatórios;
- Ampliação da carga-horária em 150 horas para acomodar a inserção da extensão no currículo, totalizando 3150 horas de curso;

O projeto foi sendo elaborado pelo NDE, com participação ativa da Comissão de curso tanto na definição de diretrizes, quanto no esclarecimento de dúvidas surgidas no próprio processo, quanto na elaboração de ementas e referências. Esta dinâmica de avaliação constante do curso com reflexos na adaptação e melhoria do seu projeto pedagógico é algo que faz parte da sistemática já implantada na execução do curso de Ciências Econômicas e que se pretende continuar praticando, dada a qualidade que vem proporcionando a esta graduação.

## 1 CONTEXTUALIZAÇÃO

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIPAMPA

A criação da Universidade Federal do Pampa é marcada por intencionalidades, dentre essas o direito à educação superior pública e gratuita por parte dos grupos que historicamente estiveram à margem deste nível de ensino. Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas.

A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolem as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados. Esses compromissos foram premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da Instituição, bem como para a definição de sua missão e do desejo de vir a ser (visão de futuro), e passam a seguir a ser explicitados.

A Unipampa, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

A Unipampa tem como visão a busca por constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de contribuir na formação de cidadãos para atuar em prol da região, do país e do mundo.

Tem os seguintes Valores:

- Ética;
- Transparência e interesse público;
- Democracia;
- Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais;
- Garantia de condições de acessibilidade;
- Liberdade de expressão e pluralismo de ideias;
- Respeito à diversidade;
- Indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Ensino superior gratuito e de qualidade;

- Formação científica sólida e de qualidade;
- Exercício da cidadania;
- Visão multi, inter e transdisciplinar do conhecimento científico;
- Empreendedorismo, produção e difusão de inovação tecnológica;
- Desenvolvimento regional e internacionalização;
- Medidas para o uso sustentável de recursos renováveis; e
- Qualidade de vida humana (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2019).

A Fundação Universidade Federal do Pampa é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das Instituições Federais de Educação Superior, incentivada pelo Governo Federal desde a segunda metade da primeira década de 2000. Veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com problemas no processo de desenvolvimento, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior gratuito e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da Unipampa a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino Superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova Universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado. Coube à UFSM implantar os campi nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e, à UFPel, os campi de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. As instituições componentes do consórcio foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da futura Instituição, sendo estes: Campus Alegrete: Ciência da Computação,

Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; Campus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e Inglês); Campus Caçapava do Sul: Geofísica; Campus Dom Pedrito: Zootecnia; Campus Itaqui: Agronomia; Campus Jaguarão: Pedagogia e Licenciatura em Letras (Português e Espanhol); Campus Santana do Livramento: Administração; Campus São Borja: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e o Curso de Serviço Social; Campus São Gabriel: Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; Campus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; totalizando 27 cursos de graduação.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos campi vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos campi vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os *campi*. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da Unipampa.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da Unipampa, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova Universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura Unipampa.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a Unipampa – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º:

A Unipampa terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2008, p.1).



No momento de sua criação, a Unipampa já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação.

Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição *pro tempore*, teve como principal responsabilidade integrar os campi criados pelas instituições componentes do consórcio que deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. Nessa gestão foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e os Diretores de campus, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. Ainda em 2008, ao final do ano, foram realizadas eleições para a Direção dos campi, nas quais foram eleitos os Diretores, Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores Administrativos.

Em fevereiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), cujos membros foram eleitos ao final do ano anterior. Composto de forma a garantir a representatividade da comunidade interna e externa com prevalência numérica de membros eleitos, o CONSUNI, ao longo de seu primeiro ano de existência, produziu um amplo corpo normativo. Dentre outras, devem ser destacadas as Resoluções que regulamentam o desenvolvimento de pessoal; os afastamentos para a pós-graduação; os estágios; os concursos docentes; a distribuição de pessoal docente; a prestação de serviços; o uso de veículos; as gratificações relativas a cursos e concursos; as eleições universitárias; a colação de grau; o funcionamento das Comissões Superiores e da Comissão Própria de Avaliação. Pela sua relevância, a aprovação do Regimento Geral da Universidade, ocorrida em julho de 2010, simboliza a profundidade e o alcance desse trabalho coletivo, indispensável para a implantação e consolidação institucional. Visando dar cumprimento ao princípio de publicidade, as reuniões do CONSUNI são transmitidas, ao vivo, por Internet, para toda a Instituição, e as resoluções, pautas e outras informações são publicadas na página web.

Para ingresso no ano de 2022, foram ofertados na instituição 71 cursos de graduação, entre bacharelados, licenciaturas e cursos superiores em tecnologia, com 3240 vagas disponibilizadas anualmente. No ano de 2022, eram 10.626 alunos matriculados na graduação, presencial e à distância e 1.540 alunos matriculados na pós-graduação. Importante destacar que a Unipampa faz parte da política de quotas desde sua origem. A Universidade conta com um corpo de servidores composto por

903 docentes e 891 técnicos-administrativos em educação que proporcionam suporte para atender os discentes que podem realizar os seguintes cursos de graduação, ofertados nos 10 *campi* da Unipampa:

**Alegrete:** Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; Engenharia Agrícola, Engenharia Mecânica, Engenharia Software e Engenharia de Telecomunicações

**Bagé:** Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia da Computação, Engenharia de Energia, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Licenciatura em Letras Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas e Licenciatura em Música

**Caçapava do Sul:** Geofísica, Licenciatura em Ciências Exatas, Geologia, Curso Superior de Tecnologia em Mineração e Engenharia Ambiental e Sanitária

**Dom Pedrito:** Zootecnia, Enologia, Superior de Tecnologia em Agronegócio, Licenciatura em Educação do Campo e Licenciatura em Ciências da Natureza

**Itaqui:** Agronomia, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Licenciatura em Matemática e Engenharia Cartográfica e de Agrimensura

**Jaguarão:** Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras - Espanhol e Literatura Hispânica, Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Licenciatura em Letras Português EaD Institucional-UAB, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Pedagogia EaD-UAB, Bacharelado em Produção e Política Cultural

**Santana do Livramento:** Administração, Administração Pública EaD-UAB, Ciências Econômicas, Direito, Relações Internacionais e Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

**São Borja:** Jornalismo, Licenciatura em Ciências Humanas, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Direito, Licenciatura em Geografia EaD-UAB, Licenciatura

em História EaD-UAB, Comunicação Social-Relações Públicas, Serviço Social e Ciências Sociais – Ciência Política

**São Gabriel:** Biotecnologia, Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura), Engenharia Florestal e Gestão Ambiental

**Uruguaiana:** Medicina, Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura, Licenciatura em Ciências da Natureza, Licenciatura em Ciências da Natureza EaD-UAB, Licenciatura em Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina Veterinária

A oferta destes cursos contempla, também, o turno da noite em todos os campi, contribuindo assim para a ampliação do acesso de alunos trabalhadores ao ensino superior.

Além disso, a instituição busca avançar na oferta de cursos de pós-graduação, em nível de doutorado, mestrado e especialização. Deve-se ressaltar que a existência de tais cursos pode ser compreendida como um elemento a estimular a permanência dos acadêmicos na Universidade, na medida em que consigam vislumbrar a continuidade de seus estudos após a conclusão da graduação. A seguir os cursos de pós-graduação, *stricto sensu* por *campi*:

**Alegrete:** Mestrado em Engenharia de Software, Mestrado em Engenharia e Mestrado em Engenharia Elétrica

**Bagé:** Mestrado em Ciência e Engenharia de Materiais, Mestrado em Computação Aplicada, Mestrado em Ensino, Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Mestrado Profissional em Ensino de Línguas

**Caçapava do Sul:** Mestrado em Tecnologia Mineral, Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional

**Jaguarão:** Mestrado em Educação

**Santana do Livramento:** Mestrado em Administração

**São Borja:** Mestrado em Comunicação e Indústria Criativa, Mestrado em Políticas Públicas;

**São Gabriel:** Doutorado em Ciências Biológicas, Mestrado em Ciências Biológicas,

**Uruguaiana:** Doutorado em Ciência Animal, Doutorado em Bioquímica, Doutorado em Ciências Fisiológicas, Doutorado em Educação em Ciência: Química da Vida e Saúde, Mestrado em Bioquímica, Mestrado em Ciências Farmacêuticas, Mestrado em Ciência Fisiológicas, Mestrado em Educação em Ciência: Química da Vida e Saúde.

Na formação lato sensu, a Unipampa conta com os seguintes cursos:

**Bagé:** Especialização em Gestão de Processos Industriais e Químicos e Especialização em Modelagem Computacional em Ensino, Experimentação e Simulação

**Caçapava do Sul:** Especialização em Educação Científica e Tecnológica e Especialização em Gestão e Educação Ambiental

**Dom Pedrito:** Especialização em Agronegócios, Especialização em Ensino de Ciências da Natureza: Práticas e Processos Formativos, Especialização em Educação do Campo e Ciências da Natureza, Especialização em Enologia.

**Itaqui:** Especialização em Ciências Exatas e Tecnológicas, Especialização em Desenvolvimento Regional e Territorial, Especialização em Produção Vegetal e Especialização em Tecnologia dos Alimentos

**Jaguarão:** Especialização em Gestão da Educação Básica: articulações entre o político e o pedagógico.

**Santana do Livramento:** Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas

**São Borja:** Especialização em Políticas de Atenção à Criança e Adolescente em Situação de Violência, Especialização em Práticas de Comunicação Não Violenta e Cultura da Paz e Políticas de Intervenção em Violência Intrafamiliar.

**Uruguaiana:** Especialização em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, Especialização em Atividade Física e Saúde, Especialização em Educação Ambiental, Especialização em Gestão em Saúde - UAB, Especialização em Fisioterapia em Neonatologia e Pediatria, Residência Integrada em Medicina

Veterinária, Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva, Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva e Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência.

Além dos cursos de Graduação e Pós-graduação presenciais, a Unipampa também oferta cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD). Em 2021, estão em andamento seis cursos de graduação na modalidade EaD, com fomento externo da Universidade Aberta do Brasil (UAB): Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em História, licenciatura em Ciências da Natureza, bacharelado em Administração Pública e Licenciatura em Letras Português com duas ofertas, institucional e oferta UAB. Na Pós-Graduação, em parceria com a UAB, houve a oferta Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal e estão em andamento os cursos de Especialização em Mídias e Educação, Especialização em Ensino da Matemática no Ensino Médio e Especialização em Gestão em Saúde.

### **1.1.2 O Perfil do Egresso da Unipampa**

O perfil do egresso da Unipampa procura guiar não somente a formação técnica de excelência, mas manter uma preocupação com a formação humanista, despertando em seus formandos o compromisso com o contexto no qual estão inseridos. Este compromisso pode ser verificado no Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade:

A Unipampa, como universidade pública, tem o papel de oportunizar uma sólida formação acadêmica generalista, emancipatória e humanística em seus cursos de formação. Esse papel inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social do conhecimento, competências, habilidades e valores reconstruídos na vida universitária e a habilitação necessária para se inserirem em seus respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional, sustentável, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática (Unipampa, 2019).

### **1.1.1 Campus Santana do Livramento**

O *campus* de Santana do Livramento (RS), onde foi implantado o curso de Ciências Econômicas, localiza-se na zona de fronteira entre Brasil/Uruguai (Figura 1).

O município tem como limites geográficos as cidades de Rosário do Sul, ao norte; Dom Pedrito, a leste; Quaraí, a oeste; e ao sul, em divisa seca (uma rua urbana) a cidade de Rivera, capital do Departamento de mesmo nome, da República Oriental do Uruguai.

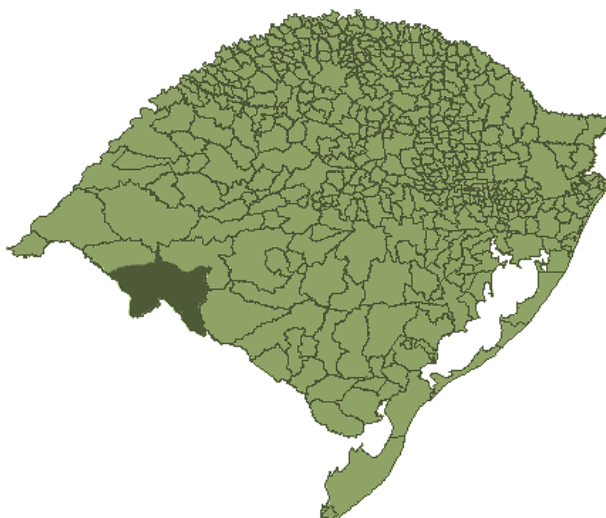


Figura 1 - Localização do município de Santana do Livramento no Rio Grande do Sul  
**Fonte:** Fundação de Economia e Estatística.

A Unipampa, em Santana do Livramento, está sediada em um prédio próprio, situado à Rua Barão do Triunfo, nº 1048, com uma área construída de 10.870,59m<sup>2</sup>, em um terreno de superfície de 5.529,17m<sup>2</sup>. O prédio conta com 17 salas de aula, 02 auditórios (um para 172 pessoas, em funcionamento, e um para 400 pessoas, em processo de instalação), 03 laboratórios de informática, biblioteca e espaços para os setores administrativos. Conta ainda, com um ginásio de esportes com área construída de 1.283,40m<sup>2</sup>. As atividades acadêmicas do *campus* tiveram início em outubro de 2006.

Na ocasião, o *campus* contava com 7 docentes, 11 técnicos administrativos e 100 alunos. Em janeiro de 2020, o *campus* contava com um corpo docente formado por 62 professores com regime de Dedicção Exclusiva, sendo 44 doutores e 18 mestres, corpo técnico-administrativo com 18 servidores e corpo discente com 1.283 alunos.

Atualmente, além do curso de Ciências Econômicas, o *campus* conta com os cursos de Administração (primeiro a ser implantado, nos turnos diurno e noturno), Tecnologia em Gestão Pública (noturno), Relações Internacionais (diurno) e Direito

(diurno). Tendo em vista a afinidade entre os cursos, a proposta curricular que está sendo construída prevê interligação entre eles, permitindo, com isso, que o desenvolvimento das atividades ocorra interdisciplinarmente no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim, de acordo com o PDI (Unipampa, 2019), a Unipampa, “através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos e capacitados para atuar em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional”.

## 1.2 CONTEXTO DA INSERÇÃO REGIONAL DO CAMPUS E DO CURSO

O território onde se insere a Unipampa compreende, atualmente, três Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), duas Mesorregiões e cinco Microrregiões, sendo a primeira uma divisão regional estabelecida pelo Estado do Rio Grande do Sul – para fins de planejamento do desenvolvimento regional – e, as duas seguintes, áreas geográficas delimitadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os COREDES onde estão localizados os *campi* da Unipampa são: Fronteira Oeste, com 13 municípios, Campanha, com sete municípios; e Sul com 22 municípios. As Mesorregiões, por sua vez, são: a Sudoeste Rio-Grandense, com 19 municípios; e Sudeste Rio-Grandense, com 25 municípios. Por fim, as Microrregiões são: Campanha Central (quatro municípios); Campanha Ocidental (10 municípios); Campanha Meridional (cinco municípios); Serras de Sudeste (oito municípios); Jaguarão (três municípios). O curso de Ciências Econômicas, localizado em Santana do Livramento situa-se na Mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense, na Microrregião da Campanha Central e no COREDE Fronteira Oeste. O Quadro 1 apresenta as cidades onde estão situados os *campi* da universidade e suas respectivas divisões.

Quadro 1 - *Campi* da Unipampa e Regiões Administrativas e Geográficas

Unipampa	Mesorregião, Microregião e COREDE
Alegrete	Mesorregião Sudoeste Rio-grandense, Microrregião Campanha Ocidental, COREDE Fronteira Oeste
Bagé	Mesorregião Sudoeste Rio-grandense, Microrregião Campanha Meridional, COREDE Campanha
Caçapava do Sul	Mesorregião Sudeste Rio-grandense, Microrregião Serras de Sudeste, COREDE Campanha
Dom Pedrito	Mesorregião Sudoeste Rio-grandense, Microrregião Campanha Meridional, COREDE Campanha

Itaqui	Mesorregião Sudoeste Rio-grandense, Microrregião Campanha Ocidental, COREDE Fronteira Oeste
Jaguarão	Mesorregião Sudeste Rio-grandense, Microrregião Jaguarão, COREDE Sul
Santana do Livramento	Mesorregião Sudoeste Rio-grandense, Microrregião Campanha Central, COREDE Fronteira Oeste
São Borja	Mesorregião Sudoeste Rio-grandense, Microrregião Campanha Ocidental, COREDE Fronteira Oeste
São Gabriel	Mesorregião Sudoeste Rio-grandense, Microrregião Campanha Central, COREDE Fronteira Oeste
Uruguaiana	Mesorregião Sudoeste Rio-grandense, Microrregião Campanha Ocidental, COREDE Fronteira Oeste

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE (2020) e do Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul (2019).

Geograficamente as Mesorregiões onde a Unipampa se encontra somam 105.029 km<sup>2</sup>, representando 37,28% da área do Estado do Rio Grande do Sul, enquanto as Microrregiões somam 85.433 km<sup>2</sup> (30,32%) e os COREDES 99.416 km<sup>2</sup> (35,29%). Por sua vez, o município de Santana do Livramento apresenta a área total de 6.950,35 (2,47%), sendo o segundo maior município do Estado em extensão territorial. Percebe-se, através das extensões territoriais apresentadas pelas subdivisões, que a universidade se situa em uma extensa área do Estado (DEE, 2022). Tal extensão territorial, com grande participação territorial no Estado, não acontece em termos de população. Em 2021 a estimativa populacional para o Estado foi de 11.466.630 habitantes, enquanto as Mesorregiões somadas alcançaram 1.635.665 habitantes, ou 14,26% da população total do Estado. Já o município de Santana do Livramento apresentou em 2017 uma população estimada de 78.211 habitantes.

Além da baixa densidade demográfica, a região onde se insere a Unipampa apresentou, entre 2010 e 2021 um decréscimo da população estimada. Entre 2010 e 2021 a redução da população estimada para as Mesorregiões Sudeste e Sudoeste Rio-Grandense foi de aproximadamente 2,0%. O mesmo acontece para as Microrregiões onde se situa a Unipampa, com queda de 5,15 % e para os COREDES, com redução de 1,84 %. Enquanto isso, o município de Santana do Livramento apresentou uma queda de 7,13 % em sua estimativa populacional entre 2010 e 2021.

Com relação ao Produto Interno Bruto, o Rio Grande do Sul tem apresentado taxas semelhantes de crescimento ao Brasil. Entre 2002 e 2016, enquanto o Brasil apresentou um crescimento médio do PIB de 3,99% ao ano, o Rio Grande do Sul cresceu a uma média de 3,86% ao ano, para o mesmo período. Um crescimento semelhante é observado nas Mesorregiões e Microrregiões onde a Unipampa está



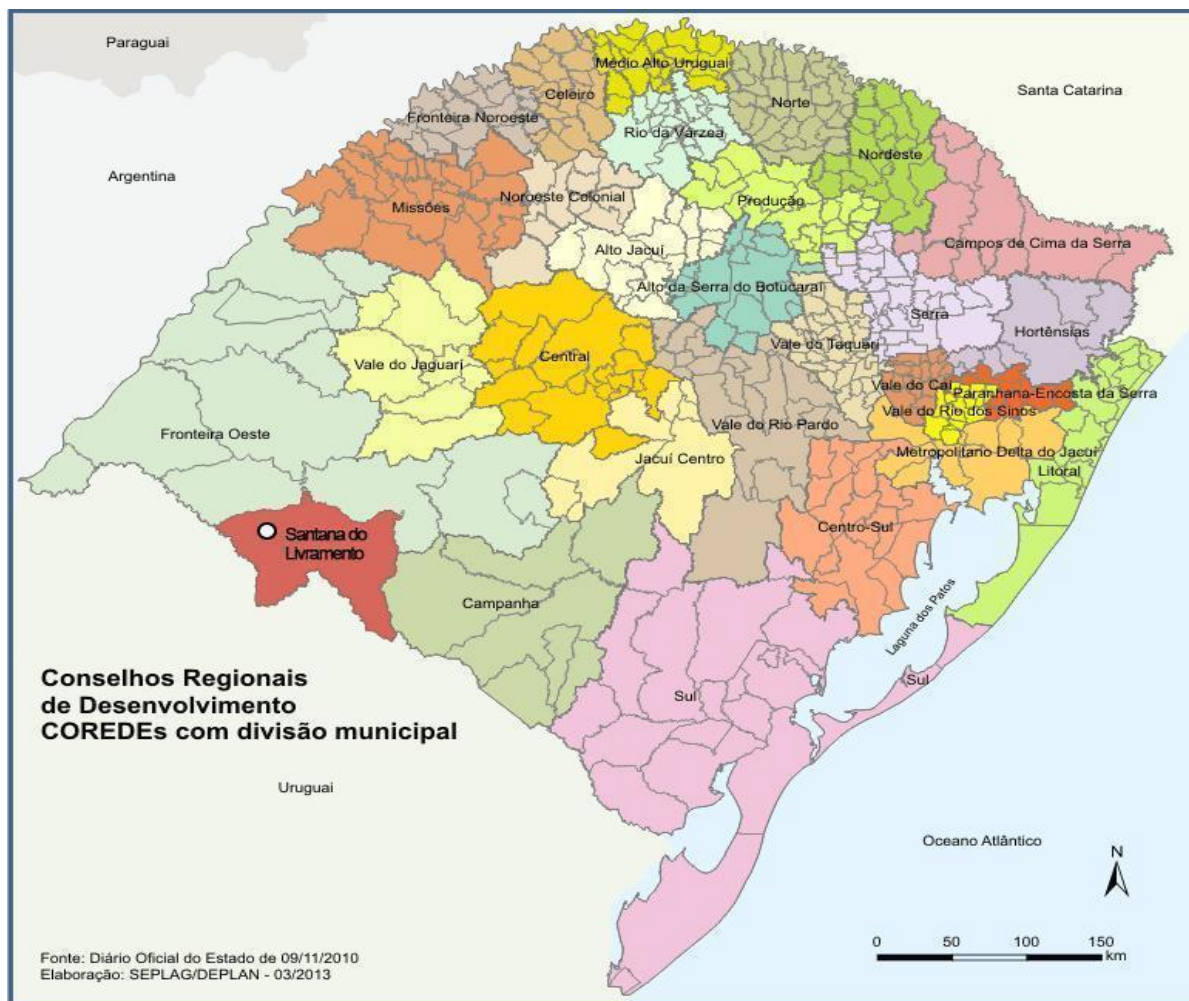
situada, com 3,85% e 3,52% ao ano respectivamente. Entretanto, Santana do Livramento apresenta um crescimento superior no mesmo período, de 5,90% ao ano.

A análise de um período menor, que contemple a recente queda do produto do país pode ser útil. Entre 2010 e 2016 as taxas de crescimento das mesmas áreas apresentadas até então foram: Brasil, 1,10%; Rio Grande do Sul, 1,81%; Mesorregiões Unipampa, 2,48%; Microrregiões Unipampa, 2,93%. Nota-se, portanto, que houve uma redução na taxa média de crescimento ao ano das áreas destacadas, dado a mudança no período de análise. Entretanto, o contrário acontece com Santana do Livramento, que cresce, em média, 8,45% entre 2010 e 2016.

Cabe destacar a participação de Santana do Livramento no Produto total do Estado e da Mesorregião e Microrregião das quais faz parte. Com relação ao Estado, o PIB do município representa 0,56% do seu total. Já para a Mesorregião, 12,55% e para a Microrregião 12,55%. Neste sentido, apesar de ter uma participação relativamente alta no PIB da Mesorregião e da Microrregião, Santana do Livramento apresenta uma participação baixa sobre o PIB gaúcho, sendo o 36º maior PIB do Estado em 2016.

Com relação ao PIB per capita a Mesorregião Sudoeste subiu de R\$ 21.450,46 para R\$ 24.158,59, enquanto o da Sudeste apresentou um aumento superior, de R\$ 18.603,72 para R\$ 24.669,17. Tais aumentos representam 12,62% e 32,60%, respectivamente em termos de produto. Embora as taxas de crescimento do período para as Mesorregiões sejam superiores a estadual, sendo que o Rio Grande do Sul teve crescimento de 9,99%, se observa que tais regiões apresentam um PIB per capita inferior ao estadual, que foi de R\$ 34.179,74 em 2015. Por sua vez, Santana do Livramento teve um aumento de 62,84% entre 2010 e 2015, passando de R\$ 14.588,21 a R\$ 23.755,75 no período. Percebe-se, portanto, que apesar de as regiões e o município apresentem taxas de crescimento superior do PIB per capita, o seu valor em reais ainda é bastante inferior ao estadual. Neste sentido, o PIB per capita das Mesorregiões Sudoeste, Sudeste e de Santana do Livramento representam apenas 70,67%, 72,17% e 69,50, respectivamente, do observado no Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 2 - Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES)



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2019).

Tal cenário de redução populacional encontra respaldo na própria história do Rio Grande do Sul. Em seus primórdios, a economia dessa região foi o sustentáculo da economia de todo o estado. Grandes movimentos políticos e econômicos surgiram neste espaço de grandes levas de terra e de grande potencialidade agropecuária. No entanto, o mesmo modelo que garante a pujança regional é a causa do atraso social e econômico estabelecido contemporaneamente. O modelo da pecuária extensiva, da monocultura, do latifúndio, acompanhado de uma industrialização dependente do capital ou do mercado externo, perde espaço com a mudança da fronteira agrícola e com o acirramento das condições competitivas impostas pelo processo de abertura da economia.

A dualidade socioeconômica sul-norte singulariza a situação da Metade Sul, impondo grandes desafios para a superação dos condicionantes que dificultam o seu desenvolvimento. Com a produção industrial crescentemente irrelevante, a estrutura produtiva passou a depender, fortemente, dos setores primário e de serviços. Outros

fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual: baixo investimento público per capita, que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades; a distância dos polos desenvolvidos do estado, que prejudicam a competitividade. A atração de benefícios, dentre outros. Essa realidade econômica vem afetando, fortemente, a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente os relativos à educação e à saúde.

Um dos fatos relevantes na estrutura econômica da região onde a Unipampa está inserida foi a sua desindustrialização, fenômeno também observado em nível estadual e nacional: o setor industrial era responsável por 20% do total do valor adicionado em 2010 e caiu para cerca de 11,18% em 2015, na Mesorregião Sudeste, enquanto na Sudoeste o resultado pouco variou, mantendo uma baixa participação, de 11,59% em 2010 e 11,33% em 2015. Destacam-se, nestas regiões, a participação dos setores agropecuários e de serviços no total do valor adicionado. Para a Mesorregião Sudeste, a participação do setor agropecuário foi de 11,18% em 2010 e 12,87% em 2015, enquanto na Sudoeste as participações ficam em 22,47% e 24,50% respectivamente, para 2010 e 2015. A participação do setor de serviços é maior na Mesorregião Sudeste, aumentando a sua participação de 69,21%, em 2010, para 70,42%, em 2015. Na região Sudoeste os resultados foram 65,94, para 2010, e 64,17% para 2015.

Em Santana do Livramento encontra-se uma situação diferente em 2015. Entre 2010 e 2014 a composição do valor adicionado na economia local apresentava uma maior participação no setor de serviços, sendo 81,37% em 2010 e 68,45% em 2015, enquanto o setor agropecuário teve participação de 14,01% e 14,32% no mesmo período, respectivamente. A queda observada no setor de serviços se deve ao aumento da participação do setor industrial no ano de 2015, que passa a ser 17,22% em 2015, sendo de 4,62% em 2010. Tal resultado pode estar relacionado com a implantação de parques de geração de energia eólica no município, uma vez que parte significativa dos investimentos nesta fonte energética passam a operar entre 2014 e 2015.

Nas Mesoregiões Sudeste e Sudoeste Rio-Grandense, onde situa-se a Unipampa, tem-se como principais empregadores, em 2020, em média, os setores CNAE: comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, com 26,21% do total de empregados ativos; administração pública, defesa e seguridade social,

empregando em média 18,50% indústria de transformação, com 10,93%; e agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com 9,40%. Em Santana do Livramento, os setores que se destacam são: comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, com 41,46; administração pública, defesa e seguridade social, com 15,09%; e agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com 8,02% (DEE dados, 2022).

Com relação às estatísticas de educação, observa-se que as taxas de analfabetismo da região são superiores às observadas para o Rio Grande do Sul, que foi de 4,53% para pessoas com 15 anos ou mais. Em 2010 a taxa média de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais, para as Mesorregiões Sudeste e Sudoeste Rio-Grandense, é de 8,02%, enquanto em Santana do Livramento é de 5,50%.

Sobre o ensino superior presencial na região, observa-se uma elevação no número de matrículas entre 2010 e 2020. Entretanto, entre os anos de 2015 e 2020 houve uma redução na oferta de ensino presencial nas mesorregiões onde está a Unipampa. O número de matrículas foi de 46.835, 56.900 e 49.513 em 2010, 2015 e 2020, respectivamente. Olhando os dados desagregados por tipo de instituição (Federal, Estadual e Particular), observa-se que a queda diz respeito a oferta em instituições particulares. Estas tiveram 19.013 matrículas em 2010 e apenas 12.043 em 2020. Já as instituições estaduais tiveram a 306 matrículas em 2010 e 587 em 2020. O maior aumento é observado em instituições federais que passaram de 27.516 matrículas em 2010 para 36.882 em 2020.

As condições econômicas da cidade e região corroboram esses números, ao identificar-se que a maioria desses egressos é proveniente de escolas públicas. No ano de 2010, quando foi iniciado o Curso de Ciências Econômicas na Unipampa, Campus Livramento, o ensino superior era ofertado dentro das seguintes instituições: um *campus* da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS, estadual), um *campus* da Universidade da Região da Campanha (URCAMP, privada) e os polos de Educação à Distância da Universidade Federal de Santa Maria (federal), Universidade Federal de Pelotas (federal), da Universidade Castelo Branco (privada) e da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL, privada)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Dados do e-MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/> Acesso em: 14 mar. 2012.

De acordo com os dados do Censo do Ensino Superior - INEP/MEC, de 2020, aumentou substancialmente o número de instituições ofertantes de Ensino Superior no município (Quadro 2), passando a contar com 17 instituições. Destas, apenas 4 ofertam ensino superior presencial. A maior parte da oferta de Ensino Superior, na cidade, é feita por instituições que atuam a distância. Das instituições presentes no município 15 oferecem educação à distância, sendo 13 como pólos e 2 instituições que são pólos, mas também ofertam cursos presenciais, sendo elas a Unipampa e a URCAMPAs instituições que atuam com ensino presencial, continuam sendo a Unipampa (Federal), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (Federal), a URCAMP (Privada) e a UERGS (Estadual).

Quadro 2 - Instituições de Ensino Superior presentes na Cidade de Sant'Ana do Livramento, RS em 2020

Nome da Instituição de Ensino Superior	Sigla
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DA CAMPANHA	URCAMP
UNIVERSIDADE PAULISTA	UNIP
UNIVERSIDADE DE FRANCA	UNIFRAN
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL
UNIVERSIDADE ANHANGUERA	UNIDERP
FACULDADE EDUCACIONAL DA LAPA	FAEL
CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LUCAS	UniSL
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNINTER
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL
CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	UNINASSAU
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS
CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST	UNIFACVES
CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC	SENACSP
FACULDADE UNINA	n.d
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	UNIPAMPA

Fonte: Censo da Educação Superior 2020.

É necessário enfatizar que a metade sul do RS perdeu espaço no cenário do agronegócio nacional pelo avanço da fronteira agrícola para mais próximo de importantes centros consumidores, pela distância geográfica e limites na logística de distribuição e pela demora no avanço sobre os elos de industrialização dos complexos agroindustriais cuja matéria-prima é produzida regionalmente. Isso contribui para compor o cenário de subdesenvolvimento econômico regional. Aspectos relacionados

ao desenvolvimento econômico regional tendem a contribuir para a resistência na adoção de novas tecnologias e para a limitação no avanço de cadeias agroindustriais coordenadas (a cadeia da carne bovina sistematicamente sofre de falta de coordenação).

Além disso, alguns setores produtivos para os quais a região apresenta vantagens competitivas, como a ovinocultura de lã, tiveram mercados radicalmente reduzidos pela entrada de novos produtores no ambiente internacional de comercialização e pelo desenvolvimento de produtos substitutos sintéticos, o que exige o desenvolvimento de padrões competitivos mais seletivos. Particularmente, modificações no mercado internacional da carne bovina e reestruturação da divisão internacional do trabalho quanto à industrialização deste produto, acompanhados de crises econômicas nacionais fizeram com que o cenário da bovinocultura de corte e produção de charque mudassem significativamente a partir da década de 1960, impactando negativamente o cenário industrial da metade sul.

Santana do Livramento é uma região de fronteira, situada no extremo sul gaúcho, na fronteira Brasil/Uruguai a chamada “Fronteira da Paz” (Figura 3).



Figura 3 - Linha divisória entre Brasil e o Uruguai, visão do Parque Internacional, à direita Santana do Livramento - BR, à esquerda Rivera - ROU.  
Fonte: Google Earth

Nas palavras de Gutierrez-Bottaro (2002, s/n):

Las ciudades fronterizas de Rivera y Santana do Livramento tienen, en conjunto, una población de 189.000 habitantes. Una característica muy peculiar de esta frontera es que no existe ningún obstáculo geográfico que separe a las ciudades. Están separadas (o unidas) solamente por una calle y por una plaza denominada 'Parque Internacional'

Seguindo informações disponibilizadas por Gutierrez-Bottaro (2002), e utilizando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, este grupamento populacional pode ser considerado uma das 10 maiores cidades do estado do Rio Grande do Sul e está entre as cinco maiores do Uruguai.

A economia de Santana do Livramento foi uma economia pujante até a década de 1960, calcada no comércio de importações, produção pecuária. Como o restante da região, sob a influência da mudança do contexto macroeconômico, com desenvolvimento de outros polos produtores de matérias-primas, mais próximos dos centros industrializadores do país (região sudeste principalmente) e com mudanças dos padrões competitivos nos mercados de inserção, fora a crise macroeconômica do país que se estendeu do final da década de 1970 até início da década de 1990, a economia entrou em processo recessivo e encontra-se estagnada nas últimas duas décadas. Existe um esforço local para buscar alternativas que possam desencadear um novo ciclo de desenvolvimento. Este esforço passa por vários atores locais e regionais e vem contando também com o suporte do governo federal, dentro da sua Política Nacional de Desenvolvimento Regional (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2006).

No sentido de retomada do desenvolvimento, o século XXI inicia com várias perspectivas positivas. Se, por um lado, a vinda de uma Universidade Federal, com vários campi distribuídos pela região contribui para a construção de um novo pensamento acerca do desenvolvimento regional (NUNES, 2019), vários setores produtivos emergem ou modificam-se na busca de dinamismo econômico. Podem ser mencionados a vitivinicultura, a olivicultura e a produção de leite e laticínios como setores que encontram nas características edafoclimáticas regionais um potencial competitivo para produtos oriundos de *terroir*. Estes já apresentam um percurso positivo de crescimento econômico e a vitivinicultura obteve recentemente o reconhecimento de indicação de procedência (IP) "Campanha Gaúcha" para os vinhos aqui produzidos. Isso fortalece o percurso em direção a diferenciação dos produtos

industrializados a partir das qualidades de clima e solo regionais. Produção de azeitonas e azeites e a produção de queijos especiais (a partir de leite de ovelha) devem seguir este mesmo caminho. A produção de orgânicos e a expansão da produção oriunda de pequenos produtores rurais também vem contribuindo para novas perspectivas regionais. Destacando mudanças em outros setores, a vinda da produção de energia eólica para a região apresenta uma perspectiva importante, de médio prazo, para o aumento dos recursos públicos disponíveis para a expansão de infraestrutura local e oferta de serviços públicos mais amplos e qualificados. Também o turismo receptivo surge como alternativa importante de dinamização econômica, através da presença de águas termais e da oferta de serviços turísticos associados ao turismo rural, ao turismo vitivinícola, ao turismo enogastronômico, para além do turismo de compras que já faz parte da realidade regional. Todas estas constatações já são fruto de pesquisa feita por professores e alunos da Unipampa Campus Livramento.

O Quadro 3 abaixo sintetiza alguns indicadores socioeconômicos da cidade de Santana do Livramento e do Estado do Rio Grande do Sul. Nos últimos anos observa-se um conjunto de esforços para a dinamização da economia local. Neste sentido, merecem menção: a expansão da fruticultura (pêssegos, uvas, cítricos e azeitonas), o início dos processos de industrialização de vinho finos e de azeite de oliva, o desenvolvimento da cadeia leiteira com emergência da indústria de laticínios, a inserção da produção de energia eólica (cujo parque está instalado e as linhas de transmissão já foram licitadas), a expansão de atividades incentivadoras do turismo receptivo (festivais de gastronomia e enologia com oferta regular, articulação dos produtores de vinho para estabelecimento do roteiro turístico Ferradura dos Vinhedos, já incluso nos roteiros turísticos oficiais do Estado), ampliação do turismo de compras decorrente dos *free shops* existentes em Rivera, intensificação do estabelecimento de autarquias públicas (estaduais e federais) no município.

Quadro 3 - Indicadores Socioeconômicos de Santana do Livramento e do Rio Grande do Sul para os anos de 2010 e 2017

Indicador	Santana do Livramento		Rio Grande do Sul	
	2010	2016/17	2010	2017
PIB <i>per capita</i> (em R\$ de 2021)	23.338	39.086	48.164	48.780
Taxa de analfabetismo de pessoas com 10 anos ou mais	4,00%	[nd]	4,20%	[nd]



IFDM Consolidado	0,7083	0,7597	[nd]	82,4% dos municípios = Moderado
IFDM Educação	0,6610	0,7754	[nd]	56,2% dos municípios = alto
IFDM Saúde	0,8122	0,8433	[nd]	84,9% dos municípios = alto
IFDM Emprego e Renda	0,6517	0,6603	[nd]	59,8% municípios = regular

Fontes: PIB *per capita* e taxa de analfabetismo estão disponíveis na página da Fundação de Economia e Estatística (<http://www.fee.tche.br>) e no IBGE; o IFDM e seus componentes estão disponíveis na página do Índice Firjam de Desenvolvimento Municipal (<https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/>) (FIRJAN, 2019).

Nota: Os dados do IFDM mais atuais, no momento da coleta, referiam-se ao ano de 2016.

Numa abordagem ortodoxa, o crescimento econômico pode refletir-se em desenvolvimento quando consegue modificar indicadores sociais. Para observar algum possível avanço neste sentido, foram selecionados dados do IFDM. O IFDM apresenta dados até 2016, o que permite uma análise comparativa de períodos semelhantes a disponibilidade de informações para o PIB per capita. Para análise do IFDM é importante saber que: resultados superiores a 0,8 pontos representam alto desenvolvimento, de 0,6 a 0,8 tem-se um desenvolvimento moderado, de 0,4 a 0,6 um desenvolvimento regular e abaixo de 0,4, desenvolvimento baixo (FIRJAN, 2019).

Nos dois períodos observados, Santana do Livramento apresenta desenvolvimento moderado tanto no IFDM consolidado, quanto em suas componentes educação e emprego e renda. O IFDM saúde apresenta alto desenvolvimento nos dois períodos. O ano de 2017 apresenta uma pequena melhora em todos os indicadores, mas de modo especial o IFDM educação e o IFDM saúde. Quando comparado ao Estado do RS, apresenta mesmo desempenho no IFDM consolidado e no IFDM saúde, melhor desempenho no IFDM emprego e renda, mas pior desempenho no IFDM educação.

Seguindo as informações do Ministério da Integração (2006), e conforme exemplificado anteriormente, existe um esforço local para buscar alternativas que possam desencadear um novo ciclo de desenvolvimento, para superar a estagnação econômica que persiste por duas décadas. Este esforço passa por vários atores locais e regionais e vem contando, também, com o suporte do governo federal, dentro da sua Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

## 1.3 CONCEPÇÃO DO CURSO

### 1.3.1 Justificativa

A despeito de o primeiro curso de Economia Política poder ser buscado ainda no período joanino, com a cadeira criada para o Visconde de Cairu por Decreto de D. João VI, e de que, durante o século XIX e início do século XX, o ensino de Economia ter apresentado um importante desenvolvimento associado a outras áreas do conhecimento, como Direito, Engenharia e Práticas de Comércio (*cf.* SOUZA, 2006), é apenas em 1945 que o Curso de Ciências Econômicas passou a fazer parte do sistema de ensino superior brasileiro. Isto se deu através do Decreto-Lei nº 7.988 de 22 de setembro de 1945, assinado pelo presidente Getúlio Vargas que, entre outras coisas, estabelecia um currículo próprio para o curso e estabelecia que seus egressos receberiam o título de Bacharel em Ciências Econômicas. O Decreto previa também que o curso de Ciências Econômicas, ao lado do curso de Ciências Contábeis e Atuariais, deveria substituir o curso de Administração e Finanças e o curso de Atuário.

Tal fato marca o início da primeira das três etapas do processo de desenvolvimento do ensino de Ciências Econômicas no País identificadas por Biderman *et. al.* (1995). Nela, merece destaque a criação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (a atual UFRJ) em 1945 e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP em 1946. Evidentemente, nesta primeira etapa a profissão ainda estava profundamente ligada às áreas de administração e contabilidade, o que acabava por determinar tanto o perfil dos alunos ingressantes quanto a área de atuação do bacharel. De qualquer maneira, uma parte importante dos formados em Economia atuava, principalmente em instituições governamentais não acadêmicas, em estudos envolvendo as questões da superação do subdesenvolvimento – o que acabou por ser uma justificativa forte para a expansão do ensino de Economia no Brasil.

Na segunda etapa identificada por Biderman *et. al.* (1995), que vai do começo da década de 1960 até fins da década de 1970, assiste-se ao alcance de certo grau de maturidade do ensino de Economia no País, especialmente com o desenvolvimento do ensino em nível de pós-graduação na FGV e na USP e o alcance

de certo grau de internacionalização dos centros brasileiros de ensino e pesquisa em Economia. Modificações foram realizadas nos currículos de Economia, de modo a tornar o ensino mais forte e preparar melhor os bacharéis para o mercado de trabalho do setor privado (que refletia um importante processo de urbanização, industrialização e crescimento econômico), bem como para cargos do setor público, que demandavam cada vez mais economistas – o que provocou, segundo Biderman *et. al.* (1995), o aumento da atração, por parte das elites do País, pelo curso de Economia.

Na terceira etapa identificada por Biderman *et. al.* (1995) assiste-se a um processo de descentralização do ensino e da pesquisa em Economia no Brasil, bem como a uma ampliação da pluralidade de métodos e correntes de pensamento, ao mesmo tempo que a preocupação com temas relacionados à formulação e condução de políticas econômicas voltadas à superação dos problemas brasileiros (tais como subdesenvolvimento e inflação) continua a permear o trabalho de boa parte da profissão, em particular dos economistas acadêmicos.

Castro (2001) indica que nos 30 anos que se seguiram à regulamentação da profissão de Economista, em 1951, a dinâmica do mercado de trabalho acabou por permitir que as atribuições do economista fossem atendidas também por outros profissionais, em especial os administradores, engenheiros e contadores. Salaria que a ampliação de demanda por profissionais capacitados e a inadequação dos currículos de muitas faculdades contribuem sobremaneira para o estabelecimento deste fato.

O **campus Santana do Livramento**, no esforço de ampliar as ações da Unipampa em face de seu compromisso com a região onde está inserida, tem criado novos cursos na área das Ciências Sociais Aplicadas. O primeiro curso de graduação ofertado foi o curso de Administração, iniciado em setembro de 2006. Este foi seguido pelo curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, iniciado em março de 2009, pelo curso de Relações Internacionais, iniciado em agosto do mesmo ano e pelo **curso de Ciências Econômicas**, iniciado em março de 2010. O curso de Direito teve início no segundo semestre do ano de 2015 e o Mestrado em Administração iniciou no primeiro semestre do ano seguinte. O Campus ainda apresenta oferta de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, os quais alternam-se ao longo do tempo, sendo a especialização em Relações Internacionais Contemporâneas, a experiência mais recente. Em 2018 o *campus* também passa a ofertar um curso na modalidade EaD, de Administração Pública, em convênio com a UAB.

A oferta do Curso de Ciências Econômicas foi definida com dupla missão: por um lado gerar toda uma possibilidade de discussão e pesquisa sobre a realidade socioeconômica regional, viabilizando, através de ações conjuntas de ensino, pesquisa e extensão, proposições para entender e superar o problema do subdesenvolvimento instalado; por outro, contribuir, juntamente com os demais cursos, para a formação de um centro de excelência em gestão no *campus* Santana do Livramento.

O Curso de Ciências Econômicas e o profissional formado economista tem condições de atender a essa dupla missão, na medida em que a Economia é a ciência social que estuda o comportamento humano a partir das relações sistêmicas de consumo, produção, acumulação de capital e distribuição da riqueza entre agentes e instituições em determinado contexto socioeconômico. Uma das suas principais funções é explicar como funcionam os sistemas econômicos e as relações dos agentes, propondo soluções para os problemas existentes. Dessa maneira, o Curso de Ciências Econômicas supre a necessidade de profissionais com formação técnica e visão crítica sobre seu contexto socioeconômico, e os economistas formados sob tal visão poderão se tornar agentes protagonistas do processo de superação do estágio atual de desenvolvimento da região em que a Unipampa está inserida.

De fato, em atenção ao motivo principal que levou à criação da Unipampa, que é a de contribuir de forma científica, responsável, reflexiva, crítica e comprometida com a região da metade sul e seu desenvolvimento, o Curso de Ciências Econômicas busca atender a demanda de profissionais com capacidade para efetuar diagnósticos e análises econômicas com forte embasamento histórico, teórico, estatístico e filosófico da realidade social da região. É importante destacar que a Universidade possui um valor intrínseco, na promoção da ciência, da cultura, da arte e do pensamento crítico. Portanto a criação da Unipampa e, por sua vez, do Curso de Ciências Econômicas, em Santana do Livramento, contribuem para a disseminação destes valores na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Assim, procura-se suprir a demanda originada no setor público representada pelas diversas prefeituras da metade sul (principalmente das suas secretarias específicas em finanças e planejamento), bem como a demanda do setor privado por economistas versáteis e capacitados na leitura e compreensão do desenvolvimento econômico regional (educação, meio ambiente, agronegócios, turismo, saúde, tecnologia), na construção de modelos que permitam estabelecer relações entre

variáveis do âmbito produtivo, comercial e financeiro em nível micro e macro, na análise financeira e de mercado das unidades produtivas, na análise de conjuntura econômica, na proposição de projetos que contribuam para o desenvolvimento de setores emergentes, etc.

Além de atender a formação de profissionais que buscam interferir no desenvolvimento regional da metade sul do Estado de Rio Grande do Sul, o Curso de Ciências Econômicas também possibilita a escolha livre do estudante em se desenvolver atendendo eventual necessidade do governo federal (Banco Central, Universidades, Institutos de Pesquisa), governos estaduais (Secretarias de Finanças, Planejamento e Desenvolvimento, Bancos Estaduais), organismos do terceiro setor e unidades produtivas e financeiras (Propriedades rurais, Empresas, Departamentos de Finanças e Comércio de Multinacionais e Bancos), com as características que identificam sua formação na Unipampa.

Quando o curso foi proposto em 2010 havia a constatação de que a distribuição geográfica dos cursos de ciências econômicas em Universidades Públicas no Estado era esparsa e distante da fronteira Oeste. Localizavam-se na faixa Leste do Estado (Porto Alegre e Pelotas), na Região Central (Santa Maria) e no Litoral Sul (Rio Grande). Entendia-se como iminente a necessidade de criar e consolidar cursos de formação superior na região da fronteira Oeste do Estado: pela localização geográfica e pelo contexto histórico e econômico da região da fronteira Oeste, descritos no item 1.2. Ao longo destes 10 anos o Curso de Ciências Econômicas no Campus Livramento, vem possibilitando o atendimento da formação de profissionais da área para a Fronteira Oeste do RS em uma instituição de ensino superior pública.

É importante observar que o Curso de Ciências Econômicas utiliza como forma de ingresso os resultados do Enem. Neste sentido, a oferta de vagas tem sido realizada através do SiSU e por Nota do Enem. Pelo fato de o Enem ser um exame realizado a nível nacional e de forma unificada, também propicia o ingresso de discentes de diferentes regiões do Brasil. É o que se observa ao longo da história do curso, com o ingresso de discentes de diferentes estados.

A demanda por profissionais que possuam as habilidades e competências de um Bacharel em Ciências Econômicas é decorrência do baixo desenvolvimento local descrito anteriormente, e de uma ampla gama de potencialidades a serem exploradas tanto em virtude das próprias características socioeconômicas e culturais da região, quanto das possibilidades de atuação conjunta entre os Estados brasileiro e uruguaio,

dado a contiguidade dos territórios que se configura na cidade de Santana do Livramento e Rivera. Essa demanda local e/ou regional justifica-se na percepção que se constrói a partir dos anos de 1990, que as possibilidades de desenvolvimento vêm pelo reconhecimento das potencialidades identificadas pelos agentes e instituições locais, dando maior autonomia aos gestores em tomar iniciativas de políticas que promovam maior bem-estar social e econômico.

Estes são os principais motivos que levam a oferta do Curso de Ciências Econômicas no *campus* de Livramento, com o intuito de contribuir significativamente não só com a expansão do *campus* e da Unipampa, mas também para formar economistas capazes de compreender as mudanças da economia contemporânea e que contribuam para a promoção do desenvolvimento econômico e social do país e da região.

A existência do Curso de Ciências Econômicas na Unipampa vem no bojo de um movimento de descentralização e pluralismo, de um lado, e de atenção a problemas econômicos concretos, de outro – o que vai ao encontro do propósito de criação da Unipampa, qual seja, contribuir para o desenvolvimento de uma região estagnada do Rio Grande do Sul.

O Curso de Ciências Econômicas da Unipampa foi criado no primeiro semestre de 2010, oferece 50 vagas por ano e possui regime acadêmico semestral. Ele confere o grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Quadro 4 - Dados do Curso

Denominação	Ciências Econômicas
Implantação	Primeiro Semestre de 2010
Modalidade	Bacharelado
Titulação Conferida	Bacharel em Ciências Econômicas
Duração do curso	9 semestres
Tempo de integralização mínimo	9 semestres.
Tempo de integralização máximo	18 semestres
Carga horária total	3.150 horas (210 créditos)
Turno	Noturno
Número de vagas oferecidas	50 vagas/ano
Regime Acadêmico	Semestral
Carga Horária Mínima por semestre	120 horas/8 créditos
Carga Horária Máxima por semestre	480 horas/32 créditos
Coordenação	Prof. Dr. André da Silva Redivo
Unidade Acadêmica	<i>Campus</i> Santana do Livramento
Criação do curso	Ata da 7 <sup>a</sup> . Reunião do Conselho de Dirigentes da Unipampa, de 9 de julho de 2009.

Fonte: Elaboração própria.

### 1.3.2 Histórico do Curso

Como visto, o Curso de Ciências Econômicas da Unipampa tem a aprovação da sua criação definida no Conselho Dirigente da universidade, em 09/07/2009. A validação da criação se dá através da Portaria 1.776<sup>2</sup> de 07/11/2011, da Unipampa. O reconhecimento do curso aconteceu em 2014, quando o curso recebeu um conceito 4. A sua primeira turma é formada em 22/03/2010 e em 2020 o curso completou 10 anos. Nestes 10 anos de atuação, o curso já teve mais de 600 alunos, sendo 73 formandos e 208 alunos regulares.

A primeira renovação de reconhecimento do curso aconteceu em 2017, através da Portaria MEC 270 de 03/04/2017, e a segunda através da Portaria MEC 209 de 25/06/2020. Os discentes do Curso de Ciências Econômicas já realizaram duas provas do ENADE, em 2015 e 2018, tendo notas 5 e 2, respectivamente. Nos mesmos anos o curso obteve nota 4 no conceito preliminar de curso (CPC).

O primeiro PPC do curso teve vigência de 2013 a 2022, tendo alterações normativas e outras pedagógicas, mas contendo a mesma estrutura curricular. A partir dos resultados apresentados pelo curso, a Comissão do Curso e o NDE decidiram iniciar um processo de discussão sobre a sua estrutura curricular. Houve o acordo de que o curso precisaria buscar uma maior aproximação com a temática regional e incorporar a peculiaridade geográfica, de se situar em uma fronteira.

Com o reconhecimento da necessidade de buscar uma identidade que fosse reflexo de suas características institucionais e geográficas, este novo PPC incorpora os resultados de um amplo processo de discussão e definição da nova matriz curricular. Além da nova matriz curricular, o atual projeto incorpora a inserção da extensão como atividade curricular.

---

<sup>2</sup> Uma curiosa coincidência: em 1776 foi publicado a obra “Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações”, famosa obra de Adam Smith, tida por muitos como aquela que inaugura a Ciência Econômica enquanto área do conhecimento.

## 1.4 APRESENTAÇÃO DO CURSO

### 1.4.1 Administração do Campus

A administração acadêmica do Curso de Ciências Econômicas utiliza a estrutura oferecida pelo *campus* Santana do Livramento da Unipampa. Os cargos de coordenador acadêmico, de coordenador do curso e de coordenador substituto de curso são privativos para membros da carreira docente, sendo preenchidos após eleições paritárias entre as três categorias da comunidade acadêmica (docentes, técnicos e discentes) para períodos de dois (coordenador de curso e seu substituto) e quatro anos (coordenador acadêmico).

A seção IV do Regimento Geral da Unipampa estabelece o papel desempenhado pela coordenação acadêmica. Segundo seu artigo 77, cumpre à coordenadora acadêmica “executar as atividades necessárias à consecução das finalidades e objetivos da Universidade”.

Já a subseção II da seção X do Regimento Geral da Unipampa normatiza as atribuições do coordenador de curso. Em particular, ela afirma em seu artigo 105 que “[c]ompete ao Coordenador de Curso executar as atividades necessárias à consecução das finalidades e objetivos do Curso que coordena”.

Além disso, existem duas comissões que atuam na gestão no curso de Ciências Econômicas. A primeira delas é a Comissão de curso. A subseção I da seção X do Regimento Geral da Unipampa normatiza o papel das comissões de curso. Segundo o que consta no artigo 97 do referido documento, a “Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas”.

A segunda comissão é o Núcleo Docente Estruturante, composto por um grupo de professores ligados mais diretamente ao planejamento e funcionamento do curso. De acordo com o artigo 1º, parágrafo único da resolução CONAES 01/2010, “[o] NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso”. De forma mais concreta, o NDE do Curso de Ciências Econômicas zela, entre outras coisas, pela



atualização e adequação da estrutura curricular, do perfil dos docentes e dos egressos, segundo o que reza o Projeto Político Pedagógico do curso.

A secretaria do curso, a coordenação da biblioteca e o NuDE são geridos por servidores técnicos da Unipampa, e atendem todos os cursos do *campus* Santana do Livramento. Em particular, o Núcleo de Desenvolvimento Educacional – NuDE é o setor responsável pelo atendimento de docentes e discentes do *campus*, dentro da área do Desenvolvimento Educacional, visando a qualificação do ambiente acadêmico com orientação de conhecimentos da Pedagogia, Assistência Social e áreas afins. Vinculado com a Reitoria da Universidade também há o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), setor responsável pelo desenvolvimento e implantação das políticas de acessibilidade na Unipampa. Atualmente o NuDE possui uma servidora no campus que faz interface com o NInA.

Os integrantes do NuDE trabalham a partir de demandas apresentadas pelos docentes e discentes, bem como pela proposição de projetos de intervenções específicas, na busca por alternativas que favoreçam os processos de ensino-aprendizagem na instituição e também na implementação de Projetos Institucionais de natureza pedagógica. O trabalho é desenvolvido pelos Técnicos em Assuntos Educacionais - TAEs, Assistentes Sociais, Pedagogos e outros profissionais.

- a) Coordenador Acadêmico: Fernando Pedro Meinerio.
- b) Coordenador do Curso: André da Silva Redivo
- c) Coordenador Substituto do Curso: Lucélia Ivonete Juliani
- d) Secretário do Curso: Luis Marcelo Garske
- e) Bibliotecário: Amanda Juliana Kramer Arruda.
- f) NuDE – Núcleo de Desenvolvimento Educacional: Alan Carvalho (Assistente Social), Caren Rossi (Técnica em Assuntos Educacionais) e Ruth Pereira Castro (Pedagoga), Mariana Pereira Castro Figueira – Tradutora e Intérprete de LIBRAS e Interface do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), Taise Gomes dos Santos Cá - Tradutora e Intérprete de LIBRAS .
- g) Comissão de Curso: Todos os docentes que atuam no curso nos últimos 12 meses, um representante dos discentes e um representante dos técnicos administrativos em educação.
- h) Núcleo Docente Estruturante (NDE): composto por Lucélia Ivonete Juliani (Presidente), Patrícia Eveline dos Santos Roncato (secretária), Alessandra Troian,

Altacir Bunde, André da Silva Redivo, Carlos Hernan Rodas Cespedes, e Mauro Barcellos Sopeña.

i) Endereço de funcionamento do curso:

Universidade Federal do Pampa – *campus* Santana do Livramento

Rua Barão do triunfo, nº 1048 – Centro

CEP 97573-634 – Santana do Livramento/RS

Telefone: 55 3967-1700

#### 1.4.2 Funcionamento do Curso

O calendário do Curso de Ciências Econômicas segue o calendário acadêmico definido anualmente pela reitoria da Unipampa. Ele tem regime semestral, compreendendo dois períodos letivos regulares ao ano, com 100 dias letivos cada. A oferta de componentes curriculares acontece no período noturno e tem sua definição realizada pela Coordenação do Curso, em conjunto com as demais coordenações de curso do *campus* e também com a Coordenação Acadêmica. Os horários são aprovados na Comissão Local de Ensino e posteriormente no Conselho do *Campus*. As ofertas acontecem prioritariamente de segunda a sexta-feira, mas podem acontecer aos sábados, que é considerado dia letivo.

No Quadro 5 são apresentadas as distribuições de carga horária em Componentes Curriculares Obrigatórios e Complementares, Atividades Complementares de Graduação, Estágio Curricular Obrigatório, Atividades Práticas e Trabalho de Conclusão de Curso.

Quadro 5 - Distribuição Horária Total do Curso

Modalidade da Atividade de Ensino	Carga Horária	Número de Créditos
Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação	2160	144
Trabalho de Conclusão de Curso	180	12
Atividades Curriculares de Extensão	315	21
Componentes Curriculares Complementares de Graduação	420	28
Atividades Complementares de Graduação	75	5
Total	3150	210

Fonte: Elaboração própria.

### 1.4.3 Formas de Ingresso

O Processo Seletivo para preenchimento das vagas anuais autorizadas para os cursos de graduação é regido pela Resolução CONSUNI nº 260, de 11 de novembro de 2019 e será pelos seguintes tipos de processo seletivo:

I. Processo Seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU): utiliza exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e ocorre para todos os cursos de graduação conforme o número de vagas estabelecido pela Instituição.

II. Processo Seletivo por Chamada por Nota do ENEM: é um processo de seleção da Unipampa utilizando as notas do ENEM de anos anteriores, regido por edital próprio, por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação.

III. Processo Seletivo de Ingresso via edital específico: ocorre para cursos de graduação criados mediante acordos, programas, projetos, pactos, termos de cooperação, convênios, planos de trabalho ou editais com fomento externo em atendimento a calendários diferenciados ou necessidades de seleção particulares.

O ingresso via ação afirmativa materializa-se como política institucional da Universidade que tem como objetivo expandir o acesso ao Ensino superior por grupos historicamente alijados deste direito. São ações afirmativas institucionais:

a) Ação Afirmativa para Pessoa com Deficiência: Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.

b) Ação Afirmativa para Pessoas autodeclaradas Negras (preta e parda): Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.

O preenchimento de vagas ociosas geradas em função de abandonos, cancelamentos e desligamentos será realizado semestralmente via Processo Seletivo Complementar ou via editais específicos aprovados pelo Conselho Universitário para ingresso no semestre subsequente.

O Processo Seletivo Complementar é destinado aos estudantes vinculados a instituições de ensino superior, egressos de cursos interdisciplinares, aos portadores de diplomas que desejam ingressar na Unipampa, aos egressos da Unipampa, em situação de abandono, cancelamento ou que extrapolem o prazo máximo de

integralização do curso e que desejam reingressar e aos egressos de instituições de ensino superior interessados em concluir sua primeira graduação.

As modalidades do Processo Seletivo Complementar são:

- a) Segundo ciclo de formação;
- b) Reingresso;
- c) Conclusão da Primeira Graduação;
- d) Reopção de Curso;
- e) Transferência voluntária;
- f) Portador de diploma.

I. Segundo Ciclo de Formação é a modalidade de Processo Seletivo complementar para diplomados ou concluintes de cursos interdisciplinares que permite a continuidade da formação em um dos demais cursos de graduação oferecidos pela Unipampa.

II. Reingresso é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para discentes da Unipampa em situação de abandono, cancelamento ou desligamento há, no máximo, 04 (quatro) semestres letivos regulares consecutivos.

III. Conclusão da Primeira Graduação é a categoria de Processo Seletivo Complementar para discentes de instituições de ensino superior, em situação de abandono ou cancelamento, que buscam concluir sua primeira graduação.

IV. Reopção de Curso é a modalidade de Processo Seletivo Complementar mediante a qual o discente, com vínculo em curso de graduação da Unipampa, pode transferir-se para outro curso de graduação ou outro turno de oferta de seu Curso de origem na Unipampa.

V. Transferência voluntária é a modalidade do Processo Seletivo Complementar na qual o discente regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação reconhecido de outra Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada e credenciada conforme legislação, pode solicitar ingresso em Curso de graduação da Unipampa.

VI. Portador de Diploma é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para diplomados por Instituições de Ensino Superior do País, credenciadas conforme legislação, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma do art. 48 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

As outras formas de ingresso na Unipampa compreendem as seguintes modalidades:

I. Transferência ex-officio: é a forma de ingresso concedida a servidor público federal civil ou militar, ou a seu dependente estudante, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do Campus pretendido ou município próximo, na forma da Lei nº 9.536, 11 de dezembro de 1997 e do Parágrafo único do Art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

II. Programa de estudantes-convênio de graduação (PEC-G): conforme Decreto 7.948, de 12 de março de 2013, oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais.

III. Matrícula de Cortesia: consiste na admissão de estudantes estrangeiros, funcionários internacionais ou seus dependentes, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06 de Junho de 1984, e Portaria MEC nº 121, de 02 de Outubro de 1984.

Os estudos temporários caracterizam a participação de estudantes em componentes curriculares de graduação mediante Plano de Estudo devidamente aprovado. As modalidades são:

I. Matrícula no Regime Especial: é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica.

II. Mobilidade acadêmica intrainstitucional: permite ao discente da Unipampa cursar temporariamente componentes curriculares em Campus distinto daquele que faz a oferta do Curso ao qual o discente está vinculado.

III. Mobilidade acadêmica interinstitucional: permite ao discente de outra IES cursar componentes curriculares na Unipampa, como forma de vinculação temporária; e ao discente da Unipampa cursar componentes curriculares em outras IES na forma de vinculação temporária.

A Unipampa também conta com Processo Seletivo Específico para Fronteiriços, Processo Seletivo Específico para Indígenas Aldeados e Moradores das Comunidades Remanescentes dos Quilombos e/ou outros processos seletivos específicos, todos com edital próprio e divulgados pela universidade.

O discente com deficiência que ingressar na UNIPAMPA, por meio de ações afirmativas, de acordo com a Resolução CONSUNI 328/2021, passará por uma

entrevista, no ato de confirmação da vaga, com a finalidade de identificar as tecnologias assistivas necessárias às suas atividades acadêmicas. Após o ingresso do discente com deficiência, a UNIPAMPA deverá nomear uma equipe multidisciplinar para realização de avaliação biopsicossocial.

Os discentes que não tenham ingressado por ações afirmativas ou que não tenham informado a demanda por acessibilidade pedagógica, no momento do ingresso na instituição, poderão fazê-lo a qualquer tempo, mediante solicitação junto à interface do NInA.

#### 1.4.4 Legislação

A legislação que apoia a construção do presente Projeto Político Pedagógico é formada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/1996 (estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional), pelos pareceres CNE/CES nº 95/2007 (aprovado em 29/03/2007), CNE 380/2005 (aprovado em 06/11/2005), pelo parecer CNE 184/2006 (aprovado em 07/07/2006) e pelas resoluções CNE/CES nº 2 (de 18 de julho de 2007, que Dispõe sobre Carga Horária Mínima e Procedimentos Relativos à Integralização e Duração dos Cursos de Graduação, Bacharelados, na Modalidade Presencial) e nº 4 (de 13 de julho de 2007, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Bacharelado, e dá outras providências). Acrescenta-se também o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 (Unipampa, 2019) e demais Orientações Normativas Institucionais apresentadas abaixo.

As diretrizes nacionais compostas pela LDB e pelas normativas do MEC procuram delimitar o Curso de Ciências Econômicas dentro da política nacional de educação, e qualificar o profissional com habilidades e competências necessárias ao exercício da profissão de economista no País. Ao mesmo tempo, a adequação às normas da Unipampa permite a formação de um profissional diferenciado e voltado ao contexto social, econômico, cultural e ambiental no qual a universidade está inserida.

Além da LDB e das normas e pareceres específicos do curso de Ciências Econômicas, com as Diretrizes Curriculares Nacionais, também são atendidas as seguintes legislações neste PPC:

##### 1. Legislação para os cursos de graduação Bacharelado/Licenciatura/Tecnológico:

- Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Lei nº 13.005/2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências;
- A Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394/1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências;

- Parecer CNE/CP nº 03/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução CNE/CP nº 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Lei nº 11.645/2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
- Resolução CNE/CP nº 01/2012 e Parecer CNE/CP nº 08/2012, que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências e Decreto nº 4.281/2002, o qual regulamenta a Lei nº 9.795/1999;
- Resolução CNE/CP nº 02/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Nota Técnica MEC nº 24/2015, a qual apresenta a dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação;
- Lei nº 11.788/2008, a qual estabelece as normas para realização de estágios de estudantes;
- Instrução Normativa nº 213/2019, a qual estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências;
- Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei nº 10.048/2000, a qual dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Decreto nº 6.949/2009, o qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo;
- Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado;



- Lei nº 12.764/2012, que trata da Proteção dos Direitos de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista;
- Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- Portaria nº 3.284/2003, a qual dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência;
- Portaria nº 2.117/2019 a qual dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;
- Decreto nº 9.057/2017, o qual regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Resolução CONAES nº 01/2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante;
- Resolução CNE/CES nº 02/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Resolução CNE/CES nº 04/09, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação (para cursos de Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional);
- Resolução CNE/CES 07/2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024.
- Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.
- Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017, que estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; e dá outras providências.

## 2. Orientações Normativas Institucionais:

- Lei nº 11.640/2008, que cria a Fundação Universidade Federal do Pampa;
- Resolução Unipampa/CONSUNI nº 246/2019, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 –2023);
- Resolução Unipampa/CONSUNI nº 05/2010, que aprova o Regimento Geral da Unipampa, alterado pela Resolução 27/2011;
- Resolução Unipampa/CONSUNI nº 80/2014, a qual aprova o Programa de Avaliação de Desempenho Docente na Unipampa;
- Resolução Unipampa/CONSUNI nº 329/2021, que dispõe sobre as normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente é a Unipampa;
- Resolução Unipampa/CONSUNI nº 97/2015, a qual normatiza o NDE na Unipampa;
- Resolução Unipampa/CONSUNI nº 29/2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas;
- Resolução Unipampa/CONSUNI nº 240/2019, a qual fixa o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa;
- Resolução Unipampa/CONSUNI nº 253/2019, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e as Normas para Atividades e Organização do Calendário Acadêmico da Universidade Federal do Pampa;
- Resolução Unipampa/CONSUNI nº 260/2019, a qual aprova as normas para ingresso no ensino de graduação na Unipampa.
- Resolução Unipampa/CONSUNI nº 317/2021, que regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da Unipampa;
- Resolução Unipampa/CONSUNI nº 328/2021, a qual aprova as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da Universidade Federal do Pampa.

- Resolução Unipampa/CONSUNI nº 337/2022, que altera a Resolução CONSUNI/Unipampa nº 29, de 28 de abril de 2011, Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas.

## **2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

### **2.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO**

#### **2.1.1 Políticas de Ensino**

A Universidade Federal do Pampa, como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país. Adota os seguintes princípios orientadores de seu fazer: a) Formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade; b) Excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas; c) Sentido público, manifesto por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional para a construção de uma Nação justa e democrática.

Pretende-se uma Universidade que intente formar egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciado e comprometidos com as necessidades contemporâneas locais e globais. Para tanto, é condição necessária uma prática pedagógica que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la.

Neste sentido, a política de ensino será pautada pelos seguintes princípios específicos:

1. Formação para cidadania, que culmine em um egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento sustentável;
2. Educação como um processo global e interdependente, implicando compromisso com o sistema de ensino em todos os níveis;
3. Qualidade acadêmica, traduzida pela perspectiva de totalidade que envolve as relações teoria e prática, conhecimento e ética e compromisso com os interesses públicos;
4. Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;
5. Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas;
6. Equidade de condições para acesso e continuidade dos estudos na Universidade;
7. Reconhecimento do educando como sujeito do processo educativo;
8. Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;
9. Coerência na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas e na avaliação;
10. Incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação.

São exemplos de projetos de ensino já desenvolvidos por docentes do curso de Ciências Econômicas: Grupo de Estudos sobre Organizações e Desenvolvimento; Conhecimento Codificado; Leitura e Produção Textual em Economia. Sempre que possível, os docentes responsáveis pelos projetos concorrem a editais de apoio e fomento, tais como o Programa de Desenvolvimento Acadêmico, que fornecem bolsas a discentes.

### 2.1.2 Políticas de Pesquisa

A concepção de pesquisa na Unipampa está voltada para a construção de conhecimento científico básico e aplicado, de caráter interdisciplinar, e busca o estreitamento das relações com o ensino e a extensão, visando ao desenvolvimento da sociedade. A institucionalização da pesquisa deve ser capaz de ampliar e fortalecer a produtividade científica, promovendo atividades que potencializem o desenvolvimento local e regional de forma ética e sustentável. Para fortalecer a prática de pesquisa, em particular na forma de iniciação científica, há o permanente estímulo à busca de financiamento através da inscrição em editais de agências como CNPq, CAPES e FAPERGS, além do Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA), uma ação conjunta da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários, da Pró-Reitoria de Graduação, da Pró-Reitoria de Pesquisa e da Pró-Reitoria de Extensão da Unipampa. Os seguintes princípios orientam as políticas de pesquisa e de pós-graduação, de acordo com o PDI 2019-2023:

1. Formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico;
2. Difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação;
3. Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentável.
4. Incentivo a programas de colaboração em redes de pesquisa nacional e internacional;
5. Viabilização de programas e projetos de cooperação técnico-científicos e intercâmbio de docentes no País e no exterior, por meio de parcerias com instituições de pesquisa e desenvolvimento.

Por sua vez, os docentes do curso já desenvolveram os seguintes projetos de Pesquisa: O financiamento do processo de industrialização no Brasil, entre 1930 e 1980; Conselhos de política pública e gestão local; Laboratório de controle social; Mudança institucional na vitivinicultura da campanha gaúcha: uma análise a partir da associação vinhos da campanha; Qualidade no transporte coletivo urbano: uma análise em Santana do Livramento – RS. Sempre que possível, os docentes responsáveis pelos projetos concorrem a editais de apoio e fomento, tais como o

Programa de Desenvolvimento Acadêmico, FAPERGS, CAPES e CNPQ, que fornecem bolsas a discentes, além de outras formas de fomento.

### **2.1.3 Políticas de Extensão**

Em relação às políticas de extensão, cujo principal papel é promover a articulação entre a universidade e a sociedade e o intercâmbio de conhecimentos, adotam-se os seguintes princípios específicos, conforme a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA 332/2021 e PDI 2019/2023:

1. Valorização da extensão como prática acadêmica;
2. Impacto e transformação: a Unipampa nasce comprometida com a transformação da metade sul do Rio Grande do Sul. Essa diretriz orienta que cada ação da extensão da universidade se proponha a observar a complexidade e a diversidade da realidade dessa região, de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável;
3. Interação dialógica: essa diretriz da política nacional orienta para o diálogo entre a universidade e os setores sociais, numa perspectiva de mão-dupla e de troca de saberes. A extensão na Unipampa deve promover o diálogo externo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas. Ao mesmo tempo, deve contribuir para estabelecer um diálogo permanente no ambiente interno da universidade.
4. Contribuição com ações que permitam a integralização do Plano Nacional de Educação;
5. Interdisciplinaridade: a partir do diálogo interno, as ações devem buscar a interação entre disciplinas, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da instituição, garantindo tanto a consistência teórica, bem como a operacionalidade dos projetos.
6. Indissociabilidade com ensino e pesquisa: essa diretriz se propõe a garantir que as ações de extensão integrem o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. Compreendida como estruturante na formação do aluno, as ações de extensão podem gerar aproximação com novos objetos de estudo, envolvendo a pesquisa, bem como revitalizar as práticas de ensino pela

interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso, bem como para a renovação do trabalho docente.

7. Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, que propiciem o desenvolvimento e livre acesso à arte na região em suas variadas expressões;

8. Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;

9. Contribuição para a formação profissional e cidadã dos discentes.

Com relação as atividades de extensão desenvolvidas por docentes do curso, podem ser apresentados como exemplos: Incubação de empreendimentos solidários na fronteira da paz; Cálculo do custo da cesta básica em Santana do Livramento; Ações de controle social; Modernização administrativa de órgãos públicos municipais; Educação financeira no Pampa. Sempre que possível, os docentes responsáveis pelos projetos concorrem a editais de apoio e fomento, tais como o Programa de Desenvolvimento Acadêmico, que fornecem bolsas a discentes.

## 2.2 OBJETIVOS DO CURSO

### 2.1 Objetivo geral

O objetivo geral é ofertar aos acadêmicos do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas uma formação sólida, eclética e crítica, para desenvolver conhecimentos, habilidades e competências comprometidas com a ética e a cidadania, tornando-os capazes de solucionar problemas de natureza econômica, visando o desenvolvimento local, regional e nacional.

### 2.2 Objetivos específicos

a) analisar as teorias do pensamento econômico e a evolução histórica e filosófica da economia;

- b) compreender os conceitos microeconômicos, macroeconômicos, do desenvolvimento econômico nacional, regional e local e da economia e internacional;
- c) proceder a análise crítica dos aspectos da formação histórica da realidade contemporânea das economias mundial, brasileira, regional e local;
- d) desenvolver conhecimento dos métodos quantitativos da matemática e da estatística, aplicados à realidade e às teorias econômicas;
- e) utilizar o método científico na condução da pesquisa científica;
- f) dominar ferramentas específicas da profissão, como análises, diagnósticos, pareceres, projetos, projeções, elaboração de índices etc.
- g) relacionar a ciência econômica e os aspectos éticos, sociais, políticos, ambientais e de cidadania numa ampla formação de caráter humanístico.

### **2.3 Perfil do Egresso**

Conforme exposto no item 1.1.1, o perfil do egresso da Unipampa tem uma formação acadêmica generalista e humanística, sendo que:

A UNIPAMPA, como universidade pública, tem o papel de oportunizar uma sólida formação acadêmica generalista, emancipatória e humanística em seus cursos de formação. Esse papel inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social do conhecimento, competências, habilidades e valores reconstruídos na vida universitária e a habilitação necessária para se inserirem em seus respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional, sustentável, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática (Unipampa, 2019, p.27).

Ao mesmo tempo, o egresso irá atender ao perfil previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação de Ciências Econômicas, que, em seu artigo 3º preveem:

O curso de graduação em Ciências Econômicas deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, revelando assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como sólida consciência social indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas, na sociedade brasileira e no conjunto das funções econômicas mundiais (MEC, 2007).



Especificamente, o Curso de Ciências Econômicas da Unipampa tem como objetivo primeiro proporcionar uma formação qualificada em competências profissionais e intelectuais ao Bacharel, apresentando os ferramentais necessários para que ele possa desempenhar as funções próprias do economista nas esferas pública e privada. Tais ferramentas estão relacionadas ao conhecimento de teoria econômica, dos métodos quantitativos associados a ela e da visão histórica, filosófica e crítica que emerge do processo de formação do economista. Deste modo, o Bacharel em Ciências Econômicas deverá possuir formação sólida e eclética, apropriada para atender objetivos organizacionais e macroeconômicos de forma comprometida, ética e crítica. Deverá estar atento ao desenvolvimento local e nacional e capacitado para a atuação profissional nos setores público e privado.

### **2.3.1 Campos de Atuação Profissional**

De acordo com o Guia da profissão do Economista, do COFECON (2020), “a atividade profissional do Economista exercita-se em empreendimentos públicos, privados ou mistos, ou por quaisquer outros meios que objetivem, técnica ou cientificamente, o aumento ou a conservação do rendimento econômico (Decreto nº 3.1794/52, art. 3º)”. Inserem-se entre as atividades inerentes à profissão de Economista:

- a) assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira;
- b) estudos de mercado e de viabilidade econômico-financeira;
- c) análise e elaboração de cenários econômicos, planejamento estratégico nas áreas social, econômica e financeira;
- d) estudo e análise de mercado financeiro e de capitais e derivativos;
- e) estudo de viabilidade e de mercado relacionado à economia da tecnologia, do conhecimento e da informação, da cultura e do turismo;
- f) produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e financeira, incluindo contas nacionais e índices de preços;
- g) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação econômico-financeira de política tributária e finanças públicas;
- h) assessoria, consultoria, formulação, análise e implementação de política econômica, fiscal, monetária, cambial e creditícia;

- i) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de planos, programas, projetos de natureza econômico-financeira;
- j) avaliação patrimonial econômico-financeira de empresas e avaliação econômica de bens intangíveis;
- k) perícia judicial e extrajudicial e assistência técnica em matéria de natureza econômico-financeira, incluindo cálculos de liquidação;
- l) análise financeira de investimentos;
- m) estudo e análise para elaboração de orçamentos públicos e privados e avaliação de seus resultados;
- n) estudos de mercado, de viabilidade e de impacto econômico-social relacionados ao meio ambiente, à ecologia, ao desenvolvimento sustentável e aos recursos naturais;
- o) auditoria e fiscalização de natureza econômico-financeira;
- p) formulação, análise e implementação de estratégias empresariais e concorrenciais;
- q) economia e finanças internacionais, relações econômicas internacionais, aduanas e comércio exterior;
- r) certificação de renda de pessoas físicas e jurídicas e consultoria em finanças pessoais;
- s) regulação de serviços públicos e defesa da concorrência;
- t) estudos e cálculos atuariais nos âmbitos previdenciário e de seguros;
- u) consultoria econômico-financeira independente;
- v) atuação no campo da economia solidária;
- w) atuação no campo da economia da cultura e da economia criativa;
- x) arbitragem e mediação.

### **2.3.2 Habilidades e Competências**

As habilidades e competências desenvolvidas neste projeto de curso são as especificadas no Perfil do Egresso, já apresentadas.

## **2.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

Seguindo os ordenamentos legais e normativos, com ênfase na Resolução nº 4, de Julho de 2007, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Ciências Econômicas, os componentes curriculares contidos na estrutura curricular de Ciências Econômicas convergem para a construção da dimensão ética e política nas questões referentes aos direitos individuais e coletivos, a equidade e a sustentabilidade ambiental, com seus respectivos ordenamentos legais apresentados na seção 1.4.4. O tratamento transversal, integral e permanente dessas questões revela-se na estruturação do curso numa perspectiva histórica, eclética e de pluralidade das correntes do pensamento econômico.

Propicia-se, assim, a constituição do pensamento crítico e reflexivo, e a ênfase na postura ética e responsável quanto ao consumo, à produção e à distribuição, tendo em vista a promoção do desenvolvimento econômico através de ações individuais e coletivas, e de instrumentos de política econômica que respeitem a diversidade ambiental e os saberes e valores sociais e culturais.

#### 2.4.1 Matriz Curricular

A Matriz Curricular do Curso, contendo os componentes curriculares, cargas horárias e número de créditos é apresentada no quadro abaixo.

Quadro 6 - Matriz Curricular

1º Semestre				
Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH	Pré-Requisito
SLAD102	Fundamentos de Economia	4	60	
SL4710	Matemática para Economia I	4	60	
SL4730	Fundamentos de Contabilidade	4	60	
SL0002	História Econômica, Política e Social Geral	4	60	
SL4712	Metodologia e Produção Textual	4	60	
Total		20	300	
2º Semestre				
Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH	Pré-Requisito
SL0039	Formação Econômica do Brasil	4	60	
SL4711	Matemática para Economia II	4	60	Matemática para Economia I
SL0042	Microeconomia I	4	60	
SL0043	Contabilidade Social	4	60	
SL0046	História do Pensamento Econômico I	4	60	
Total		20	300	

3º Semestre				
Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH	Pré-Requisito
SL0045	Microeconomia II	4	60	Microeconomia I
SLAD105	Fundamentos de Sociologia	4	60	
SL0049	Macroeconomia I	4	60	Contabilidade Social
SL0050	História do Pensamento Econômico II	4	60	História do Pensamento Econômico I
37106	Matemática Financeira	4	60	
SL4722	Programa Unipampa Cidadã I	2	30	
Total		22	330	
4º Semestre				
Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH	Pré-Requisito
SL4599	Estatística Básica	4	60	
SL2038	Economia Industrial	4	60	Microeconomia II
SL0051	Macroeconomia II	4	60	Macroeconomia I
SL0063	Economia Brasileira I	4	60	Formação Econômica do Brasil
SL0061	Economia Política	4	60	HPE I
SL4723	Programa Unipampa Cidadã II	4	60	Programa Unipampa Cidadã I
Total		24	360	
5º Semestre				
Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH	Pré-Requisito
SL0058	Economia Brasileira II	4	60	Economia Brasileira I
SL4600	Estatística Econômica	4	60	Microeconomia II
SL0062	Macroeconomia III	4	60	Macroeconomia I
SL4586	Economia da Tecnologia	4	60	Microeconomia I
SL0052	Desenvolvimento Econômico	4	60	
SL4724	Programa Unipampa Cidadã III	2	30	Programa Unipampa Cidadã II
Total		22	330	
6º Semestre				
Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH	Pré-Requisito
SL0053	Econometria I	4	60	Estatística Econômica
SL4584	Desenvolvimento e Integração	4	60	
SL0055	Economia Monetária	4	60	Macroeconomia I
SL0024	Economia Internacional I	4	60	Microeconomia II
SL4715	Análise de Conjuntura I	2	30	Microeconomia II, Macroeconomia I e Estatística Econômica
	CCCG	2	30	
Total		20	300	
7º Semestre				
Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH	Pré-Requisito
SL4714	Epistemologia e Método na Economia	4	60	HPE II
SL4029	Economia da América Latina	4	60	
SL0029	Economia Internacional II	4	60	Economia Internacional I

SL0057	Econometria II	4	60	Econometria I
SL4716	Análise de Conjuntura II	2	30	Análise de Conjuntura I
	CCCG	2	30	
Total		20	300	
8º Semestre				
Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH	Pré-Requisito
SL4726	TCC I	6	90	2115 horas do curso dentro das quais esteja cumprido: Microeconomia II, Macroeconomia I, Econometria I, Economia Brasileira II
SL4025	Elaboração e Análise de Projetos	4	60	Matemática Financeira
SL4713	Economia Brasileira III	4	60	Economia Brasileira II
	CCCG	4	60	
	CCCG	4	60	
Total		22	330	
9º Semestre				
Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH	Pré-Requisito
SL4727	TCC II	6	90	TCC I
	CCCG	4	60	
	CCCG	4	60	
	CCCG	4	60	
	CCCG	4	60	
Total		22	330	
Demais Atividades		Créditos	CH	
Atividades Complementares de Graduação		5	75	
Atividades Curriculares de Extensão Específicas		13	195	
Total do Curso		210	3150	

Fonte: Elaboração própria

#### 2.4.2 Requisitos para integralização curricular

A estruturação curricular segue os Padrões de Qualidade adotados pelo MEC, conforme legislação citada na subseção 1.4 acima, que definem os componentes curriculares de Ciências Econômicas, distribuídos entre formação geral, formação teórico-quantitativa, formação histórica, formação teórico-prática, atividades complementares e componentes curriculares complementares de graduação, conforme o Quadro 7 a seguir:

Quadro 7 - Estrutura Curricular

Formação	Componentes Curriculares	Semestre	Créditos	Carga Horária
Componente Curricular Complementar de Graduação	CCCG	6CE	2	30
	CCCG	7CE	2	30
	CCCG (2 componentes)	8CE	8	120
	CCCG (4 componentes)	9CE	16	240
Extensão	Atividades Curriculares de Extensão Específicas		13	195
	Programa Unipampa Cidadã I	3CE	2	30
	Programa Unipampa Cidadã II	4CE	4	60
	Programa Unipampa Cidadã III	5CE	2	30
Formação Geral	Fundamentos de Contabilidade	1CE	4	60
	Estatística Básica	4CE	4	60
	Estatística Econômica	5CE	4	60
	Fundamentos de Economia	1CE	4	60
	Fundamentos de Sociologia	3CE	4	60
	Matemática Financeira	3CE	4	60
	Matemática para Economia I	1CE	4	60
	Matemática para Economia II	2CE	4	60
Metodologia e Produção Textual	1CE	4	60	
Formação Histórica	Economia Brasileira I	4CE	4	60
	Economia Brasileira II	5CE	4	60
	Economia Brasileira III	8CE	4	60
	Epistemologia e Método na Economia	7CE	4	60
	Formação Econômica do Brasil	2CE	4	60
	História do Pensamento Econômico I	2CE	4	60
	História do Pensamento Econômico II	3CE	4	60
	História Econômica, Política e Social Geral	1CE	4	60
Formação Teórico-Prática	Análise de Conjuntura I	6CE	2	30
	Análise de Conjuntura II	7CE	2	30
	Atividades Complementares de Graduação		5	75
	Elaboração e Análise de Projetos	8CE	4	60
	TCC I	8CE	6	90
	TCC II	9CE	6	90
Formação Teórico-Quantitativa	Contabilidade Social	2CE	4	60
	Desenvolvimento e Integração	6CE	4	60
	Desenvolvimento Econômico	5CE	4	60
	Econometria I	6CE	4	60
	Econometria II	7CE	4	60
	Economia da América Latina	7CE	4	60
	Economia da Tecnologia	5CE	4	60
	Economia Industrial	4CE	4	60
	Economia Internacional I	6CE	4	60
	Economia Internacional II	7CE	4	60
	Economia Monetária	6CE	4	60

Formação	Componentes Curriculares	Semestre	Créditos	Carga Horária
	Economia Política	4CE	4	60
	Macroeconomia I	3CE	4	60
	Macroeconomia II	4CE	4	60
	Macroeconomia III	5CE	4	60
	Microeconomia I	2CE	4	60
	Microeconomia II	3CE	4	60
Total do Curso			210	3150

Fonte: Elaboração própria

Cumprir destacar que faz parte da formação discente o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), já que, conforme a Lei 10861/04, este é um componente curricular obrigatório a todos os cursos de graduação.

#### **2.4.2.2. Plano de integralização da carga horária do curso**

A integralização curricular é feita pelo sistema de horas-aula, observados os limites mínimos e máximos de componentes curriculares por período letivo (120 horas e 480 horas, respectivamente). Considera-se cumprido o currículo mínimo quando o aluno tiver obtido o total de horas-aula correspondentes ao somatório das horas-aula, aí incluída a elaboração e defesa do TCC, os CCCGs e as ACGs.

Considerando a legislação, a proposta do curso foi estruturada dentro da distribuição apresentada no Quadro 8 abaixo:

Quadro 8 - Estrutura do Currículo

Área de Formação	Carga Horária	Participação (%)
Formação Geral	540	17,14
Formação Histórica	480	15,24
Formação Teórico-Prática	375	11,90
Formação Teórico-Quantitativa	1020	32,38
Extensão	315	10,00
Componente Curricular Complementar de Graduação	420	13,33
Total geral	3150	100,00

NOTA: Distribuição da Estrutura Curricular do Curso de Ciências Econômicas da Unipampa, entre formação básica, profissional, teórico quantitativo, atividades complementares, componentes curriculares complementares de graduação e TC. Conforme a Lei 10861/04, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), apesar de não constar no quadro acima, é componente curricular obrigatório do Curso de Ciências Econômicas da Unipampa. A extensão está de acordo com o estabelecido na Resolução CNE/CES 07/2018.

Os CCCGs têm por objetivo permitir a formação ampla, abrangente e plural dos acadêmicos do curso. Tais componentes complementares tratarão das mais variadas temáticas relacionadas à Ciência Econômica, de acordo com a disponibilidade e área de pesquisa do corpo docente. Dessa forma, podem ser ofertados componentes que contemplem conteúdos mais específicos, temáticos, interdisciplinares ou mesmo atuais que não necessariamente estejam previstos na matriz curricular.

#### **2.4.2.3 Pré-Requisitos**

Os pré-requisitos estabelecidos na estrutura curricular do curso de Ciências Econômicas são uma exigência prévia para realizar um componente curricular. Foram estabelecidos apenas naquelas condições em que a disciplina exige um conhecimento prévio, obtido em disciplina ofertada em período ou períodos anteriores. As disciplinas que foram estabelecidas com pré-requisitos são as apresentadas no Quadro 9.

A Comissão de Curso de Ciências Econômicas, a partir do atual PPC, não permite a quebra de pré-requisitos estabelecidos na estrutura curricular. Até então a quebra de pré-requisito era permitida apenas para a disciplina de TCC I. A partir deste PPC, pré-requisito para cursar TCC I será a integralização de 2115 horas de componentes curriculares, dentre os quais estejam Microeconomia II, Macroeconomia I, Econometria I e Economia Brasileira II. A mudança de regra não dificultará o acesso dos discentes ao referido componente. Os antigos pré-requisitos para TCC I eram:



Microeconomia III, Macroeconomia III e Econometria II. Na antiga regra formulada para quebra de pré-requisito, os discentes poderiam solicitar a quebra em situações que lhes faltassem 960 horas a serem cursadas – em função do limite de 480 horas a serem cursadas por semestre – e que já tivessem cumprido uma carga horária de 300 horas nas áreas de Microeconomia, Macroeconomia e Estatística, dentro das quais deveriam estar os componentes de Microeconomia I, Estatística e Macroeconomia I. Os atuais pré-requisitos permitem observar que houve uma flexibilização. Logo, os discentes poderão realizar o componente sem a necessidade de solicitar a quebra.

Quadro 9 - Pré-requisitos do Curso

<b>Código</b>	<b>Componentes Curriculares</b>	<b>Semestre de Oferta</b>	<b>Créditos</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Pré-Requisito</b>
	Matemática para Economia II	2	4	60	Matemática para Economia I
SL0045	Microeconomia II	3	4	60	Microeconomia I
SL0049	Macroeconomia I	3	4	60	Contabilidade Social
SL0050	História do Pensamento Econômico II	3	4	60	História do Pensamento Econômico I
	Economia Industrial	4	4	60	Microeconomia II
SL0051	Macroeconomia II	4	4	60	Macroeconomia I
SL0063	Economia Brasileira I	4	4	60	Formação Econômica do Brasil
SL0061	Economia Política	4	4	60	História do Pensamento Econômico I
SL0058	Economia Brasileira II	5	4	60	Economia Brasileira I
	Estatística Econômica	5	4	60	Microeconomia II
SL0062	Macroeconomia III	5	4	60	Macroeconomia I
	Economia da Tecnologia	5	4	60	Microeconomia I
SL0053	Econometria I	6	4	60	Estatística Econômica
SL0055	Economia Monetária	6	4	60	Macroeconomia I
SL0024	Economia Internacional I	6	4	60	Microeconomia II
	Análise de Conjuntura I	6	2	30	Microeconomia II, Macroeconomia I e Estatística Econômica

Código	Componentes Curriculares	Semestre de Oferta	Créditos	Carga Horária	Pré-Requisito
	Epistemologia e Método na Economia	7	4	60	História do Pensamento Econômico II
SL0029	Economia Internacional II	7	4	60	Economia Internacional I
SL0057	Econometria II	7	4	60	Econometria I
	Análise de Conjuntura II	7	2	30	Análise de Conjuntura I
SL0059	TCC I	8	8	90	2115 horas cursadas em componentes curriculares, dentro das quais esteja cumprido: Microeconomia II, Macroeconomia I, Econometria I, Economia Brasileira II
	Elaboração e Análise de Projetos	8	4	60	Matemática Financeira
	Economia Brasileira III	8	4	60	Economia Brasileira II
SL0060	TCC II	9	8	90	TCC I

Fonte: Elaboração própria.

### 2.4.3 Abordagem aos Temas Transversais

Vários são os temas transversais que podem ser trabalhados dentro do curso de Ciências Econômicas, dado o enfoque proposto por este projeto. Cabe destaque para as questões relativas aos Direitos Humanos, Educação Ambiental, Questões de Gênero, preconceitos e desigualdades, História Afro-brasileira e indígena, História e Economia Latino Americana.

Todas recebem algum destaque em componentes curriculares obrigatórios ou complementares, além de figurarem como temas diretos ou indiretos dos eventos promovidos pelo Curso ao longo do tempo e nos projetos de pesquisa e extensão coordenados pelos professores que atuam no curso. Importante enfatizar que esta é uma prática que evolui com o próprio curso e que contribui para que o processo de ensino aprendizagem possa ser renovado e até inovador.

Neste sentido a atividade chamada Bate-papo sobre Temas Contemporâneos da Economia (“Boteco da Economia”) promove discussões sobre questões contemporâneas sempre que estas emergem do dia a dia da região ou do país. Neste

ambiente busca-se uma dinâmica mais informal do que a usada em sala de aula e constrói-se um debate profícuo de vários temas que podem ser vistos como transversais (políticas econômicas, políticas públicas, reformas governamentais, por exemplo). Busca aprimorar a visão crítica dos discentes e a articulação entre teoria e prática.

Essas características também aparecem na SECON (evento alusivo a Semana do Economista) e na atuação dos grupos de estudo e pesquisa vinculados aos docentes do curso. Para além dos eventos, os componentes curriculares “Análise de Conjuntura” servem como espaço formal para o exercício desta transversalidade.

Ainda, para o atual projeto pedagógico, a Comissão do Curso de Ciências Econômicas, incluiu dois componentes curriculares que devem ser utilizados para a abordagem transversal das abordagens teóricas e metodológicas apreendidas ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Estes componentes curriculares são: Análise de Conjuntura I e Análise de Conjuntura II. No primeiro deles, busca-se uma abordagem microeconômica, enquanto no segundo, macroeconômico.

Em 2003 a Lei nº 10.639 incorpora temática de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas diretrizes da educação nacional. O tema passa por parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP 03/2004), de onde se estabelece a Resolução CNE/CP 01/2004, que delimita as diretrizes curriculares nacionais para o tema. Por sua vez, a Lei 11.645, de 10 de março de 2008 incorpora também a temática indígena nas diretrizes da educação nacional, passando o tema a ser tratado como História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Sendo assim, o tema passa a ser incorporado no PPC do Curso de Ciências Econômicas da Unipampa.

O tema é incorporado dentro das ementas de componentes curriculares obrigatórios do curso, tais como Formação Econômica do Brasil, Economia Brasileira I, II e III. Também foi inserido no componente curricular complementar Instituições de Direito. Ainda um componente complementar próprio para o tema foi criado, com o nome de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. A presença da temática nos componentes curriculares do curso e sua abordagem via temáticas de eventos, já acontecia, mas passou a ser evidenciado através de pontos nas ementas que tratam da questão da formação do povo brasileiro, características populacionais, do mercado de trabalho, aspectos relativos a desigualdade no país e também sobre movimentos sociais negros e indígenas.

A Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação, estabelece as diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos. No seu segundo artigo menciona que a Educação em Direitos Humanos se refere a promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana. São princípios: a dignidade humana, a igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na Educação, a transversalidade, vivência e globalidade, sustentabilidade socioambiental. O processo deve ser multidimensional, transdisciplinar e orientador da formação. Por fim, aponta que a temática deverá ser considerada na construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos.

O Curso de Ciências Econômicas incorpora a dimensão da Educação em Direitos Humanos em diferentes aspectos do seu PPC e o incorpora em alguns componentes curriculares do curso, em suas ementas. O tema foi incorporado nos seguintes componentes curriculares obrigatórios: Desenvolvimento Econômico; e Desenvolvimento e Integração. Também está presente nos seguintes componentes complementares: Desenvolvimento e Território; Desenvolvimento em Regiões de Fronteira; Desenvolvimento Regional e Urbano; Desenvolvimento Sustentável; Economia da Pobreza I; Teorias do Desenvolvimento e o Pensamento Latino-Americano; e Tópicos Avançados em Desenvolvimento.

A Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Educação, estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Ambiental. A mesma regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que tratam da Educação Ambiental (EA) e da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Destaca-se, na resolução, o papel da formação da responsabilidade cidadã e a abordagem que integre as relações entre natureza, sociedade, cultura, produção, trabalho e consumo. Tem como objetivo a construção de uma sociedade justa e sustentável.

A temática da Educação Ambiental também foi incorporada em componentes curriculares do curso de Ciências Econômicas. Está presente nos seguintes componentes obrigatórios: Desenvolvimento Econômico; Microeconomia II; Economia Industrial; Economia da Tecnologia. Além disso há um conjunto de componentes complementares com ênfase na área: Desenvolvimento Sustentável; Economia da Energia e Meio Ambiente; Economia e Meio Ambiente; Responsabilidade Socioambiental; e Valoração dos recursos ambientais. A temática também é abordada em eventos e discussões promovidos ao longo da formação do discente.

#### 2.4.4 Flexibilização Curricular

A flexibilização curricular está contemplada no curso de Ciências Econômicas. De um lado, pelo caráter eclético da formação do aluno, de outro, pelos componentes curriculares que contêm. As atividades complementares de Graduação (ACGs) permitem igualmente a flexibilidade necessária para garantir a formação do perfil do egresso. Outras atividades acadêmicas permitem ampliar e flexibilizar a formação do aluno; são exemplos: os grupos de pesquisa existentes, espaço de pesquisa que possibilita a troca de experiências, leituras e formações teóricas; e os seminários de economia, evento que disponibiliza a apresentação de trabalhos tanto de docentes do *campus*, como de pesquisadores de outras instituições, ambos ofertados com periodicidade pelo curso.

A flexibilização do currículo também ocorre por meio dos Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs). Sendo assim, a interdisciplinaridade surge na formação do aluno tanto no componente curricular obrigatório, quanto na oferta de CCCGs. No primeiro, através da interação entre os componentes do próprio curso e, no segundo, na possibilidade que os CCCGs proporcionam ao aluno em termos de flexibilização de sua formação.

Os CCCGs propiciam aos acadêmicos e aos docentes o reforço no tratamento de questões pertinentes à realidade socioeconômica e sobre o exercício da transversalidade e multidisciplinaridade do conhecimento. Exercita-se, assim, a reflexão crítica sobre a aplicabilidade e adequação da teoria econômica e de seus instrumentais analíticos e metodológicos para a interpretação da realidade, visando à reflexão sobre os limites do próprio conhecimento econômico e o entendimento e busca de novas aprendizagens. Dessa forma, estimula-se a formação do conhecimento compartilhado pelo processo de aprendizagem coletivo e adaptado aos contextos locais, bem como salienta-se a importância dos valores e saberes sociais e culturais múltiplos na constituição do pensamento econômico.

Em particular, as questões étnico-raciais são tratadas de forma transversal nos componentes curriculares quando pertinente e relacionado ao tema, e de forma direta no componente Desenvolvimento Econômico.

Os CCCGs não serão ofertados permanentemente e sua quantidade poderá variar a cada semestre. Esta estrutura permite ao acadêmico direcionar seus estudos para a área de seu interesse, complementando conteúdos curriculares e aprofundando a pesquisa.

#### **2.4.4.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação**

Abaixo a lista dos Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs) que se espera ofertar no transcorrer do curso. Ressalva-se que estes componentes não serão permanentes, tampouco imutáveis, ou seja, durante o desenvolvimento do curso alguns poderão deixar de existir ou sofrer melhorias, ou ainda novos componentes poderão vir a ser ofertados. Aceita-se que o aluno possa validar até dois componentes não listados abaixo, mas cursados em outros cursos da Unipampa ou de outras Instituições de Ensino Superior, mediante solicitação à Comissão de curso. É importante que os professores do curso proponham com regularidade novos componentes curriculares pertinentes a esta lista.

Quadro 10 - Componentes Curriculares Complementares de Graduação

Código	Componentes Curriculares Complementares de Graduação	Créditos	Modalidade	Carga Horária
SL4480	Acumulação e crise no sistema capitalista	4	Presencial	60
ADM002	Administração Financeira	4	Presencial	60
SLGP201	Administração Pública	4	Presencial	60
ADM66	Agronegócios	4	Presencial	60
SL4022	Álgebra Linear	4	Presencial	60
ADM033	Blocos econômicos	4	Presencial	60
ADM013	Comércio Exterior	2	Presencial	30
SL4481	Crescimento econômico matematizado	4	Presencial	60
SL2031	Demografia Econômica	4	Presencial	60
SL4482	Desenvolvimento e território	4	Presencial	60
SL2017	Desenvolvimento em Regiões de Fronteira	2	Presencial	30
SL4181	Desenvolvimento Regional e Urbano	4	Presencial	60
SL4382	Desenvolvimento Sustentável	4	Presencial	60
SL4030	Direito Econômico	4	Presencial	60
SL4227	Direitos Humanos e Relações Internacionais	4	Presencial	60
SL4585	Economia da Energia e Meio Ambiente	4	Presencial	60
SL2033	Economia da Informação	4	Presencial	60
SL4483	Economia da Pobreza I	4	Presencial	60
SL4380	Economia das Organizações	2	Presencial	30
SL2035	Economia do Rio Grande do Sul	4	Presencial	60
SL0054	Economia do Setor Público	4	Presencial	60
SL4028	Economia do Trabalho	4	Presencial	60
SL4034	Economia e Meio Ambiente	4	Presencial	60
SL4721	Economia Financeira	4	Presencial	60
SL4381	Economia Política II	4	Presencial	60

SL2040	Economia Rural	4	Presencial	60
SL4484	Economia solidária e autogestão	4	Presencial	60
SL4485	Elementos matemáticos e gráficos aplicados à economia	4	Presencial	60
SL4031	Escola Austríaca de Economia	4	Presencial	60
SL0018	Espanhol Instrumental I	2	Presencial	30
SLAD52	Filosofia e Ética Profissional	2	Presencial	30
SL4728	Finanças Comportamentais	2	Presencial	30
SL2047	Finanças Públicas	4	Presencial	60
SLAD101	Fundamentos de Ciência Política	4	Presencial	60
SL4587	Fundamentos de Matemática	4	Presencial	60
SL2046	Geografia Econômica	4	Presencial	60
SL4202	Gestão da Inovação e Competitividade	2	Presencial	30
SL4136	Gestão de Projetos	4	Presencial	60
SL4060	Gestão Estratégica no Setor Público	4	Presencial	60
SL4486	História do pensamento econômico brasileiro	4	Presencial	60
SL4588	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	4	Presencial	60
SL0013	Inglês Instrumental I	2	Presencial	30
SL4170	Inovação Tecnológica	2	Presencial	30
38301	Instituições de Direito	4	Presencial	60
SL2023	Integração e Blocos Econômicos Internacionais	2	Presencial	30
SL2019	Internacionalização de Empresas	2	Presencial	30
SL4487	Intérpretes do Brasil	4	Presencial	60
SL0001	Introdução ao Estudo das Relações Internacionais	4	Presencial	60
SL4582	Introdução ao R	4	Presencial	60
SL4589	Investimentos sustentáveis	4	Presencial	60
SL4488	Investimentos: análise de empresas em dificuldades	4	Presencial	60
SL4489	Investimentos: análise fundamentalista	4	Presencial	60
SL4490	Investimentos: análise técnica e gráfica	4	Presencial	60
SL4491	Investimentos: fundo de investimentos imobiliários	4	Presencial	60
SL4492	Investimentos: tópicos avançados	4	Presencial	60
SL2027	Italiano Instrumental I	2	Presencial	30
SL2060	Laboratório I: análise de política internacional	2	Presencial	30
SL2067	Laboratório II: análise de comércio internacional	2	Presencial	30
SL0033	Legislação Aduaneira	2	Presencial	30
SL4106	Leitura e Produção Textual	2	Presencial	30
SL4493	Leituras em macroeconomia e economia monetária	4	Presencial	60
SL2011	Libras	4	Presencial	60
SL2045	Mercado de Capitais	4	Presencial	60
SL0040	Metodologia Científica	4	Presencial	60
SL4026	Microeconomia e Desenvolvimento	4	Presencial	60
SL4039	Nova Economia Institucional	4	Presencial	60
SL0026	Organismos Internacionais	4	Presencial	60
SL2057	Pensamento Econômico Liberal	4	Presencial	60
37104	Pesquisa Operacional	4	Presencial	60
SL2003	Planejamento e Desenvolvimento Local	2	Presencial	30
SLGP303	Planejamento e Orçamento Governamental	4	Presencial	60
SL0015	Política Externa Brasileira I	4	Presencial	60
SL2004	Políticas Públicas	4	Presencial	60
SL2043	Políticas Públicas e Projetos Sociais	4	Presencial	60
SL2056	Práticas de Comércio Exterior e Legislação Aduaneira	4	Presencial	60
SL4495	Programação e Data Science para Ciências Sociais Aplicadas	4	Presencial	60

SL4494	Programação para Ciências Sociais Aplicadas	4	Presencial	60
SL4496	Redação Científica Internacional	4	Presencial	60
SLGP501	Responsabilidade Socioambiental	2	Presencial	30
SL2030	Seminários em Economia	4	Presencial	60
SL0034	Sistema Financeiro Internacional	4	Presencial	60
SL4497	Sociedade e cultura contemporânea	4	Presencial	60
SL4165	Sociedade e Cultura no Brasil	4	Presencial	60
SL0038	Sociologia das Relações Fronteiriças do Brasil	4	Presencial	60
SL2044	Teoria dos Jogos	4	Presencial	60
37101	Teoria Geral da Administração	4	Presencial	60
SLCE0001	Teorias do Desenvolvimento e o Pensamento Latino-Americano	4	Presencial	60
SL4038	Tópicos Avançados em Desenvolvimento	4	Presencial	60
SL4036	Tópicos Avançados em Econometria	4	Presencial	60
SL4037	Tópicos Avançados em Economia Internacional	4	Presencial	60
SL4035	Tópicos Avançados em Macroeconomia	4	Presencial	60
SL4033	Tópicos Avançados em Microeconomia	4	Presencial	60
SL2086	Tópicos de Relações Internacionais I	4	Presencial	60
SL2087	Tópicos de Relações Internacionais II	4	Presencial	60
ADM025	Tópicos em Administração I	4	Presencial	60
ADM080	Tópicos em Administração II	2	Presencial	30
SL4583	Tópicos em Economia Institucional	4	Presencial	60
SL2058	Tópicos em Macroeconomia: uma abordagem quantitativa	4	Presencial	60
SL4590	Tópicos emergentes em Desenvolvimento	4	EAD	60
SL4591	Tópicos emergentes em Econometria	4	EAD	60
SL4592	Tópicos emergentes em Economia Brasileira	4	EAD	60
SL4593	Tópicos emergentes em Finanças	4	EAD	60
SL4594	Tópicos emergentes em História Econômica	4	EAD	60
SL4595	Tópicos emergentes em Macroeconomia	4	EAD	60
SL4596	Tópicos emergentes em Método e História do Pensamento Econômico	4	EAD	60
SL4597	Tópicos emergentes em Métodos Quantitativos	4	EAD	60
SL4598	Tópicos emergentes em Microeconomia	4	EAD	60
SL4214	Tópicos Especiais em Direito I	4	Presencial	60
SL4215	Tópicos Especiais em Direito II	2	Presencial	30
SL4210	Tópicos Especiais em Gestão Pública I	4	Presencial	60
SL4498	Valoração dos recursos ambientais	2	Presencial	30

Fonte: Elaboração própria.

Visando permitir ao discente uma noção de como os componentes curriculares complementares relacionam-se, permitindo uma formação mais profunda em determinadas áreas da Economia ou das Ciências Sociais Aplicadas, elas foram organizadas em bloco (Figura 4). Ressalta-se que esta organização não indica especialidade de formação dentro da graduação, mas sim, uma orientação de quais CCCGs escolher caso o discente queira aprofundar-se em algum tema de interesse.



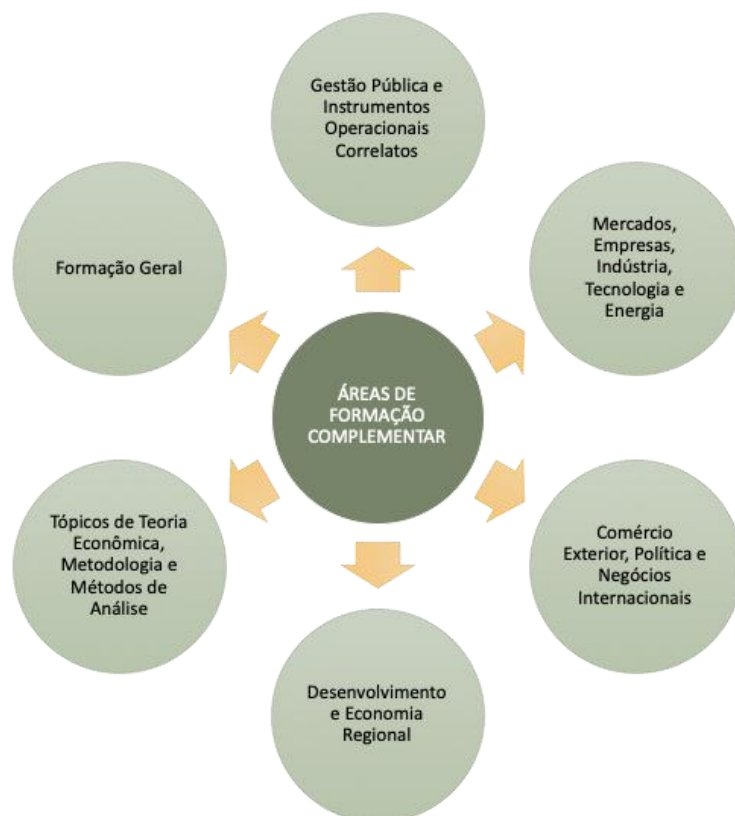


Figura 4 - Grandes Blocos de CCCGs do Curso de Ciências Econômicas

Fonte: Elaboração própria.

Detalhamento dos CCCGs que compõem cada bloco:

#### Bloco - GESTÃO PÚBLICA E INSTRUMENTOS OPERACIONAIS CORRELATOS

- Administração Pública
- Economia do Setor Público
- Finanças Públicas
- Gestão de Projetos
- Planejamento e Orçamento governamental
- Políticas Públicas
- Políticas Públicas e Projetos Sociais
- Teoria Geral da Administração
- Tópicos em Administração I
- Tópicos em Administração II
- Tópicos especiais em Gestão Pública

Bloco: MERCADOS, EMPRESAS, INDÚSTRIA, TECNOLOGIA E ENERGIA

- Economia da Energia e Meio Ambiente
- Economia da Informação
- Economia Industrial
- Inovação Tecnológica
- Administração Financeira
- Agronegócios
- Economia das Organizações
- Economia Financeira
- Finanças Comportamentais
- Gestão da Inovação e Competitividade
- Gestão Estratégica no Setor Público
- Investimentos: tópicos avançados
- Investimentos: análise de empresas em dificuldades
- Investimentos: análise fundamentalista
- Investimentos: análise técnica
- Investimentos: fundo de investimentos imobiliários
- Mercado de Capitais
- Pesquisa Operacional

#### Bloco: COMERCIO EXTERIOR, POLÍTICA E NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

- Blocos Econômicos
- Comércio Exterior
- Direitos Humanos e Relações Internacionais
- Espanhol Instrumental I
- Inglês Instrumental I
- Integração e Blocos econômicos
- Internacionalização de Empresa
- Introdução ao Estudo das Relações Internacionais
- Italiano Instrumental I
- Laboratório I: análise de política internacional
- Laboratório II: análise de comércio internacional
- Legislação Aduaneira
- Organismos Internacionais
- Política Externa Brasileira I

- Práticas de Comércio Exterior e Legislação Aduaneira
- Sistema Financeiro Internacional
- Tópicos de Relações Internacionais I
- Tópicos de Relações Internacionais II

#### Bloco: DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA REGIONAL

- Demografia Econômica
- Desenvolvimento e Território
- Desenvolvimento em Regiões de Fronteira
- Desenvolvimento Regional e Urbano
- Desenvolvimento Sustentável
- Economia da América Latina
- Economia da Pobreza I
- Economia do Rio Grande do Sul
- Economia e Meio Ambiente
- Economia Rural
- Economia Solidária e Autogestão
- Geografia Econômica
- Microeconomia e Desenvolvimento
- Planejamento e Desenvolvimento Local
- Responsabilidade Socioambiental
- Teorias do Desenvolvimento e o Pensamento Latino-Americano
- Tópicos Avançados em Desenvolvimento
- Valoração em recursos ambientais

#### Bloco: TÓPICOS DE TEORIA ECONÔMICA, METODOLOGIA E MÉTODOS DE ANÁLISE

- Acumulação e crise no sistema capitalista
- Crescimento econômico matematizado
- Economia do Trabalho
- Economia Institucional
- Economia Política II
- Elementos matemáticos e gráficos aplicados à economia
- Escola Austríaca de Economia

- Leituras em macroeconomia e economia monetária
- Metodologia Científica
- Nova Economia Institucional
- Pensamento Econômico Liberal
- Programação e ciência de dados em economia I (e demais ciências sociais aplicadas)
- Programação e ciência de dados em economia II (e demais ciências sociais aplicadas)
- Seminários em Economia
- Teoria dos Jogos
- Tópicos Avançados em Econometria
- Tópicos Avançados em Economia Internacional
- Tópicos Avançados em Macroeconomia
- Tópicos Avançados em Microeconomia
- Tópicos em Macroeconomia: uma abordagem quantitativa

#### Bloco: FORMAÇÃO GERAL

- Álgebra linear
- Direito Econômico
- Filosofia e Ética Profissional
- Fundamentos de Ciência Política
- História do pensamento econômico brasileiro
- História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena
- Instituições de Direito
- Intérpretes do Brasil
- Leitura e Produção textual
- Libras
- Redação acadêmica
- Sociedade cultural contemporânea
- Sociedade e Cultura no Brasil
- Sociologia das Relações Fronteiriças do Brasil
- Tópicos Especiais em Direito I
- Tópicos Especiais em Direito II

#### **2.4.4.2 Atividades Complementares de Graduação**

As Atividades Complementares de Graduação (ACGs) são atividades curriculares de caráter acadêmico, científico e cultural que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades e competências do discente, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico, quando o discente alargará seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas. Objetivam estimular a prática de estudos independentes, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, integrando-se às diversas peculiaridades regionais e culturais. São atividades regulamentadas pela Resolução No. 29/2011 (Unipampa, 2011), do Conselho Universitário da Universidade Federal do Pampa, além da resolução 04/2007 do CNE-MEC, que trata das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas, e que em seu artigo 8º afirma:

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com os diferentes modelos econômicos emergentes no Brasil e no mundo e as ações de extensão junto à comunidade (MEC, 2007).

Os objetivos das ACGs são: **(a)** estimular a prática de estudos independentes, transversais e interdisciplinares; **(b)** promover, em articulação com as demais atividades acadêmicas, o desenvolvimento intelectual do estudante, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. As Atividades Complementares serão validadas academicamente pela Comissão de curso, mesmo se realizadas em situações de aprendizagem fora da instituição, desde que vinculadas ao mundo do trabalho e à prática social.

Em particular, apesar de não ser uma atividade obrigatória para a conclusão do curso de Ciências Econômicas, o estágio é uma oportunidade de qualificação do discente, e poderá ser aproveitado como ACG por ele, na área em que o estágio estiver sendo realizado. O regulamento das ACGs está no Anexo I.

#### **2.4.4.3 Mobilidade Acadêmica**

A mobilidade acadêmica nacional e internacional permite aos alunos de graduação cursar disciplinas em outras IES do País e do exterior. Ao aluno em mobilidade é garantido o vínculo com a instituição e curso de origem assim como o aproveitamento da(s) disciplina(s) cursada(s) em seu Histórico Escolar (carga horária, frequência e nota). Entre os programas da instituição estão: BRACOL, BRAMEX, CAPES-BRAFITEC e Andifes/Santander.

Os programas BRACOL (Brasil-Colômbia) e BRAMEX (Brasil-México) tem como principais objetivos fortalecer a internacionalização da atividade acadêmica, criar frentes de colaboração e reciprocidade, com o objetivo de abrir a Universidade para o mundo. Busca-se como resultado aproximar as pessoas da ciência, fortalecer o intercâmbio bilateral e propiciar aos estudantes indicados a oportunidade de acesso às culturas estrangeiras bem como contrastar com a experiência própria, adquirir uma visão mais rica e universalista da realidade e de promover uma maior integração entre Brasil, Colômbia e México.

O programa CAPES - BRAFITEC consiste de projetos de parcerias universitárias em todas as especialidades de engenharia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países participantes e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive à equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

O Programa Andifes/Santander de Mobilidade Acadêmica foi instituído mediante convênio assinado pelos respectivos representantes e permite que alunos de uma instituição curse componentes curriculares em outra instituição, de acordo com requisitos estabelecidos no convênio. O edital é voltado para mobilidade realizada em IFES em unidade federativa diferente da instituição de origem.

#### **2.4.4.4 Aproveitamento de Estudos**

Conforme Art. 62 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o aproveitamento de estudos é o resultado do reconhecimento da equivalência de componente curricular de curso de graduação da Unipampa, com um ou mais componentes curriculares cursados em curso superior de graduação” (Unipampa, 2011, p. 12). O aproveitamento de estudos deve ser solicitado à Comissão de Curso e deferido pelo Coordenador de Curso.

Os procedimentos e regras para aproveitamento de estudos seguem a Resolução 29, de 28 de abril de 2011. Em seu Art. 62, 1º parágrafo, “a equivalência de estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, só é concedida quando corresponder a no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e a 60% (sessenta por cento) de identidade do conteúdo do componente curricular de curso da Unipampa” (Unipampa, 2011, p. 12).

#### **2.4.4.5 Metodologia de Ensino à distância**

O curso de Ciências Econômicas adota a modalidade de Ensino à Distância (EaD) nos seguintes Componentes Curriculares Complementares de Graduação:

- Tópicos emergentes em Microeconomia (60 horas);
- Tópicos emergentes em Macroeconomia (60 horas);
- Tópicos emergentes em Desenvolvimento (60 horas);
- Tópicos emergentes em Econometria (60 horas);
- Tópicos emergentes em Economia Brasileira (60 horas);
- Tópicos emergentes em Métodos Quantitativos (60 horas);
- Tópicos emergentes em História Econômica (60 horas);
- Tópicos emergentes em Método e História do Pensamento Econômico (60 horas);
- Tópicos emergentes em Finanças (60 horas).

A adoção da modalidade EaD nestes componentes curriculares é obrigatória. Os docentes responsáveis por eles devem indicar em seus planos de ensino:

- A metodologia que será utilizada;
- Descrever como serão desenvolvidas as atividades de tutoria;
- Estabelecer qual será o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será utilizado;
- Apresentar as tecnologias de informação e comunicação que suportarão as atividades síncronas e assíncronas.

Deverão ser observadas as orientações institucionais sobre o uso da modalidade EaD, em especial no que se refere a escolha de metodologia de ensino aprendizagem, suporte de tutoria, escolha do ambiente virtual de aprendizagem e das tecnologias de informação e comunicação que suportarão atividades síncronas e assíncronas. O plano de ensino seguirá os trâmites previstos nas normas institucionais, no que diz respeito a sua análise e aprovação pela Comissão de Curso. **Ressalta-se que a oferta destes componentes na modalidade EaD permite a adoção de Tecnologias de Informação (TI) para cobrir assuntos emergentes da área de Ciências Econômicas, cumprindo assim com os objetivos de formação previstos neste documento. A adoção de novas tecnologias possibilita o uso de recursos e métodos inovadores ao docente, bem como permite a assimilação delas pelos discentes.**

**Os cursos de graduação que ofertam atividades nessa modalidade de ensino contam com o apoio de uma equipe multidisciplinar, em consonância com a Divisão de Educação à Distância (DED) da PROGRAD, que atua no assessoramento de atividades. Sendo assim, o docente que ofertar um dos componentes listados acima, contará com o apoio da equipe para a produção do material didático que será disponibilizado aos discentes. A DED possui as seguintes atribuições: I – prestar assistência pedagógica e técnica aos docentes na elaboração de material didático; avaliar os materiais didático-pedagógicos utilizados no processo de ensino e aprendizagem para a modalidade de educação a distância; promover cursos de capacitação no uso do AVA institucional, edição e gravação de vídeos e uso de mídias aos docentes, tutores e demais profissionais envolvidos no desenvolvimento dos cursos EaD ou presenciais e atuar na concepção, produção e disseminação de tecnologias, de metodologias e dos recursos educacionais para educação a distância**

Ainda, é permitido aos discentes o aproveitamento de 60 horas em componentes curriculares complementares cursados totalmente na modalidade EAD em outros cursos da Unipampa ou em outra Instituição de Ensino Superior, desde que ele seja ofertado em curso com avaliação igual ou maior a 3 no Índice Geral do Curso (IGC), junto ao MEC.

#### **2.4.5 Migração curricular e equivalências**

Foram realizadas alterações importantes no atual PPC com relação ao anterior. Para facilitar a transição entre projetos pedagógicos, foi elaborada uma norma de transição, onde se contemplam as situações de permanência no antigo currículo, de



migração de currículo e de inserção no novo currículo. Além destas situações, também foram previstos o tempo e a forma que serão ofertados componentes curriculares de ambos os projetos em paralelo; bem como as equivalências de componentes curriculares. A norma pode ser encontrada no Apêndice F deste projeto.

#### **2.4.6 Estágios Obrigatórios ou não obrigatórios**

Segundo Art. 1º da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, o estágio é:

ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos

Ainda, a mesma lei aponta em seu segundo artigo que os estágios poderão ser obrigatórios ou não-obrigatórios, a depender das orientações estabelecidas nas diretrizes curriculares nacionais e projeto pedagógico do curso.

Por sua vez, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Ciências Econômicas, instituídas pela Resolução n.º 4, de 13 de julho de 2007, apontam que o Estágio Supervisionado é uma atividade opcional da instituição de ensino.

Assim, no Curso de Ciências Econômicas da Unipampa os discentes têm a possibilidade de realizar estágio como atividade extracurricular, sendo uma atividade não-obrigatória. Tais atividades podem ser utilizadas para o aproveitamento de Atividades Complementares de Graduação, como previsto no Apêndice A deste PPC.

Apesar da não obrigatoriedade, as atividades de estágio devem ser supervisionadas, visando a aquisição de competências próprias da atividade profissional e em conformidade com o perfil de egresso estabelecido pelo projeto do curso.

As atividades de estágio não-obrigatório, realizadas pelos discentes do Curso de Ciências Econômicas da Unipampa, devem seguir as orientações estabelecidas pela Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008; e pela Resolução Unipampa 329, de novembro de 2021.

#### **2.4.7 Trabalho de Conclusão de Curso**

Conforme Art. 116 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas,

o Trabalho de Conclusão de Curso, doravante denominado TCC, também entendido como Trabalho de Curso, é um componente curricular dos cursos de graduação da Universidade, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos (Unipampa, 2011, p. 19).

O componente curricular de TCC I será ofertado sob responsabilidade de docente do *campus*, ocasião em que o aluno produzirá seu projeto de monografia. Não há banca de defesa em TCC I e a nota final do aluno será composta pela nota do professor do componente curricular em conjunto com o orientador do projeto e por um terceiro parecerista, também docente. Em TCC II, momento em que o aluno executará seu projeto, ou seja, elaborará efetivamente o trabalho final de curso, a orientação dos acadêmicos será realizada pelos docentes em atividade no *campus* dentro de sua especialidade, havendo, neste caso, um coordenador de TCC II. Haverá, em TCC II, banca de defesa do trabalho final. O registro final da nota do aluno será validado na Comissão de curso e encaminhado pelo coordenador do curso para registro final. O regulamento para elaboração dos TCCs I e II está no Apêndice B.

#### **2.4.8 Inserção da extensão no currículo do curso**

A Inserção da Extensão da extensão no currículo dos cursos de graduação é orientada pela Resolução n.º 07 de 18 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Educação. Na Unipampa, a inserção foi regulamentada pela Resolução 317/2021. O Curso optou por fazer a inserção da Extensão no currículo do curso através de Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEEs). Destaca-se que a carga horária total do curso a ser utilizada para tais atividades será de 315 horas. Dividiu-se as atividades em: i) Programa Unipampa Cidadã I, com 30 horas, no 3º semestre do curso; Programa Unipampa Cidadã II, com 60 horas, no 4º semestre do curso; Programa Unipampa Cidadã III, com 30 horas, no 5º semestre do curso; ii) participação em Projetos e Ações de Extensão, com 195 horas, em qualquer semestre do curso. A regulamentação da inserção da extensão no curso de Ciências Econômicas, em sua forma detalhada, está contida no Apêndice C deste projeto.

#### **2.5 METODOLOGIAS DE ENSINO**

A natureza do Curso de Ciências Econômicas requer que, em sua maior parte, o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos curriculares ocorra de maneira relativamente tradicional, com um núcleo de componentes curriculares obrigatórios (em boa parte teóricos) a serem desenvolvidos dentro da sala de aula. Porém, isso

não deve ser visto como um fator impeditivo da flexibilização da matriz curricular, bem como para a implementação de inovações pedagógicas para o processo de ensino e aprendizagem, e valorização de conhecimentos adquiridos fora da sala aula objetivando a construção do conhecimento para uma formação diferenciada e de qualidade do discente.

O curso de graduação em Ciências Econômicas da Unipampa reflete, em suas metodologias de ensino e de avaliação, o objetivo de formar economistas com capacidade crítica, autônomos e dotados de competência profissional. Subjacente à criação do curso de graduação em Ciências Econômicas e da própria Unipampa está a ideia de que o conhecimento é um caminho sólido para o desenvolvimento da pessoa e da sociedade. Neste sentido, a educação superior precisa ter o compromisso de levar o estudante a aprender a aprender, a ter capacidade de construir e reconstruir o seu conhecimento através de si mesmo, de seu contato com a realidade, com a teoria e com os outros, como forma de se tornar cidadão livre, autônomo, consciente, crítico e autocrítico, participativo e comprometido consigo e com a comunidade. Mais do que isso, deve estar comprometida com a inclusão de minorias e a construção de uma sociedade mais igualitária e próspera.

Assim, o processo de ensino-aprendizagem deve ser norteado pela valorização das diferenças e da livre-iniciativa do discente em buscar e formar novos conhecimentos dentro e fora da sala de aula, e do docente de ser mediador nesse processo. Tudo isso permeado pelo conhecimento da realidade social, histórica, cultural, econômica e ambiental em que a Unipampa está inserida. Por isso, a atuação do docente e as metodologias de ensino devem estar atentas à indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, de maneira que o discente possa valorizar a construção de conhecimentos novos, e se manter atento à capacidade que ele, dotado deste conhecimento, possui de atuação e transformação da realidade nacional e especialmente da região que acolhe a Unipampa.

A ação pedagógica do professor é mediadora da aprendizagem, estimulando a reflexão crítica e o livre pensar, como elementos constituidores da autonomia intelectual dos estudantes. Para tanto, faz-se necessária uma pedagogia que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, levando em consideração a existência de distintas realidades, histórias e oportunidades por parte dos discentes.

Vale dizer, é necessário que o aprendizado seja profundo, adequado e consistente. Que se supere o tecnicismo, mas não se abandone a cientificidade. O aprendizado precisa estar carregado da ideia de que a prática e a teoria são faces de uma mesma realidade e que o conhecimento teórico, fora da prática, não tem capacidade de mudança da realidade estabelecida. Além disso, ensino, pesquisa e extensão precisam ser pensados como elementos integrados do processo de aprendizagem.

Sendo assim, o Curso de Ciências Econômicas deve estar preocupado com a formação completa e integral do estudante, de maneira que sua autonomia e capacidade crítica e criativa venham a abranger e ultrapassar o domínio da ciência associada ao seu curso, alcançando seu papel como cidadão ativo e comprometido com a comunidade. O papel do docente também é importante como incentivador e proponente desta relação necessária ao cumprimento do propósito de criação da Unipampa.

A flexibilidade curricular se manifesta na possibilidade de os estudantes participarem ativamente de sua formação escolhendo os componentes complementares de graduação que mais se aproximam de seus próprios interesses. Uma parte desses componentes, inclusive, pode ser cursada fora do grupo daqueles ofertados pelo curso de Ciências Econômicas, o que proporciona também ao aluno a chance de ter formação multi e interdisciplinar. Além disso, merecem destaque oportunidades existentes ao corpo discente de complementar sua formação profissional eclética através de mecanismos como a mobilidade acadêmica intra e interinstitucional, e mesmo internacional.

Por fim, a valorização dos conhecimentos adquiridos fora da sala de aula pode ser encontrada especialmente na existência das atividades complementares de graduação em suas quatro modalidades (ensino, pesquisa, extensão e atividades culturais). Elas procuram incentivar os graduandos a buscar ativamente na universidade e na comunidade maneiras de enriquecer sua formação com a diversificação de tipos e origens de conhecimentos, além de facilitar a associação entre teoria e prática e dar experiência de vivência profissional ao graduando.

### 2.5.1 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade faz parte do PDI da Unipampa, no eixo de excelência acadêmica. No documento, há o reconhecimento de que o conhecimento de uma realidade complexa precisa ser alcançado por meio da interdisciplinaridade. Esta, deve ser buscada tanto a nível de conhecimentos, quanto de concepções pedagógicas. Ainda, deve ser buscada por meio da ação integrada entre ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, o curso de Ciências Econômicas, busca realizar atividades que promovam a interdisciplinaridade, através de projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como através das suas atividades curriculares.

Neste novo PPC, estão incluídos novos componentes curriculares que visam alcançar essa visão interdisciplinar do conhecimento, tais como Análise de Conjuntura I e II. Ainda, a inserção da extensão permitirá a integração de saberes acadêmicos, oriundos das atividades desenvolvidas pelo curso, com os saberes da comunidade. Sendo assim, a interdisciplinaridade será estimulada ao longo de toda a formação do discente do curso de Ciências Econômicas.

### 2.5.2 Práticas Inovadoras

As inovações pedagógicas que procuram complementar os mecanismos tradicionais e aprimorar o processo de ensino-aprendizagem e que podem ser utilizadas pelo corpo pertencente ao curso de ciências econômicas envolvem aquelas ligadas às tecnologias da informação, como, por exemplo, o uso da plataforma *Moodle* e de outras tecnologias educacionais. Além disso, instrumentos como seminários, orientações profissionais, debates, aulas participativas e dialogadas e o uso de diferentes mídias podem ser importantes como complementos e aprimoramentos das técnicas e metodologias convencionais.

O curso de Ciências Econômicas, como já mencionado, tem realizado o Bate-papo sobre Temas Contemporâneos da Economia (“Boteco da Economia”) que promove discussões sobre questões contemporâneas. A abordagem de atividades como esta também pode ser considerada uma prática inovadora, pois, na prática, a atividade pode ser compreendida como uma “aula” com a participação de vários docentes, integrando todos os semestres do curso.

### 2.5.3 Acessibilidade Metodológica

A Unipampa assume o compromisso com a acessibilidade em seu PDI (2018-2023). Além disso, atende tanto aos critérios de acessibilidade previstos nas Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e nº 10.098, de 19 dezembro de 2000, ambas regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 2 dezembro de 2004; bem como fornece atendimento pedagógico especializado através do NuDE e NInA. Na Resolução 328/2021 estão previstas ações que permitam a acessibilidade pedagógica e percursos formativos flexíveis, para discentes com deficiência e altas habilidades no âmbito da Unipampa.

As legislações que tratam da prioridade de atendimento e acessibilidade são consideradas em seus espaços de atendimento ao público e naqueles voltados para as práticas pedagógicas. Com relação ao atendimento prioritário, os setores que trabalham com o atendimento ao público priorizam os atendimentos previstos em legislação (Lei nº 10.048). Além disso, a Unipampa também garante, em seus processos de ingresso no ensino de graduação, a prática de ações afirmativas institucionais que garantem o ingresso de pessoas com deficiência, no total de 2% das vagas previstas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.

Com relação a legislação que trata da promoção da acessibilidade, a Unipampa atende aos requisitos estabelecidos na Lei nº 10.098 e na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, da secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão. São exemplos das práticas adotadas no campus de Santana do Livramento as adaptações arquitetônicas, como rampas e eliminação de barreiras, a existência de vagas de estacionamento prioritárias, a presença de banheiros adequados, entre outros previstos na portaria. Ainda, no novo prédio, houve a instalação de dois elevadores, permitindo o deslocamento dos discentes com deficiência nas instalações da universidade.

A promoção da acessibilidade também ocorre para as práticas pedagógicas, por meio de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este acontece através do NInA e inclui: a utilização de prova aumentada e leitura de prova; a atuação de um intérprete de LIBRAS nas aulas (Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005); a prática de exercícios de reforço e recuperação; o uso de material adaptado, como slides, entre outros. Além disso, a Biblioteca do campus Santana do Livramento conta com computador que possui software de leitura adaptada para alunos com deficiência

visual. Assim, atende-se o previsto na legislação que visa permitir o acesso dos discentes com deficiência no ambiente acadêmico, reconhecendo o previsto na convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, previstos no Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

O Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da Unipampa coordena ações de e para inclusão e acessibilidade na Universidade, que incluem formação continuada de docentes e de técnicos, orientação aos NuDE para estruturação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), aquisição de recursos de acessibilidade como impressoras Braille, leitores de livros para as bibliotecas de todos os *campi*, mobiliário adaptado, recursos eletrônicos de tecnologia assistiva e comunicação alternativa, dentre outros. Propõe também uma política para a instituição que abrange acessibilidade arquitetônica, comunicacional, atitudinal, instrumental e tecnológica, nos projetos pedagógicos dos cursos, nos materiais pedagógicos e recursos acessíveis.

Na perspectiva da inclusão e acessibilidade, uma ação central na consolidação desta política interna na Universidade é o desenvolvimento do PROGRAMA INCLUIR: acessibilidade na educação superior (MEC/SECADI/SESu), que orienta a estruturação de trabalho de inclusão e acessibilidade a nível nacional para as instituições federais e disponibiliza recursos financeiros para investimento em ações relacionadas diretamente com ações na área da inclusão e acessibilidade.

As principais atividades do NInA são: identificar, cadastrar e planejar o ingresso, a permanência e a formação dos acadêmicos com deficiência e demais necessidades educacionais especiais; criar mecanismos que possibilitem flexibilidade e inovação dos componentes curriculares nos cursos da Unipampa; realizar levantamento das condições de infraestrutura e de acessibilidade para a proposição de adequações nas várias áreas dos *campi* da Unipampa; desenvolver ações de sensibilização, orientação e mobilização e formação aos docentes, dirigentes servidores técnico-administrativos dos dez *campi* da Instituição, almejando a construção de uma efetiva política inclusiva.

O Projeto Unipampa Acessível visa promover o acesso à informação e aos espaços por parte dos estudantes, servidores e comunidade em geral. Compromete-se a abordar aspectos como infraestrutura arquitetônica, projetos pedagógicos dos cursos, atendimento ao público, sítio eletrônico, acervo cultural e pedagógico; O Projeto NInA em Rede visa manter um fluxo constante de informações sobre

Acessibilidade, Legislação pertinente à Educação Especial aplicada à Educação Superior e formas de Atendimento Educacional Especializado entre as equipes responsáveis por conduzir as ações de inclusão e acessibilidade em todas as unidades da Unipampa, constituindo uma rede integrada; e o Projeto de Acompanhamento ao Desempenho do Estudante (PADE) promover a permanência e o sucesso acadêmico de todos estudantes, assegurando as condições necessárias para a efetiva aprendizagem.

#### **2.5.4 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino-aprendizagem**

Atualmente os docentes e discentes do curso têm acesso a um conjunto de recursos tecnológicos que permitem a administração da vida acadêmica e da mediação do processo de ensino-aprendizagem.

O GURI é a sigla para Gestão Unificada de Recursos Institucionais e nele os discentes podem: realizar a matrícula a cada semestre; acompanhar em quais componentes curriculares está matriculado; acessar os Planos de Ensino dos componentes curriculares; conferir a frequência nos componentes matriculados; verificar, salvar e imprimir o histórico escolar; verificar notas ao final de cada semestre. Por sua vez, os docentes, por exemplo, podem gerenciar seus planos de ensino, o registro de frequência e notas dos componentes pelos quais são responsáveis. O sistema também permite aos docentes emitir um conjunto de relatórios. O sistema também adiciona funções para os coordenadores de curso, que podem acompanhar os registros dos planos de ensino, bem como gerar relatórios do curso. O Guri também conta com um aplicativo para smartphones com sistema Android e pode ser baixado na Play Store. Nele docentes e discentes podem acessar o sistema da biblioteca, os planos de ensino, o calendário acadêmico, entre outros.

O Moodle é utilizado como plataforma de apoio ao ensino presencial, por docentes e discentes. Nele os professores podem cadastrar as suas disciplinas e realizar atividades, enviar materiais e manter a comunicação com os alunos. Alguns professores podem usar outras plataformas para apoio ao ensino, desde que acordadas com os discentes ao início do semestre e devem fazer parte do Plano de Ensino.



O e-mail institucional da Unipampa é a principal forma de comunicação oficial da universidade. A Unipampa realizou uma parceria com a *Google for Education*. Neste convênio os membros da comunidade acadêmica, docentes, discentes e TAEs, podem acessar todas as ferramentas disponíveis do Google, como: Gmail, o e-mail do *Google*; Documentos, planilhas e apresentação do Google, com acesso; *Google Meet*, plataforma de vídeo conferência do *Google*; *Google Drive*, espaço de armazenamento ilimitado para diversos tipos de arquivos; entre outros.

No sistema da Biblioteca os membros da comunidade acadêmica podem consultar a disponibilidade de materiais bibliográficos; reservar livros e renovar o empréstimo de livros. A partir de 2020 Unipampa conta com a Minha Biblioteca, onde se pode consultar e utilizar os livros por meio digital. No site da biblioteca também está disponível a consulta sobre os periódicos da capes e também ter acesso a manuais de formatação de trabalhos acadêmicos.

A Unipampa também conta com um Sistema Acadêmico de Projetos o SAP. Nele os servidores da universidade podem registrar projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, bem como atestar as atividades de bolsistas e atestar a participação de discentes em atividades realizadas no âmbito dos projetos, com a emissão de certificados.

As salas de aula do *campus* também possuem um computador com acesso à internet, recurso de som e Datashow. Estes recursos estão disponíveis em todas as atividades de ensino realizadas nestes ambientes.

## 2.6 APOIO AO DISCENTE

As formas de ingresso no curso, notadamente aqueles que usam os resultados do ENEM, possibilitam o ingresso de discentes de todo o país no curso de Ciências Econômicas. Nesse sentido, as ações da Universidade são amplas para possibilitar a esses estudantes acompanhamento e assistência estudantil que refletem a preocupação com a promoção da permanência dos alunos no curso.

No Plano de Desenvolvimento Institucional é descrita a Política de Assistência Estudantil e Comunitária, considerada de extrema importância por viabilizar o acesso ao Ensino Superior Público Federal por promover a permanência e a conclusão de curso pelos acadêmicos, a formação ampla e qualificada, bem como por combater as desigualdades sociais e regionais e a retenção. As políticas desenvolvidas na Unipampa são baseadas no que foi estabelecido pelo Programa Nacional de

Assistência Estudantil do MEC (PNAES - Decreto nº 7.234/2010), pelo Plano de Desenvolvimento Institucional e pelas demais legislações pertinentes. Entre os programas e ações de assistência estudantil estão: plano de permanência, programa de apoio à instalação estudantil, programa de bolsas de desenvolvimento acadêmico, programa de apoio à participação discente em eventos, programa de alimentação subsidiada e programa de ações afirmativas.

Cada campus conta com o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), formado por uma equipe multiprofissional constituída por Pedagogo, Psicólogo, Assistente Social e Técnico em Assuntos Educacionais no âmbito dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE), a fim de garantir a execução e articulação das ações de acessibilidade e inclusão, das atividades de cultura, lazer e esporte, das ações de acompanhamento aos cotistas, das políticas de ações afirmativas e dos demais projetos. Quanto a Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade, esta é fomentada e articulada institucionalmente, de forma transversal, por meio do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA). É papel do NInA, em articulação com as demais Unidades da Universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Decreto nº 7.691/2011).

## 2.7 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Quanto à verificação de aprendizagem, esta deve ser pensada como um processo contínuo, cumulativo que vise qualificar o processo de ensino-aprendizagem, de forma construtiva e subsidiária à formação de profissionais competentes e cidadãos esclarecidos, éticos e reflexivos.

A operacionalização da avaliação está prevista nos planos de ensino dos professores pactuados com os discentes, obedecendo às normas da instituição e à legislação vigente. São observados os critérios básicos para aprovação, a saber: é aprovado o discente que alcançar a nota final mínima de 6,0 (seis) nas atividades avaliativas (numa escala de zero a dez), além de frequência mínima de 75% da carga horária da disciplina.

Ademais, atividades de recuperação de nota poderão ser aplicadas, com o objetivo de incentivar o discente a suprir as deficiências que porventura tenham se acumulado ao longo do desenvolvimento do componente curricular.

A recuperação de aprendizagem é um processo presente dentro dos conteúdos curriculares, de modo a permitir que os estudantes tenham a oportunidade de tentar suprir eventuais lacunas existentes ao longo da construção do conhecimento. Para que isso ocorra de maneira satisfatória, o docente tem um papel ativo de estímulo e orientação através, por exemplo, de sugestões de leituras complementares e alternativas àquelas usualmente adotadas e de condução e apoio à formação de grupos de estudos por parte dos discentes.

Essas práticas reforçam a visão de que as atividades avaliativas possuem um caráter pedagógico e não-punitivo, além de mostrar que atividades de recuperação de aprendizagem e de suporte pedagógico por parte da universidade são elementos permanentes do processo de formação do graduando na Unipampa.

Os discentes com deficiência têm previsto o direito a avaliação inclusiva, que considere as diferenças de desenvolvimento e aprendizagem. Neste sentido, será observado, como documento norteador a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 328/2021, que trata das Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Formativos Flexíveis e que atende a legislação vigente. Também será observada a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 240/2019, que permite o aumento do prazo de integralização curricular para discentes com deficiência.

## 2.8 GESTÃO DO CURSO A PARTIR DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. No inciso primeiro, do Art. 2º, prevê que a avaliação institucional deve ser interna e externa. Da mesma forma as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Ciências Econômicas estabelecem em seu Art.9º que as IES devem adotar formas de avaliação internas e externas, envolvendo aqueles que estão envolvidos com eles. Sendo assim, a Unipampa, em seu PDI para o período 2019-2023, define o sistema de avaliação institucional.

A autoavaliação institucional é promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado permanente que tem como atribuição o planejamento e a condução dos processos de avaliação interna. A Comissão organiza-se em Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos campi e compostos pelos segmentos da comunidade acadêmica – um docente, um técnico-administrativo em educação, um

discente e um representante da comunidade externa –, e em uma Comissão Central de Avaliação (CCA) que, além de reunir de forma paritária os membros dos CLAs, agrega os representantes das Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A CCA é uma organização de representantes de todas as CLAs e tem como atribuições elaborar o projeto de autoavaliação institucional; promover uma cultura avaliativa; coordenar procedimentos de construção, implantação e implementação da autoavaliação; acompanhar e orientar o processo de avaliação; desenvolver estudos e análises e elaborar proposições com vistas a aperfeiçoar o projeto de avaliação institucional, apresentando-as à administração e ao Conselho Universitário; elaborar e apresentar relatórios; prestar informações ao INEP e prestar informações solicitadas.

Já as CLAs são as comissões que trabalham nos campi da instituição. Sendo assim, cada campus possui a sua Comissão Local e tem como atribuições: sensibilizar a comunidade acadêmica; desenvolver os processos de autoavaliação; organizar reuniões sistemáticas para desenvolver suas atividades e sistematizar e prestar informações solicitadas pela CCA. Nos campi são compostos por: um representante docente, um técnico administrativo, um discente e um membro da sociedade civil.

São avaliadas as seguintes dimensões: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a política de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação; a responsabilidade social; a comunicação com a sociedade; políticas de pessoal (carreira, remuneração, desenvolvimento e condições); organização e gestão; infraestrutura física, de ensino, de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; planejamento e avaliação: especialmente os processos e resultados da auto avaliação institucional; políticas de atendimento aos estudantes; sustentabilidade financeira (BRASIL, 2017a). As temáticas da EaD e da inclusão de alunos com necessidades especiais perpassa transversalmente essas áreas.

O instrumento de avaliação institucional aplicado pela CPA da Unipampa atende aos requisitos de avaliação interna e segue os seguintes passos: i) planejamento do processo de avaliação; ii) execução da avaliação; iii) análise da suficiência de informações; iv) elaboração de relatórios parciais de autoavaliação; v) apresentação dos resultados para a comunidade acadêmica; vi) inclusão dos resultados nas ações de planejamento; e vii) avaliação do processo avaliativo. Ao incluir representantes de todas as categorias da comunidade acadêmica, bem como

membros da comunidade externa, o processo contempla os requisitos estabelecidos pelo SINAES e também pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

O questionário de avaliação institucional contempla cinco eixos, que incluem todas as dez dimensões de avaliação determinadas pelo SINAES, sendo elas: Eixo 1, planejamento e avaliação institucional; Eixo 2, desenvolvimento institucional; Eixo 3, políticas acadêmicas; Eixo 4, políticas de gestão; e Eixo 5, infraestrutura física. O instrumento é aplicado anualmente por meio virtual e seus resultados podem ser desagregados por curso. Portanto, é um instrumento adequado ao processo de avaliação do curso, pois representa a avaliação da comunidade acadêmica do Curso de Ciências Econômicas da Unipampa.

Ainda com relação a avaliação interna, também é aplicado semestralmente o questionário de avaliação de desempenho docente pelo discente. O instrumento serve para acompanhamento das práticas pedagógicas e para os processos de progressão e promoção docente. Estes são avaliados em oito dimensões, que incluem: apresentação, discussão e implementação do Plano de Ensino; a interação entre teoria e prática e outros aspectos da realidade na condução do componente curricular; a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; o tratamento dispensado pelo docente aos discentes; a receptividade e cooperação do docente na solução das dificuldades discentes; o sistema de avaliação do componente curricular; a linguagem utilizada em sala de aula; e também a assiduidade do docente. A partir da avaliação do corpo docente pelos discentes, a Coordenação de Curso tem no instrumento um meio de realizar diagnósticos das práticas docentes, bem como propor discussões que possam refletir em melhores práticas docentes.

Outro instrumento de avaliação interna é o Programa de Acompanhamento do Egresso (PAE), da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Este programa, em atividade desde 2016, tem por objetivo estabelecer a política e as ações de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação desta Universidade. De acordo com a Resolução CONSUNI n. 294/2020, a PROGRAD encaminha os formulários anualmente aos egressos de graduação e pós-graduação e está disponível em <https://sites.unipampa.edu.br/egressos>.

O *campus* de Santana do Livramento aplica um instrumento de pesquisa com os formandos do curso, através do NuDE do campus e utiliza questões referentes à formação geral e específica do estudante. Constam no questionário, questões a respeito do conhecimento que o formando possui de informática, língua estrangeira e

se a atividade acadêmica teve influência nesse conhecimento; informações referentes ao oferecimento por parte do curso e a participação do estudante em atividades de ensino, pesquisa e extensão; contribuições do curso sobre aspectos humanísticos, como ética e criticidade; a avaliação do curso, dos docentes e do currículo. Também há espaço para críticas e sugestões. Essa pesquisa também auxilia o curso de Ciências Econômicas Curso de Ciências Econômicas na sua autoavaliação.

O Curso de Ciências Econômicas também instituiu no atual PPC o relatório de avaliação da evasão, retenção e reprovação. Por meio do sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais (GURI) é possível obter relatórios com o histórico escolar dos discentes do curso de Ciências Econômicas. Através destes relatórios é possível mensurar a evasão do curso, por modalidade - desligamento, transferência ou abandono. Também é possível analisar a retenção e a taxa de reprovação por componente curricular, sendo que há uma relação entre estas duas últimas variáveis. O relatório é de responsabilidade da Coordenação do Curso em conjunto com o NDE.

Com relação a avaliação externa o curso conta com os instrumentos que estabelecem o credenciamento e credenciamento institucional. O curso teve a renovação do reconhecimento estabelecida pela Portaria nº 209, de 25 de Junho de 2020, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. São instrumentos de avaliação externa e refletem a qualidade da instituição de ensino superior: o conceito institucional (CI); o Índice Geral de Cursos (IGC). A Portaria Normativa nº 1/17 estabeleceu o credenciamento da Unipampa, com CI igual a três. Por sua vez, o IGC da Unipampa, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), relativo ao ano de 2018, foi quatro.

Com relação aos instrumentos de avaliação externa elaborados pelo INEP ainda constam aqueles relativos aos cursos de graduação. São eles: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), indicador que inclui a avaliação da organização didático-pedagógica, da infraestrutura e instalações físicas, da oportunidade de ampliação da formação, e do corpo docente dos cursos de graduação; o Conceito obtido pelos discentes do curso no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE); e também o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), que busca mensurar o conhecimento agregado pelo curso para os alunos concluintes.

A Comissão do Curso de Ciências Econômicas, instituiu a partir do atual PPC o Relatório de Avaliação do Curso, de responsabilidade da Coordenação do Curso e

do NDE. O relatório deverá ser publicado a cada dois anos e deverá contar com um processo de análise conjunto dos instrumentos de avaliação interna e externa elencados acima e a discussão de resultados na comissão de curso, garantindo a participação das três categorias da comunidade acadêmica do curso, presentes na comissão. Julga-se necessário a construção deste instrumento de avaliação próprio ao Curso de Ciências Econômicas para aperfeiçoamento do seu processo de autoavaliação, planejamento das suas atividades e ao atendimento das diretrizes estabelecidas pelo seu PPC.

### 3 EMENTÁRIO

#### 3.1 COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS DE GRADUAÇÃO

##### 1º PERÍODO

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Fundamentos de Economia	Carga horária: 60 h
Ementa	
Introdução à Teoria do Consumidor. Introdução à Teoria da Firma. Noções de Estruturas de Mercado. Introdução à Contabilidade Social. Noções de Política Macroeconômica: Políticas Fiscais e Monetárias. Noções sobre Crescimento Econômico.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Apresentar a Economia como ciência e desenvolver os seus fundamentos básicos. Objetivos Específicos: Apresentar as características da Economia, do Pensamento Econômico e do economista; Trabalhar elementos básicos da Microeconomia; Trabalhar elementos básicos da Macroeconomia; Trabalhar elementos básicos do Desenvolvimento Econômico; Trabalhar elementos básicos da Economia Internacional.	
Referências Bibliográficas Básicas	
KRUGMAN, P.; WELLS, R. Introdução à economia. Rio de Janeiro: Campus, 2007. MANKIW, N. G. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005. VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CANO, W. Introdução à economia: uma abordagem crítica. São Paulo: UNESP, 1998. PASSOS, R. M.; NOGAMI, O. Princípios de economia. 5ª Ed. São Paulo: Thompson, 2006. PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. TONETO Jr. R. Introdução à economia. São Paulo: Saraiva, 2012. ROSSETTI, J. P. Introdução à economia. 20. Ed. São Paulo: Atlas, 2003. VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. Fundamentos de Economia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. STIGLITZ, J. E.; WALSH, C. E. Introdução à Microeconomia. 3º Ed. São Paulo: Campus, 2003. SCHIMIDT, C. A. J.; GIAMBIAGI, F. Macroeconomia para Executivos – Teoria e Prática no Brasil. 1º Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. STIGLITZ, J. E.; WALSH, C. E. Introdução à Macroeconomia. 3º Ed. São Paulo: Campus, 2003.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Matemática para Economia I	Carga horária: 60 h
Ementa	
Funções. Limite e continuidade. Derivada e suas Aplicações.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Apresentar e discutir conceitos matemáticos úteis ao desenvolvimento de conhecimentos relativos às ciências econômicas, bem como aplicar conteúdos de origem matemática a fenômenos de interesse da área. Objetivos Específicos: Explorar e aplicar a temática de matemática; Compreender conceitos teóricos e práticos de matemática na economia; Discutir e aplicar métodos matemáticos na economia; Reconhecer elementos básicos e empregar em situações práticas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CHIANG, A. Matemática para economistas. Rio de Janeiro: Campus, 2005. GOLDSTEIN, L. J.; LAY, D. C.; SCHNEIDER, D. I. Matemática aplicada: economia, administração e contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2006.	



SIMON, C. P.; BLUME, L. Matemática para economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
BRUNI, A. L.; FAMA, R. Matemática das finanças. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
SILVA, F. C. M.; ABRÃO, M. Matemática básica para decisões administrativas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
SILVA, S. M. da et al. Matemática para economia, administração e ciências contábeis. São Paulo: Atlas, 2010. (2 volumes, v. 1).
SILVA, Luiza Maria Oliveira da. Matemática aplicada à administração, economia e contabilidade funções de uma e mais variáveis. São Paulo Cengage Learning 2018 1 recurso online ISBN 9788522126576.
TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: Fundamentos de Contabilidade	Carga horária: 60 h
<b>Ementa</b>	
Patrimônio. Princípios Contábeis. Classificação das contas. Plano de contas. Atos e fatos administrativos. Noções de débito e crédito. Escrituração. Balancete de Verificação. Demonstrações Contábeis.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Analisar o papel da contabilidade como um meio especialmente concebido para registrar e interpretar os fenômenos que afetam a situação patrimonial, econômica e financeira das entidades.	
Objetivos Específicos: Entender os princípios contábeis e normas de contabilidade, aplicando-os na escrituração contábil; Compreender bens, direitos e obrigações, aplicando-os na gestão do patrimônio das entidades; Conhecer a estrutura do conjunto das Demonstrações Financeiras das entidades.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
MARION, J. C. Contabilidade básica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009	
NEVES, S. das; VICECONTE, P. E. Contabilidade básica. 14. ed. São Paulo: Frase Editora, 2009.	
RIBEIRO, O. M. Contabilidade básica fácil. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
FERREIRA, R. J. Contabilidade básica. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2009.	
FIEPECAFI/USP. Manual de contabilidade das sociedades por ações. São Paulo: Atlas, 2008.	
GONÇALVES, E. C.; BAPTISTA, A. E. Contabilidade geral. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.	
IUDÍCIBUS, S. et al. Manual de contabilidade societária. São Paulo: Atlas, 2010.	
RIBEIRO, O. M. Contabilidade geral fácil. São Paulo: Saraiva, 2002.	

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: História Econômica, Política e Social Geral	Carga horária: 60 h
<b>Ementa</b>	
Pré-História e a transição da Barbárie para a Civilização. História Antiga e a transição do Escravismo para o Feudalismo. Idade Média e a transição do Feudalismo para o Capitalismo. Idade Moderna e a formação/expansão do capitalismo. Idade Contemporânea e as transformações sócio-políticas e econômicas do capitalismo. Século XX: Capitalismo e Socialismo. Pós-Guerra Fria e a Nova (des)ordem mundial no século XXI.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Compreender o processo histórico da humanidade, analisando as principais mudanças e transformações econômicas, políticas e sociais.	
Objetivos Específicos: Adquirir capacidade interpretação crítica sobre a história da humanidade; compreender as estruturas políticas, econômicas e sociais históricas (Modos de Produção); identificar os atores sociais que participam da construção e transformação das estruturas política e econômicas; estimular a busca de conhecimentos e pesquisa histórica para compreensão dos fenômenos atuais.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	

<p>KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências. São Paulo: Campus, 1989 (reimpressão de 2010).</p> <p>HOBSBAWM, Eric J. A era das Revoluções: 1789-1848. 25ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.</p> <p>VISENTINI, Paulo G. Fagundes &amp; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. História do Mundo Contemporâneo: da Pax Britânica do século XVIII ao choque de civilizações do século XXI. Petrópolis: Vozes, 2008.</p>
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
<p>ARRIGHI, Giovanni. O Longo século XX. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Ed. Unesp, 1996.</p> <p>ARRUDA, José J. Nova História Moderna e Contemporânea. São Paulo: Ed. EDUSC, 2005.</p> <p>BEAUD, Michel. História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias. 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.</p> <p>LESSA, Antônio Carlos. História das Relações Internacionais: a Pax Britânica e o mundo do século XX. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2008.</p> <p>SARAIVA, José Flávio Sombra. História das Relações Internacionais Contemporâneas. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.</p>

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: Metodologia e Produção Textual	Carga horária: 60 h
<b>Ementa</b>	
<p>Noção de textos: suas propriedades e textualidade. Leitura: conceito, níveis e estratégias. Leitura de diferentes gêneros discursivos. Produção textual e leitura de gêneros acadêmicos. Aspectos textuais (gramaticais e semânticos) e discursivos do texto. Tópicos da língua padrão. O que é ciência. Construção do conhecimento científico. A estrutura de um projeto de pesquisa científica. Metodologia de pesquisa científica. Como ler uma publicação científica. Seleção de bibliografia para base teórica e para o estado-da-arte. O processo de planejamento, execução e divulgação de resultados científicos. Como escrever e apresentar um artigo científico.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<p>Objetivo Geral: Compreender e desenvolver uma visão reflexiva acerca do método científico. Refletir sobre o aparato teórico e prático em relação à leitura e à escrita de diferentes textos e gêneros, bem como desenvolver a capacidade textual e discursiva.</p> <p>Objetivos Específicos: desenvolver habilidades de leitura e escrita científica; conhecer ferramentas e técnicas associadas à produção textual acadêmica; conhecer as principais abordagens metodológicas utilizadas na Ciência Econômica.</p>	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
<p>SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. Metodologia de pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. 624p.</p> <p>MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. Editora Atlas. 5ª edição. São Paulo, 2007.</p> <p>GIL, A. C. Técnicas de pesquisa em economia. Editora Atlas. 2ª edição. São Paulo. 1994.</p> <p>FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. Oficina de Texto. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e Compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. Leitura e produção textual. Petrópolis: Vozes, 2010.</p>	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
<p>MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. Editora Atlas. 7ª edição. São Paulo, 2011.</p> <p>MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. Editora Atlas. 7ª edição. São Paulo, 2008.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. Editora Paz &amp; Terra. 47ª edição. Rio de Janeiro, 2013.</p> <p>WAZLAWICK, R. S. Metodologia de pesquisa para ciência da computação. Editora Elsevier. Rio de Janeiro, 2008.</p> <p>BARROS, A. S., LEHFELD, N. S. Fundamentos de metodologia científica. 3ª Edição, Ed. Pearson, 2008.</p>	

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. *Prática textual*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Cíara Ferreira. *Prática textual: atividades de leitura e escrita*. Petrópolis: Vozes, 2006.

MUSSI, Amaline Boulus Issa. *Leitura e produção textual*. Palhoça: UNISUL Virtual, 2005.

SOUZA, Luiz Marques de; CARVALHO, Sérgio Waldeck. *Compreensão e produção de textos*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

## 2º PERÍODO

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Formação Econômica do Brasil	Carga horária: 60 h
Ementa	
Formação do povo brasileiro. Sentido da colonização. Economia colonial: ocupação do território, economia do açúcar, economia pecuária e economia da mineração. Economia cafeeira, trabalho livre e a política de valorização do café. A cafeicultura e sua relação com a industrialização do Brasil. Mudança do centro dinâmico. Dinâmica regional até 1930 e suas relações com a industrialização do país.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Proporcionar ao estudante de Ciências Econômicas a oportunidade de refletir criticamente sobre o movimento de formação socioeconômica do Brasil e alguns dos debates existentes na literatura econômica brasileira.	
Objetivos Específicos: estudar o povoamento e a ocupação do Brasil; discutir o ciclo do açúcar; analisar a economia da mineração; compreender a economia cafeeira e sua relação com a industrialização do Brasil; identificar a formação socioeconômica regional (dinâmica e diferenciação regional); compreender o sentido da colonização e da formação econômica do Brasil.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FURTADO, C. <i>Formação econômica do Brasil</i> . 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.	
PRADO JR., C. <i>Formação do Brasil contemporâneo: Colônia</i> . 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Reimpressão de 2008).	
RIBEIRO, D. <i>O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (Reimpressão de 2010).	
Referências Bibliográficas Complementares	
ARAÚJO, T. P. WERNECK VIANNA, S. T.; MACAMBIRA, J. (ORGS.). <i>50 anos de Formação econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado</i> . Rio de Janeiro: IPEA, 2009 (Disponível on-line). (2 exs. na biblioteca).	
BIELSCHOWSKY, R. <i>Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino</i> . <i>Revista de Economia Política</i> , v.9, n.4, p. 38-55, out./dez. 1989. Disponível em: <a href="http://www.centrocelsofurtado.org.br/buscaresults.php?searchterm=%22Forma%C3%A7%C3%A3o%20econ%C3%B4mica%20do%20Brasil:%20uma%20obra-prima%20do%20estruturalismo%20cepalino%22">http://www.centrocelsofurtado.org.br/buscaresults.php?searchterm=%22Forma%C3%A7%C3%A3o%20econ%C3%B4mica%20do%20Brasil:%20uma%20obra-prima%20do%20estruturalismo%20cepalino%22</a>	
BOMFIM, M. <i>América Latina: males de origem</i> . Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 2 exemplares	
CANO, W. <i>Raízes da concentração industrial de São Paulo</i> . Campinas: UNICAMP, 1977 (Tese de Doutorado). Disponível em: < <a href="http://libdigi.unicamp.br/">http://libdigi.unicamp.br/</a> >.	
FERNANDES, F. <i>A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca"</i> . 5º ed. São Paulo, Globo, 2008.	
FERNANDES, F. <i>A Integração do Negro na Sociedade de Classes - Vol. II</i> . Editora: Globo, 2008.	
MATTOSO, K.Q. <i>Ser escravo no Brasil</i> . São Paulo: Brasiliense, 2003.	

MELLO, J. M. C. O capitalismo tardio. 11ª ed. Campinas: Editora UNESP e Edições FACAMP, 2009. 13 exemplares
REGO, J. M.; MARQUES, R. M. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003. 15 exemplares
SAMPAIO JR., P. S. A. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999. 9 exemplares
GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 14 exemplares.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Matemática para Economia II	Carga horária: 60 h
Ementa	
Álgebra matricial. Funções de Várias Variáveis Reais. Modelos lineares.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Proporcionar ao estudante de Economia as ferramentas necessárias para o acompanhamento dos cursos de teoria econômica (microeconomia e macroeconomia), assim como os cursos de econometria.	
Objetivos Específicos: Compreender conceitos teóricos e práticos de matemática na economia; Discutir e aplicar métodos matemáticos na economia; Reconhecer elementos avançados e empregar em situações práticas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CHIANG, A. Matemática para economistas. Rio de Janeiro: Campus, 2005.	
GOLDSTEIN, L. J.; LAY, D. C.; SCHNEIDER, D. I. Matemática aplicada: economia, administração e contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2006.	
SIMOM, C. P.; BLUME, L. Matemática para economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BRUNI, A. L.; FAMA, R. Matemática das finanças. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.	
SILVA, F. C. M. ABRAO, M. Matemática básica para decisões administrativas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.	
SILVA, S. M. da. et al. Matemática para economia, administração e ciências contábeis. São Paulo: Atlas, 2010. v. 1.	
SILVA, Luiza Maria Oliveira da. Matemática aplicada à administração, economia e contabilidade funções de uma e mais variáveis. São Paulo Cengage Learning 2018 1 recurso online ISBN 9788522126576.	
TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia. São Paulo, Cengage Learning, 2008.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Microeconomia I	Carga horária: 60 h
Ementa	
Teoria do consumidor. Teoria da produção. Teoria dos custos de produção. Concorrência perfeita.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Desenvolver os principais conceitos de microeconomia, partindo de pressupostos e modelos teóricos de interpretação neoclássica e tratando essencialmente do comportamento do consumidor, da firma e do mercado.	
Objetivos Específicos: Assimilar os conceitos microeconômicos ortodoxos. Utilizar os métodos: axiomático - dedutivo e o individualismo metodológico. Compreender as decisões dos agentes individuais quanto à demanda e oferta de bens. Aprender a noção de mercados autorreguláveis pelo equilíbrio em mercados competitivos.	
Referências Bibliográficas Básicas	
MANSFIELD, E.; YOHE, G. Microeconomia: teoria e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2006.	
PINDYCK, R. S; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. São Paulo: Makron Books, 2003.	
VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2003.	
Referências Bibliográficas Complementares	

CABRAL, A. S.; YONEYAMA, T. Microeconomia: uma visão integrada para empreendedores. São Paulo: Saraiva, 2008.
CARNEIRO, R. Os clássicos da economia. São Paulo: Editora Ática, 2008.
PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. Princípios de economia. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2005.
PINHO, D. B. VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de introdução à economia. São Paulo: Saraiva, 2008.
VASCONCELLOS, M. A. S; OLIVEIRA, R. G. Manual de Microeconomia. São Paulo: Atlas, 2000.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Contabilidade Social	Carga horária: 60 h
Ementa	
Introdução à contabilidade social. Agregados econômicos. Contas nacionais. Balanço de Pagamentos; Ajuste do Balanço de Pagamentos; Contas Monetárias e Financeiras; Índices. Análise de insumo-produto. Indicadores e análise conjuntural. Dados estatísticos comparados.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Estudar a mensuração e o registro da atividade econômica de uma nação e/ou região, bem como, das contas monetárias, dos indicadores sociais, dos índices de preços, e, dos coeficientes técnicos da matriz de insumo-produto etc. Assim, espera-se que o estudante possa compreender os procedimentos através dos quais são obtidos os valores agregados de variáveis econômicas. Objetivos Específicos: Definir os principais conceitos da contabilidade social; classificar e estudar as principais contas contábeis macroeconômicas; Identificar as principais identidades macroeconômicas do setor real, monetário, da economia internacional e do setor público e privado.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BLANCHARD, O. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011. FEIJÓ, C.A. Contabilidade social: a nova referência das Contas Nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2004. PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. SIMONSEN, M. H. CYSNE, R. P. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. Macroeconomia. 10. ed. São Paulo: McGrawHill, 2009. PARKIN, M. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Pearson/Addison Wesley, 2003 ( ) FROYEN, R. T. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002 PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. Princípios de economia. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2005. PINHO, D. B. VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de introdução à economia. São Paulo: Saraiva, 2008. Há disponível apenas, da mesma autoria: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval De. Manual de economia. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2007. xvi, 606 p.; Manual de economia da equipe de professores da USP. 7. São Paulo Saraiva 2017 1 recurso online.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: História do Pensamento Econômico I	Carga horária: 60 h
Ementa	
Análises econômicas da Antiguidade e Idade Média. Pensamento econômico pré-clássico: Mercantilismo, Fisiocracia. Pensamento econômico clássico: Adam Smith; Thomas Malthus; David Ricardo. Pensamento econômico clássico utilitarista: Jeremy Bentham; Jean-Baptiste Say; Nassau William Senior; John Stuart Mill.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Capacitar o aluno a avaliar reflexivamente as ideias econômicas anteriores ao surgimento da Ciência Econômica, as ideias mercantilistas e fisiocratas, bem como a Escola Clássica de Economia Política, assim como compreender a contribuição destas para a formação do pensamento econômico atual.	

Objetivos Específicos: Analisar as teorias do pensamento econômico e a evolução histórica e filosófica da economia; compreender as especificidades históricas que marcam a formulação das escolas de pensamento; avaliar a contemporaneidade das teorias.
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>
BRUE, S. História do pensamento econômico. São Paulo: Thompson Learning, 2006. CARNEIRO, R (Org.). Os clássicos da economia. São Paulo: Editora Ática, 2008. (Volumes 1 e 2) FEIJÓ, Ricardo. História do Pensamento Econômico. São Paulo: Atlas, 2001. HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. OLIVEIRA, R.; GENNARI, A. História do Pensamento Econômico. São Paulo: Saraiva, 2009.
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
BENTHAM, J. Uma introdução aos Princípios da Moral e da Legislação. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção Os Pensadores, Vol. Jeremy Bentham e John Stuart Mill). GALA, P.; RÊGO, J. M. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. São Paulo: Editora 34, 2003. MALTHUS, T. Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação práticas. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Coleção Os Economistas). MILL, J. S. Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Coleção Os Economistas). NAPOLEONI, C. Smith, Ricardo, Marx. 38 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000. PETTY, William. Obras Econômicas. São Paulo: Nova Cultural, 1986 (Coleção Os Economistas, Vol. Petty, Hume e Quesnay). QUESNAY, F. Quadro econômico dos fisiocratas. São Paulo: Nova Cultural, 1986 (Coleção Os Economistas, Vol. Petty, Hume e Quesnay). RICARDO, D. Princípio de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas). SAY, J. Tratado de economia. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas). SMITH, Adam. A riqueza das nações: uma investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Madras, 2009. SMITH, Adam. Teoria dos Sentimentos Morais. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

### 3º PERÍODO

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: Microeconomia II	Carga horária: 60 h
<b>Ementa</b>	
Monopólio. Concorrência monopolística. Oligopólio. Noções de teoria dos jogos. Equilíbrio geral e teoria do bem-estar. Economia ambiental, externalidades e bens públicos.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Compreender a abordagem da Teoria Neoclássica sobre o funcionamento dos mercados a partir do individualismo metodológico e da estática comparativa, identificando as características e o comportamento de estruturas de mercado, de modo que, a partir da avaliação de suas possíveis ineficiências se possa neles intervir visando à eficiência econômica e a promoção do bem-estar. Objetivos Específicos: Assimilar a estrutura dos mercados imperfeitos de modo a avaliar suas ineficiências e o resultado das intervenções do governo de modo a corrigi-las. Analisar o equilíbrio geral walrasiano, de modo a compreender a sua importância em economia de trocas simples. Identificar o impacto de externalidades e bens públicos sobre os equilíbrios de mercados.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
MANSFIELD, E.; YOHE, G. Microeconomia: teoria e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2006. PINDYCK, R. S; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. São Paulo: Makron Books, 2003. VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2003.	

Referências Bibliográficas Complementares	
BIERMAN, H. S. Teoria dos jogos. São Paulo: Pearson, 2011.	
CABRAL, A.S.; YONEYAMA, T. Microeconomia: uma visão integrada para empreendedores. São Paulo: Saraiva, 2008.	
FIANI, R. Teoria dos jogos: com implicações em economia, administração e ciências sociais. 3. ed. Rio de Janeiro : Elsevier, 2009.	
NICHOLSON, Walter. Teoria microeconômica: princípios básicos e aplicações. São Paulo: Cengage Learning, 2018.	
VASCONCELLOS, M. A. S; OLIVEIRA, R. G. Manual de Microeconomia. São Paulo: Atlas, 2000.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Fundamentos de Sociologia	Carga horária: 60 h
Ementa	
Contexto histórico de surgimento da Sociologia. Pensamento sociológico de Augusto Comte, Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber e sua relevância metodológica e temática para as Ciências Econômicas	
Objetivos	
Objetivo Geral: Analisar a origem e o desenvolvimento da sociologia, utilizando referencial teórico e estabelecendo relações com elementos e temas sociológicos contemporâneos que sirvam de reflexão acerca da realidade e da futura atividade profissional.	
Objetivos Específicos: Exercitar o raciocínio hermenêutico no âmbito das relações entre economia e sociedade superando a tendência usual ao partidismo; treinar a busca de fontes hermenêuticas para tomadas de posição fundadas na análise; compreender e praticar as regras da pluralidade e respeito típicos da Universidade Pública e seus fundamentos constitucionais.	
Referências Bibliográficas Básicas	
QUINTANEIRO, Tania; OLIVEIRA, Maria Ligia de; OLIVEIRA, Barbosa Márcia. Um toque de clássicos - Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.	
RODRIGUES, José Albertino. Sociologia – Durkheim. São Paulo: Ática, 1995.	
SELL, Carlos Eduardo. Sociologia clássica – Marx, Durkheim e Weber. Petrópolis: Vozes, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2000.	
CHARON, Joel. Sociologia. São Paulo: Saraiva, 2004.	
DEMO, Pedro. Introdução à Sociologia. São Paulo: Atlas, 2009.	
MAUSS, Marcel. Ensaios de Sociologia. São Paulo: Perspectiva, 2009.	
WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2008.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Macroeconomia I	Carga horária: 60 h
Ementa	
Modelos clássico, keynesiano, kaleckiano e neoclássico da determinação da produção, da renda e do emprego. O modelo IS-LM e a política fiscal e monetária. A curva de Phillips e o papel das expectativas. A lei de Okun. A abordagem novo-clássica, a teoria dos ciclos reais, a abordagem novo-keynesiana e a nova síntese neoclássica.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Assimilar a teoria microeconômica de curto e médio prazo sobre a determinação do emprego e produção numa economia fechada.	
Objetivos Específicos: Estudar as contribuições da abordagem clássica, kaleckiana e keynesiana à compreensão da determinação da Renda e o emprego; Estudar a determinação da renda, emprego, juros e preços segundo a abordagem neoclássica; Estudar a intervenção do Estado na economia através das política fiscal e monetária; Estudar o modelo OA-DA da oferta agregada e a demanda agregada, bem como, a relação entre inflação e o desemprego através da curva de Phillips; Estudar o papel das expectativas e os recentes desenvolvimentos na teoria microeconômica.	

<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>
BLANCHARD, O. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.
DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. Macroeconomia. 10. ed. São Paulo: McGrawHill, 2009.
FROYEN, R. T. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego do juro e da moeda. São Paulo: Atlas, 1982.
LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marcos Antônio Sandoval.(orgs) Manual de Macroeconomia: Nível Básico e Intermediário. Equipe de Professores da FEA- USP. Editora Atlas,2008.
MANKIW, N. G. Macroeconomia. 7. ed. Rio de Janeiro: Gen, 2010.
POSSAS, Mario Luiz. BALTAR, Paulo E. A. O modelo de Ciclo Econômico de Kalecki. Revista de Econometria. 1983. Disponível em: <a href="http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/bre/article/download/3154/205">bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/bre/article/download/3154/205</a>
SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: História do Pensamento Econômico II	Carga horária: 60 h
<b>Ementa</b>	
A crise do pensamento clássico. A escola histórica alemã. O institucionalismo. O marginalismo e a escola neoclássica: Menger, Jevons, Walras e Marshall. Teorias da concorrência imperfeita. A macroeconomia antecedente à Teoria Geral: Wicksell, Fisher, Hayek. A macroeconomia após Keynes: Keynes, Kalecki, Hicks (a síntese neoclássica) e correntes do pensamento macroeconômico. Teorias do crescimento e desenvolvimento econômico: Schumpeter, Harrod-Domar, Solow e Lewis. O pensamento econômico latino-americano e brasileiro.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Capacitar o aluno a avaliar criticamente as ideias econômicas que surgem a partir da crise do pensamento clássico - a escola histórica alemã, o institucionalismo e o marginalismo - e aquelas que surgem no século XX, assim como compreender a divisão moderna da economia entre microeconomia e macroeconomia, em suas diferentes interpretações.	
Objetivos Específicos: Analisar a evolução histórica e filosófica do pensamento econômico e a construção das teorias do final do século XIX e século XX; compreender as especificidades históricas que marcam a formulação das escolas de pensamento; avaliar a contemporaneidade das teorias.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
BRUE, S. História do pensamento econômico. São Paulo: Thompson Learning, 2006.	
CARNEIRO, R (Org.). Os clássicos da economia. São Paulo: Editora Ática, 2008. (Volumes 1 e 2)	
FEIJÓ, Ricardo. História do Pensamento Econômico. São Paulo: Atlas, 2001.	
HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.	
OLIVEIRA, R.; GENNARI, A. História do Pensamento Econômico. São Paulo: Saraiva, 2009.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
DALTO, Fabiano. Do Imaginário ao Real: os dois mundos de Irving Fisher, o Great-Grandparent de Keynes. In: IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2001.	
FEIJÓ, R. Repensando a Revolução Marginalista: uma síntese da recente crítica historiográfica às interpretações do período. Análise Econômica, Ano 16, n. 30, set. 1998. P. 23-46.	
HICKS, J.R. O Sr. Keynes e os "Clássicos": uma sugestão de interpretação. In.: IPEA. Clássicos da literatura econômica: textos selecionados de macroeconomia. Brasília: IPEA, 2010.	
OLIVEIRA, F. A. Irving Fisher: do equilíbrio neoclássico à crise do subprime. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada. V. 8. Nº 15. Jul/dez 2013.	
GALA, P.; RÉGO, J. M (Org.). A história do pensamento econômico como teoria e retórica. São Paulo: Editora 34, 2003.	
FEIJÓ, R. Economia e filosofia na escola austríaca: Menger, Mises e Hayek. São Paulo: Nobel, 2000.	
JEVONS, W. S. A teoria da Economia Política. Os economistas. Ed. Nova Cultural. 1996.	



KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Os economistas. Ed. Nova Cultural. 1996.
MARSHALL, A. Princípios de economia: Tratado Introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas).
MENGER, C. Princípios de economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Coleção Os Economistas).
WALRAS, Leon. Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
WICKSELL, K. Lições de Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Matemática Financeira	Carga horária: 60h
Ementa	
Regime de Juros Simples. Regime de Juros Compostos. Noções Sobre Anuidades e Empréstimos. Inflação. Atualização de Ativos Monetários	
Objetivos	
Objetivo Geral: Trabalhar com conceitos financeiros fundamentais, priorizando o regime de capitalização que mais se aproxima da realidade.	
Objetivos Específicos: Compreender os regimes de juros simples e composto; analisar os diferentes tipos de taxa de juros; , conhecer as noções fundamentais sobre anuidades e empréstimos, identificar o fenômeno inflacionário e a atualização de ativos monetários.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BRUNI, A. L.; FAMA, R. A matemática das finanças. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.	
MATHIAS, W. F.; GOMES, J. M. Matemática financeira. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
PUCCINI, A. Matemática financeira. São Paulo: Saraiva, 2006.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CASTANHEIRA, N. Matemática financeira e análise financeira. Curitiba: Juruá, 2009.	
CHIANG, A. Matemática para economistas. Rio de Janeiro: Campus, 2005.	
GIANNETTI, E. O valor do amanhã. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.	
HAZZAN, S. Matemática financeira. 6ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.	
ZENTGRAF, W. Manual de operações da calculadora financeira: operações aritméticas, comerciais, de calendário, estatísticas e financeiras; análise de investimentos e práticas de mercado. São Paulo: Atlas, 2007.	

#### 4º PERÍODO

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Estatística Básica	Carga horária: 60h
Ementa	
Introdução a Estatística. Estatística Descritiva. Probabilidades. Distribuições de Probabilidade. Amostragem.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Analisar e desenvolver conhecimentos estatísticos relacionados com as medidas de tendência central e probabilidade, aplicando habilidades quantitativas em diversos fenômenos das ciências sociais.	
Objetivos Específicos: Explorar e aplicar a temática de Estatística Descritiva; Compreender conceitos teóricos de probabilidade e suas distribuições; Discutir e aplicar métodos probabilísticos e não-probabilísticos de amostragem.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BUSSAB, W. MORETTIN. P. A. Estatística Básica. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.	
FREUND, J. E. Estatística Aplicada: economia, administração e contabilidade. 11. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2006.	

HOFFMANN, R. Estatística para Economistas. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2006. BARBETTA, P. A. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2008. ANDERSON, D. L. Estatística Aplicada à Administração e Economia. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
LARSON, R. Estatística Aplicada. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2010. BRUNI, A. L. Estatística Aplicada à Gestão Empresarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. LEVINE, D. M. Estatística: Teoria e Aplicações: Usando o Microsoft Excel em português. 6. ed. Rio de Janeiro, 2013. MARTINS. G. A. Estatística Geral e Aplicada. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2011. (Disponível na versão E-book). MCCLAVE, J. T. Estatística Aplicada à Administração e Economia. 10 ed. São Paulo: Pearson, 2009.

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: Economia Industrial	Carga horária: 60 h
<b>Ementa</b>	
Crítica à abordagem Neoclássica. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da abordagem E-C-D. A abordagem E-C-D. Teoria do Crescimento da Firma. Economia dos Custos de Transação. Regulação Econômica e Política Antitruste. Ecologia Industrial.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Construir uma visão crítica acerca do alcance da teoria microeconômica neoclássica para explicar o comportamento da firma e da indústria, apresentando a economia industrial como uma alternativa possível, neste sentido. Objetivos Específicos: Estabelecer uma análise crítica da microeconomia neoclássica; Desenvolver o entendimento dos fundamentos teóricos e metodológicos da abordagem tradicional da economia industrial; Desenvolver entendimento sobre o modelo ECD e sobre a economia dos custos de transação no âmbito teórico e prático; Trabalhar aspectos da regulação econômica e da política antitruste para garantia da concorrência. Discutir potencialidades da ecologia industrial para avanços da produção industrial em relação à sustentabilidade.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002. NELSON, R. As Fontes do crescimento econômico. São Paulo: Editora Unicamp, 2006. PENROSE, E. A teoria do crescimento da firma. São Paulo: Editora UNICAMP, 2006. Artigos científicos na área e estudos setoriais, que estejam disponíveis na internet com acesso livre	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
BESANKO, D.; DRANOVE, D.; SHANLEY, M.; SCHAEFER, S. A economia da estratégia. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. CARLTON, Dennis W.; PERLOFF, Jeffrey M. Modern industrial organization. Pearson Higher Ed, 2015. GEORGE, K. D.; JOLL, C. Organização industrial: concorrência, crescimento e mudança estrutural. Zahar, 1983. GUIMARÃES, E. A. Acumulação e crescimento da firma. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. HALL, R. L.; HITCH, C. J. A teoria dos preços e o comportamento empresarial. Clássicos de literatura econômica, 1988. KON, A. Economia industrial. NBL Editora, 1994. ROBINSON, J. Concorrência imperfeita reexaminada. In: ROBINSON, J Contribuições à Economia Moderna. Ed. Zahar, 1977, cap. 15, p. 198-214; ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. (orgs.). Economia & gestão dos negócios agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000.	

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: Macroeconomia II	Carga horária: 60 h

<b>Ementa</b>	
Regimes cambiais. Macroeconomia aberta: Modelo IS-LM-BP. O modelo da demanda agregada e da oferta agregada. Teorias da Determinação da Inflação. Crescimento econômico: modelos com avanço tecnológico exógeno (Solow) e endógeno (Capital Humano).	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Construir conjuntamente aos discentes a análise da macroeconomia aberta e de modelos de crescimento. Objetivos Específicos: Definir taxa de câmbio; apresentar os mercados de câmbio spot e futuro; determinação da taxa de câmbio de equilíbrio no curto e longo prazo; descrever os regimes cambiais; Analisar as políticas monetária e fiscal dentro de uma economia aberta por meio do modelo IS-LM-BP; Apresentar o Modelo de oferta e demanda agregada dentro da macroeconomia e os efeitos das políticas macroeconômicas; Explicar as teorias da Determinação da Inflação; Apresentar os modelos de crescimento econômico com avanço tecnológico exógeno (Solow) e endógeno (Capital Humano).	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
BLANCHARD, O. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011. DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. Macroeconomia. 10. ed. São Paulo: McGrawHill, 2009. FROYEN, R. T. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
KRUGMAN, P.; OBSTEFELD, M. Economia internacional: teoria e política. São Paulo: Pearson Education, 2010. JONES, Charles. Introdução à Teoria do Crescimento. Editora Campus, 2014. BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. Economia internacional: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. Economia internacional. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marcos Antônio Sandoval.(orgs). Manual de Macroeconomia: Nível Básico e Intermediário. Equipe de Professores da FEA- USP. Editora Atlas,2008. MANKIW, N. G. Macroeconomia. 7. ed. Rio de Janeiro: Gen, 2010. SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: Economia Brasileira I	Carga horária: 60 h
<b>Ementa</b>	
Café, industrialização e mudança do centro dinâmico. O processo de industrialização e suas interpretações. Industrialização por Substituição de Importações (ISI). O avanço da industrialização sob Getúlio. As políticas de proteção à indústria. O Plano de Metas. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. O Plano Trienal de Celso Furtado. A crise do início dos anos 1960. Características populacionais e do mercado de trabalho.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Desenvolver competências que permitam ao discente compreender a dinâmica da economia brasileira entre 1889 e 1964, com destaque para o Processo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI – 1930-1964) e as políticas econômicas adotadas de proteção à indústria brasileira, no período. Objetivos Específicos: Expor a transição da economia de base primário-exportadora para a economia de base industrial. Diferenciar os momentos da industrialização brasileira. Expor as influências do comportamento de economias centrais sobre economias periféricas, como a do Brasil. Expor os obstáculos ao desenvolvimento brasileiro. Relacionar os fatos políticos e sociais com o comportamento da economia brasileira.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
ABREU, M. P. (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana. Rio de Janeiro: Campus, 1990. GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L.B.; HERMANN, J. (Orgs.). Economia brasileira contemporânea: 1945/2010. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2011.	

LACERDA, Antônio Corrêa de. [et al.]; organizadores José Márcio Rego, Rosa Maria Marques; colaboração especial Rodrigo Antônio Moreno Serra. Economia brasileira. 4. ed. — São Paulo: Saraiva, 2010.
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
BENJAMIN, Cesar. “Uma certa ideia de Brasil”. Disponível em: <a href="http://www.contrapontoeditora.com.br/arquivos/artigos/200711011651590.Certa%20ideiade%20Brasil.pdf">http://www.contrapontoeditora.com.br/arquivos/artigos/200711011651590.Certa%20ideiade%20Brasil.pdf</a>
CEPÊDA, Vera Alves. A construção da industrialização no Brasil: políticas econômicas, mudança social e a crise do liberalismo na Primeira República. <i>Desigualdade &amp; Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio</i> , Rio de Janeiro, n. 7, p. 115-136, jul./dez. 2010.
FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”. 5ª ed. São Paulo, Globo, 2008.
FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes - Vol. II. Editora: Globo, 2008.
FONSECA, Pedro César Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. <i>Pesquisa e Debate – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política</i> . São Paulo, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004. Acesso por <a href="http://www.ufrgs.br/decon">www.ufrgs.br/decon</a> no link Publicações e depois no link Artigos Técnico-Científicos.
FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. Nova edição. São Paulo: HUCITEC; Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.
TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1972. 262 págs.

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: Economia Política	Carga horária: 60 h
<b>Ementa</b>	
A crítica de Marx à economia política. O materialismo histórico e dialético. O processo de produção do capital: mercadoria e dinheiro; fetichismo e reificação; a transformação do dinheiro em capital; a produção da mais valia absoluta; a produção da mais valia relativa; o salário; acumulação de capital e a acumulação primitiva.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Desenvolver competências que permitam ao acadêmico utilizar-se tanto do materialismo histórico e dialético quanto da teoria econômica de Marx; Oferecer um referencial teórico e metodológico que permita ao acadêmico compreender a crítica do funcionamento do modo de produção capitalista, além de uma análise dos modos de produção e das relações sociais de produção. Objetivos Específicos: Contextualizar o momento histórico, em que se destacam as forças produtivas e as relações sociais de produção que inspiraram Marx a escrever uma crítica à Economia Política; compreender o método materialista histórico-dialético; discorrer sobre os principais conceitos e categorias analíticas propostas por Marx para compreensão do movimento dialético do capitalismo, por meio da leitura de O Capital.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.	
MARX, K. Para a Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas)	
NAPOLEONI, C. Smith, Ricardo, Marx. 38 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
CORAZZA, Gentil (Org). Métodos da Ciência Econômica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.	

CORAZZA, Gentil. O Todo e as Partes, Uma Introdução ao Método da Economia Política. In.: Estudos Econômicos, São Paulo, v.26, n.4, p.35-50, 1996.

GORENDER, J. Apresentação de O Capital, Livro 1. São Paulo, Boitempo, 2013.

HARVEY, D. Para Entender o Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro 2. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro 3. São Paulo: Boitempo, 2016.

SAAD FILHO, Alfredo. Teoria Marxista do Valor: Uma Introdução. In: Análise Econômica, Porto Alegre, ano 21, vol. 40, p. 159-178. Setembro, 2003.

SWEEZY, P. A Teoria do Desenvolvimento Capitalista. São Paulo, Nova Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).

## 5º PERÍODO

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Economia Brasileira II	Carga horária: 60 h
Ementa	
O PAEG. O milagre econômico. O II PND. A industrialização durante os Governos Militares. Endividamento externo, a crise da década de 1980 e a aceleração inflacionária. Os planos heterodoxos de estabilização econômica. O governo Collor e a nova Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE). Abertura econômica e a inserção brasileira na globalização. Mercado de trabalho, desenvolvimento e desigualdade no Brasil.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Compreender a Industrialização por Substituição de Importações (ISI) durante os governos militares (1964-1985) e seu esgotamento a partir das radicais transformações ocorridas na economia brasileira na década de 1980 e início da de 1990. Objetivos Específicos: Expor as influências do comportamento de economias centrais sobre economias periféricas, como a do Brasil; Analisar a inserção do Brasil na globalização a partir do fim do Processo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI); Analisar os desdobramentos da implantação do Plano Real; Expor os obstáculos ao desenvolvimento brasileiro; Relacionar os fatos políticos e sociais com o comportamento da economia brasileira.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ABREU, M. P. (Org.) A Ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana. Rio de Janeiro: Campus, 1990. CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora da Unesp, 2002. GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L.B.; HERMANN, J. (Orgs.). Economia brasileira contemporânea: 1945/2010. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BATISTA JR., P. N. Da crise internacional à moratória brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. CASTRO, A.B.; SOUZA, F.E.P. A economia brasileira em marcha forçada. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2º. Ed. Rio de Janeiro: Elsever, 2014. LACERDA, Antônio Corrêa de. [et al.]; organizadores José Márcio Rego, Rosa Maria Marques; colaboração especial Rodrigo Antonio Moreno Serra. Economia brasileira. 4. ed. — São Paulo: Saraiva, 2010. LANGONI, Carlos Geraldo. (2005), Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil. 3ª. ed., Rio de Janeiro, Editora FGV. FURTADO, Celso. Brasil – A construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.	

FURTADO, Celso. O longo amanhecer: ensaios sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1972. 262 págs.

TAVARES, Maria da Conceição. Desenvolvimento e igualdade. Organizadores: Vanessa. Petrelli Corrêa, Monica Simion i– ed. – Rio de Janeiro: IPEA, 2011. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_desenvigualdade\\_80anos.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_desenvigualdade_80anos.pdf).

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Estatística Econômica	Carga horária: 60h
Ementa	
Estimação de Parâmetros. Testes de Hipóteses Paramétricos e Não-Paramétricos. Correlação e Regressão Linear Simples	
Objetivos	
Objetivo Geral: Analisar e desenvolver conhecimentos em estatística para as Ciências Econômicas. Objetivos Específicos: Estudar a Estimação de parâmetros. Estudar a metodologia dos testes de Hipótese paramétrico e não paramétrico; Entender o método de estimação de correlação e regressão.	
Referências Bibliográficas Básicas	
HOFFMANN, R. Estatística para Economistas. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2006. BUSSAB, W. MORETTIN. P. A. Estatística Básica. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. FREUND, J. E. Estatística Aplicada: economia, administração e contabilidade. 11. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2006. BARBETTA, P. A. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2008. ANDERSON, D. L. Estatística Aplicada à Administração e Economia. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	
LARSON, R. Estatística Aplicada. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2010. BRUNI, A. L. Estatística Aplicada à Gestão Empresarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. LEVINE, D. M. Estatística: Teoria e Aplicações: Usando o Microsoft Excel em português. 6. ed. Rio de Janeiro, 2013. SARTORIS, A. Estatística e Introdução a Econometria. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. MARTINS. G. A. Estatística Geral e Aplicada. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2011.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Macroeconomia III	Carga horária: 60 h
Ementa	
A determinação do emprego e da renda e o princípio da demanda efetiva em Keynes e Kalecki. Incerteza probabilística e incerteza keynesiana. Princípios Keynesianos: a Propensão Marginal a Consumir e seus Determinantes. A eficiência marginal do capital. Demanda por moeda, preferência pela liquidez, as taxas de juros e a escolha por ativos. A hipótese da instabilidade financeira de Minsky. Desenvolvimentos recentes no Pensamento Macroeconômico Heterodoxo no Brasil.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Estudar a abordagem keynesiana e pós-keynesiana da macroeconomia dando destaque especial ao papel da demanda efetiva, a incerteza, o tempo e à economia monetária da produção. Objetivos Específicos: Compreender os conceitos macroeconômicos heterodoxos. Proceder à análise crítica dos aspectos da formação histórica da realidade contemporânea das economias mundial e brasileira. Relacionar a ciência econômica e os aspectos éticos, sociais, políticos, ambientais e de cidadania numa ampla formação de caráter humanístico.	
Referências Bibliográficas Básicas	

- COSTA, Fernando Nogueira. Economia Monetária e Financeira. 1999. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2012/01/fernando-nogueira-da-costa-economia-monetc3a1ria-e-financeira-apresentac3a7c3a3o.pdf>.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de; PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de; SICSÚ, João; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de; STUDART, Rogerio. Economia monetária e financeira: teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. xix, 385 p.
- KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego do juro e da moeda. São Paulo: Atlas, 1982.
- MINSKY, H. P. Estabilizando uma economia instável. São Paulo: Novo Século, 2010.
- Referências Bibliográficas Complementares**
- CARVALHO, Fernando Cardim. Da Síntese Neoclássica à Redescoberta de Keynes. Análise Econômica. v.6,n.9.1988. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10286>.
- CATÃO, Luiz. Do Tratado sobre Probabilidade à Teoria Geral: o conceito de Racionalidade em Keynes. Revista de Economia Política. v.12,n.1,1992. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/45-5.PDF>.
- FERRARI FILHO, Fernando. Os "Keynesianos" Neoclássicos e os Pós Keynesianos. Ensaios FEE. v.12,n.2,p.340-348.1991. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1452/1816>
- \_\_\_\_\_. "Keynesianos", monetaristas, novos-clássicos e novos keynesianos: uma crítica pós keynesiana Ensaios FEE.v.17,n.2,p.78-101,1996. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1876/2249>.
- \_\_\_\_\_. Keynes e a atualidade da teoria keynesiana. v.15,n.28,1997. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10544>.
- FERREIRA, Adriana Nunes. Keynes em aparato de Equilíbrio e Desequilíbrio Geral. Texto para Discussão, IE/UNICAMP. n. 234. 2014. Disponível em: [www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3348&tp=a](http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3348&tp=a).
- FIOCCA, Demian. A Oferta de Moeda na Macroeconomia Keynesiana. São Paulo: Paz e Terra. 2000.
- KING, J. E. A Brief Introduction to Post Keynesian Macroeconomics. Jahrgang. 2013. Disponível em: [http://wug.akwien.at/WUG\\_Archiv/2013\\_39\\_4/2013\\_39\\_4\\_0485.pdf](http://wug.akwien.at/WUG_Archiv/2013_39_4/2013_39_4_0485.pdf).
- LIMA, Gilberto Tadeu. Em busca do tempo perdido: a recuperação pós-keynesiana da economia do emprego de Keynes. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1992. 179 p. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/8038>. Acesso em 18 Mai. 2018.
- MINSKY, H.P. A hipótese da instabilidade financeira. Revista Oikos, Rio de Janeiro, v.8,n.2. p. 303-320, 2009.
- \_\_\_\_\_. John Maynard Keynes. McGraw-Hill. 2008.
- \_\_\_\_\_. Integração Financeira e Política Monetária. Economia e Sociedade. n.3,p.21-36. 1994. Disponível em: [www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=414&tp=a](http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=414&tp=a)
- OREIRO, J.L. "O debate entre Keynes e os clássicos sobre os determinantes da taxa de juros". Revista de Economia Política, 20(2): 95-199, 2000. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/78-6.PDF>.
- \_\_\_\_\_. Macroeconomia do Desenvolvimento: uma perspectiva keynesiana. São Paulo: LTC. 2016.
- POSSAS, Mario Luiz. Para uma releitura teórica da Teoria Geral. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro. v.16,n.2,p.205-308;1986.
- \_\_\_\_\_. Demanda Efetiva, Investimento e Dinâmica: A atualidade de Kalecki para a Teoria Macroeconômica. Revista de Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, v.3,n.2,p.17-46. 1999. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%203/REC\\_3.2\\_02\\_Demanda\\_efetiva\\_in\\_vestimento\\_e\\_dinamica\\_a\\_atualidade\\_de\\_kalecki.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%203/REC_3.2_02_Demanda_efetiva_in_vestimento_e_dinamica_a_atualidade_de_kalecki.pdf).
- POSSAS, Mario Luiz. BALTAR, Paulo E. A. Demanda Efetiva e Dinâmica em Kalecki. Pesquisa e Planejamento Econômico. v.11,n.1.p.107-160. 1981. Disponível em: <http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/447/390>
- \_\_\_\_\_. O modelo de Ciclo Econômico de Kalecki. Revista de Econometria. 1983. Disponível em: [bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/bre/article/download/3154/205](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/bre/article/download/3154/205)

<p>SOBREIRA, Rogério. Eficiência, Desregulamentação Financeira e Crescimento Econômico: Uma abordagem pós keynesiana. <i>Análise Econômica</i>. v.33.2000. Disponível em: <a href="http://www.seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10638/6273">http://www.seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10638/6273</a>.</p> <p>SILVA, A. C. M. Macroeconomia sem equilíbrio: dois ensaios e um livro-texto. Campinas: UNICAMP, 1994. Disponível em: &lt;<a href="http://libdigi.unicamp.br/">http://libdigi.unicamp.br/</a>&gt;.</p> <p>WRAY, L. Randall. O novo capitalismo dos gerentes de dinheiro e a crise financeira global. <i>Oikos</i>. v.8,n.1,2009. Disponível em: <a href="http://www.revistaoikos.org">www.revistaoikos.org</a> › Capa › Vol. 8, No 1 (2009) › Wray.</p>
--

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Economia da Tecnologia	Carga horária: 60 h
Ementa	
Ciclos tecnológicos. Competitividade e padrões de concorrência. Dinâmica Neo-Schumpeteriana. Economia da Aprendizagem. Sistemas Nacionais de Inovação. Eco-Inovações	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral: Compreender tópicos relativos à linha Neo-Schumpeteriana da Economia Industrial, além de discutir temas contemporâneos da área.</p> <p>Objetivos Específicos: Compreender o processo de inovação tecnológicas; Distinguir processos de seleção e difusão da tecnologia; Avaliar mudanças na organização industrial.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>FREEMAN, C.; SOETE, J. A economia da inovação industrial. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006.</p> <p>KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002.</p> <p>LUNDVAL, B.; JOHNSON, B. The learning economy. <i>Journal of Industry Studies</i>. Vol. 1, 1994. p.23-42</p> <p>NELSON, R.; WINTER, S. Uma teoria evolucionária da mudança econômica. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2005.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>LUNDVAL, B. Why the new economy is learning economy. DRUID. Working Paper n.4-01. Aalborg: Aalborg University, 2004.</p> <p>NELSON, R. As fontes do crescimento econômico. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006.</p> <p>PENROSE, E. A teoria do crescimento da firma. São Paulo: Editora UNICAMP, 2006.</p> <p>ROSENBERG, N. Por dentro da caixa preta: tecnologia e economia. Campinas: UNICAMP, 2009.</p> <p>SCHUMPETER, J. A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre o lucro, capital, crédito, juros e o ciclo econômico. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.</p> <p>Artigos publicados em periódicos de acesso livre. Estudos setoriais publicados na internet e com acesso livre.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Desenvolvimento Econômico	Carga horária: 60 h
Ementa	
<p>História, determinantes e conceitos básicos do desenvolvimento econômico. Desenvolvimento e direitos humanos. Desenvolvimento Sustentável. Economia do Desenvolvimento: mercantilistas e fisiocratas, Smith, Ricardo, Marx, Malthus, Keynes, Modelos de inspiração Keynesiana, Kalecki e Schumpeter. Teorias do desenvolvimento no fim do século XX: Rosenstein-Rodan, Nurkse, Hirschman, Lewis, Rostow, Myrdal, Gerschenkron, Rodrik. Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Teoria da dependência. Principais críticas à visão ortodoxa de desenvolvimento. Instituições e desenvolvimento.</p>	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral: Proporcionar uma visão ampla da discussão sobre desenvolvimento, permitindo a percepção de sua complexidade e o contato com as principais teorias sobre o fenômeno.</p> <p>Objetivos Específicos: Trabalhar questões relativas a origem, evolução e conceituação do fenômeno desenvolvimento; Construir as ideias conceituais e discutir criticamente as questões relativas ao desenvolvimento econômico e humano e seus impactos ambientais; Compreender e analisar criticamente as principais teorias sobre desenvolvimento, incluindo o pensamento cepalino;</p>	



Compreender e analisar criticamente as relações do desenvolvimento com aspectos institucionais, ressaltando o papel do Estado.
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>
<p>AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.</p> <p>BRESSER-PEREIRA, L.C. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. Texto para Discussão EESP/FGV. 2008.</p> <p>CHANG Ha-Joon, Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.</p> <p>GERSCHENKRON, A. O atraso econômico em perspectiva histórica. In: GERSCHENKRON, A. O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.</p> <p>JONES, Charles I. Introdução à teoria do crescimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.</p> <p>RODRIG, Dani. Políticas de diversificação econômica. Revista de la Cepal, 2010.</p> <p>SACHS, I. Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.</p> <p>SOUZA, N. J. de. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas. 2004.</p> <p>(mais artigos e capítulos de livro listados na bibliografia complementar, os quais estão disponíveis em meio eletrônico com acesso livre)</p>
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
<p>ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Editora Unesp e Edusp, 2001.</p> <p>ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. Por que as nações fracassam: as origens da riqueza, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.</p> <p>BIANCHI, A.M. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. Economia e Sociedade. v.16, n.2, p.131-150, ago., 2007.</p> <p>BRANDÃO, C. A impossibilidade de uma teoria geral e abstrata do desenvolvimento. [mimeo], 2008.</p> <p>CARDOSO, F.H. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. Revista de Economia Política, v.15, n.4, out-dez, p.148-155, 1995.</p> <p>CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.</p> <p>CARNEIRO, R.M. Velhos e novos desenvolvimentismos. Economia e Sociedade. v.21, número especial, p. 749-778, dez. 2012.</p> <p>EVANS, P. O Estado como problema e solução. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. n. 28-29, 1993.</p> <p>FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.) Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. São Paulo: Record, 2000. p. 240-262.</p> <p>GUMIERO, R.G. Diálogo das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado. Dissertação (Mestrado). 144 fls. 2011. Departamento de Pós-Graduação em Ciência Política. Centro de Educação em Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011.</p> <p>MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.</p> <p>NORTH, Douglass C. Economic performance through time. The American Economic Review, v. 84, n. 3, p. 359-368, 1994.</p> <p>PIETERSE, J.N. My paradigm or yours? Alternative development, post-development, reflexive development. Development and Change. v.29, p. 343-373, 1998.</p> <p>PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Editora Intrínseca, 2014.</p> <p>PRADO, L.C.D.; TORRACA, J.F.; LIMA-E-SILVA, J.C.A. Um novo olhar sobre um antigo debate: a tese Prebisch-Singer é, ainda, válida? Economia Aplicada, v.20, n.2, p.203-226, 2016.</p> <p>SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.cap. 2, p. 47-64.</p> <p>SANTOS, T. A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico. In: SEGRERA, F. L. Los retos de la globalización. Ensayo en homenaje a Theotonio Dos Santos, Caracas: UNESCO, 1998.</p>

SANTOS, U.P.; OLIVEIRA, F.H.P. Três fases da teoria cepalina: uma análise de suas principais contribuições ao pensamento latino-americano. *Análise*, v.19, n. 2, jul./dez., p. 4-17, 2009.

SEN, A.. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das letras. 2006.

SIEDENBERG, D. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. *Desenvolvimento em Questão*, v.1, n.1, jan./jun., p. 45-71, 2003.

SILVA, D.A.; NELSON, A.V.M.; SILVA, M.A.R. Do desenvolvimento como crescimento econômico ao desenvolvimento como liberdade: a evolução de um conceito. *Desenvolvimento em Questão*, v.16, n.42, jan./mar., p. 42-71, 2018.

SILVA, D.F.R. A construção do objeto teórico das teorias do desenvolvimento econômico. Dissertação (Mestrado). 96 fls. 2005. Programa de Pós-Graduação em Economia. Departamento de Economia. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados*, v.18, n. 51, p. 7-22, 2004.

STIGLITZ, J. O preço da desigualdade. Lisboa: Bertrand Editora, 2016.

## 6º PERÍODO

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Econometria I	Carga horária: 60 h
Ementa	
Regressão Linear Múltipla e Hipóteses Básicas. Regressão com Variáveis Binárias. Violação das Hipóteses Básicas.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Aplicar métodos matemáticos e estatísticos aos problemas de economia. Objetivos Específicos: Compreender conceitos teóricos do modelo clássico de regressão linear múltipla e suas hipóteses básicas; Explorar e aplicar a temática de Análise de Regressão com variáveis binárias, empregando em situações práticas; Identificar e solucionar as violações das hipóteses básicas do modelo clássico de regressão.	
Referências Bibliográficas Básicas	
GUJARATI, D. N. Econometria Básica. 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2005. WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à Econometria: Uma Abordagem Moderna. 4.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 701 p. HOFFMANN, R. Análise de Regressão: Introdução a Econometria. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.	
Referências Bibliográficas Complementares	
SARTORIS, A. Estatística e Introdução a Econometria. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. HILL, R. C. Econometria. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. MADDALA, G.S., Introdução à Econometria. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. BUENO, R. L. S, Econometria de Séries Temporais. São Paulo: Cengage Learning, 2008. MORETTIN, P. A. Análise de Séries Temporais. 2 ed. São Paulo: Blucher, 2006. MORETTIN, Pedro A. Econometria financeira um curso em séries temporais financeiras. 3. São Paulo Blucher 2017. PINDYCK, R. S. Econometria: Modelos e Previsões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO Carga Horária: 60h	Código:
Ementa	
Estudo das perspectivas teóricas e metodológicas de interpretação e explicação do desenvolvimento regional. Definição de análise regional e a importância do seu instrumental. Estudo dos fenômenos de desigualdade do desenvolvimento no espaço e das disparidades regionais. As relações do desenvolvimento regional e local com a evolução da economia internacional. As mudanças nas estruturas socioeconômicas e a evolução dos espaços territoriais. A ação coletiva	

face aos problemas de desenvolvimento local e regional. Desenvolvimento integração e direitos humanos.
<b>Objetivos</b>
Objetivo Geral: Apresentar a relação entre desenvolvimento, região e território, bem como suas principais abordagens teóricas e categorias de análise. Objetivos Específicos: Apresentar as principais abordagens sobre desenvolvimento regional; Compreender os diferentes conceitos de território; Possibilitar a análise de problemas regionais.
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>
BRANDÃO, Carlos A. Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Unicamp, 2007. CASTRO, Ina Elias De. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. 3.ed. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2010. CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no brasil: 1930-1970. 3.ed. São paulo: Unesp, 2007. CANO, Wilson. Desconcentração produtiva regional do brasil: 1970-2005. São paulo: Unesp, 2008. HAESBAERT, rogério. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 5.ed. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2010. LAVIOLA, Mauro Oiticica. Integração regional: avanços e retrocessos. São paulo: Aduaneiras, 2004. SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento regional. São paulo: Atlas, 2009.
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
ADELMAN, Irma. Teorias do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Forense, 1972. BECKER, B.; BUARQUE, C.; NASCIMENTO, P. (orgs). Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. Rio de janeiro: Garamond, 2007. (série idéias sustentáveis). BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. 2ª ed. Rio de janeiro, Garamond, 2004. 180 p. CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada? A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2004. CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes y. Economia e desenvolvimento regional. São Paulo: Atlas, 2000. DINIZ, Clélio Campolina. O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local. In: Encontro Nacional de Economia, 29. Anais... Bahia: Anpex, 2001. DINIZ, Clélio Campolina. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. Belo horizonte: CEDEPLAR, 2001. (texto para discussão). FERREIRA, Carlos Maurício de C. Métodos de regionalização. In: HADDAD, Paulo Roberto. (org.) Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S. A., 1989. FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São paulo, círculo do livro s/a, 1. 1974. FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra, 2000. HADDAD, Paulo Roberto. (org.) Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB, ETENE, 1989. 694 p. (Estudos Econômicos e Sociais, 36). IPEA/IBGE/NESUR (IE-UNICAMP). Pesquisas: caracterização e tendências da rede urbana do brasil. Volumes 1 e 2. Campinas: universidade estadual de campinas, 1999. ISARD, Walter. Introduction to regional science. New Jersey: Prentice-Hall, 1975. LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São paulo: Editora Documentos, 1969. LEFEBVRE, H. The production of space. Oxford: Blackwell, 1991. MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson (orgs.). Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. 2. Ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968. PERROUX, François. Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981. PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. Economia regional. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Atlas do desenvolvimento humano no brasil, 2003. RICHARDSON, Harry W. Teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. RUIZ, R. M. Políticas regionais na nova geografia econômica. In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M. (orgs). Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

- SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.
- SACHS, Ignacy. Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.
- SACHS, Ignacy. Rumo à ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, J. H. G.; GONDIM FILHO, J. H.; GONDIM, D. M. O futuro? Foi ontem! Uma leitura econômica sobre a insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. Brasília: Ed. Qualidade, 2008.
- SOUZA, M. L. D. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento econômico. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento regional. São Paulo: Atlas, 2009.
- SOUZA, Nali de Jesus. Economia regional: conceito e fundamentos teóricos. São Leopoldo: Perspectiva Econômica, v. Xvi, n. 32, p. 67-102, 1981.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- THEIS, Ivo M. (org.) Desenvolvimento e território: questões teóricas, evidências empíricas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008. 278 p.
- VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.
- VEIGA, J. E. Meio ambiente e desenvolvimento. São Paulo, SENAC. Série meio ambiente, 2006.
- WILLIAMSON, John. Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição de padrões. In: SCHWARTZMAN, Jacques. Economia regional. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: Economia Monetária	Carga horária: 60 h
<b>Ementa</b>	
Origem e Evolução da Moeda. Oferta de moeda e o multiplicador monetário. Operacionalidade da Política Monetária por Parte do Banco Central. Teorias da demanda de moeda. Inflação. Crises Financeiras e Políticas Monetárias.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Desenvolver os principais conceitos de uma economia monetária e do sistema bancário.	
Objetivos Específicos: Entender o funcionamento da moeda em uma economia capitalista com crédito; entender as diferentes teorias e as políticas monetárias sugeridas por elas; compreender a estrutura e o funcionamento de um moderno sistema financeiro; compreender as principais crises financeiras e monetárias. Entender os impactos da inflação sobre a economia Brasileira no futuro recente.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
CARVALHO, F. J. C. de et al. Economia monetária e financeira: teoria e política. 2. ed. ampliada. Rio de Janeiro: Campus, 2007.	
FROYEN, R. T. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.	
LOPES, J. C.; ROSSETTI, J. P. Economia monetária. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
BARBOZA, R. M. Taxa de juros e mecanismo de transmissão da política monetária no Brasil. Revista de Economia Política, Vol. 35, nº1 (138), p.p. 133-155, 2015. Disponível em: < <a href="http://www.rep.org.br/issue.asp?vol=35&amp;mes=1">http://www.rep.org.br/issue.asp?vol=35&amp;mes=1</a> >.	
BERRIEL, T.; CARVALHO, C. V.; IHARA, R. Que regime monetário-cambial? In: BORGES, M. K. Vinte anos de política monetária no Brasil: da âncora cambial às metas de inflação. Porto Alegre: UFRGS, 2015 (Monografia de Graduação). Disponível em: < <a href="http://hdl.handle.net/10183/130328">http://hdl.handle.net/10183/130328</a> >.	
CASTRO, L. P. C. Regime de metas para inflação: o caso brasileiro e a importância da credibilidade na determinação das expectativas. Rio de Janeiro: PUC, 2012 (Monografia de Graduação). Disponível em: < <a href="http://www.econ.puc-rio.br/biblioteca.php/trabalhos/show/1625">http://www.econ.puc-rio.br/biblioteca.php/trabalhos/show/1625</a> >.	

GARCIA, M.; GIAMBIAGI, F. (Org.). Risco e Regulação: porque o Brasil enfrentou bem a crise financeira e como ela afetou a economia mundial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GIAMBIAGI, F.; PORTO, C. (Org.) Propostas para o governo 2015/2018: Agenda para um país próspero e competitivo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PASTORE, A. C. Inflação e Crises: o papel da moeda. 1 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

PICHETTI, P. A previsibilidade da Inflação no Brasil. In: BONELLI, R.; VELOSO, F. (Org.) Ensaios IBRE de economia brasileira II. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

PINHEIRO, A. C. (Org.) Ensaios IBRE de economia brasileira I. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SAYAD, J. Dinheiro, Dinheiro: Inflação, desemprego, crises financeiras e bancos. São Paulo: Porfolio Penguin, 2015.

SENNA, J.J. A política monetária no Brasil antes e depois da crise. In: BONELLI, R.; SILVEIRA, B. R. Regime de metas para inflação: no período pré e pós crise de 2008. Rio de Janeiro: PUC, 2012 (Monografia de Graduação). Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/biblioteca.php/trabalhos/show/1539>>.

SINIGAGLIA, D.; TEIXEIRA, N. Desafios para a consolidação do regime de metas de inflação no Brasil. In: GIAMBIAGI, F.; PORTO, C. Propostas para o Governo 2015/2018: Agenda para um país próspero e competitivo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SZMIDT, H. Política monetária e estimação de uma regra de Taylor para o Brasil (2000- 2014). Porto Alegre: UFRGS, 2015 (Monografia de Graduação). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/130340>>.

VIEIRA, S. J. C. A inércia na política monetária brasileira no regime de metas para inflação. Viçosa: UFV, 2012 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/3271>>.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Economia Internacional I	Carga horária: 60 h
Ementa	
Teoria Clássica do Comércio: Vantagens Absoluta e Comparativa. Teoria Neoclássica do Comércio. Políticas Comerciais e bem-estar social. Determinantes da Taxa de Câmbio.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Desenvolver nos alunos a compreensão da dinâmica da economia mundial através do conhecimento dos principais modelos de comércio internacional, das políticas de comércio exterior e seus impactos no crescimento e desenvolvimento de uma nação.	
Objetivos Específicos: Apresentar as teorias de comércio internacional. Discutir os efeitos das políticas comerciais e cambiais no desenvolvimento econômico.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. Economia internacional: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.	
CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. Economia internacional. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.	
KRUGMAN, P.; OBSTEFELD, M. Economia internacional: teoria e política. São Paulo: Pearson Education, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CAVES, R.; FRANKEL, J.; JONES, R. Economia internacional: economia e transações globais. São Paulo: Saraiva, 2001.	
DE CONTI, B. M. Regimes cambiais em países emergentes: a experiência brasileira recente (1994-2006). Campinas: UNICAMP, 2007 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: < <a href="http://libdigi.unicamp.br/">http://libdigi.unicamp.br/</a> >.	
GONÇALVES, R. Economia política internacional. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2005.	
PRATES, D. M. Crises financeiras nos países emergentes: uma interpretação heterodoxa. Campinas: UNICAMP, 2002 (Tese de Doutorado). Disponível em: < <a href="http://libdigi.unicamp.br/">http://libdigi.unicamp.br/</a> >.	
SOUZA, N. J. de. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas. 2004.	

VIEIRA, J. L. A integração econômica internacional na era da globalização. São Paulo: Letras & Letras, 2004.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Análise de Conjuntura I	Carga horária: 30 h
Ementa	
Introdução à Análise de Conjuntura. Análise Microeconômica (Setorial) e regional. Principais Indicadores Utilizados na Análise de Conjuntura. Coleta de Dados Estatísticos e Econômicos. Elaboração de Ferramentas e Indicadores de Análise e Relatórios. Análise Econômica Aplicada.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Desenvolver os principais conceitos da análise de conjuntura com ênfase nos aspectos microeconômicos e introdutórios, familiarizar os discentes com as fontes oficiais e repositórios onde há a divulgação das informações estatísticas e permitir a coleta e análise destas informações. Objetivos Específicos: Identificar bancos de dados econômicos. Identificar indicadores microeconômicos. Analisar tendências. Elaborar cenários.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Disponível em: <a href="https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries">https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries</a> . Acesso em: 12 set. 2019. IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <a href="https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil">https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil</a> . Acesso em: 12 set. 2019. IPEA. IPEADATA. Disponível em: <a href="http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx">http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx</a> Acesso em: 12 set. 2019. FROYEN, R. T. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L.B.; HERMANN, J. (Orgs.). Economia brasileira contemporânea: 1945/2010. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2011. VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2003.	
Referências Bibliográficas Complementares	
FEIJÓ, Carmem Aparecida et al. Para entender a Conjuntura Econômica. Barueri: Manole. 2011. KRUGMAN, P.; OBSTEFELD, M. Economia internacional: teoria e política. São Paulo: Pearson Education, 2010. PINDYCK, R. S; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. São Paulo: Makron Books, 2003. SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009 SOUZA, Herbert José de. Como se Faz Análise de Conjuntura. 33ª Edição. Editora Vozes. 2012.	

## 7º PERÍODO

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Econometria II	Carga horária: 60 h
Ementa	
Equações Simultâneas. Séries Temporais. Dados em Painel.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Aplicar métodos matemáticos e estatísticos a problemas de economia. Objetivos Específicos: entender o uso dos métodos estatísticos para problemas econômicos; avaliar qual modelo é mais adequado nas diversas situações; interpretar os resultados obtidos através dos softwares.	
Referências Bibliográficas Básicas	
GUJARATI, D. N. Econometria Básica. 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2005. WOOLDRIDGE, J. M. Introdução a Econometria: Uma Abordagem Moderna. 4.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 701 p. HOFFMANN, R. Análise de Regressão: Introdução a Econometria. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.	
Referências Bibliográficas Complementares	
SARTORIS, A. Estatística e Introdução a Econometria. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.	

HILL, R. C. Econometria. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
MADDALA, G.S., Introdução a Econometria. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC,2003.
BUENO, R. L. S, Econometria de Séries Temporais. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
MORETTIN, P. A. Análise de Séries Temporais. 2 ed. São Paulo: Blucher,2006.
MORETTIN, Pedro A. Econometria financeira um curso em séries temporais financeiras. 3. São Paulo Blucher 2017.
PINDYCK, R. S. Econometria: Modelos e Previsões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Epistemologia e Método na Economia	Carga horária: 60 h
Ementa	
Epistemologia, método e teoria. O positivismo. Popper, Lakatos, Khun. O método nas diferentes escolas econômicas: clássica, neoclássica, marxista, keynesiana. Retórica e controvérsia na Economia.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Apreender as diferenças epistemológicas e conseqüentemente os métodos aplicados às escolas de pensamento econômico, de modo a distingui-los na constituição das Ciências Econômicas.	
Objetivos Específicos: Contribuir para a formação do senso crítico dos futuros economistas com relação à sua própria profissão; Criar mecanismo para que o discentes possa, a partir de uma reflexão metodológica, desenvolver uma postura crítica em relação às hipóteses e ao tipo de raciocínio praticado pelo economista seguidor desta ou daquela vertente de pensamento, na medida em que procura compreender os fundamentos das explicações e recomendações dadas pelos profissionais; Proporcionar aos discentes para que estejam aptos para avaliar, de uma perspectiva pluralista e histórica, o movimento e as tendências recentes que têm marcado a Ciência Econômica.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CORAZZA, G. (Org.) Métodos da ciência econômica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.	
FEIJÓ, R. Metodologia e filosofia da ciência. São Paulo: Atlas, 2003.	
NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011 (64p.)	
Referências Bibliográficas Complementares	
ANGELI, E. A importância da história do pensamento econômico e do pluralismo metodológico em economia. Nova Economia, 24(1), 2010. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/neco/v24n1/0103-6351-neco-24-01-0033.pdf">http://www.scielo.br/pdf/neco/v24n1/0103-6351-neco-24-01-0033.pdf</a>	
ARIDA,P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: GALA, P.; REGO, J. M. (Orgs.). A história do pensamento econômico como teoria e retórica. São Paulo: Editora 34, 2003, p.13-44.	
BRESSER PEREIRA. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. Revista de Economia Política. vol29,n.2, 2009. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n2/01.pdf">http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n2/01.pdf</a>	
CAVALCANTE. Filosofia da ciência e metodologia da economia: do positivismo lógico ao realismo crítico. Texto para Discussão n.210. Economia/UFF. 2010. Disponível em: <a href="http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD210.pdf">http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD210.pdf</a>	
CERQUEIRA,H. A economia evolucionista: um capítulo sistêmico da teoria econômica. Análises Econômicas. UFRS. Vol.37,2003. Disponível em: <a href="http://www.seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10685/6313">http://www.seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10685/6313</a>	
CHIAPPIN,L.; LEISTER,C. A concepção pragmática/utilitarista e sua importância na relação entre epistemologia e ciência na emergência da ciência contemporânea. Cognitio – Estudos: Revista Eletrônica de Filosofia. Vol. 5, n.2, 2008. Disponível em: <a href="https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/view/5781/4089">https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/view/5781/4089</a>	
HAYEK, F. Nuevos estudios de filosofia, política, economia e historia de las ideas. Union Editorial. c1978. 2007,p.17-40.	

- HUME, D. Investigação sobre o Entendimento Humano e Sobre os Princípios da Moral. São Paulo: Ed.UNESP, c1748, 2004, p.53-78
- GANEM, A. O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek: uma perspectiva crítico-filosófica. In: GANEM, A.; FREITAS, F.; MALTA, M.(Org.). Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes. Ed. UFRJ. 2012, cap.6.
- KERSTENETZKY, S. A lógica da situação da economia. Revista de Economia, dez/2006. Disponível em: [http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n4p189\\_208.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n4p189_208.pdf)
- MALTA, M.; CASTELO, R. Marx e a história do pensamento econômico: debate sobre o método e ideologia. In: GANEM, A.; FREITAS, F.; MALTA, M.(Org.). Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes. Ed. UFRJ. 2012, cap.4.
- MARIN, S.; FERNANDEZ, R. A filosofia de Karl Popper: as diferentes interpretações dos metodólogos em Ciências Econômicas. Análise Econômica. UFRGS, n.4, 2004. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/viewFile/10784/6394>
- MORIN, E. O Problema Epistemológico da Complexidade. Portugal: Publicações Europa-América, 2002, p.13-32.
- PRADO, E. Os dois métodos ou duas antropologias? Revista de Economia Política. Vol.33, n.4, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n4/v33n4a06.pdf>
- \_\_\_\_\_. Ciência positiva e a Crítica Dialética. 2005. Disponível em: <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-texto-15.pdf>
- \_\_\_\_\_. A questão da resolução de controvérsias em economia. GALA, P.; REGO, J. M. (Orgs.). A história do pensamento econômico como teoria e retórica. São Paulo: Editora 34, 2003, p.77-118
- \_\_\_\_\_. Três concepções de complexidade. 2010. Disponível em: <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-texto-3.pdf>
- STEVENSON, L.; HABERMAN, D. Dez teorias da natureza humana. Ed. Martins Fontes, 2005. cap. 6 e 7
- WHITEHEAD, A.N. A ciência e o mundo moderno. São Paulo: Paulus, c1953, 2006. p.123-143
- \_\_\_\_\_. O conceito de natureza. São Paulo: Martins Fontes, c1920, 2009; p.5-32
- CALDWELL, B. J. Does methodology matter? How should it be practiced? Finnish Economic Papers, v. 3, n. 1, p. 64-71, 1990. Disponível em: [http://taloustieteellinenyhdistys.fi/images/stories/fep/f1990\\_1g.pdf](http://taloustieteellinenyhdistys.fi/images/stories/fep/f1990_1g.pdf).
- KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- LEONARD, R. Ethics and the excluded middle: Karl Menger and social science in Interwar Vienna. Isis, v. 89, n. 1, p. 1-26, 1998.
- MARIN, S. R.; FERNANDEZ, R. G. O pensamento de Karl Popper: as diferentes interpretações dos metodólogos da ciência econômica. Análise Econômica, v. 22, n. 41, p. 155-177, 2004.
- PRADO, E. F. S. Um saber que não sabe: instrumento de previsão. Análise Econômica, v. 8, n. 14, p. 105-121, 1990.
- VIEIRA, J. G. S., FERNANDEZ, R. G. A estrutura das revoluções científicas na economia e a revolução keynesiana. Estudos Econômicos, v. 36, n. 2, p. 355-381, 2006.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Economia da América Latina	Carga horária: 60 h
Ementa	
Colonização e Ocupação do Território. Independência e Formação dos Estados Nacionais. Os Impactos da Colonização sobre sua Formação Econômica e Social. A Independência e a Transferência do Eixo de Influência. O Modelo Primário-exportador. A Crise de 1929 e a Industrialização da América Latina. As Teorias Explicativas do Desenvolvimento Latino-americano. A CEPAL e o Pensamento de Raul Prebisch. Neoliberalismo. Principais Contribuições Teóricas do Pensamento Crítico Latino-americano sobre a Região. Dívida Externa, Déficit Público e Dívida Social. Inserção Externa nas décadas de 1980 e 1990. Desafios contemporâneos ao Desenvolvimento Latino-Americano.	
Objetivos	



<p>Objetivo Geral: A disciplina propõe apresentar as características do processo de formação da América Latina e discutir as principais questões econômicas, políticas, sociais e culturais, sob perspectiva histórica.</p> <p>Objetivos Específicos: Fornecer subsídios para uma melhor compreensão do conjunto dos países latino-americano, de suas raízes históricas, seu contexto, seu processo de desenvolvimento, seus problemas, suas possibilidades de superação, desde a colonização até a atualidade, situadas no tempo e no espaço.</p>
<p><b>Referências Bibliográficas Básicas</b></p> <p>BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). Sessenta anos de la CEPAL: textos seleccionados del decenio 1998-2008.</p> <p>FURTADO, Celso. A Economia Latino-Americana. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.</p> <p>MARINI, R. M. Dialética da Dependência. Disponível em:  <a href="https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf">https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf</a></p>
<p><b>Referências Bibliográficas Complementares</b></p> <p>BOMFIM, Manoel. América Latina: males de origem. Disponível em: <a href="http://www.bvce.org">www.bvce.org</a>.</p> <p>CANO, Wilson. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo: UNESP, 2000.</p> <p>FURTADO, C. Subdesenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Nacional, 1963.</p> <p>KAY, C. As contribuições latino-americanas para a teoria crítica de desenvolvimento. Cad. CRH [online], v. 31, n. 84, p. 451-461, Salvador, Sept./Dec. 2018. Disponível em:  <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&amp;pid=0103-497920180003&amp;Ing=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&amp;pid=0103-497920180003&amp;Ing=en&amp;nrm=iso</a></p> <p>MARTINS, C. E.; FILGUEIRAS, L. A teoria marxista da dependência e os desafios do século XXI. Cad. CRH [online], v. 31, n. 84, p.445-449, Salvador, Sept./Dec. 2018. Disponível em:  <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&amp;pid=0103-497920180003&amp;Ing=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&amp;pid=0103-497920180003&amp;Ing=en&amp;nrm=iso</a></p> <p>SANTOS, Theotônio dos. Teoria da Dependência: balanços e perspectivas. 1999. Disponível em:  <a href="https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2777175/mod_resource/content/1/Theot%C3%B4nio%20dos%20Santos%20-%20A%20teoria%20da%20depend%C3%Aancia%20-%20Balan%C3%A7os%20e%20perspectivas.pdf">https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2777175/mod_resource/content/1/Theot%C3%B4nio%20dos%20Santos%20-%20A%20teoria%20da%20depend%C3%Aancia%20-%20Balan%C3%A7os%20e%20perspectivas.pdf</a></p> <p>SOARES, Laura Tavares R. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. 1995. 446 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, [SP. Disponível em: <a href="http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285687">http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285687</a></p> <p>GRIFFITH-JONES, Stephany e Sunkel, Osvaldo (1990). O Fim de uma Ilusão: as crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 229 p.</p> <p>BERTOLA, L &amp; OCAMPO, J. A. (2015) O Desenvolvimento Econômico da América Latina desde a Independência. Rio de Janeiro: Elsevier</p> <p>AQUINO, R, LEMOS, N, LOPES, O. Histórias das Sociedades Americanas. Rio de Janeiro: Record, 9ª. Edição, 2004.</p> <p>CEPAL, Revista de la CEPAL, vários números, vários anos.</p> <p>CEPAL, Anuário Estatístico, vários anos.</p>

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: Economia Internacional II	Carga horária: 60 h
<b>Ementa</b>	
<p>Arranjo internacional sob o padrão-ouro. Economia internacional no período entre-guerras. A grande depressão. Reorganização internacional e o regime de Bretton-Woods. Choque do petróleo e estagflação. A crise da dívida externa. Liberalização financeira e comercial. Transferência internacional de tecnologia. Globalização. As formas de integração de Ásia e América Latina na globalização. Crises financeiras internacionais pós-1990. O papel da China e dos EUA na ordem econômica mundial contemporânea.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<p>Objetivo Geral: Possibilitar a análise do sistema econômico mundial pós-Segunda Guerra Mundial, suas dinâmicas e transformações, especialmente a partir do pós-Guerra Fria.</p>	

Objetivos Específicos: Contextualizar o período do padrão-ouro; Avaliar as mudanças do período entre guerras até Bretton Woods; Possibilitar um olhar crítico sobre o funcionamento do capitalismo contemporâneo.
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>
BATISTA JR., Paulo N. Da crise internacional à moratória brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Ensaio sobre o capitalismo no século XX. São Paulo: UNESP, 2004. EICHENGREEN, Barry. A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Ed. 34. FIORI, José Luís (Org.). O poder americano. Petrópolis: Vozes, 2007.
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
ALMEIDA, Paulo Roberto de. O BRASIL E O FMI DESDE BRETTON WOODS: 70 ANOS DE HISTÓRIA. Rev. direito GV, São Paulo , v. 10, n. 2, p. 469-496, Dec. 2014 . Available from < <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1808-24322014000200469&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1808-24322014000200469&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a> >. access on 02 June 2020. <a href="https://doi.org/10.1590/1808-2432201420">https://doi.org/10.1590/1808-2432201420</a> . CARVALHO, Maria Auxiliadora; SILVA, César Roberto Leite da. Economia Internacional. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007. CAVES, Richard; FRANKEL, Jeffrey; JONES, Ronald. Economia internacional: economia e transações globais. São Paulo: Saraiva, 2001. CUNHA, André Moreira. Estratégias periféricas sessenta anos depois do acordo de Bretton Woods. Rev. Econ. Polit., São Paulo , v. 26, n. 4, p. 483-501, Dec. 2006 . Available from < <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-31572006000400001&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-31572006000400001&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a> >. access on 02 June 2020. <a href="https://doi.org/10.1590/S0101-31572006000400001">https://doi.org/10.1590/S0101-31572006000400001</a> . KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. Economia internacional: teoria e política. São Paulo: Pearson Education, 2010. MAZZUCHELLI, Frederico. Os anos de chumbo: política e economia no entreguerras. São Paulo: UNESP, 2009. TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (orgs.) Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: Análise de Conjuntura II	Carga horária: 30 h
<b>Ementa</b>	
Principais Documentos de Análise de Conjuntura. Análise Macroeconômica. Comparação entre Países. Coleta de Dados Estatísticos e Econômicos. Elaboração de Ferramentas e Indicadores de Análise e Relatórios. Análise Econômica Aplicada.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Desenvolver os principais conceitos da análise de conjuntura com ênfase nos aspectos macroeconômicos nacionais e internacionais, enfatizando a inter-relação das variáveis agregadas determinadas nos diferentes mercados agregados. Objetivos Específicos: Capacitar o(a) aluno na leitura e interpretação do comportamento das variáveis da estrutura macroeconômica de um país; Possibilitar que o(a) aluno(a) conheça os principais bancos de dados macroeconômicos, e a partir deles, seja capaz de coletar, organizar, analisar e descrever através de tabelas e gráficos os diferentes fenômenos conjunturais macroeconômicos; Possibilitar a elaboração e divulgação de um informativo sobre a conjuntura macroeconômica do país.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Disponível em: <a href="https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries">https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries</a> . Acesso em: 12 set. 2019.	

<p>IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <a href="https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil">https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil</a>. Acesso em: 12 set. 2019.</p> <p>IPEA. IPEADATA. Disponível em: <a href="http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx">http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx</a> Acesso em: 12 set. 2019.</p> <p>FROYEN, R. T. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L.B.; HERMANN, J. (Orgs.). Economia brasileira contemporânea: 1945/2010. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2011.</p> <p>VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2003.</p>
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
<p>FEIJÓ, Carmem Aparecida et al. Para entender a Conjuntura Econômica. Barueri: Manole. 2011.</p> <p>KRUGMAN, P.; OBSTEFELD, M. Economia internacional: teoria e política. São Paulo: Pearson Education, 2010.</p> <p>PINDYCK, R. S; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. São Paulo: Makron Books, 2003.</p> <p>SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009</p> <p>SOUZA, Herbert José de. Como se Faz Análise de Conjuntura. 33ª Edição. Editora Vozes. 2012.</p>

## 8º PERÍODO

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: TCC I	Carga horária: 90 h
<b>Ementa</b>	
O processo de pesquisa. Planejamento da pesquisa. Técnicas de pesquisa em Economia. Construção do projeto de trabalho de conclusão de curso (TCC I). Normativas sobre projeto e trabalho de curso. Normas ABNT.	
<b>Objetivos</b>	
<p>Objetivo Geral: Proporcionar o desenvolvimento de elementos metodológicos da pesquisa científica, apresentando as regras formais para confecção do projeto de conclusão de curso.</p> <p>Objetivos Específicos: estudar os fundamentos da pesquisa e do método científico; averiguar as normas da pesquisa científica; identificar os diferentes tipos e métodos de pesquisa científica; esboçar um projeto de TCC.</p>	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
<p>CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: 1996.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1996.</p>	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
<p>AQUINO, Italo de Souza. Como ler artigos científicos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Referências bibliográficas: NBR 6023. Rio de Janeiro: 2000. Disponível online</p> <p>CORAZZA, G. (org.) Métodos da ciência econômica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.</p> <p>FEIJÓ, R. Metodologia e filosofia da ciência. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996.</p>	

<b>Identificação do componente</b>	
Componente curricular: Elaboração e análise de projetos.	Carga horária: 60h
<b>Ementa</b>	
Técnicas de elaboração de projetos. Estudos de mercado. Tamanho do projeto. Análise sobre financiamento. Cronograma de execução. Cronograma financeiro estruturação de projeto. Técnicas de análise de projetos. Critérios de avaliação social e privado. Equivalência financeira. Processos de valorização social. Coeficientes de avaliação. Análise de projetos.	
<b>Objetivos</b>	
<p>Objetivo Geral: Identificar, utilizar e evidenciar diferentes informações para elaboração de projetos.</p> <p>Analisar fornecedores, clientes, investimento financeiro, entre outros. Além disso, desenvolver a</p>	

capacidade de analisar e verificar a influência de fatos econômicos nos projetos com um aprofundamento de estudo nas diferentes organizações. Objetivos Específicos: Os Objetivos Específicos que pretende-se trabalhar neste componente curricular é sob a ótica operativa, tática e estratégica, fornecendo informações para o processo decisório aos economista; compreender e aplicar diversas metodologias de elaboração e análise de diferentes projetos; aspectos geradores de informações sobre os atuais e futuros projetos a serem desenvolvidos, para suprir a necessidade de informações sociais, econômicas e financeiras, dentro de um enfoque gerencial.
<b>Referências bibliográficas básicas</b>
BUARQUE, Cristovam. Avaliação econômica de projetos. Rio de Janeiro: Elsevier, 1984. RIBEIRO, Carlos Vitor Timo. Como fazer projetos de viabilidade econômica: manual de elaboração. 4. Ed. Cuiabá, mt: Carini & Caniato: Defanti editora, 2009. CASAROTTO Filho, Nelson. Elaboração de projetos empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio. São Paulo: atlas, 2009. GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. 12º ed. São Paulo: Pearson prentice hall, 2010. 775p. ASSEF, Roberto. Guia prático de administração financeira: pequenas e médias empresas. 2º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
<b>Referências bibliográficas complementares</b>
POMERANZ, Ienina. Elaboração e análise de projetos. 2. Ed. Editora Hucitec, São Paulo, 1988. GOMES, José Maria. Elaboração e análise de viabilidade econômica de projetos tópicos práticos de finanças para gestores não financeiros. São Paulo Atlas 2013. SAMANEZ, Carlos Patrício. Engenharia Econômica. São Paulo: Pearson Prentice hall, 2009. EHLICH, Pierre Jacques. Moraes, Edmilson Alves de. Engenharia Econômica: avaliação e seleção de projetos de investimento. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005. BATALHA, Mário Otávio. Gestão Agroindustrial. V. 1. 2 ed. São Paulo: Ática, 2001. 690 p. ZYLBERSZTAJN, Decio; Neves, Marcos Fava. Economia e gestão dos negócios agroalimentares. São Paulo: Pioneira Thompson. 428 p.

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: Economia Brasileira III	Carga horária: 60 h
<b>Ementa</b>	
Globalização, modernização conservadora e o novo modelo de inserção da economia brasileira. O Plano Real e seus desdobramentos. Abertura financeira. Metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário. O debate sobre a desindustrialização brasileira. Neodesenvolvimentismo e o governo Lula. Movimentos sociais negros e indígenas e a perspectiva de valorização das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas. Questões do Brasil atual.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Compreender as radicais transformações ocorridas na economia brasileira após a adoção de um novo modelo de inserção no processo de globalização. Objetivos Específicos: Discutir e analisar os impactos da globalização sobre a economia brasileira. b) Analisar a questão da industrialização e desindustrialização; Analisar a questão do desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo; Abordar e discutir questões do Brasil atual; Abordar a política econômica adotada no país a partir do século XXI.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2º. Ed. Rio de Janeiro: Elsever, 2014. FERREIRA, J. M. R.; MARQUES, R. M. (Orgs.). O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea -uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2009. GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L.B.; HERMANN, J. (Orgs.). Economia brasileira contemporânea: 1945/2010. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2011.	

Referências Bibliográficas Complementares
BACHA, Edmar; BOLLE, Monica Baumgarten de (org.) . O Futuro da Indústria No Brasil - desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.
CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 2000, jan. 2012. Disponível em: <a href="http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3183&amp;tp=a">http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3183&amp;tp=a</a>
CARCANHOLO, M. D. Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. In Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo, São Paulo: Cortez, 1998.
CHESNAIS, François. (Coord.). A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.
CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo, SP: Xama, 1996. 335 p.
LACERDA, Antônio Corrêa de. [et al.]; organizadores José Márcio Rego, Rosa Maria Marques; colaboração especial Rodrigo Antonio Moreno Serra. Economia brasileira. 4. ed. — São Paulo: Saraiva, 2010.
OREIRO, José Luis and FEIJO, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Rev. Econ. Polit.[online]. 2010, vol.30, n.2, pp.219-232. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/03.pdf">http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/03.pdf</a>
PAULANI, Leda M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre o papel do Estado e sobre a situação atual à luz da história. Disponível: <a href="http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/459_A%20insercao%20da%20economia%20brasileira%20no%20cenario%20mundial.pdf">http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/459_A%20insercao%20da%20economia%20brasileira%20no%20cenario%20mundial.pdf</a> . Acesso: 31 de julho de 2012.
SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/04.pdf">http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/04.pdf</a>
SILVA, Sidarta Soria e. Novo desenvolvimentismo, governo Lula e dilemas do desenvolvimento inspirada em elementos do capitalismo anglo-saxão. Disponível em: <a href="http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/novo%20desenvolvimentismo/14.01-Sidartha-Novas-Interpretacoes-Desenvolvimentistas.pdf">http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/novo%20desenvolvimentismo/14.01-Sidartha-Novas-Interpretacoes-Desenvolvimentistas.pdf</a>
TRASPDINI, Roberta Sperandio; MANDARINO, Thiago Marques. Desenvolvimentismo x neodesenvolvimentismo na América Latina: continuidade e/ou ruptura? Disponível em: <a href="http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&amp;task=doc_view&amp;gid=8393&amp;Itemid=459">http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&amp;task=doc_view&amp;gid=8393&amp;Itemid=459</a>

## 9º PERÍODO

Identificação do Componente	
Componente Curricular: TCC II	Carga horária: 90 h
Ementa	
Execução da pesquisa elaborada em Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I). Redação e formatação.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Executar e concluir o projeto de trabalho de curso desenvolvido na componente curricular de TCC I, apresentado à banca de avaliação como requisito para conclusão do curso. Objetivos Específicos: Analisar as teorias do pensamento econômico e a evolução histórica e filosófica da economia. Compreender os conceitos microeconômicos, macroeconômicos, do desenvolvimento econômico nacional, regional e local e da economia e internacional. Proceder a análise crítica dos aspectos da formação histórica da realidade contemporânea das economias mundial, brasileira, regional e local. Desenvolver conhecimento dos métodos quantitativos da matemática e da estatística, aplicados à realidade e às teorias econômicas. Utilizar o método científico na condução da pesquisa científica. Dominar ferramentas específicas da profissão, como análises, diagnósticos, pareceres, projetos, projeções, elaboração de índices, etc. Relacionar a ciência econômica e os aspectos éticos, sociais, políticos, ambientais e de cidadania numa ampla formação de caráter humanístico.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.	
FEIJÓ, R. Metodologia e filosofia da ciência. São Paulo: Atlas, 2003.	
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	

AQUINO, I. S. Como ler artigos científicos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.  
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Referências bibliográficas: NBR 6023. Rio de Janeiro: 2000.  
 GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996.  
 GIL, A. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2010.  
 LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.

### 3.2 COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO

#### **ADM002 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (60h)**

Componente ofertado pelo curso de Administração da Unipampa Campus Santana do Livramento.

Será seguida a ementa e bibliografia aprovados no PPC daquele curso.

#### **ADM033 BLOCOS ECONÔMICOS (60h)**

Componente ofertado pelo curso de Relações Internacionais da Unipampa Campus Santana do

Livramento. Será seguida a ementa e bibliografia aprovados no PPC daquele curso.

#### **SL2018 CORPORAÇÕES MULTINACIONAIS (30h)**

Componente ofertado pelo curso de Relações Internacionais da Unipampa Campus Santana do

Livramento. Será seguida a ementa e bibliografia aprovados no PPC daquele curso.

#### **SL4030 DIREITO ECONÔMICO (60h)**

Componente ofertado pelo curso de Direito da Unipampa Campus Santana do Livramento. Será

seguida a ementa e bibliografia aprovados no PPC daquele curso.

#### **SL4227 DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (60h)**

Componente ofertado pelo curso de Relações Internacionais da Unipampa Campus Santana do

Livramento. Será seguida a ementa e bibliografia aprovados no PPC daquele curso.

#### **SL0026 ORGANISMOS INTERNACIONAIS (60h)**

Componente ofertado pelo curso de Relações Internacionais da Unipampa Campus Santana do

Livramento. Será seguida a ementa e bibliografia aprovados no PPC daquele curso.

#### **SL2060 LABORATÓRIO I: ANÁLISE DE POLÍTICA INTERNACIONAL (30h)**

Componente ofertado pelo curso de Relações Internacionais da Unipampa Campus Santana do

Livramento. Será seguida a ementa e bibliografia aprovados no PPC daquele curso.

#### **SL2067 LABORATÓRIO II: ANÁLISE DE COMÉRCIO INTERNACIONAL (30h)**

Componente ofertado pelo curso de Relações Internacionais da Unipampa Campus Santana do

Livramento. Será seguida a ementa e bibliografia aprovados no PPC daquele curso.

**SL0033 LEGISLAÇÃO ADUANEIRA (30h)**

Componente ofertado pelo curso de Direito da Unipampa Campus Santana do Livramento. Será seguida a ementa e bibliografia aprovados no PPC daquele curso.

**37101 TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO (60h)**

Componente ofertado pelo curso de Administração da Unipampa Campus Santana do Livramento. Será seguida a ementa e bibliografia aprovados no PPC daquele curso.

**SL2086 TÓPICOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS I (60h)**

Componente criado para acomodar outras disciplinas cursadas junto a graduação em Relações Internacionais e que não estejam relacionadas no rol proposto para as CCCGs neste PPC.

**SL2087 TÓPICOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS II (60h)**

Componente criado para acomodar outras disciplinas cursadas junto a graduação em Relações Internacionais e que não estejam no rol proposto para as CCCGs neste PPC.

**ADM025 TÓPICOS EM ADMINISTRAÇÃO I (60h)**

Componente criado para acomodar outras disciplinas cursadas junto a graduação em Administração e que não estejam no rol proposto para as CCCGs neste PPC.

**ADM080 TÓPICOS EM ADMINISTRAÇÃO II (30h)**

Componente criado para acomodar outras disciplinas cursadas junto a graduação em Relações Internacionais e que não estejam no rol proposto para as CCCGs neste PPC.

**SL4214 TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO I (60h)**

Componente criado para acomodar outras disciplinas cursadas junto a graduação em Direito e que não estejam no rol proposto para as CCCGs neste PPC.

**SL4215 TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO II (30h)**

Componente criado para acomodar outras disciplinas cursadas junto a graduação em Direito e que não estejam no rol proposto para as CCCGs neste PPC.

**SL4210 TÓPICOS ESPECIAIS EM GESTÃO PÚBLICA I (30h)**

Componente criado para acomodar outras disciplinas cursadas junto a graduação em Gestão Pública e que não estejam no rol proposto para as CCCGs neste PPC.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: ACUMULAÇÃO E CRISE NO SISTEMA CAPITALISTA Carga Horária: 60h	Código: SL4480
Ementa	
Acumulação do capital e ciclos econômicos. Acumulação financeira do capital. Precarização das relações de trabalho. Desindustrialização da economia brasileira.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral: Compreender como o processo de acumulação capitalista induz por contradição as crises econômicas, atentando para o processo de acumulação financeira que se intensifica em meados do século XX ampliando a vulnerabilidade dos sistemas econômicos bem como a precarização das relações de trabalho, com a finalidade de entender se de fato vem ocorrendo a desindustrialização da economia brasileira.</p> <p>Objetivos Específicos: Compreender a dinâmica do capitalismo contemporâneo. Analisar o processo de acumulação capitalista. Identificar ciclos econômicos . Proceder à análise crítica dos aspectos da formação histórica da realidade contemporânea das economias mundial e brasileira. Relacionar a ciência econômica e os aspectos éticos, sociais, políticos, ambientais e de cidadania numa ampla formação de caráter humanístico.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BRESSER PEREIRA, L. A crise financeira global e depois; um novo capitalismo? Novos estudos, n.86, 2010. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a03.pdf">http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a03.pdf</a></p> <p>CANO, W. A desindustrialização no Brasil. Textos para discussão IE UNICAMP, n.200, jan. 2012. Disponível em: <a href="http://www.eco.unicamp.br">www.eco.unicamp.br</a></p> <p>CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. Economia e Sociedade, v.11, n.1 (18) 2002. Disponível em: <a href="http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V11-F1-S18/01-Chesnais.pdf?origin=publication_detail">http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V11-F1-S18/01-Chesnais.pdf?origin=publication_detail</a></p> <p>CHESNAIS, F. Notas para uma caracterização do capitalismo no século XX. Unesp. 2012. Disponível em: <a href="http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/viewFile/1905/1562">http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/viewFile/1905/1562</a></p> <p>CHESNAIS, F. As raízes da crise mundial. Revista em Pauta, vol.11, n.31, 2013. Disponível em: <a href="http://oohodahistoria.org/n18/artigos/chesnais.pdf">http://oohodahistoria.org/n18/artigos/chesnais.pdf</a></p> <p>CHESNAIS, F. A mundialização do capital. Cap.10 e 12. Ed. Xama. 1996.</p> <p>CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, e os efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS. A finança mundializada. Ed. Boitempo, 2005. (cópia)</p> <p>KEYNES, J. Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro. São Paulo: Editora Abril, 1983</p> <p>MARX, K. O Capital. Livro II, vol. III, cap.20 e 21.</p> <p>MARX, K. O Capital. Livro III, vol. IV, cap.21.</p> <p>POSSAS, M. Demanda efetiva em Kalecki. Pesquisa e Planejamento Econômico. Vol.11, 1981. Disponível em: <a href="http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/447/390">http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/447/390</a></p> <p>RICARDO, D. Princípios de economia política. cap. II. Ed. Abril Cultural. Coleção os economistas.</p> <p>SCHUMPETER, J. Capitalismo socialismo e democracia. Disponível em: <a href="ftp://ftp.unilins.edu.br/leonides/Aulas/Form%20Socio%20Historica%20do%20Br%202/schumpeter-capitalismo,%20socialismo%20e%20democracia.pdf">ftp://ftp.unilins.edu.br/leonides/Aulas/Form%20Socio%20Historica%20do%20Br%202/schumpeter-capitalismo,%20socialismo%20e%20democracia.pdf</a></p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>ANTUNES, R. O trabalho e seus sentidos. Revista interdisciplinar de Sociologia e Direito, vol.10, n. 1, 2008.</p> <p>FREITAS, A. O regime de acumulação sob dominância no capitalismo contemporâneo. ANPEC SUL, 2010. Disponível em: <a href="http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2010/artigos/33.pdf">http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2010/artigos/33.pdf</a></p> <p>KALLBERG, A. O crescimento do trabalho precário. Revista brasileira de Ciências Sociais. vol.24 n.69, 2009. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092009000100002&amp;script=sci_arttext">http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092009000100002&amp;script=sci_arttext</a></p> <p>MULLER, L; PAULANI, L. O capital portador de juros em O Capital ou o Sistema Marx. TRANS/Form/Ação, vol. 35, n. 02,2012. Disponível em: <a href="http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/transformacao/article/view/2471">http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/transformacao/article/view/2471</a></p>	



OREIRO, J. FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas efeitos e o caso brasileiro. Revista de Economia política, vol.30, n..2, 2010. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572010000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200003)  
 Artigos publicados em periódicos de acesso livre.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Carga Horária: 60h	Código: SLGP201
Ementa	
<p>Governo e Administração Pública. Modelos de Administração Pública. Reforma do Estado e da Administração Pública. Administração Pública Gerencial. Transposição de Tecnologias Gerenciais para a Administração Pública. Governança e Governabilidade. Organização e Controle da Administração Pública. Formas de Flexibilização. Desafios e perspectivas da Administração Pública contemporânea.</p>	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral: Compreender a estrutura e especificidades da Administração Pública nacional.          Objetivos Específicos: Compreender o processo de evolução da Administração Pública, analisando o ambiente das organizações públicas numa perspectiva crítica; Aplicar os conhecimentos construídos, a partir da análise reflexiva do contexto histórico da Administração Pública.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BERGUE, Sandro Trescastro. Modelos de Gestão em Organizações Públicas: teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: Educs, 2011.          COSTIN, Cláudia. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.          MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Administração Pública - foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. 7 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.          DENHARDT, Robert B. Teorias da Administração Pública. São Paulo: Cengage Learning, 2012.          MATIAS-PEREIRA, José. Governança no Setor Público. São Paulo: Atlas, 2010.          PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública. Rio de Janeiro: FGV, 2005.          ANDREWS, Cristina W. (org.); BARIANI, Edison (org.). Administração Pública no Brasil. São Paulo: UNIFESP. 2010.</p>	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: AGRONEGÓCIOS Carga Horária: 60h	Código: ADM66
Ementa	
<p>Desenvolvimento da agricultura no Brasil; Agronegócio e níveis de análise; Organização Industrial e estratégias em agronegócios; Instituições e inovação agroindustrial; Panorama e desafios das cadeias agroalimentares; Estudos de caso.</p>	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral: Apresentar e discutir os principais elementos de formação e da dinâmica dos agronegócios, bem como estimular o estudo analítico dos setores agroindustriais regionais.          Objetivos Específicos: a) Compreender o desenvolvimento da agricultura no Brasil; b) Conceituar agronegócios e delimitar os níveis de análise; c) Discutir conceitos microeconômicos dos mercados agrícolas; d) Discutir o processo de organização industrial e a influência de instituições na agricultura; e) Debater aspectos de desenvolvimento rural e os recentes desafios agroindustriais.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BATALHA, M.O (coord.). Gestão agroindustrial. São Paulo: Atlas, 2001 (Volume 1 e 2).          CALLADO, A. A. C. Agronegócio. São Paulo: Atlas, 2005.142 p.</p>	

MENDES, J. T. G.; JUNIOR, J. B. P. Agronegócio: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson, 2007.

NEVES, M. F.; CASTRO, L. T. (Org.). Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos. São Paulo: Atlas, 2011.

ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. (Org.) Agronegócios: gestão e inovação. São Paulo: Saraiva, 2008.

#### Referências Bibliográficas Complementares

ARAÚJO, M. J. Fundamentos de agronegócios. São Paulo: Atlas, 2005.

ARBAGE, A. P. Fundamentos de economia rural. Chapecó: Argos, 2012.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro, Campus, 2002.

SCHNEIDER, S. (Org.) A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SILVA, J. G. da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP, 1998.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. (orgs.). Economia & gestão dos negócios agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000.

#### Identificação da Componente

Componente Curricular: ÁLGEBRA LINEAR

Código:

Carga Horária: 60h

SL4022

#### Ementa

Sistema de equações lineares. Matrizes. Fatoração L.U. Vetores. Espaços vetoriais. Ortogonalidade. Valores próprios. Aplicações.

#### Objetivos

Objetivo Geral: Proporcionar ao estudante uma visão integrada dos conceitos de Álgebra Linear e suas aplicações, tornando o estudante capaz de reconhecer e resolver problemas na área, associados a futuras disciplinas e/ou outros projetos a que se engajarem.

Objetivos Específicos: Identificar meios de cálculo de sistemas lineares eficientes e rápidos.

Manipulações de matrizes e suas aplicações dentro da própria álgebra linear, principalmente dentro dos sistemas lineares. Entender os motivos que levam a um sistema ser determinado ou indeterminado.

#### Referências Bibliográficas Básicas

STEINBRUCH, Alfredo. Álgebra linear. 2. ed. São Paulo, SP: Pearson Makron Books, c1987. 583 p.

CYSNE, Rubens Penha. Curso de matemática para economistas. São Paulo: Atlas, 2000. 282 p.:

GOLDSTEIN, Larry J. Matemática aplicada :economia, administração e contabilidade. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. 692 p.:

CHIANG, Alpha C. Matemática para economistas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. xxv, 684 p.

#### Referências Bibliográficas Complementares

IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar. 8. ed. São Paulo, SP: Atual, 2004. 11 v.

SILVA, Sebastiao. Medeiros da Matemática básica para cursos superiores. São Paulo: Atlas, 2008 227 p.

SILVA, Sebastiao. Medeiros da Matemática :para os cursos de economia, administração, ciências contábeis. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010, 296 p.

SIMON, Carl. Matemática para economistas. Porto Alegre, RS: Bookman, c2004.919 p.

TAN, S. T. Matemática aplicada a administração e economia. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008. xx, 640 p.

#### Identificação da Componente

Componente Curricular: COMÉRCIO EXTERIOR

Código: ADM013

Carga Horária: 30h

#### Ementa

Sistemática de comércio exterior. Procedimentos de importação e exportação. Principais agentes e órgãos intervenientes no comércio exterior. Blocos Econômicos. Barreiras ao Comércio Exterior. Logística Internacional. Regimes Aduaneiros Especiais. INCOTERMS.

<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Conhecer a sistemática do comércio exterior. Objetivos Específicos: Compreender os processos de compra (importação) e venda (exportação) de bens e serviços na esfera internacional.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
VAZQUEZ, Jose Lopes. Comércio exterior brasileiro. São Paulo: Atlas, 2009. LUZ, Rodrigo. Comércio internacional e legislação aduaneira: teoria e questão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. SOUSA, Jose Manuel Meireles de. Fundamentos do comércio internacional. São Paulo: Saraiva, 2009.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
ABREU, Marcelo de Paiva. Comércio exterior: teoria e gestão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. APEX. Agência Brasileira de Promoção das Exportações e investimentos. Disponível <a href="http://www2.apexbrasil.com.br/Acesso">http://www2.apexbrasil.com.br/Acesso</a> em: mar. 2014. MDIC (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR). Disponível em: <a href="http://www.mdic.gov.br/sitio/">http://www.mdic.gov.br/sitio/</a> . Acesso em: mar. 2014. MAGNOLI, Demétrio. Comércio exterior e negociações internacionais: teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2006. VAZQUEZ, Jose Lopes. Dicionário de termos de comércio exterior. São Paulo: Atlas, 2008. WERNECK, Paulo. Comércio exterior e despacho aduaneiro. Curitiba: Juruá, 2007.	
<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: CRESCIMENTO ECONÔMICO MATEMATIZADO Carga Horária: 60h	Código:
<b>Ementa</b>	
Taxas de Crescimento. Logaritmo e Suas Propriedades. Introdução às Equações Diferenciais. Condições de Unicidade e de Existência do Equilíbrio. Aplicações: Modelos de Malthus e Solow.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Introduzir o discente aos principais modelos de crescimento econômico, expondo tanto os conceitos matemáticos necessários para o entendimento dos artigos básicos e seus desdobramentos, quanto às principais teorias que são utilizadas nos modelos de crescimento. Objetivo Específico: Descrever o cálculo das taxas de crescimento entre dois períodos ou mais; Apresentar as funções logarítmicas, suas propriedades e sua representação gráfica; Introdução a conceitos de dinâmica e cálculo integral para utilizar com equações diferenciais; Equações diferenciais de primeira ordem; Equações diferenciais de ordem mais alta; Condições de Unicidade e de Existência de Equilíbrio na abordagem de Equações Diferenciais; Aplicações da Teoria de Equações Diferenciais nos modelos de Malthus e Solow.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
BLANCHARD, O. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011. MANKIW, N. G. Macroeconomia. 7. ed. Rio de Janeiro: Gen, 2010. SIMON, Carl; BLUME, LAWRENCE. Matemática para Economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
FROYEN, R. T. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marcos Antônio Sandoval. (orgs) Manual de Macroeconomia: Nível Básico e Intermediário. Equipe de Professores da FEA- USP. São Paulo: Editora Atlas, 2008. MALTHUS, Thomas Robert. Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática /Ensaio sobre a população. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1983. MATHUS, Thomas Robert. An Essay on the Principle of Population. London: J. Johnson. 1798. Disponível em: <a href="http://www.esp.org/books/malthus/population/malthus.pdf">http://www.esp.org/books/malthus/population/malthus.pdf</a> . Acesso em: 3 maio 2019. ROMER, Paul M. Human Capital and Growth: Theory and Evidence. NBER Working Paper. v. 1983. 1989. Disponível em: <a href="https://www.nber.org/papers/w3173.pdf">https://www.nber.org/papers/w3173.pdf</a> . Acesso em: 3 maio 2019.	

SOLOW, Robert. A Contribution to the Theory of Economic Growth. The Quarterly Journal of Economics. v.70, n.1,1956. P.65-94. Disponível em:  
<http://www.econ.nyu.edu/user/debraj/Courses/Readings/Solow.pdf>. Acesso em 3 maio 2019.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: DEMOGRAFIA ECONÔMICA Carga Horária: 60h	Código: SL2031
Ementa	
Introdução ao tema: as unidades básicas de análise: Família, Domicílios e Indivíduos. Os três componentes da dinâmica demográfica: fecundidade, mortalidade e migração. Em fecundidade: tendências históricas e os determinantes sociais e econômicos da fecundidade nos diversos países, a transição demográfica. Em mortalidade: tendências históricas dos níveis de mortalidade e sua relação com fatores biológicos, condições socioeconômicas e históricas. As diferenças econômicas, sociais e regionais da mortalidade. Em migração: tendências históricas dos níveis de migração e seus determinantes sociais e econômicos. As mudanças demográficas e seus efeitos, o modelo período-coorte. A relação das variáveis demográficas e econômicas no que tange as mudanças na estrutura etária da população e a distribuição de renda, e também os efeitos de acordo com o gênero no mercado de trabalho.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Construir conjuntamente com os discentes os conceitos relevantes em demografia e sua aplicação para a Ciência Econômica. Objetivos Específicos: Apresentar conceitos da dinâmica demográfica; Identificar as mudanças a partir da migração;	
Referências Bibliográficas Básicas	
CARVALHO, J. A. M., SAWYER, D. O., RODRIGUES, R. N. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia, 2. ed. rev. - São Paulo: ABEP, 1998. HAKKERT, R. FONTES DE DADOS DEMOGRÁFICOS; ABEP (Textos Didáticos, 3); Belo Horizonte; 1996 RIOS-NETO, E. L., RIANI, J. L. Introdução à demografia da educação, Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP, 2004.	
Referências Bibliográficas Complementares	
GUINNANE, T. W. (2011). The historical fertility transition: A guide for economists. Journal of Economic Literature 49(3), 589614. PRSKAWETZ, Alexia, LINDH, Thomas (Eds.). The Relationship Between Demographic Change and Economic Growth in the E. Vienna Institute of Demography and Institute for Futures Studies, 2007: Research Report No. 32. 2007. RIOS NETO, Eduardo L. G.; MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio Diniz. Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas. Belo Horizonte: ABEP: UNFPA: CNPD, 2009. TURRA, Cássio; CUNHA, José Marcos. (Org.) População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Demografia em Debate Volume 4. Belo Horizonte: ABEP, 2012. WONG, Laura Rodríguez. O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade. Associação Brasileira de Estudos Populacionais: ABEP. 2001.	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO Carga Horária: 60h	Código:
Ementa	
Teoria da localização. Teoria dos polos de crescimento. Interligações setoriais economias de aglomeração. Teoria do desenvolvimento local endógeno. Noções e concepções de território. Teorias de desenvolvimento territorial. Desenvolvimento e território. Território e poder. Território e	

espaço (cluster, APL e Distrito Industrial). Aglomerações de empresas e distritos industriais. Sistemas de Inovação: regional e nacional.
<b>Objetivos</b>
Objetivo Geral: Entender o espaço geográfico e suas interações como elemento estratégico para a competitividade das firmas e dos arranjos produtivos. Objetivos Específicos: Estudar as noções de desenvolvimento e de território sobre o viés da multidisciplinariedade; apresentar a noção do desenvolvimento territorial a partir do espaço social utilizado; demonstrar o papel do capital social, das relações de poderes, do enraizamento (embeddedness) e da territorialização no processo de desenvolvimento.
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>
<p>ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. <i>Economia Aplicada</i> Nº 2, vol. IV. Abril/junho 2000. p. 379-397.</p> <p>BRANDÃO, Carlos. Território e desenvolvimento: as Múltiplas Escalas entre o local e o global. Ed Unicamp 2007</p> <p>CASTRO, Ina Elias de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 135 p.;</p> <p>CONCEIÇÃO, C. E FEIX, R. (org.) Elementos conceituais e referências teóricas para o estudo de aglomerações produtivas locais. Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre, 2014 In: <a href="https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/20141125e-book-completo.pdf">https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/20141125e-book-completo.pdf</a></p> <p>COSTA, Rodrigo Morem. Razões e vantagens da aglomeração de empresas no território. In: <a href="https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/20141125razoes-e-vantagens-da-aglomeracao-de-empresas-no-territorio.pdf">https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/20141125razoes-e-vantagens-da-aglomeracao-de-empresas-no-territorio.pdf</a></p> <p>DOMINGUES, E.; RUIZ, R. Aglomerações industriais e tecnológicas: origem do capital, inovação e localização. <i>Economia e Sociedade</i>, Campinas, v. 15, n. 3 (28), p. 515-543, dez. 2006</p> <p>FEITOSA, Cid Odival. Aglomerações industriais como fator de desenvolvimento regional&gt; um estudo de caso no Nordeste brasileiro. 2008. In: <a href="http://www.eumed.net/libros-gratis/2009a/521/Distritos%20Industriais%20como%20alternativa%20para%20o%20Desenvolvimento%20Local.htm">http://www.eumed.net/libros-gratis/2009a/521/Distritos%20Industriais%20como%20alternativa%20para%20o%20Desenvolvimento%20Local.htm</a></p> <p>HAESBAERT, Rogerio, O mito da desterritorialização :do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 395 p.</p> <p>PIQUET, Roselia. Indústria e território no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro : Garamond, 2007. 167 p.</p> <p>SELINGARDI-SAMPAIO, Silvia. Indústria e território em São Paulo, a estruturação do multicomplexo territorial industrial paulista. 1950-2005. Alinea Editora.Campinas-SP, 2009 In: <a href="http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/livrospos/industria/sumario.pdf">http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/livrospos/industria/sumario.pdf</a></p> <p>SOBRINHO, Ednaldo Moreno Góis; e, AZZONI, Carlos R. Aglomerações Industriais Relevantes do Brasil. Núcleo de Economia Regional e Urbana da USP. NEREUS, 2014 In: <a href="http://www.usp.br/nereus/wp-content/uploads/TD_Nereus_07_2014.pdf">http://www.usp.br/nereus/wp-content/uploads/TD_Nereus_07_2014.pdf</a></p> <p>SOUZA, N. Economia regional: conceitos e fundamentos teóricos. <i>Perspectiva Econômica</i>, v. 11, n. 32, p. 67-102. 1981.</p> <p>SCHWARTZMAN, Jacques (org.). Economia Regional. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.</p>
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
<p>CRUZ, B.O. et al. Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea, 2011.</p> <p>DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2005.</p> <p>DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. <i>Nova Economia</i>, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 203-233, 1996.</p> <p>FLORES, M. A identidade do território como base de estratégias de desenvolvimento: uma visão do estado da arte. <i>Territorios con identidad cultural</i>, 2006.</p>

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, Universidade de São Paulo, março de 2005. Disponível em: [http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert\\_multi.pdf](http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf).

NASCIMENTO, D.; SOUZA, M. Valorização do terroir: uma estratégia de desenvolvimento local. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (org.). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Brasília: SEBRAE, 2004. [p. 179-196].

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. Raízes, Campina Grande, v. 24, n. 1, p. 10-22, jan./dez., 2005.

SANTOS, M. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006 (Cap. 1 e cap. 3).

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I.G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. Raízes, Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, p. 99-116, jan./dez. 2004.

Artigos publicados em periódicos de acesso livre.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: DESENVOLVIMENTO EM REGIÕES DE FRONTEIRA Carga Horária: 30h	Código: SL2017
Ementa	
Bases conceituais de fronteiras, território, territorialidades e rede. Aspectos Históricos. Sistema Interpretativo. Questões contemporâneas.	
Objetivo	
Objetivo Geral: Compreender as especificidades dos territórios de fronteira e as implicações destas para o processo de desenvolvimento destes espaços. Objetivos Específicos: Discutir o significado de fronteira; Entender as relações de poder e soberania que definem território e fronteira.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ALBORNOZ, Vera do Prado Lima, Fronteira gaúcha :Santana do Livramento. Porto Alegre: Memorial do Rio Grande do Sul, [2000?]. 40 p. BENTO, Fabio Regio, Cidades de fronteira e integração sul americana. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 92 p.: GARCIA, Fernando Cacciatore, Fronteira Iluminada :história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920) 2. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2012. 349 p. HAESBAERT, Rogerio, O mito da desterritorializacao :do "fim dos territórios" a multiterritorialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 395 p.	
Referências Bibliográficas Complementares	
HAESBAERT, R. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto. 2002. _____. Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. HOBSBAWN, E. Globalização: Democracia e Terrorismo. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004. _____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2006. Artigos publicados em periódicos de acesso livre.	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO Carga Horária: 60h	Código: SL4181

<b>Ementa</b>
Conceitos de território, planejamento urbano e desenvolvimento regional. Formação econômica regional e urbana do Brasil; A dinâmica regional e urbana da economia durante a expansão industrial brasileira; Mudanças recentes na dinâmica regional e urbana brasileira. Estudos de Caso da Região da Campanha e Metade Sul do RS.
<b>Objetivos</b>
Objetivo Geral: Desenvolver competências que permitam ao discente analisar e discutir de forma ampla o desenvolvimento regional e urbano, despertando sua percepção para as diferenças historicamente construídas. Objetivos Específicos: Construir um panorama geral sobre as abordagens de desenvolvimento regional e urbano; Discutir as diferenças sociais e regionais; Identificar elementos que ampliam as desigualdades regionais.
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>
Observando o planejamento regional no Rio Grande do Sul: uma análise da experiência recente dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) [recurso eletrônico], organização; Ângela Cristina Trevisan Felippi, Rogério Leandro Lima da Silveira, Sérgio Luís Allebrandt. -- Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília. 2003. Disponível: <a href="http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=240b7eb3-af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095&amp;groupId=24915">http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=240b7eb3-af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095&amp;groupId=24915</a> ETGES. Virginia Elisabete; DEGRANDI. José Odim. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, BLUMENAU, 1 (1), P. 85-94, OUTONO DE 2013. Economia solidária, outra economia acontece: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007. 36 p. CARGNIN, Antônio Paulo. Políticas de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: Vestígios, Marcas e Repercussões Territoriais. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2014 HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 103-133 (Resumo). Panorama socioeconômico e perspectivas para a economia gaúcha /organização de Walter Arno Pichler ... [et al.]. - Porto Alegre: FEE, 2014.400 p.: il. SOUZA, Marcelo Lopes de. O que devemos entender por desenvolvimento urbano. In.; _____ .ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 93-102. MEDEIROS, Bruna Taise de. As condicionalidades do Programa Bolsa Família e suas repercussões no território: o caso das famílias beneficiárias de Chapecó, SC. Bruna Taise de Medeiros. 2017. 152 f.: il.; 30 cm. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul. 2017. BANDEIRA, Pedro. Tendências e desafios da participação social e cidadã. In. BECKER, Dinizar F; BANDEIRA, Pedro S. Determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. Leonardo Guimarães Neto. Antecedentes e evolução do planejamento territorial no Brasil. In: Carlos Miranda e Breno Tibúrcio (Org). Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios - Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12). p.47-80. Disponível: <a href="http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/SÃ©rie-DRS-vol-12-PolÃticas-de-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-AvanÃ§os-e-Desafios.pdf">http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/SÃ©rie-DRS-vol-12-PolÃticas-de-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-AvanÃ§os-e-Desafios.pdf</a>
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
CIDADE, Lucia C.F.; VARGAS, Gloria M.; JATOBÁ, Sergio U. Regime de acumulação e configuração do território no Brasil. Cadernos Metr�pole, São Paulo, 20 p.13-35, 2o sem. 2008. COREDE-FO. Conselho Regional de desenvolvimento da Fronteira Oeste. Planejamento Estratégico (2010-2020). Santana do Livramento: 2009. FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento uma visão do estado da arte. Territórios com identidad cultural. Março de 2006. FURTADO. Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro. 1961.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004

LENCIONE, Sandra. Observações Sobre o Conceito de Cidade e Urbano. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, no 24, pp. 109 - 123, 2008.

PONTES, Maria Soares Pontes. Região e regionalização no contexto da globalização: a região sob diferentes óticas, no contexto do método dialético. Cronos, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 489-499, jul./dez. 2007

SEN, Amartya. Desenvolvimento reexaminado. Companhia das Letras. São Paulo. 2002.

\_\_\_\_\_. Sobre ética e economia. Companhia das Letras. São Paulo. 1999.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Companhia das Letras. São Paulo. 2002.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo. Record. 2000.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Carga Horária: 60h	Código: SL4382
Ementa	
O ambiente onde se constrói o conceito: mudança paradigmática e racionalidade ambiental. O conceito: evolução e processo. Abordagens sobre Desenvolvimento Sustentável na Economia. Impactos do Desenvolvimento Sustentável nas Organizações. Economia Verde, Comércio Justo e Consumo Sustentável.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Contribuir para que os graduandos percebam as mudanças que envolvem o processo de construção do desenvolvimento sustentável, discutam os princípios orientadores do processo e critiquem algumas das construções teóricas já existentes sobre o mesmo. Objetivos Específicos: Construir uma visão geral do ambiente que cerca a construção do Desenvolvimento Sustentável; Permitir o contato e a discussão acerca do conceito de Desenvolvimento Sustentável, percebendo seu caráter processual; Entender as principais abordagens sobre Desenvolvimento Sustentável existentes na teoria econômica contemporânea; Compreender e criticar o impacto da construção do Desenvolvimento Sustentável sobre o Sistema Econômico, enfocando particularmente as Organizações e o Consumo.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ANDRADE, D.C.; VALE, P.M. Fronteiras planetárias e limites ao crescimento: algumas implicações de política econômica. REVIBEC, v.22, p. 69-84, 2014.	
BARBIERI, J.C.; CAJAZEIRA, J.E.R. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.	
CAVALCANTI, C. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. Estudos Avançados, v.24, n.68, p.53-97, 2010.	
CHECHIN, A.; VEIGA, J.E. da. O fundamento central da economia ecológica. In: MAY, P.H. (org.) Economia do Meio Ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.	
DALY, H.E. Toward some operational principles of sustainable development. Ecological Economics, v.2, p. 1-6, 1990.	
EGRI, C.P.; PINFIELD, L.T. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In: CLEGG, S.T.; NORD, W.R.; HARDY, C. Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2001, v. 1.	
GLADWIN, T.N.; KENNELLY, J.J.; KRAUSE, T. Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. Academy of Management Review, New York, v. 20, n. 4, p. 874-907, oct. 1995.	
IYER-RANIGA, U.; TRELOAR, G. A context for participation in sustainable development. Environmental Management, Oxford, v. 26, n. 4, p. 349-361, oct. 2000.	



LEFF, E. A construção da racionalidade ambiental. In: LEFF, E. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 221-275.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. *Environmental Impact Assessment Review*, Netherlands, v. 18, n. 6, p. 493–520, nov. 1998.

PNUMA. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão. Nairobi: PNUMA, 2011.

PORTILHO, F. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. *Cadernos EBAPE*, Edição Temática, p. 2-12, 2005.

RENNINGS, K. Redefining innovation — ecoinnovation research and the contribution from ecological economics. *Ecological Economics*, n.32, p.319-332, 2000.

THOMAS, J.M.; CALLAN, S.J. Economia ambiental: aplicações, políticas e teoria. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ZYLBERSZTAJN, D. Organização ética: um ensaio sobre comportamento e estrutura das organizações. *RAC*, v.6, n.2, maio/ago, 123-143, 2002.

#### Referências Bibliográficas Complementares

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995.

CRUZ, F.N. O estado da arte acerca dos ecossistemas industriais: uma análise a partir da publicação científica mundial sobre o tema. 2013. 65f. Projeto de Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

DA VEIGA, José Eli. O prelúdio do desenvolvimento sustentável. *CAVC, Economia Brasileira: Perspectivas do Desenvolvimento*, p. 243-266, 2005.

HOFF, D.N. A construção do desenvolvimento sustentável através das relações entre as organizações e seus stakeholders: a proposição de uma estrutura analítica. 2008. 425 f. Tese (Doutorado em Agronegócios). Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

HOFF, D.N. et al. Arranjos industriais centrados na sustentabilidade: entendendo os ecossistemas Industriais. In: VIEIRA, F.V. *Indústria, crescimento e desenvolvimento*. São Paulo: Alínea, 2014. Artigos científicos publicados em eventos e periódicos com acesso livre.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: ECONOMIA DA ENERGIA E MEIO AMBIENTE. Carga Horária: 60h	Código: SL4585
Ementa	
Economia energia e meio ambiente. O que é energia, petróleo, gás natural eletricidade, biocombustíveis. Energias Renováveis. Fontes não renováveis do ponto sob a ótica da economia neoclássica. Fontes renováveis sob a ótica da economia ecológica. O contexto mundial e brasileiro para implementação de formas de energia sustentáveis.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Introduzir os alunos no debate sobre o trinômio: economia, energia e meio ambiente; Objetivos Específicos: discutir cenários futuros para o crescimento econômico a partir do uso de energias renováveis; avaliar os impactos das energias renováveis e não renováveis sobre o meio ambiente. sugerir caminhos para equalizar a economia, energia e o meio ambiente.	
Referências Bibliográficas Básicas	
PINTO JR., Helder (org.) (2007), <i>Economia da Energia: Fundamentos Econômicos, Evolução Histórica e Organização Industrial</i> . Rio de Janeiro: Elsevier. ANDRADE, A. Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. <i>Leituras de Economia Política</i> . Campinas. N.14, ago-dez 2008. Disponível em: <a href="https://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/leituras-de-economia-politica/V11-F1-S14/1_LEP14_Economia_e_Meio_Ambiente.pdf">https://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/leituras-de-economia-politica/V11-F1-S14/1_LEP14_Economia_e_Meio_Ambiente.pdf</a>	

FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. Problemática ambiental ou problemática socioambiental. Desenvolvimento e meio ambiente. Ed. UFPR. N.18, p.87-94. 2008. Disponível em : [revistas.ufpr.br/made/article/download/13427/9051](http://revistas.ufpr.br/made/article/download/13427/9051)

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. Olhar de professor. n.14(2), 309-335. 2011. Disponível em: <http://177.101.17.124/index.php/olhardeprofessor/article/view/3515/2519>

MAIA, A.; ROMEIRO, A.; REYDON, B. Valoração de recursos ambientais. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 116, mar. 2004. Disponível em: [www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1833&tp=a](http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1833&tp=a)

MARTINEZ ALIER. Economia ecológica. International encyclopedia of the social and behavioral sciences. Disponível em: [http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/artigos/Martinez\\_Alier\\_Ecological\\_Economics\\_for\\_Encyclopedia\\_August\\_2013\\_pt\\_Weiss\\_e\\_Cavalcanti\\_trad\\_2015.pdf](http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/artigos/Martinez_Alier_Ecological_Economics_for_Encyclopedia_August_2013_pt_Weiss_e_Cavalcanti_trad_2015.pdf)

MAY, P.; LUSTOSA, M.; VINHA, L. Economia do meio ambiente: teoria e prática. Ed. Campus, 2010

MOTTA. Manual para a valoração econômica de recursos ambientais. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. Disponível em: <http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/pdf/manual-para-valoracao-economica-de-recursos-ambientais.pdf>

ROMEIRO, C. Economia ou economia política da sustentabilidade? Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 102, set. 2001. Disponível em: [www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1732&tp=a](http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1732&tp=a)

SOUZA, R. Economia do meio ambiente: aspectos teóricos da economia ambiental e da economia ecológica. SOBER. 2008. Disponível em : <http://www.sober.org.br/palestra/9/282.pdf>

BELICO DOS REIS. LINEU. Matrizes Energéticas: conceitos e usos em gestão e planejamento. Barueri: Manole, 2011.

BURATTINI, Maria Paula T. de Castro. Energia: uma abordagem multidisciplinar. São Paulo: livraria da Física, 2008.

THEIS, Ivo Marcos, Limites energéticos do desenvolvimento. Blumenau : FURB, 1996

#### Referências Bibliográficas Complementares

BERMANN, Célio. Energia no Brasil: para quê? para quem? Crise alternativa para um país sustentável. São Paulo: FASE, 2001.

BURATTINI, Maria Paula T. de Castro. Energia: uma abordagem multidisciplinar. São Paulo: livraria da Física, 2008.

THEIS, Ivo Marcos, Limites energéticos do desenvolvimento. Blumenau : FURB, 1996.

MUELLER, Charles C. Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.

FIELD, Barry C. Introdução à economia do meio ambiente; tradução: Christiane de Brito Andrei ; revisão técnica: Ronaldo Serôa da Motta. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

#### Identificação da Componente

Componente Curricular: ECONOMIA DA INFORMAÇÃO  
Carga Horária: 60h

Código:  
SL2033

#### Ementa

A informação nos principais modelos econômicos. As hipóteses de informação completa e perfeita e suas implicações. A informação imperfeita no modelo de jogos sequenciais. A informação incompleta: A seleção adversa e o risco moral. Soluções para os problemas informacionais: O modelo de sinalização de Spence, os modelos de contratos de produção. O bem-estar social.

#### Objetivos

Objetivo Geral: Permitir que os discentes aprendam os conceitos de economia da informação na economia.

Objetivos Específicos: Compreender o aspecto da informação na Ciência Econômica; Implicações para níveis diferentes de informação no comportamento dos agentes econômicos.

#### Referências Bibliográficas Básicas

FIANI, R. Teoria dos Jogos – com aplicações em economia, administração e ciências sociais, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. 6 ed. São Paulo, Prentice Hall, 2006.

VARIAN, H.R. Microeconomia uma abordagem moderna, tradução da 8ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

#### Referências Bibliográficas Complementares

ARROW, KJ. Economic theory and the hypothesis of rationality. In: The new Palgrave: a dictionary of economics. Edited by: John Eatwell, Murray Milgate, Pater Newmann. London: Macmillan, p. 69-74, 1087

BESANKO, D. et al. A Economia da Estratégia-3. Bookman Editora, 2009.

GROSSMAN, SJ. An introduction to the theory of rational expectations under asymmetric information. Review of Economic Studies, volume 48, number 4 p. 541-559, 1981.

MACHO-STADLER, Inés; PEREZ-CASTILLO, DAVID. An Introduction to the Economics of Information: Incentives and Contracts. OUP Oxford: 2001.

MAS-COLLEL, A; WHINSTON, MD.; GREEN, JR. Microeconomic Theory. Oxford: Oxford UP, 1995.

#### Identificação da Componente

Componente Curricular: ECONOMIA DA POBREZA I

Código:

Carga Horária: 60h

#### Ementa

Dimensões da pobreza. Noções de pobreza. Pobreza e renda. Pobreza e desigualdade social. Pobreza e desenvolvimento humano. Pobreza rural. Alternativas de combate à pobreza. Políticas públicas de combate à pobreza na América Latina.

#### Objetivos

Objetivo Geral: Proporcionar aos estudantes a literatura acerca da pobreza, desigualdade e bem-estar social dentro da perspectiva do desenvolvimento humano, oportunizando-os a refletir criticamente e a entenderem os debates contemporâneos acerca da temática.

Objetivos Específicos: estudar distintas visões/vertentes acerca da pobreza (noções e concepções); identificar diferentes concepções de pobreza; compreender como a pobreza contribui na desigualdade social; averiguar a materialização da pobreza.

#### Referências Bibliográficas Básicas

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SEN, A. K. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das letras 2000.

TÉVOÉDJRÉ, A. A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade. Vozes: Rio de Janeiro, 1981.

#### Referências Bibliográficas Complementares

Banco Mundial. Relatório anual. Erradicar a Pobreza Extrema: Promover a Prosperidade Compartilhada. 2017.

BOJANIC, A. J. (cord.). Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas brasileiras. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Brasília, Brasil, 2016.

BOYADJIAN, A. C P. B. Os programas de transferência de renda no Brasil e em países específicos da América Latina e no Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia Política), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CASTRO, J. Geopolítica da fome. Brasiliense, 1957.

IPEA. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <

[http://www.pnud.org.br/docs/4\\_relatorionacionalacompanhamentoodm.pdf](http://www.pnud.org.br/docs/4_relatorionacionalacompanhamentoodm.pdf) >. Acesso em: 2 de maio de 2016.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R.; Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. Economia e Sociedade. v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, 80 jan./jun. 2006.

KERSTENETZKY, C. L. Redistribuição e Desenvolvimento? A Economia Política do Programa Bolsa Família. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 53 a 83, 2009.

KLIKSBERG, B. O que significa viver na América Latina, a mais desigual das regiões? O caso da saúde pública. In: SEN, A.; KLIKSBERG, B. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MATTEI, L. Notas sobre programas de transferência de renda na América Latina. Instituto de Estudos Latino-Americanos. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Economia da UFSC, nº 10/20010.

NEME, F. FIALHO, H. B., LANG, J. P. PINHEIRO, R., G. Programas de transferência de renda: um paradigma em proteção social e combate à pobreza. Simulação das Nações Unidas para Secundaristas, 2013.

SILVA, M.O.S. Os programas de transferência de renda e a pobreza no Brasil: superação ou regulação? Revista de Políticas Públicas, v. 9, n. 1, p. 251-278, 2005.

SPOSATI, A. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011.

TRONCO, G. B., RAMOS, M. P. Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria: análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 294-311, mar. - abr. 2017.

VEIGA, J, E. Pobreza Rural, Distribuição da Riqueza e Crescimento: a experiência brasileira. In: Teófilo. E et al., (org.). Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico. Ministério do Desenvolvimento Agrário. NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Brasília: 2000.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: ECONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES Carga Horária: 30h	Código: SL4380
Ementa	
Abordagem convencional da firma. Nova Economia Institucional (economia dos custos de transação; economia dos contratos). Modelo Estrutura-Condução-Desempenho. Teoria da agência. Teoria da dependência de recursos.	
Objetivo	
Objetivo Geral: Introduzir tópicos teóricos alternativos e complementares à teoria convencional da firma – microeconomia. Objetivos Específicos: Discutir a emergência de uma Nova Economia Institucional e a abordagem das Instituições e da Economia dos Custos de Transação; Apresentar os princípios da Economia Industrial e o modelo ECD; Compreender o quadro conceitual e analítico da Teoria da agência e da Teoria da Dependência de Recursos.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BESANKO, D. et al. A Economia da Estratégia-3. Bookman Editora, 2009. COASE, R. (1937). The Nature of the Firm. Economica (n.s.) 386. FIANI, R. Economia de empresa. São Paulo: Saraiva, 2015. MACNEIL, I. Novo contrato social. Elsevier, 2009. SEGATTO-MENDES, Andréa Paula; ROCHA, Keyler Carvalho. Contribuições da teoria de agência ao estudo dos processos de cooperação tecnológica universidade-empresa. Revista de Administração da USP, v. 40, n. 2, p. 172-183, 2005. MÉNARD, C; SAES, M; DOS SANTOS SILVA, V. Economia das organizações: formas plurais e desafios. Editora Atlas SA, 2000. SOPÉÑA, M. Comportamento oportunista em contratos agroindustriais: um exame multicaso-fuzzy para o estado do Rio Grande do Sul (tese de doutorado). UFSM, 2016. WILLIAMSON, O. (1985). Las instituciones económicas del capitalismo. México: Fondo de Cultura Económica. ZYLBERSZTAJN, D; SZTAJN, R. Direito e economia: análise econômica do direito e das organizações. Rio de Janeiro: Campus, 2005. ZYLBERSZTAJN, D. Papel dos contratos na coordenação agro-industrial: um olhar além dos mercados. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 43, n. 3, p. 385-420, 2005.	
Referências Bibliográficas Complementares	

CÁRDENAS, Leonardo Querido; LOPES, Fernando Dias. A formação de alianças estratégicas: uma análise teórica a partir da teoria da dependência de recursos e da teoria dos custos de transação. Cadernos Ebape. BR, v. 4, p. 01-08, 2006.

EISENHARDT, Kathleen M. Teoria da agência: uma avaliação e revisão. Revista de Governança Corporativa, v. 2, n. 1, 2015.

LOPES, Herton Castiglioni. O Setor calçadista do Vale dos Sinos/RS: um estudo a partir do modelo Estrutura-Condução-Desempenho. Revista de Economia, 2014.

PONDÉ, João Luiz; FAGUNDES, Jorge; POSSAS, Mario. Custos de transação e política de defesa da concorrência. Revista de Economia Contemporânea, v. 1, n. 2, 1997.

SIFFERT FILHO, Nelson Fontes. A economia dos custos de transação. 1995.  
(<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11777>).

Artigos publicados em periódicos de acesso livre.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL Carga Horária: 60h	Código: SL2035
Ementa	
Formação Histórica e Transformação na Produção da Economia Gaúcha; Desenvolvimento Econômico (Desempenho de Indicadores) do Rio Grande do Sul. Disparidades Regionais no RS.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Desenvolver competências que permitam ao discente a compreensão da trajetória da economia do Rio Grande do Sul, possibilitando a compreensão das diferentes etapas de desenvolvimento percorridas pela economia gaúcha	
Objetivos Específicos: Contextualizar a formação econômica do Rio Grande do Sul; Identificar os diferentes processos de colonização; Discutir a problemáticas contemporânea das disparidades nas regiões do estado.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FREITAS, Letícia Fonseca Richthofen de; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Figura do Gaúcho e a Identidade Cultural Latino-Americana, Porto Alegre RS, ano XXVII, n. 2 (53), p. 263 281, mai./ago. 2004	
FILHO, Jorge Renato de Souza Verschoore. Metade Sul: uma Análise das Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.	
CARGNIN, Antônio Paulo. Políticas de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: Vestígios, Marcas e Repercussões Territoriais. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2014. (Introdução e cap. 2) Disponível em <a href="http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3ca49f82-652f-44c5-a50e-0f8dc2cce58b&amp;groupId=10157">http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3ca49f82-652f-44c5-a50e-0f8dc2cce58b&amp;groupId=10157</a>	
PICHLER, W (org.). Panorama socioeconômico e perspectivas para a economia. Porto Alegre: FEE, 2014. 400 p.: il.	
ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. Crescimento econômico da região sul no Rio Grande do Sul: causas e perspectivas. 1ª. ed. Porto Alegre.	
MAESTRI, Mário. Breve História do Rio Grande do Sul da Pré-História aos dias atuais. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ACCURSO, F. C. Estudo Macroeconômico de uma Região. Porto Alegre: UFRGS, 2005.	
FOCHEZATTO, Adelar; PETRY, Guilherme Correa; BRAATZ Jacó; MARTINEZ, Paolo Mazzoncini; DA ROCHA, Mariana Ceia Ramos Mariano; Envelhecimento populacional e financiamento público: análise do Rio Grande do Sul utilizando um modelo multissetorial. Revista brasileira de estudos populacionais. 37, 2020. DOI: <a href="https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0128">https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0128</a>	
PESAVENTO, J. S. RS: Agropecuária Colonial e Industrialização. Porto Alegre: Mercado Aberto: 1983.	
PONTES, Raquel Pereira. LIMA, João Eustáquio. Índice de Desenvolvimento Econômico das Famílias no Rio Grande Do Sul: Uma Abordagem por Intermédio da Análise Multivariada. Revista	

Estudo & Debate, Lajeado, v. 25, n. 1, 2018. ISSN 1983-036X DOI:  
<http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v25i1a2018.1655>  
 ZIMMERMANN, Ario. Rio Grande do Sul: 150 anos de finanças públicas. Porto Alegre: FEE, 1985.

#### Identificação da Componente

Componente Curricular: ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO Carga Horária: 60h	Código: SL0054
--	-------------------

#### Ementa

Estado, Instituições e Setor Público; Teorias do Setor Público; Planejamento e Orçamento; Financiamento do Setor Público: Tributação e Dívida Pública; Gastos do Setor Público: Política Fiscal e Decisões de Gastos;

#### Objetivos

Objetivo Geral: Capacitar os discentes a avaliar a atuação do Estado na economia, com base nas teorias do setor público, através de suas políticas orçamentárias, tributárias e fiscais.  
 Objetivos Específicos: Permitir a avaliação da atuação do Estado na economia; Compreensão dos aspectos relacionados à Tributação; Dívida Pública; Orçamento e Política Fiscal.

#### Referências Bibliográficas Básicas

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (org.). Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2004.  
 BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.  
 BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.  
 FIANI, Ronaldo. Cooperação e Conflito: Instituições e Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.  
 GIACOMONI, James. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2010.  
 PEREIRA, Jose Matias. Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil. São Paulo: Atlas, 2010.  
 REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. São Paulo: Atlas, 2010.  
 RIANI, Flávio. Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória. Atlas: São Paulo, 1997.

#### Referências Bibliográficas Complementares

BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil. Texto para discussão, n.800, IPEA.  
 BARROS, R.; MENDONÇA, R.; Os determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil. Texto para discussão, n. 377, IPEA, 1995.  
 CASTRO, J.; MODESTO, L. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010. Vol. I e II.  
 FERREIRA, Francisco. Os Determinantes da desigualdade de renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional. Texto para Discussão, n.415, PUC-RIO.  
 FIANI, R. Teoria da Regulação Econômica: Estado Atual e Perspectivas Futuras. Teoria Política e Instituições de Defesa da Concorrência. (mimeo).  
 GANDRA, Rodrigo M. O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 1970 ao pensamento hegemônico dos anos 90. História econômica & história de empresas, vol. VII, n.1, jan-jun 2005.  
 GENTIL, Denise L. A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira Análise financeira do período 1990-2005. Tese. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação (Doutorado), 2006.  
 GOBETTI, S.; ORAIR, R. Flexibilização Fiscal: Novas Evidências e Desafios. Texto Para Discussão 2132. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.  
 LAGEMANN, Eugênio. Tributação Ótima. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.25, out-2004.  
 MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Programas Focalizados de Transferência de Renda no Brasil: Contribuições para o Debate. Texto para Discussão 1283 ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. 33p.

<p>MEDEIROS, M.; SOUZA, P.; CASTRO, F. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares. DADOS Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, n.1, 2015.</p> <p>PINTO, E. C.; JR. CARDOSO, J. C.; LINHARES, P. DE T. (EDS.). Estado, Instituições e Democracia: desenvolvimento. IPEA, v. 3, 2010.</p> <p>SCHNEIDER, Ben Ross. O Estado Desenvolvimentista no Brasil: Perspectivas Históricas e Comparadas. Texto Para Discussão 1871. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2013.</p> <p>SILVA, Mauro. S. Federalismo fiscal no Brasil, 1889 - 1988: Competências tributárias, transferências intergovernamentais e coordenação fiscal. História econômica &amp; história de empresas, vol. VII, n.1, jan-jun 2005.</p> <p>SOARES, S. Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. Texto Para Discussão 1166. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.</p> <p>VARSAÑO, Ricardo. Evolução do Sistema Tributário Brasileiro ao longo do Século: Anotações para futuras reformas. Texto para discussão, n.405, IPEA.</p> <p>VIANNA, S.; BRUNO, M.; MODENESI, A. (org.). Macroeconomia para o desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego. Brasília: IPEA, 2010.</p>
---

Identificação da Componente	
Componente Curricular: ECONOMIA DO TRABALHO Carga Horária: 60h	Código: SL4028
Ementa	
Indicadores básicos em mercado de trabalho. O mercado de trabalho brasileiro: particularidades e especificidades. Oferta de trabalho. Demanda por Trabalho. Capital Humano e Escolaridade. Os diferenciais compensatórios e pagamento de incentivos. A mobilidade de mão de obra. A discriminação no mercado de trabalho. As minorias: as pessoas com deficiência, os pretos e pardos e as mulheres. As informações e os trabalhos sobre mercado de trabalho no Brasil.	
Objetivo	
<p>Objetivo Geral: Fornecer aos discentes o arcabouço teórico fundamental da economia do trabalho, com ênfase para as particularidades do Brasil.</p> <p>Objetivos Específicos: Entender os conceitos básicos da Economia do Trabalho; Entender as especificidades do mercado de trabalho em geral; Entender as particularidades do caso brasileiro; Compreender os demais fatores – individuais ou da firma e seu papel nos equilíbrios do mercado de trabalho.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BORJAS, George. Economia do Trabalho. São Paulo. McGraw-Hill.2013.</p> <p>CORSEUIL, Carlos Henrique; SERVO, Luciana M. S. (Orgs). Criação, Destruição e Realocação de Empregos no Brasil. Brasília: IPEA, 2006.</p> <p>POSTHUMA, Anne Caroline. (Org). Abertura e Ajuste do Mercado de Trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. São Paulo: Editora 34.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BARROS, Ricardo Paes., CORSEUIL Carlos Henrique e GONZAGA, Gustavo. Demanda por trabalho na indústria brasileira: Evidências de dados por estabelecimento, 1985 1997. Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 31, n. 2, ago/2001.</p> <p>CAMPANTE, Filipe R.; CRESPO, Anna R. V.; LEITE, Phillipe G. P. G. Desigualdade Salarial entre Raças no Mercado de Trabalho Urbano Brasileiro: Aspectos Regionais. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 185-210, jun. 2004.</p> <p>CORSEUIL, Carlos Henrique; RIBEIRO, Eduardo Pontual. Rotatividade de Trabalhadores e Realocação de Postos de Trabalho no Setor Formal do Brasil: 1996-2010. Mercado de Trabalho, v. 50, fev. 2012.</p> <p>JATOBÁ, Jorge. A família Brasileira na Força de Trabalho: Um estudo sobre a oferta de trabalho-1978/88. Pesquisa e Planejamento Econômico. v.24, n.1, p.1-34. 1994.</p>	

MATOS, Raquel Silvério; MACHADO, Ana Flávia. Diferencial de Rendimento por cor e sexo no Brasil (1987-2011). *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 5-27, jun. 2006.

MENEZES-FILHO, Naércio. *Apagão de Mão-de-Obra Qualificada? As Profissões e o Mercado de Trabalho entre 2000 e 2010*. Publicações Insper, 2012.

OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. MACHADO, Ana Flávia. *Mobilidade Ocupacional e Rendimentos no Brasil Metropolitano: 1991-1996*. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. v.30, n.1,2000.

RAMOS, Carlos Alberto. *Economia do Trabalho: Modelos Teóricos e o Debate no Brasil*. Curitiba: Editora CRV. 2012.

RIBEIRO, Eduardo P. Fluxo de Empregos, Fluxo de Trabalhadores e Fluxo de Postos de Trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 401-419, jul./set. 2010.

SANTOS, Renato Vale; RIBEIRO, Eduardo Pontual. Diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres no Brasil revisitado: explorando o "teto de vidro". Centro Universitário Newton Paiva/MG, PPGE/UFRGS e IE/UFRJ, 2006. Disponível em:  
[http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/texto06\\_05\\_02.pdf](http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/texto06_05_02.pdf). Acesso em: 10 jan. 2016.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. O perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras. *Texto para Discussão n. 769*, IPEA, 2000.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: ECONOMIA E MEIO AMBIENTE Carga Horária: 60h	Código: SL4034
Ementa	
Problemas ambientais. Fundamentos teóricos: economia da poluição e economia ecológica. Metodologias de valoração ambiental. Questões ambientais e a firma. Princípios e instrumentos de política ambiental. Questões ambientais e interfaces com outras políticas.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Compreender as dimensões dos problemas ambientais, as diferentes abordagens teóricas e as formas de correção desses problemas por meio de políticas. Objetivos Específicos: Compreender as distinções conceituais e metodológicas no tratamento de recursos naturais; proceder à análise crítica dos aspectos da formulação teórica entre as duas vertentes de abordagem sobre os recursos naturais; relacionar a ciência econômica e os aspectos éticos, sociais, políticos, ambientais e de cidadania numa ampla formação de caráter humanístico.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CAVALCANTI, CLÓVIS (Org.). <i>Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável</i> . 5º ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2009. PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. <i>Microeconomia</i> . 6 ed. São Paulo, Prentice Hall, 2006. MAY, PETER H (Org.). <i>Economia do meio ambiente: teoria e prática</i> . 2º Ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2010. 374p.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BORN. Rubens Harry (Coord.). <i>Diálogos entre as esferas global e local: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária</i> . São Paulo: Peirópolis, 2002. HINRICHS, Roger A. <i>Energia e meio ambiente</i> . 5. São Paulo Cengage Learning 2014 1 recurso online ISBN 9788522116881. MUELLER, C. C. <i>Os Economistas e as Inter-Relações entre o Sistema Econômico e o Meio-Ambiente</i> . Programa Pronex, NEPAMA, ECO-UnB, [s. l.], p. 305, 2004. SACHS, IGNACY. <i>Caminhos para o desenvolvimento sustentável</i> . Rio de Janeiro: Garamond, 2009. SANTOS, Thauan. <i>Economia do meio ambiente e da energia fundamentos teóricos e aplicações</i> . Rio de Janeiro LTC 2018 1 recurso online.	



Identificação da Componente	
Componente Curricular: ECONOMIA FINANCEIRA Carga Horária: 60h	Código: SL4025
Ementa	
Inovações financeiras. Instrumentos derivativos. Agentes e participantes dos mercados. Instrumentos de tomada de decisões e gestão de riscos. Práticas financeiras: internacionalização dos fluxos de capitais, alavancagem, arbitragem e especulação. Riscos financeiros contemporâneos.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Proporcionar conhecimentos teóricos sobre o mercado financeiro. Objetivos Específicos: Pretende-se trabalhar neste componente curricular sob a ótica operativa, tática e estratégica, fornecendo informações para o processo decisório aos economistas; compreender e aplicar diversas metodologias de elaboração e análise de diferentes projetos.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro. São Paulo, SP: Atlas, 2011, 339p. FORTUNA, Eduardo, Mercado financeiro: produtos e serviços. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2010, 986 p. FARHI, Maryse. O Futuro no Presente: um estudo dos mercados de derivativos financeiros”, tese de doutoramento. Instituto de Economia. UNICAMP. Campinas, 1998. Disponível em: <a href="http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285818">http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285818</a> GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. 12º Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 775p. PINHEIRO, J. L. Mercado de capitais: fundamentos e técnicas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BRITO, O. Mercado financeiro. São Paulo: Saraiva, 2005. KERR, Roberto Borges. Mercado financeiro e de capitais. Pearson, 2011. LEMGRUBER, Eduardo Facó; COSTA JR. Newton, C.A; LEAL, Ricardo Pereira. Mercado de capitais: análise empírica no Brasil. 1. ed. São Paulo, 2000. CAVALCANTE, F.; MISUMI, J.Y. Mercado de capitais: o que é, como funciona. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2008. TOLEDO FILHO, J.R. Mercado de capitais brasileiro: uma introdução. São Paulo: Thomson Learning, 2006 Artigos acadêmicos de periódicos internacionais sobre o tema. Artigos acadêmicos de periódicos nacionais sobre o tema. Teses e dissertações internacionais sobre o tema. Teses e dissertações nacionais sobre o tema.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: TÓPICOS EM ECONOMIA INSTITUCIONAL Carga Horária: 60h	Código: SL4583
Ementa	
A Firma Neoclássica; O Institucionalismo Norte-Americano; Nova Economia Institucional: natureza da firma, instituições e a Economia dos Custos de Transação; O Institucionalismo Evolucionário.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Desenvolver conhecimentos da teoria econômica institucional e evolucionária para compreensão das estratégias e dinâmicas das firmas e da economia. Objetivos Específicos: Delimitar as características da firma neoclássica e os pressupostos da Economia de Mercado; Apresentar a abordagem institucionalista e sua crítica ao neoclassicismo, tendo como referência o Institucionalismo Norte-Americano; Discutir a emergência de uma Nova Economia Institucional e a abordagem das Instituições e da Economia dos Custos de Transação; Apresentar a abordagem evolucionária da firma e seus pressupostos de análise.	
Referências Bibliográficas Básicas	
COMMONS, J. R. Institutional Economics. American Economic Review, vol. 21, p. 648-657, 1931.	

- COASE, R. H. The New Institutional Economics. *The American Economic Review*, vol 88, nº 2, p. 72-74, 1998.
- COASE, R. H. The nature of the firm. *Economica*, Vol. 4, No. 16. pp. 386-405, 1937.
- DOSI, G.; NELSON, R. R. An introduction to evolutionary theories in economics. *Journal of Evolutionary Economics*, v.4, p. 153-172, 1994.
- FIANI, R. *Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
- HAMILTON, W. H. The institutional approach to economic theory. *The American Economic Review*, v. 9, n. 1, p. 309-318, 1919
- HODGSON, G. M. The Approach of Institutional Economics. *Journal of Economic Literature*. v. 36, p. 166-192, 1998.
- HODGSON, G. M. Institutions and Individuals: interaction and evolution. *Organization Studies*, v. 28, n.1, p. 95–116, 2007.
- MENARD, C. Research frontiers of new institutional economics. *RAUSP Management Journal*, v. 53, p. 3–10, 2018.
- METCALFE, J. S. Institutions and progress. *Industrial and Corporate Change*, v.10, n.3, p. 561-586, 2001.
- NELSON, R.; WINTER, S. G. *Uma teoria evolucionária da mudança econômica*. Campinas: UNICAMP, 2005.
- NORTH, D. C. *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- PESSALI, H. F.; FERNANDEZ, R. G. (Orgs.). *Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo: UNESP, 2017.
- TIGRE, P. B. "Paradigmas tecnológicos e teorias econômicas da firma." *Revista Brasileira de Inovação*. jan/jun (2009): 187-223.
- VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? *Cambridge Journal of Economics*, London, v. 22, p. 403-414, 1998.
- VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? *The Quarterly Journal of Economics*, v.12, n.4, p. 373-397, 1898.
- VIANA, J.G.A.; WAQUIL, P. D. *Instituições, regras e hábitos: proposições teóricas e aplicadas para estudos rurais*. CRV: Curitiba, 2020.
- WILLIAMSON, O. E. *As instituições econômicas do capitalismo*. São Paulo: Pezco, 2012.
- ZYLBERSZTAJN, D; NEVES, M. F. (Orgs). *Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000.

#### Referências Bibliográficas Complementares

- AREND, M; CARIO, S. A. F.; ENDERLE, R. A. *Instituições, inovações e desenvolvimento econômico*. *Pesquisa & Debate*, v. 23, n. 1, p. 110-133, 2012.
- BARROS, G. *Racionalidade e organizações: um estudo sobre comportamento econômico na obra de Herbert Simon*. Dissertação. Mestrado em Economia. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, USP, 2004.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 6, nº 2, jul-dez. p. 119- 146, 2002.
- DOPFER, K. (Edit.). *The evolutionary foundation of economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- DUGGER, W. Radical Institutionalism: Basic Concepts. *Review of Radical Political Economics*, v. 20, n. 1, p. 1-20, 1988.
- DUGGER, W. The New Institutionalism: new but not Institutionalist. *Journal of Economic Issues*, v. 24, n. 2, p. 423-431, 1990.
- HAMILTON, D. *Evolutionary economics: a study of change in economic thought*. New Brunswick, Transaction Publishers, 1991.
- HOGARTH, R. M.; REDER, M. W. (Edit.) *Rational choice: the contrast between economics and psychology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- HODGSON, G. M. Institutional Economics: Surveying the 'old' and the 'new'. *Metroeconomica*, v. 44, n.1, p. 1-28, 1993.
- HODGSON, G. M. *Economia e evolução: o regresso da vida à teoria econômica*. Oeiras: Celta, 1997.
- HODGSON, G. M. The Evolution of Institutions: An Agenda for Future Theoretical Research. *Constitutional Political Economy*, 13, p. 111-127, 2002.
- HODGSON, G. M. What are institutions? *Journal of Economic Issues*, vol. XL, nº 1, mar, p. 1-25., 2006.

NELSON, R. R. Bounded rationality, cognitive maps, and trial and error learning. *Journal of Economic Behavior & Organization*, Amsterdam, v. 67, n.1, p. 78-89, 2008.

NELSON, R. R. Recent evolutionary theorizing about economic change. *Journal of Economic Literature*, Nashville, v. 33, n. 1, p. 48-90, 1995.

NELSON, R. R. Bringing institutions into evolutionary growth theory. *Journal of Evolutionary Economics*, Heidelberg, v. 12, p. 17-28, 2002.

NORTH, D. C. Institutions. *Journal of Economic Perspectives* v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

RUTHERFOD, M. Institutions in economics. The old and new institutionalism. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SAMUELS, W. J. The present state of institutional economics. *Cambridge Journal of Economics*. v. 19, p. 569-590, 1995.

SIMON, H. A. A behavioral model of rational choice. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, v. 49, p. 99-118, 1955.

VEBLEN, Thorstein. A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

WILLIAMSON, O. E. The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. *Journal of Economic Literature*. Vol. XXXVIII, p. 595-613, 2000.

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: ECONOMIA POLÍTICA II Carga Horária: 60h	Código: SL4381
<b>Ementa</b>	
Metamorfoses, ciclos e circulação do Capital Industrial. Rotação do Capital Industrial. Tempo e custo de circulação. Reprodução do capital social total e a demanda efetiva. Capital Comercial: Mercadoria e Dinheiro. Acumulação de capital, taxa de lucro e crises. Finanças e teoria monetária em circulação capitalista.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Avançar na compreensão da Economia Política formulada por Marx, nos livros II e III de O Capital. Neste sentido, amplia-se a discussão realizada no livro I, com a análise da unidade dos processos de circulação e produção do capital, além da ideia de tendência da queda da taxa de lucro e da compreensão de Marx sobre o capital financeiro.	
Objetivos Específicos: Compreender os fenômenos relacionados com a circulação do capital, em Marx; compreender o fenômeno da crise, do ponto de vista de Marx; compreender o conceito de capital financeiro e a teoria monetária em Marx.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.	
MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro 2: o processo de circulação do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.	
MARX, K. O Capital: crítica da economia política, Livro 3. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
HARVEY, David. Para entender O capital – Livros II e III. [Livro eletrônico] São Paulo, Boitempo, 2014.	
HILFERDING, R. (1985). O Capital Financeiro. São Paulo: Nova Cultural. (Os economistas), 1985.	
MALDONADO FILHO, E. Marx e o Capitalismo Contemporâneo. In: Paula, J. A. (org.) Adeus ao Desenvolvimento - a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.	
MALDONADO FILHO, E. Notas sobre a teoria monetária e dos juros de Marx. Acesso em: 08/09/2016. Disponível em: <a href="http://www.ppge.ufrgs.br/maldonado/arquivos/ecop67/dinheiro-juros-marx.pdf">http://www.ppge.ufrgs.br/maldonado/arquivos/ecop67/dinheiro-juros-marx.pdf</a>	
MARX, K. Grundrisse – Manuscritos Econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo, Boitempo, 2011.	
MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo, Boitempo, 2004.	
SHAIKH, A. Uma introdução à história das teorias de crise. Revista Ensaios FEE, ano 4 - no 1, 1983.	

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: ECONOMIA RURAL Carga Horária: 60h	Código: SL2040
<b>Ementa</b>	
Questão agrária e o desenvolvimento da agricultura; Evolução das políticas agrícolas no Brasil; Mercados e comercialização de produtos agrícolas; Concorrência e Comércio Internacional; A perspectiva do desenvolvimento rural.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Analisar o desenvolvimento da agricultura e as características dos mercados agrícolas com base na teoria econômica. Objetivos Específicos: Compreender o desenvolvimento da agricultura no Brasil; Discutir conceitos microeconômicos dos mercados agrícolas; Discutir o processo de organização industrial e a influência de instituições na agricultura; Debater aspectos de desenvolvimento rural e abordagens emergentes no estudo da economia agrícola.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
ARBAGE, A. P. Fundamentos de economia rural. Chapecó: Argos, 2012. MENDES, J. T. G.; JUNIOR, J. B. P. Agronegócio: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson, 2007. FEIJO, R. L. C. Economia agrícola e desenvolvimento rural. Rio de Janeiro: LTC, 2011. SCHNEIDER, S. (Org.) A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006. ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. (Org.) Agronegócios: gestão e inovação. São Paulo: Saraiva, 2008	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
ARAÚJO, M.J. Fundamentos de agronegócios. São Paulo: Atlas, 2005. BATALHA, M.O (coord.). Gestão agroindustrial. São Paulo: Atlas, 2001 (Volume 1 e 2). CALLADO, A. A. C. Agronegócio. São Paulo: Atlas, 2005.142 p. KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro, Campus, 2002. NEVES, M. F.; CASTRO, L. T. (Org.). Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos. São Paulo: Atlas, 2011. SILVA, J. G. da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP, 1998. ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. (orgs.). Economia & gestão dos negócios agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000.	

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO Carga Horária: 60h	Código:
<b>Ementa</b>	
Introdução à economia solidária. Os princípios da economia solidária. Principais desafios da economia solidária. Os empreendimentos econômicos solidários. Economia solidária, autogestão e desenvolvimento. A revolução industrial e as bases do capitalismo. Formas de gestão e organização em economia solidária.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Compreender a Economia Solidária e a Autogestão e seus desafios. Objetivos Específicos: Analisar os principais conceitos de Economia Solidária; Discutir os princípios da autogestão; Discutir as diferentes formas e organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES); Realizar pesquisa junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES); Desenvolver atividades práticas junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
BÉLAND, C. Por uma Economia Solidária. Tradução Constância Maria Igrejas Morel. São Paulo: Loyola, 2013. CANDEIAS, C. N. B; MELO NETO, J. F.; MACDONALD, J. B. (Orgs.). Economia Solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos. Maceió: EDUFAL, 2005. 1 v.	

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
HESPANHA, P.; SANTOS, A. M. (Orgs.). Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas. Coimbra: Almedina, 2011. 1 v.
KRAYCHETE, G.; CARVALHO, P. (Orgs.). Economia popular solidária: indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.
LIMA, M. I. R. Economia Solidária e Vínculos. São Paulo: Ideias e Letras, 2013.
MELLO, C. J.; STREIT, J. A.; ROVAI, R. (Orgs.). Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo, SP: Publisher Ltda, 2006.
METELLO, D. G. Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da Justa Trama – Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico. Rio de Janeiro, 2007.
NASCIMENTO, C. A autogestão e o “novo cooperativismo”: texto para discussão. Ministério do Trabalho e do Emprego. Brasília, 2004.
OLIVEIRA, F. Os sentidos do cooperativismo: entre a autogestão e a precarização do trabalho. São Paulo: LTR. 2014.
PIRES, A. S. S. As fábricas recuperadas no Brasil: o desafio da autogestão. São Carlos: EdUFSCcar, 2016.
REOLON, J. F. Organizações Sociais, OSCIPS, OES e entidades de autogestão: eficiência e segurança jurídica nas contratações. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
SANTOS, B. S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.
Série Le Monde Diplomatique Brasil. (Org.). Desafios da economia solidária. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008, v. 04, p. 19-52.

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: ELEMENTOS MATEMÁTICOS E GRÁFICOS APLICADOS À ECONOMIA Carga Horária: 60h	Código:
<b>Ementa</b>	
Construção de Gráficos. Interpretação de Gráficos. Plotagem. Aplicações Microeconômicas: Função Custo e Função Lucro, Tributação e Perda de Peso Morto. Aplicações Macroeconômicas: Cálculo do PIB, Equilíbrio de Mercado. Modelo IS-LM com Equações.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Expor as principais ferramentas matemáticas que podem ser utilizadas na ciência econômica, permitindo aplicações nos modelos microeconômicos e macroeconômicos. Objetivos Específicos: Introduzir o conceito de funções e como é sua representação gráfica; Interpretar os gráficos de algumas das funções mais utilizadas em economia; Aplicar a abordagem gráfica na teoria microeconomia, Função Custo e Função Lucro, Tributação e Perda de Peso Morto, realizando diversos processos de estática comparativa; Aplicações de funções dentro da macroeconomia sobre os tópicos cálculo do PIB, equilíbrio de mercado e modelo IS-LM.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marcos Antônio Sandoval. (orgs) Manual de Macroeconomia: Nível Básico e Intermediário. Equipe de Professores da FEA- USP. São Paulo: Editora Atlas, 2008.	
SIMON, Carl; BLUME, LAWRENCE. Matemática para Economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.	
VARIAN, Hal R. Microeconomia: Uma abordagem Moderna. 8a Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
BESANKO, David. Microeconomia: Uma abordagem Completa. Rio de Janeiro: LTC, 2004.	
FROYEN, R. T. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.	
PAULANI, Leda. BRAGA, Marcio Bombique. A nova contabilidade social: Uma introdução a Macroeconomia. 3a Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.	

PINDYCK, Robert S. RUBINFELD: Daniel L. Microeconomia. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.  
SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: ESCOLA AUSTRÍACA DE ECONOMIA Carga Horária: 60h	Código: SL4031
Ementa	
Paleologia e a Tríade Austríaca. Teoria dos Ciclos Econômicos. Interpretação das Crises a partir de 2008.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral: Compreender e assimilar os fundamentos da Escola Austríaca de Economia a partir de alguns de seus principais pensadores: Carl Menger, Eugen von Böhm-Bawerk, Ludwig von Mises e Friedrich August von Hayek. Avaliar a inserção histórica da escola, seus fundamentos metodológicos e filosóficos; e assimilar a interpretação da realidade econômica sob a perspectiva da teoria dos ciclos econômicos.</p> <p>Objetivos Específicos: compreender os fundamentos, a evolução histórica e filosófica da economia. Proceder à análise crítica dos aspectos da formação histórica da realidade contemporânea das economias mundial e brasileira. Utilizar métodos científicos na condução da pesquisa científica. Dominar ferramentas específicas da profissão, como análises, diagnósticos, projeções econômicas. Relacionar a ciência econômica e os aspectos éticos, sociais, políticos, ambientais e de cidadania numa ampla formação de caráter humanístico.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BARBIERI, F.; FEIJÓ, R. Metodologia do Pensamento Econômico. São Paulo: Ed. Atlas. Cap. 14, 2013. (2.1)</p> <p>BETANCOURT, R. La teoría del ciclo económico de Friedrich von Hayek: causas monetárias, efectos reales. Cuadernos de Economía. Universidad Nacional de Colombia. Vol.27, n.48.2008.</p> <p>BÖHM-BAWERK, E. A teoria positiva do capital. Coleção os Economistas. Ed. Abril. [1889],1986. Cap.3. Disponível em: <a href="https://portalconservador.com/livros/Eugen-Von-Bohm-Bawerk-Teoria-Positiva-do-Capital.pdf">https://portalconservador.com/livros/Eugen-Von-Bohm-Bawerk-Teoria-Positiva-do-Capital.pdf</a> (3)</p> <p>FREIRE, L. A Praxeologia e a escola austríaca: uma análise introdutória. MULTIFACE- Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. N..1. 2007.p.15-19 (2.1).</p> <p>HAYEK, F. Nuevos estudios de filosofía, política, economía e historia de las ideas. Madrid: Unión Editorial. [1978], 2007. Cap1e 4. (1.4)</p> <p>_____. Desemprego e Política Monetária. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2011. Disponível em: <a href="http://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/desemprego.pdf">http://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/desemprego.pdf</a> (3.4)</p> <p>_____. El uso del conocimiento em la sociedade. Estudios Públicos. 12: 157-169. 1983. Disponível em: <a href="http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_080_12.pdf">http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_080_12.pdf</a> (2.4)</p> <p>HARRIS, L. A teoria austríaca dos ciclos econômicos: seus fundamentos e a análise da crise de 2008. Monografia de Bacharelado em Ciências Econômicas. PUC- SP. 2013. Disponível em: <a href="http://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/lucas.pdf">http://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/lucas.pdf</a></p> <p>HUERTA – SOTO, J. La teoría austríaca del ciclo económico. Moneda y Credito: Revista de Economía. Mar (152). 1980. Disponível em: <a href="http://europa.sim.ucm.es">http:// europa.sim.ucm.es</a> (1.3 e ii)</p> <p>_____. Algunas reflexiones complementarias sobre la crisis económica y la teoría del ciclo. Processos de Mercado: Revista Europea de Economía Política. Vol.VII, n.2. 2010 (4)</p> <p>IORIO, U. A teoria austríaca dos ciclos econômicos. Disponível em <a href="http://www.ubirataniorio.org/antigo/teoria.pdf.pagespeed.ce.hb_1YjMsem.pdf">http://www.ubirataniorio.org/antigo/teoria.pdf.pagespeed.ce.hb_1YjMsem.pdf</a> (VIII)</p> <p>JUNGERSEN, K.; ROSENDE, F. Hayek y el ciclo económico: una revisión a la luz de la macroeconomía moderna. Texto de Discussão n.154. Instituto de Economía da Pontificia Universidad Católica de Chile. 1993. (III)</p> <p>MENGER, C. Principios de Economía Política. Coleção os Economistas. Ed. Abril. [1871],1983. Cap.3. Disponível em: <a href="http://portalconservador.com/livros/Carl-Menger-Principios-de-Economia-Politica.pdf">http://portalconservador.com/livros/Carl-Menger-Principios-de-Economia-Politica.pdf</a></p> <p>MISES, L. A ação humana. 31ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. 2010. Disponível em: <a href="http://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/acao-humana.pdf">http://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/acao-humana.pdf</a></p>	
Referências Bibliográficas Complementares	

CARVALHO, A. O conceito de individualismo metodológico em Hayek revisitado. Revista Análise Econômica. Porto Alegre.,50, set.2008.
FERREIRA, T. A escola austríaca e a crise de 2008. Fórum Liberdade Econômica. Univ. Mackenzie. Nov 2017.
IORIO,U. Ação, tempo e conhecimento: a Escola Austríaca de Economia. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2011. Disponível em: <a href="http://portalconservador.com/livros/Ubiratan-Jorge-Iorio-Acao-Tempo-e-Conhecimento.pdf">http://portalconservador.com/livros/Ubiratan-Jorge-Iorio-Acao-Tempo-e-Conhecimento.pdf</a>
MOLLO, M. Ortodoxia e heterodoxia monetárias: a questão da neutralidade da moeda. Revista de Economia Política, vol.24, n.3. 2004.
SOROMENHO, J. Capital e coordenação intertemporal: a visão austríaca. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 495-522.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: ESPANHOL INSTRUMENTAL I Carga Horária: 30h	Código: SL0018
Ementa	
Aproximação inicial ao aprendizado do léxico e das estruturas gramaticais da língua espanhola em nível básico. Introdução ao sistema fonético e fonológico do espanhol. Desenvolvimento inicial da compreensão e produção oral, leitura e escrita em língua espanhola, com ênfase na interpretação e produção de gêneros textuais relacionados às áreas de atuação do profissional de Relações Internacionais.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Proporcionar ao discente o conhecimento e utilização das estratégias para a compreensão da língua espanhola, em nível básico, através de gêneros textuais relacionados aos contextos de atuação do bacharel em RI, visando o desenvolvimento gradual da habilidade de leitura e, em nível complementar, da auditiva, escrita e oral. Objetivos Específicos: Desenvolver habilidades linguísticas que facilitem a compreensão e produção de textos concernentes ao exercício da profissão de bacharel em RI; Construir um saber intercultural através do reconhecimento de valores contextuais presentes nos textos; Fomentar uma reflexão sobre a língua enquanto objeto sócio-histórico inserido em um contexto internacional, atentando para suas especificidades em nível regional e local; Realizar atividades extraclasse que propiciem o contato constante com a língua espanhola, seja por meio de artefatos culturais disponíveis na sociedade, seja por relação face a face com falantes dessa língua como língua materna ou como língua adicional.	
Referências Bibliográficas Básicas	
VOCES DEL SUR 2: LIBRO DEL ALUMNO. Buenos Aires: Difusion, 2011. BRANDÃO, E.; BELINER, C. (trad.). SEÑAS. Diccionario para la Enseñanza de la Lengua Española para Brasileños. Universidad de Alcalá de Henares. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. CORPAS, Jaime. Socios 2: nueva edition – cuaderno de ejercicios. Buenos Aires: Difusion, 2008.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ANDRADE SERRA., M. et. al. Fonética aplicada a la enseñanza del español como lengua extranjera: un curso para lusófonos. Editora Galpão, 2007. BAPTISTA, L.R. et al. Listo: español a través de textos. São Paulo: Moderna, 2005. ESPANHOL LINGUA VIA 2: libro del alumno. Madrid: Santillana, 2007. CASCON, Eugenio. Lengua española y comentario de texto. Madrid: Edinumen Espanha, 1997. FRAGO GARCIA, Juan Antonio. Historia Del español de America: textos y contextos. Madrid: Gredos, 1999.	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: FILOSOFIA E ÉTICA PROFISSIONAL Carga Horária: 30h	Código: SLAD52
Ementa	

Cultura. Conceito, Método, Divisão da Filosofia. O Conhecimento. Formação Histórica. Os problemas Filosóficos. Os valores. A existência, A Conduta Humana, Ética e Filosofia, Ética e Moral. Ética, trabalho e cidadania. Ética Profissional.
<b>Objetivos</b>
Objetivo Geral: Proporcionar consciência e visão crítica sobre valores, moral e ética, sua construção individual e social e suas implicações práticas. Objetivos Específicos: Reconhecer as questões éticas no mundo do trabalho; Analisar criticamente casos envolvendo dilemas éticos nas organizações; Discernir e refletir sobre as várias dimensões da responsabilidade socioambiental.
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>
CHAUI, Marilena de Souza. Convite a filosofia. 13. ed. São Paulo: Ática, 2010. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética :de Platão a Foucault. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. SROUR, Robert Henry. Poder, cultura e ética nas organizações :o desafio das formas de gestão. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
CHAUI, Marilena de Souza. O que é ideologia. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. CORTELLA, Mario Sergio. Qual é a tua obra? inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética.10. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. GALLO, S. Ética e cidadania: caminhos da filosofia. Campinas: Papirus, 2003. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, SP: Centauro, 2001. Artigos publicados em periódicos de acesso livre. Código de ética profissional do economista.

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: FINANÇAS COMPORTAMENTAIS Carga Horária: 30h	Código: SL4206
<b>Ementa</b>	
Teoria da Utilidade e Comportamento Racional. Teoria do Prospecto e Finanças Comportamentais. A influência das emoções nas decisões financeiras. Planejamento financeiro pessoal.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Capacitar os alunos na construção de uma base teórica a respeito da teoria de finanças comportamentais, demonstrando comportamentos racionais e irracionais e a influência das emoções na tomada de decisão financeira. Objetivos Específicos: Descrever como os indivíduos tomam decisões financeiras; Instrumentalizar a identificação de heurísticas, vieses e emoções nas decisões; Diferenciar finanças comportamentais de finanças pessoais; Compreender o planejamento financeiro e suas ferramentas.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
BARBEDO, C. H. dá S.; CAMILO-DA-SILVA, E. Finanças Comportamentais: Pessoas Inteligentes também perdem Dinheiro na Bolsa de Valores. São Paulo: Atlas, 2008. MACEDO JR., J. S.; KOLINSKY, R.; JUNÇA DE MORAIS, J. C. Finanças Comportamentais: Como o desejo, o poder, o dinheiro e as pessoas influenciam nossas decisões. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2011. FERREIRA, V. R. de M. Psicologia Econômica: Estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect Theory: an analysis of decision under risk. Econometrica, v. 47, n. 2, p. 263-292, mar. 1979. LOBÃO, Júlio. Finanças Comportamentais: Quando a Economia encontra a Psicologia. Coimbra: Actual, 2012. MACEDO JR, J.S. Teoria do Prospecto: uma investigação utilizando simulação de investimentos. 2003. 218 p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção da Universidade Federal de Santa Catarina: Santa Catarina, 2003.	



MOSCA, A. Finanças Comportamentais: gerencie suas emoções e alcance sucesso nos investimentos. 1 ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2008.  
 TAMAYO, A. Contribuições ao estudo dos valores pessoais, laborais e organizacionais. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 23, p. 17-24, 2007.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: FINANÇAS PÚBLICAS Carga Horária: 60h	Código: SL2047
Ementa	
Estado, Instituições e Setor Público; Teoria das Finanças Públicas; Dívida Pública e Política Fiscal; Política Tributária; Política Orçamentária; Fenômenos relacionados à Moeda; Formação da Taxa de Juros; Decisões de Financiamento e Investimento; Institucionalidade do Sistema Financeiro Nacional; Fontes Privadas e Públicas de Financiamento; Organismos Internacionais de Financiamento; Mercado Bancário no Brasil; Mercado de Capitais no Brasil; Modelos de Financiamento e Padrões de Financiamento; Regulação Financeira; Fontes de Informações Financeiras.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Capacitar o aluno a compreender os fenômenos relacionados ao financiamento do desenvolvimento e a atuação do Estado, através das Finanças Públicas. Tais atividades compreendem o gasto, a tributação, o endividamento e o financiamento das mesmas. Objetivos Específicos: Apresentar aos alunos os elementos básicos que envolvem as finanças públicas, relacionados ao modo como o Setor Público realiza gastos e financia os mesmos; Enfatizar o aspecto do financiamento como elemento importante do desenvolvimento econômico.	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BIDERMAN, Ciro E ARVATE, Paulo (orgs.). Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2004, 560 p.</p> <p>BRITO, Osias Santana, Mercado financeiro: estruturas, produtos, serviços, riscos, controle gerencial. São Paulo, SP: Saraiva, 2013, 386 p.</p> <p>CARVALHO, Fernando J. Cardim. Economia monetária e financeira: teoria e política. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 454p.</p> <p>FORTUNA, Eduardo, Mercado financeiro: produtos e serviços. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2010, 986 p.</p> <p>GIACOMONI, James, Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2010. 369 p</p> <p>GIAMBIAGI, Fabio e ALÉM, Cláudia. Finanças públicas: teoria e pratica no Brasil/ 4.ed. São Paulo: Elsevier, 2011, 498 p.</p> <p>LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José. Economia monetária. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 496 p.</p> <p>PEREIRA, José. Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil. São Paulo: Atlas, 2010, 402 p.</p> <p>REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. São Paulo: Atlas, 2010. 382 p.</p> <p>SILVA, Anderson; CARVALHO, Lena; MEDEIROS, Otavio (Org.). Dívida pública: a experiência brasileira. Brasília: Tesouro Nacional, 2009. 502p</p> <p>ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro. São Paulo, SP: Atlas, 2011, 339 p.</p> <p>LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. O colapso das finanças estaduais e a crise da federação. São Paulo: UNESP, 2002.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>ALBUQUERQUE, EDUARDO DA MOTTA E; SICSÚ, J. Inovação institucional e estímulo ao investimento privado. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 3, p. 108114, 2000.</p> <p>ALMEIDA, José Roberto Novaes de. Economia monetária: uma abordagem brasileira. São Paulo: Atlas, 2009. 319 p.</p> <p>ARONOVICH, SELMO; FERNANDES, A. G. A Atuação do Governo no Mercado de Crédito: Experiências de IFDs em Países Desenvolvidos. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 334, 2006.</p> <p>BOVESPA. Introdução ao Mercado de Capitais. São Paulo: BOVESPA.</p>	

- CARNEIRO, R. DE M. et al. Projeto de Estudos sobre as Perspectivas da Indústria Financeira Brasileira e o Papel dos Bancos Públicos - Subprojeto Mercado de Crédito Bancário. Campinas: Fundação Economia de Campinas, RELATÓRIO, 2009a.
- CARNEIRO, R. DE M. et al. Projeto de Estudos sobre as Perspectivas da Indústria Financeira Brasileira e o Papel dos Bancos Públicos - Subprojeto Padrões de Financiamento das Empresas Não-Financeiras no Brasil. Campinas: Fundação Economia de Campinas, 2009b.
- CARVALHO, F. J. C. DE. Sistema Financeiro, Crescimento e Inclusão. In: CASTRO, A. C. et al. (Eds.). Brasil em Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 2351.
- CASTRO, L. B. DE. Financiamento do desenvolvimento: teoria, experiência coreana (1950-80) e reflexões comparativas ao caso brasileiro. Tese. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2006.
- COSTA, ARMANDO DALLA; SOUZA-SANTOS, E. R. DE. Desenvolvimento financeiro e reflexões sobre o modelo brasileiro de financiamento. Revista Economia & Tecnologia, v. 8, p. 5768, 2012.
- COSTA, F. N. Atuação anticíclica dos bancos públicos brasileiros. Campinas: IE/Unicamp, 2015b.
- COSTA, F. N. Bancos e Crédito no Brasil: 1945-2007. História e Economia, v. 4, n. 2, p. 28, 2008.
- COSTA, F. N. Circuito de Financiamento na Economia Brasileira. In: COSTA, F. N. (Ed.). Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista. São Paulo: Makron Books, 1999c.
- COSTA, F. N. Circuito decisão - Finance - Investimento - Renda - Aplicações - Funding. In: COSTA, F. N. Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista. São Paulo: Books, Makron, 1999a.
- COSTA, F. N. Conceito de dinheiro. In: COSTA, F. N. Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista. São Paulo: Makron Books, 1999b.
- DATHEIN, Ricardo. Desenvolvimento econômico brasileiro: contribuições sobre o período pos-1990. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2008. 216 p.
- GASTALDI, J. Petrelli, Elementos de economia política. São Paulo, SP: Saraiva, 2005. 479 p.
- JAYME JR, F. G.; CROCCO, M. Bancos Públicos e Desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2010.
- MARKOWITZ, M. A. Bancos e Banqueiros, empresas e a famílias no Brasil. [s.l.] Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (org.). O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2010, 373p.
- MELO, L. M. Financiamento à Inovação no Brasil: análise da aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) de 1967 a 2006. Revista Brasileira de Inovação, v. 8, n. 1, p. 87120, 2009.
- MOREIRA, M. M.; PUGA, F. P. Como a Indústria financia o seu crescimento: uma análise do Brasil Pós-Plano Real. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.
- NETO, I. C. C.; YTTIRIO, C. Bancos Oficiais no Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.
- NEVES, T. Fontes de Financiamento ao Desenvolvimento: o caso de municípios de Santa Catarina. Monografia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- PAULA, L. F. DE; FARIA, J. A. Eficiência dos Bancos Públicos no Brasil: uma avaliação empírica, 2009.
- PEREIRA, Joao Marcio Mendes, O banco mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 502 p.
- PINTO, E. C.; JR. CARDOSO, J. C.; LINHARES, P. DE T. (EDS.). Estado, Instituições e Democracia: desenvolvimento. [s.l.] IPEA, [s.d.]. v. 3
- RIEHL, Heinz. Câmbio e mercados financeiros: as técnicas das operações em moedas local e estrangeiras. São Paulo, SP: McGraw-Hill, 1988. 409 p.
- ROCHA, F. A. S. Notas Técnicas: Evolução e Concentração bancária no Brasil (1994-2000). Banco Central do Brasil, n. 11, 2001.

SCHNEIDER, Ben Ross. O Estado Desenvolvimentista no Brasil: Perspectivas Históricas e Comparadas. Texto Para Discussão 1871. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. 42 p.

SENNA, Jose Júlio. Política monetária: ideias, experiências e evolução. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2010. 523 p.

SOUZA-SANTOS, E. R. DE; COSTA, A. D. As características da estrutura financeira brasileira e a trajetória de industrialização. Nova Economia, v. 24, n. 2, p. 243264, 2014.

STUDART, R. Estado, Mercados e o Financiamento do Desenvolvimento: Algumas Considerações. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2003.

TAVARES, M. DA C. et al. O papel do BNDE na industrialização do Brasil. Os anos dourados do desenvolvimentismo, 1952-1980. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, 2010.

TORRES FILHO, E. T.; COSTA, F. N. DA. BNDES e o financiamento do desenvolvimento. Economia e Sociedade, v. 21, n. spe, p. 9751009, 2012.

TORRES FILHO, E. T.; COSTA, F. N. DA. Financiamento de Longo Prazo no Brasil: um mercado em transformação. Brasília: IPEA, 2013.

VIANNA, S. T. W. Macroeconomia para o desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego. Eixos estratégicos do desenvolvimento brasileiro: [Projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro], v. Livro 4, 2010.

VIDOTTO, C. A. Reestruturação patrimonial e financeira dos bancos federais e trajetória econômica nos anos noventa. Revista de História Econômica e História de Empresas, 2003.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: FUNDAMENTOS DE CIÊNCIA POLÍTICA Carga Horária: 60h	Código: SLAD101
Ementa	
A modernidade e a Ciência Política. O Estado: origem, formação e características. Liberalismo, democracia e autocracia. Formas de governo. Os sistemas monárquico, presidencial e parlamentar. Os sistemas partidário e eleitoral.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Compreender a influência da modernidade na formação da Ciência Política por intermédio do estudo do Estado e de outras noções relevantes da área. Objetivos Específicos: Entender a influência da modernidade na formação da Ciência Política; Caracterizar o Estado moderno; Identificar os tipos de Estado moderno; Estabelecer uma relação entre as formas de governo; Diferenciar os sistemas monárquico, presidencial e parlamentar; Discutir o sistema partidário; e Interpretar o sistema eleitoral brasileiro.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 16ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009. DALLARI, Dalmo de A. Elementos de Teoria Geral do Estado. 30ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007. MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Porto Alegre: Editora L&M, 2008.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010. AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2008. BITTAR, Eduardo. Curso de Filosofia Política. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. BITTAR, Eduardo. Curso de Filosofia Política. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. DIAS, Reinaldo. Ciência política. 2. São Paulo: Atlas, 2013. WEFFORT, Francisco (Org). Os clássicos da política (vol 1). 14 ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA Carga Horária: 60h	Código: SL4587
Ementa	
Conjuntos e operações básicas; Polinômios, produtos notáveis e fatoração; Mínimo múltiplo comum (MMC) e Mínimo Divisor Comum (MDC); Exponencial: Logaritmo e Números fracionários e operações.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Reforçar os conteúdos de Matemática Básica dos níveis Fundamental e Médio indispensáveis para os componentes que envolvem cálculos em nível superior a fim de fornecer elementos teóricos necessários para a resolução de problemas. Objetivos Específicos: Explorar e aplicar a temática de matemática; Compreender conceitos fundamentais de matemática; Reconhecer elementos básicos e empregar em situações práticas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ARAUJO, Luciana <i>et al.</i> FUNDAMENTOS de matemática. Porto Alegre: SAGAH, 2018.</p> <p>ADAMI, Adriana Miorelli. Pré-cálculo. Porto Alegre: Bookman, 2015.</p> <p>SAFIER, Fred. Pré-cálculo. Porto Alegre: Bookman, 2011.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BONETTO, Giacomo Augusto. Fundamentos de matemática para engenharias e tecnologias. São Paulo: Cengage Learning, 2018.</p> <p>GERSTING, Judith L. Fundamentos matemáticos para a ciência da computação. 7. Rio de Janeiro: LTC, 2016</p> <p>KIME, Linda Almgren. Álgebra na universidade um curso pré-cálculo. Rio de Janeiro: LTC, 2013.</p> <p>SILVA, Sebastiao Medeiros da. Matemática básica para cursos superiores. São Paulo: Atlas, 2008 227 p.</p> <p>ZEGARELLI, Mark. 1.001 problemas de matemática básica e pré-álgebra para leigos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.</p>	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: GEOGRAFIA ECONÔMICA Carga Horária: 60h	Código: SL2046
Ementa	
O Processo histórico e geoeconômico mundial. Modelos Clássicos da Geografia Econômica. Teoria da Regulação e Território. Concentração e Desconcentração Industrial no Brasil. Estudo comparativo das regiões brasileiras.	
Objetivos	
Objetivo Geral: apresentar a relação entre o espaço e economia. Neste sentido, aborda-se a economia mundial e a globalização; os modelos teóricos de geografia econômica e as formas de organização territorial da produção. Por fim, a ênfase no Brasil é marcada pelo estudo comparativo de regiões brasileiras. Objetivos Específicos: Proporcionar aos discentes o entendimento sobre o sentido espacial da produção, da circulação e do consumo; os fatores determinantes nas localizações; a economia espacial, as redes produtivas, os espaços de consumo e os serviços; transações comerciais regionais e internacionais.	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.</p> <p>BAUMANN, Renato. Uma Visão Econômica da Globalização. O Brasil e a economia global. Rio de Janeiro: Campus, 1996.</p> <p>BENKO, Georges. Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996</p> <p>CANO, W. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970. São Paulo: Unesp, 2007.</p>	

<p>CANO, W. Perspectivas para a questão regional no Brasil. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.15, n. 2, p. 312-320, 1994.</p> <p>CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. (et al.). Arranjos produtivos locais: Uma alternativa para o desenvolvimento (I e II). RJ: E-papers/BNDES, 2008/2009.</p> <p>CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.</p>
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
<p>ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.</p> <p>BARROS DE CASTRO, Antonio. A reestruturação Industrial brasileira nos anos 90: uma interpretação. Revista de economia política, v. 21, n. 3, p. 03-jul./set. 2001.</p> <p>BRANDÃO, Carlos A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul./dez. 2004.</p> <p>LINS, Hoyêdo N. A questão regional na aurora do século XXI: os desafios da globalização. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 78-101, 2001.</p> <p>LINS, Hoyêdo N. Clusters industriais, competitividade e desenvolvimento regional: da experiência à necessidade de promoção. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 233-265, 2000.</p> <p>LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. Espaço e Debates, Revista de Estudos regionais e urbanos, São Paulo, v. 3, n. 25, 1988.</p> <p>MARKUSEN, Ann. Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 9-44, dez. 1995.</p> <p>MORAES, Antonio Carlos R. Território e história no Brasil. São Paulo, Annablume, 2005.</p> <p>MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Saga, 1968.</p> <p>PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: FAISSOL, Speridião (Org.). Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 98-110.</p> <p>SANTOS, Milton. Economia espacial. São Paulo, Edusp, 2003.</p> <p>TOLOSA, Hamilton C. Polos de crescimento: teoria e política econômica. In: HADDAD, Paulo R. (Ed.). Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974. p. 189-244. (Monografia, n. 8).</p> <p>VÁSQUEZ BARQUERO, Antonio. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: FEE, 2001.</p>

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: GESTÃO DA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE Carga Horária: 30h	Código: SL4202
<b>Ementa</b>	
<p>Conceito de inovação; Tipos de inovação; Evolução conceitual e teórica da relação entre Ciência, Tecnologia e Inovação; Estratégias de Inovação. Inovação e Competitividade. Difusão de Inovações. Inovação e especificidades setoriais. Inovação e internacionalização de empresas. Planejamento e gestão do processo de inovação. Indicadores de inovação.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<p>Objetivo Geral: Apresentar a importância das inovações para a competitividade das organizações na atual conjuntura.</p> <p>Objetivos Específicos: Discutir conceito de inovação, sua tipologia e a evolução conceitual e teórica que envolve as inovações na teoria econômica; Entender como a inovação é usada pelas empresas de forma estratégica para atender padrões de concorrência e aumentar sua competitividade nos mercados; Compreender o papel dos Sistemas Nacionais de Inovação para o desenvolvimento e a difusão de tecnologias; Discutir as relações existentes entre os processos inovativos e de internacionalização das empresas. Trabalhar com bases de dados relativas ao uso de tecnologias pelos setores produtivos;</p>	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
TIDD, Joe; BESSANT, John; PAVITT, Keith. Gestão da Inovação. Porto Alegre: Bookman, 2008.	

<p>DAVILA, Tony; EPSTEIN, Marc J.; SHELTON, Robert. As regras da inovação. Porto Alegre: Bookman, 2007.</p> <p>TIGRE Paulo Bastos. Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.</p>
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
<p>BESSANT, John; TIDD, Joe. Inovação e Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman, 2009.</p> <p>CHRISTENSEN, Clayton. Dilema da inovação: quando novas tecnologias levam empresas ao fracasso. São Paulo: Makron Books, 2001.</p> <p>CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França (org.). Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>MATTOS, João Roberto Loureiro; GUIMARÃES, Leonam dos Santos. Gestão da tecnologia e da inovação: uma abordagem prática. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>MOREIRA, Daniel A.; QUEIROZ, Ana Carolina S. (org.). Inovação organizacional e tecnológica. São Paulo: Thomson Learning, 2007.</p> <p>VIOTTI, Eduardo Baumgartz; MACEDO, Mariano de Matos (org.). Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.</p>

<b>Identificação da Componente</b>	
<p>Componente Curricular: GESTÃO DE PROJETOS</p> <p>Carga Horária: 60h</p>	Código: SL4136
<b>Ementa</b>	
<p>Conceitos de Gestão em Organizações Públicas e Privadas. A Gestão de Projetos: conceitos e tendências. Ciclo de Vida do Projeto. Principais Diferenças entre Projeto Técnico e Projeto Acadêmico. Elaboração de Projeto: premissas e fatores de risco, orçamento e viabilidade, indicadores, produtos e resultados. Captação de Recursos: identificação de fontes nacionais e internacionais.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<p>Objetivo Geral: Capacitar o aluno para o gerenciamento de projetos, fazendo com que o mesmo possa refletir sobre Moderno Gerenciamento de Projetos, elaborar projetos que gerem resultados para as organizações e desenvolver o senso de responsabilidade social e conscientização do meio onde vive através do desenvolvimento de projetos.</p> <p>Objetivos Específicos: Refletir sobre Moderno Gerenciamento de Projetos; Elaborar projetos que gerem resultados para as organizações; Desenvolver o senso de responsabilidade social e conscientização do meio onde vive através do desenvolvimento de projetos.</p>	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
<p>GIDO, Jack; CLEMENTS, James P. Gestão de Projetos. São Paulo: Cengage Learning, 2007.</p> <p>MAXIMIANO, Antonio Cesar. Administração de projetos. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>NEWTON, R. O Gestor de Projetos. 2ª Edição. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.</p>	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
<p>GANDRA, Rodrigo Mendes. "Índice de Sharpe como Critério de Seleção de Projetos de Investimento em Ambiente de Risco". Newsletter e-News do PMI São Paulo. São Paulo (SP): Project Management Institute - Chapter São Paulo (PMISP), Março de 2013.</p> <p>KERZNER, Harold. Gestão de projetos: as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2006.</p> <p>MENEZES, Luis Cesar de Moura. Gestão de Projetos. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>PASSOS, M. L. G. Gerenciamento de projetos para pequenas empresas. São Paulo: Brasport, 2008.</p> <p>PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK). 4ª Edição. ed. [S.l.]: PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, 2009.</p>	

<b>Identificação da Componente</b>	
<p>Componente Curricular: GESTÃO ESTRATÉGICA NO SETOR PÚBLICO</p> <p>Carga Horária: 60h</p>	Código: SL4060
<b>Ementa</b>	

Estratégia. O processo da administração estratégica. Análise dos ambientes externo e interno. Formulação de estratégias. Implementação e controle estratégico. Transposição de Tecnologias Gerenciais de administração estratégica para a Administração Pública. Metodologias para elaboração do planejamento estratégico na gestão pública.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Compreender os principais conceitos e ferramental usado para a gestão estratégica do setor público. Objetivos Específicos: Compreender o processo de planejamento e gestão estratégica, analisando o ambiente das organizações públicas numa perspectiva crítica; Aplicar os conhecimentos construídos, a partir da análise prática das organizações públicas, buscando a implementação de tecnologias gerenciais.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
BERGUE, Sandro Trescastro. Modelos de Gestão em Organizações Públicas: teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: Educs, 2011. MATIAS-PEREIRA, José. Curso Gestão Estratégica na Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2012. CERTO, Samuel. Administração Estratégica: planejamento e implementação das estratégias. São Paulo: Person Education do Brasil, 2010.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 1997. KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. Balanced Scorecard: mapas estratégicos: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis. Rio de Janeiro: Campus, 2004. MINTZBERG, Henry AHLSTRAD, Bruce; LAMPEL, J.; Safari de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000. MINTZBERG, Henry; AHLSTRAD, B.; LAMPEL, J.; O processo da Estratégia: O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados. Porto Alegre: Bookman, 2006. MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Administração Estratégica: Foco no Planejamento Estratégico. São Paulo: Atlas, 2010.	

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO Carga Horária: 60h	Código:
<b>Ementa</b>	
Pensamento Econômico Brasileiro pré-1930. Metalistas e Papelistas. A controvérsia do Planejamento no Brasil. Origens da Indústria no Brasil. O Processo de Substituição de Importações. Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e Teoria da Dependência. O Fenômeno da Inflação no Brasil. Desenvolvimentismo e Liberalismo no Brasil contemporâneo.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: analisar a trajetória do debate econômico no Brasil, com ênfase na disputa teórica entre as correntes liberal e desenvolvimentista. Objetivos Específicos: analisar a evolução histórica do pensamento econômico brasileiro, com ênfase no século XX; Compreender o contexto histórico e as matrizes teóricas que influenciaram o pensamento econômico no Brasil; avaliar o debate econômico brasileiro contemporâneo.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
BIELSCHOWSKY, Ricardo A. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. IPEA. A controvérsia do planejamento na economia brasileira: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: < <a href="http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=5620">http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=5620</a> >. Acesso em: 18/04/2019. MALTA, Maria M (org.). Ecos do desenvolvimento: Uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. Disponível em:	

<[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20097](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20097)>. Acesso em: 18 abr. 2019.

#### Referências Bibliográficas Complementares

CARVALHO, Fernando José Cardim De. Réplica à “Miséria da crítica heterodoxa”. Revista de Economia Contemporânea, [s. l.], v. 2, n. 2, 1998. Disponível em:

<<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19587>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

D’AGUIAR, Rosa Freire (org.). Essencial Celso Furtado. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. Textos para discussão IPEA, [s. l.], n. 2103, 2015. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25801](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25801)>. Acesso em: 18 abr. 2019.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O projeto desenvolvimentista no Brasil: histórico e desafios da atualidade. Cadernos do Desenvolvimento, [s. l.], v. 11, n. 19, p. 117–128, 2016.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. Nova Economia, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 203–233, 2012.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. Industrialização brasileira: notas sobre o debate historiográfico. Tempo, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 86–104, 2017.

GANEM, Angela. Reflexões sobre a história do pensamento econômico brasileiro. Análise Econômica, [s. l.], v. 29, n. 56, 2011. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/17065>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

LIMA, Heitor Ferreira. História do Pensamento Econômico no Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1978,

LISBOA, Marcos de Barros. A miséria da crítica heterodoxa: primeira parte – sobre as críticas. Revista de Economia Contemporânea, [s. l.], v. 1, n. 2, 1997. Disponível em:

<<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19577>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

LISBOA, Marcos de Barros. A miséria da crítica heterodoxa: segunda parte – método e equilíbrio na tradição neoclássica. Revista de Economia Contemporânea, [s. l.], v. 2, n. 1, 1998. B. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19592>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

LISBOA, Marcos de Barros. Tréplica à “Miséria da crítica heterodoxa”. Revista de Economia Contemporânea, [s. l.], v. 2, n. 2, 1998. A. Disponível em:

<<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19588>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

SIMONSEN, R. História Econômica do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em:

<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1111/749413.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

#### Identificação da Componente

Componente Curricular: HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA  
Carga Horária: 60h

Código:  
SL4588

#### Ementa

Representações sobre a população negra e indígena na sociedade brasileira, em diferentes contextos históricos. A configuração da questão racial no Brasil: debates e disputas historiográficas e sócio-políticas. A temática indígena numa abordagem histórica e antropológica. Movimentos sociais negros e indígenas e a perspectiva de valorização das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas. Afirmação da identidade étnico-racial e a luta por políticas de ações afirmativas.

#### Objetivos

Objetivo Geral: Permitir o entendimento e contextualização da história Afro-Brasileira e Indígena, bem como sua importância para a construção da cultura nacional.  
Objetivos Específicos: discorrer criticamente acerca da formação socioeconômica do Brasil; analisar o papel e a importância dos povos nativos; compreender a formação – a mescla - cultural do Brasil.

#### Referências Bibliográficas Básicas

CARDIM, Carlos Henrique; DIAS FILHO, Rubens Gama. A herança africana no Brasil e no caribe. Brasília: FUNAG, 2011.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Diversidade e ações afirmativas combatendo as desigualdades sociais. São Paulo Autêntica 2010.



NASCIMENTO, Flavio Antonio da Silva. O beaba do racismo contra o negro brasileiro: subsídio didático para estudantes universitários, educadores, professores, formadores de opiniao e militantes. Rondonópolis, MT: Print Editora, 2010.
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019. COUTO, Jorge. A construção do Brasil. 3. Rio de Janeiro Forense 2011. DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura e afrodescendência no brasil: antologia crítica. Belo Horizonte: UFMG, 2011. VAIFAS, Ronaldo. Brasil de todos os santos. Rio de Janeiro Zahar 1999. WITTMANN, Luisa Tombini. Ensino (d)e história indígena. São Paulo Autêntica 2015.

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: INSTITUIÇÕES DE DIREITO Carga Horária: 60h	Código: 038301
<b>Ementa</b>	
Noções gerais de Direito. Diferenciação entre Direito Público, Privado e Transindividuais. Comunidades e conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético. Direitos dos Povos indígenas e Quilombolas. Bioeconomia. Noções de Direito Tributário. Princípios do Direito Tributário. Estudo das normas internacionais, constitucionais, infraconstitucionais e administrativas relativas ao direito tributário. Tributos e suas espécies. Competência e fontes tributárias. Vigência, eficácia, interpretação e aplicação da legislação tributária. Obrigação tributária. Crédito tributário. Noções de Direito Empresarial e Comercial. Pessoas físicas e jurídicas. Atos e fatos jurídicos. Empresário. Empresa. Estabelecimento comercial. Obrigações profissionais do comerciante. Sociedades empresariais, sua constituição, modificação, extinção e liquidação. Posse e propriedade. Função socioambiental. Contratos em geral. Títulos de crédito. Noções de falência e concordata.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Apresentar conhecimentos e habilidades básicas acerca do ordenamento jurídico brasileiro, bem como seus desdobramentos nos mais diversos institutos e ramos do Direito (tanto privado como público), possibilitando aplicar esses conhecimentos à Ciência Econômica. Objetivos Específicos: Descrever os principais institutos jurídicos; Diferenciar direitos transindividuais, públicos, mistos e privados; Comparar os diferentes Ramos do Direito; Demonstrar os principais institutos do Direito Tributário, Empresarial e Cível; Conferir aplicação e utilidade aos institutos do Direito analisados na disciplina; Habilitar os(as) acadêmico(as) para a tomada de decisões de conteúdo jurídico na vida profissional.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
CAMPINHO, Sergio. Curso de direito comercial direito de empresa. 15. ed. São Paulo: Saraiva 2017. E-book. HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2019. E-book. SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao estudo do direito. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. E-book.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. FUX, Luiz. Curso de direito comercial falência e recuperação de empresa. 9. ed. São Paulo: Saraiva 2017. E-book. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, v. 5 direito das coisas. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book. MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. MAZZA, Alexandre. Manual de direito tributário. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book.	

MIRANDA, João Paulo Rocha de. O marco legal da biodiversidade: proteção do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados e suas inconveniências no contexto do colonialismo biocultural. São Paulo, SP: LiberArs, 2018.

NUNES, Rizzato. Manual de introdução ao estudo do direito: com exercícios para sala de aula e lições de casa. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book.

SABBAG, Eduardo. Código Tributário Nacional comentado. 2. ed. Rio de Janeiro Método: 2018. E-book.

SABBAG, Eduardo. Direito tributário essencial. 6. ed. Rio de Janeiro: Método 2018. E-book.

SABBAG, Eduardo. Direito tributário. 2. ed. Rio de Janeiro: Método 2018. E-book.

#### Identificação da Componente

Componente Curricular: INTÉRPRETES DO BRASIL

Código:

Carga Horária: 60h

#### Ementa

Caio Prado Jr., Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Ignácio Rangel, Raymundo Faoro, Rui Mauro Marini e Sérgio Buarque de Holanda.

#### Objetivos

Objetivo Geral: analisar o Brasil através das abordagens de alguns dos principais intérpretes de sua formação e desenvolvimento.

Objetivos Específicos: analisar a matriz de pensamento das principais interpretações sobre o Brasil; compreender a atualidade das interpretações do Brasil; analisar de forma crítica as principais interpretações do Brasil.

#### Referências Bibliográficas Básicas

CARDOSO, Fernando Henrique. Pensadores que inventaram o Brasil. São Paulo, Cia das Letras, 2013.

NICODEMO, Thiago Lima (org.). Intérpretes do Brasil. São Paulo, Boitempo, 2014.

RICUPERO, Bernardo. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. São Paulo, Alameda, 2011.

#### Referências Bibliográficas Complementares

CARDOSO, Fernando Henrique. A Dependência Revisitada. In: As Idéias e seu Lugar: Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Rio de Janeiro, Globo, 2012.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. São Paulo, Zahar, 1981.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro, Record, 2002.

FURTADO, Celso. Criatividade e Dependência na Civilização Industrial. São Paulo, Círculo do Livro, 1978.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1971.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1971.

FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Coleção "Os Economistas").

HOLANDA, Sergio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo, Cia das Letras, 2011.

Intérpretes do Brasil. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.interpretesdobrasil.org/>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. Florianópolis, Insular, 2017.

PRADO JR., Caio. A revolução Brasileira. 12. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1970.

RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira", In: Revista de Economia Política. v.1, (4), out./dez 1981, p. 5-34.

RANGEL, Ignácio. A Inflação brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1978.

RANGEL, Ignácio. Dualidade Básica da Economia Brasileira. In: Ignácio Rangel: obras reunidas. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, v.1. p. 285-332.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS Carga Horária: 60h	Código: SL0001
Ementa	
Introdução ao estudo e conceito de Relações Internacionais. Sociologia das Relações Internacionais: Sistema internacional; Atores internacionais; Meio internacional e seus fatores. Introdução às teorias das Relações Internacionais. Introdução à Política Externa Brasileira. Introdução à Ciência Política.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Abordar os temas principais das Relações Internacionais: conceitos básicos, características do sistema internacional e seus atores: Estados, organizações internacionais e outros agentes internacionais. Objetivos Específicos: Conhecer as discussões atuais na área de Relações Internacionais; Refletir sobre as temáticas contemporâneas em Relações Internacionais.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CARVALHO, Leonardo Arquimimo de (org.) Política internacional, política externa & relações internacionais. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2009. JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às Relações internacionais: teoria e abordagens. Zahar, 2007. PECEQUILO, Cristina. Introdução às Relações Internacionais. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008	
Referências Bibliográficas Complementares	
BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Niccola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Ed. UnB, 1998. JATOBÁ, Daniel. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2013. SARAIVA, José S. (org.) O crescimento das Relações Internacionais no Brasil. Brasília: IBRI, 2005. HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1999. SAFARTI, Gilberto. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2005.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: INTRODUÇÃO AO R Carga Horária: 60h	Código: SL4582
Ementa	
R. Rstudio. Instalando pacotes no R/Rstudio. Criação de projetos e scripts com códigos. Importação de bases de dados para o R/Rstudio. Manipulação de banco de dados. Visualização de dados no R por meio de gráficos e mapas. Manipulação de variáveis do tipo character/ract no R/Rstudio.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Apresentar aos discentes do curso de economia técnicas para manipulação e visualização de dados por meio do software R/Rstudio e de seus pacotes. Objetivos Específicos: Utilizar bases de dados em exemplos práticos. Obter informações descritivas destas bases de dados. Construir e replicar com facilidade gráficos.	
Referências Bibliográficas Básicas	
HEALY, KIERAN (2018). Data Visualization a ractical Introduction. Disponível em: <a href="https://socviz.co/index.html#preface">https://socviz.co/index.html#preface</a> . XIE, Y., DERVIEUX, C. e RIEDERER, E. (2020) R Markdown Cookbook. Disponível em: < <a href="https://bookdown.org/yihui/rmarkdown-cookbook/">https://bookdown.org/yihui/rmarkdown-cookbook/</a> >. XIE, Y., ALLAIRE, J.J. e Grolemond, G. (2020) R Markdown: The Definitive Guide. Disponível em: < <a href="https://bookdown.org/yihui/rmarkdown/">https://bookdown.org/yihui/rmarkdown/</a> >. SIREGAR, Bakti. (2020) Data Science for Beginners Part 1. Disponível em: < <a href="https://bookdown.org/BaktiSiregar/data-science-for-beginners/">https://bookdown.org/BaktiSiregar/data-science-for-beginners/</a> >. Hanck, C., Arnold, M., Gerber, A. e Schmelzer, M. (2020) Introduction to Econometrics with R. Disponível em: < <a href="https://www.econometrics-with-r.org/">https://www.econometrics-with-r.org/</a> >.	

Lovelace, R., Nowosad, J. e Muenchow, J. (2021) Geocomputation with R. Disponível em: < <a href="https://geocompr.robinlovelace.net/">https://geocompr.robinlovelace.net/</a> >.
Ismay, C. e Kim, A. (2021) Statistical Inference via Data Science – A Modern Dive into R and Tidyverse. Disponível em: < <a href="https://moderndive.com/">https://moderndive.com/</a> >.
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
BUENO, R. L. S. Econometria de séries temporais. São Paulo, Cengage Learning, 2011.
GUJARATI, D. Econometria básica. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
Pebesma, E. e Bivand, R. (2021) Spacial Data Science With Applications in R. Disponível em: < <a href="https://keen-swartz-3146c4.netlify.app/">https://keen-swartz-3146c4.netlify.app/</a> >.
Kabacoff, R. (2020) Data Visualization With R. Disponível em: < <a href="https://rkabacoff.github.io/datavis/">https://rkabacoff.github.io/datavis/</a> >.
Hyndman, R. e Athanasopoulos, G. (2021) Forecasting: Principals and Practice. Disponível em: < <a href="https://otexts.com/fpp3/">https://otexts.com/fpp3/</a> >.

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS Carga Horária: 60h	Código: SL4589
<b>Ementa</b>	
Desenvolvimento Sustentável. Organizações Sustentáveis. Responsabilidade Social e Ambiental. Investimentos Socialmente Responsáveis ou Éticos. Tópicos avançados em investimentos sustentáveis.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Discutir o desenvolvimento sustentável, seus impactos para as empresas e para as escolhas dos investidores. Objetivos Específicos: Compreender o desenvolvimento sustentável e seu impacto para as atividades das organizações; Discutir criticamente a adoção, pelas empresas, da responsabilidade social e ambiental e a forma de divulgação de seus resultados; Compreender a evolução da ideia de investimentos sustentáveis, passando por investimentos éticos, socialmente responsáveis e ESG; Analisar aspectos contemporâneos dos investimentos sustentáveis, em especial os que envolvem ativos em bolsas de valores.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
BARBIERI, J.C.; CAJAZEIRA, J.E.R. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.	
HOFF, D.N. A construção do desenvolvimento sustentável através das relações entre as organizações e seus stakeholders: a proposição de uma estrutura analítica. 2008. 425 f. Tese (Doutorado em Agronegócios). Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.	
SARTORE, Marina de Souza. Da filantropia ao investimento socialmente responsável: novas distinções. Caderno CRH, v. 25, n. 66, p. 451-464, 2012.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
BM&FBOVESPA. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). BM&FBOVESPA: São Paulo, 2018.	
CES – Centro de Estudos de Sustentabilidade. Finanças sustentáveis. Disponível em: < <a href="http://gvces.com.br/investimentos?locale=pt-br">http://gvces.com.br/investimentos?locale=pt-br</a> >. Acesso em: agosto, 2019.	
MARCONDES; BACARJI, A.W.; BACARJI, C.D. ISE : sustentabilidade no mercado de capitais. São Paulo: Report, 2010. Disponível em: < <a href="http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/15424">http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/15424</a> >. Acesso em abril, 2021.	
SARTORE, M. S. Convergência de elites: a sustentabilidade no mercado financeiro. 2010. 207 F. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.	
SARTORE, Marina de Souza. A sociologia dos índices de sustentabilidade. Tempo social, v. 24, n. 2, p. 169-187, 2012.	
REDECKER, Ana Cláudia; DE MEDEIROS TRINDADE, Luiza. Práticas de ESG em sociedades anônimas de capital aberto: um diálogo entre a função social instituída pela lei n 6.404/76 e a geração de valor. RJLB, v.7, n.2, p. 59-125, 2021.	
Artigos científicos publicados em periódicos com acesso livre. Documentários, palestras e outros materiais disponíveis em vídeo. Materiais gratuitos disponibilizados pela B3 e por biblioteca digitais.	

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: INVESTIMENTOS: ANÁLISE TÉCNICA E GRÁFICA Carga Horária: 60h	Código:

<b>Ementa</b>	
Empresas e ações. Teoria de Dow. Hipótese do Mercado Eficiente. Ondas de Elliot. Conceitos básicos de gráficos de candlesticks. Essência da análise técnica: suportes e resistências, tendências, canais, consolidações e gaps. Reconhecimento e interpretação de padrões de candlesticks. Figuras gráficas e suas interpretações. Ferramentas auxiliares para análise gráfica. Estratégias operacionais. Gestão do capital.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Aprender análise gráfica para aproveitar movimentos direcionais do mercado de ações. Objetivos Específicos: Conhecer a Teoria de Dow e como aplicá-la na prática; Aprender sobre ondas de Elliot, projeções e retrações de Fibonacci para aproveitar movimentos direcionais do mercado; Identificar suportes e resistências, bem como canais paralelos; Reconhecer os padrões de candlesticks mais assertivos; Identificar e interpretar figuras gráficas.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
ABE, Marcos. Manual de Análise Técnica. Ed. Novatec. 2009. FAMA, Eugene F. "Efficient Capital Markets: A Review of Theory and Empirical Work." The Journal of Finance 25, no. 2 (1970): 383-417. doi:10.2307/2325486. ELDER, Alexander. Como se transformar em um Operador e Investidor de Sucesso. Ed. Alta Books, 2017	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
LE MOS, Flávio. Análise Técnica dos Mercados Financeiros. Ed. Saraiva, 2015. MORAES, André. Se Afastando da Manada. Ed. Infomoney, 2016. TOLEDO FILHO, J.R. Mercado de Capitais Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Thomson Learning, 2006. BROOKS, Al. Reading Price Charts. Ed John Wiley & Sons, 2009. BROOKS, Al. Reading Price Action Trends. Ed John Wiley & Sons, 2009. BROOKS, Al. Reading Price Action Reversals. Ed John Wiley & Sons, 2009.	

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: INVESTIMENTOS: ANÁLISE FUNDAMENTALISTA Carga Horária: 60h	Código:
<b>Ementa</b>	
O que são fundamentos. Diferença entre fundamentos e indicadores. Indicadores fundamentalistas. Filosofias de investimentos. Composição de carteiras. Análise de risco. Leitura de balanços e acompanhamento do desempenho de empresas. Valoração de Ativos: aproximações pelas fórmulas de Graham. Valoração de Ativos: fluxo de caixa futuro descontado a valor presente (FCD) da firma e modelo de Gordon (FCD por dividendos). Fórmula Mágica. Estratégias de investimento (quando comprar e quando vender). Estudos de casos.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Aprender Análise Fundamentalista de empresa. Objetivos Específicos: Conhecer o funcionamento do mercado de ações; Identificar boas empresas para investir no longo prazo; Calcular o valor intrínseco de uma empresa; Aprender sobre a importância da margem de segurança.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
SIEGL, Jeremy. Investindo em Ações no Longo Prazo. 5ª ed. Bookman, 2015. GRAHAM, Benjamin. O Investidor Inteligente. 4ª ed. HarperCollins, 2016. DAMODARAN, Aswath. Avaliação de Investimentos. 2ª ed. QualityMark.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
GREENBLATT, Joel. The little book that beats the market. United States: John & Sons, Inc, 2006. FISHER, Phillip. Common Stocks and Uncommon Profits. 2ª Ed. John Wiley & Sons. 2003.. BAZIN, Décio. Faça fortuna com ações. 6ª ed. CLA Cultural, 2006. GRAHAM, Benjamin. A Interpretação das Demonstrações Financeiras. 1ª ed. Saraiva, 2012.	

MARKS, Howard. Mastering the Market Cycles. 1ª ed. Houghton Mifflin Harcourt, 2018.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: INVESTIMENTOS: ANÁLISE DE EMPRESAS EM DIFICULDADES Carga Horária: 60h	Código:
Ementa	
Identificação de valor em ativos em dificuldades. Empresas novas (em IPOs, por exemplo). Empresas com resultados negativos de forma recorrente. Empresas em recuperação judicial. Empresas em turnaround. Empresas em negócios cíclicos. Ajuste de prêmios de risco para esses tipos de empresas. Diferenciação entre precificação e valoração, e por quê alguns negócios só podem ser precificados. Estudo de Caso.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Aprender como avaliar empresas com resultados negativos acumulados, empresas jovens (sem histórico), empresas em recuperação judicial e empresas em turnaround. Objetivos Específicos: Identificar empresas em situação especial; Calcular o Valor Intrínseco dessas empresas; Avaliar os riscos envolvidos numa operação com empresas em situação especial; Avaliar o potencial <i>upside</i> dessas empresas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
DAMODARAN, Aswath. The Dark Side of Valuation. 3ª Ed. Pearson FT Press. 2018. CAETANO, Marco Antônio Leonel. Análise de Risco em Aplicações Financeiras. GRAHAM, Benjamin. Security Analysis. 6ª ed. McGraw-Hill. 2008.	
Referências Bibliográficas Complementares	
DAMODARAN, Aswath. Avaliação de Investimentos. 2ª ed. QualityMark. 2010. PÓVOA, Alexandre. Valuation. 1ª ed. Elsevier, 2012. GRAHAM, Benjamin. A Interpretação das Demonstrações Financeiras. 1ª ed. Saraiva, 2012. BERNSTEIN, Peter L. Against the Gods: The Remarkable Story of Risk. 1ª ed. John Wiley & Sons, 1998. OLIVEIRA, Flávio R. de O., MARQUES, Moisés S. Introdução ao Risco Político. Conceitos, Análises e Problemas. 1ª ed. Alta Books, 2018.	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: INVESTIMENTOS: FUNDO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS Carga Horária: 60h	Código:
Ementa	
Mercado brasileiro de fundos de investimentos imobiliários (FIIs). Classificação FIIs. Identificação, vantagens e desvantagens de cada tipo de FII: fundos de papel, lajes corporativas, tijolos, shoppings, galpões logísticos, hospitais, hotéis, etc. Valoração de FIIs. Estudos de casos.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Conhecer e avaliar fundos de investimentos imobiliário. Objetivos Específicos: Conhecer o funcionamento de um fundo imobiliário; Encontrar o valor justo do fundo de investimento imobiliário (FII); Analisar potenciais riscos no investimento em FIIs;	
Referências Bibliográficas Básicas	
BACCI, André. Introdução aos Fundos de Investimento Imobiliário. 3ª ed. Ex libris. 2014 (com atualizações no Kindle). BARONI, Marcos e BASTOS, Danilo. Guia Suno de Fundos Imobiliários. 1ª ed. Suno Research. 2018. MENDES, Roni Antônio. Fundos de Investimento Imobiliário: Aspectos Gerais e Princípios de Análise. 1ª ed. Novatec. 2018.	
Referências Bibliográficas Complementares	
RAMOS, João. Investindo em Fundos de Investimento Imobiliário: Um panorama sobre a realidade nacional dos FIIs. 1ª ed. Amazon. 2018.	

LOSNAK, Artur e OLIVEIRA, Alexandre. FII's para não iniciantes. 1ª ed. Amazon. 2018.  
 SANTOS, Sandro. Fundos Imobiliários: Um Comparativo. 1ª ed. Amazon. 2018  
 PARKINSON, Carmen et alii. Fundos de Investimento Imobiliário - Brasil e Portugal. 2ª ed. Vidalmobiliaria. 2009.  
 BLOCK, Ralph L. Investing in REITs: Real Estate Investment Trusts. 4ª ed. Bloomberg Press. 2011.  
 KREWSON-KELLY, Stephanie and, THOMAS, Brad R. The Intelligent REIT Investor. 1ª ed. John Wiley & Sons. 2016.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: INVESTIMENTOS: TÓPICOS AVANÇADOS Carga Horária: 60h	Código:
Ementa	
Tópicos avançados em investimento em renda variável.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Discutir e analisar tópicos relevantes e atuais sobre investimentos em renda variável do ponto de vista da pessoa física. Objetivos Específicos: Discutir tópicos avançados em investimentos em renda variável; Realizar análises macroeconômicas visando investimentos em renda variável; Conhecer análises quantitativas para investimentos.	
Referências Bibliográficas Básicas	
DAMODARAN, Aswat. The Dark Side of Valuation. 3ª Ed. Pearson FT Press. 2018. HULL, John C. Opções, futuros e outros derivativos. 9ª Ed. Bookman. 2016. MINER, Robert C. High Probability Trading Strategies. 1ª ed. Wiley. 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ELDER, Alexander. Como se transformar em um Operador e Investidor de Sucesso. Ed. Alta Books, 2017 GREENBLATT, Joel. The little book that beats the market. United States: John & Sons, Inc, 2006. LOWELL, Lee. Fique Rico Operando Opções. 2ª Ed. Alta Books. 2018. SIEGL, Jeremy. Investindo em Ações no Longo Prazo. 5ª ed. Bookman, 2015.NETO, Assaf. Valuation. 3ª Ed. Atlas. 2019. Artigos acadêmicos de periódicos internacionais sobre o tema. Artigos acadêmicos de periódicos nacionais sobre o tema. Teses e dissertações internacionais sobre o tema. Teses e dissertações nacionais sobre o tema	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: INGLÊS INSTRUMENTAL I Carga Horária: 30h	Código: SL0013
Ementa	
História e estrutura da língua inglesa; identificação SVO; Expressões chave da língua inglesa; Números cardinais e ordinais; Alfabeto e adjetivos; Sujeitos e verbo to be no presente e no passado; Presente contínuo e passado contínuo; Presente simples; Passado simples – verbos regulares; Passado simples – verbos irregulares; Wh-questions; Futuro simples e futuro do pretérito; Verbos modais (Must, Ought to, Shall, Should).	
Objetivos	
Objetivo Geral: Desenvolver as bases do aluno referentes à leitura e à captação contextual na língua inglesa. Objetivo Específico: Partindo do entendimento de noções pré-intermediárias, proceder-se-á às noções essenciais para a boa compreensão de textos, notícias e publicações através da compreensão de estruturas gramaticais e semânticas chave para lidar com o idioma.	
Referências Bibliográficas Básicas	
AZAR, Betty S.; HAGEN, Stacy A. Fundamentals of English Grammar - Student Book. Pearson, 2017. MCCARTHY, Michael; O'DELL, Felicity; SHAW, Ellen. Basic Vocabulary in Use with Answers. Cambridge University Press, 2001.	

MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental – Módulo I (Estratégias de leitura). Textonovo, 2000. ISBN 9788585734367	
Referências Bibliográficas Complementares	
ADELSON-GOLDSTEIN, Jayme; SHAPIRO, Norma. Oxford Picture Dictionary. Oxford University Press, 2016.	
AZAR, Betty S.; HAGEN, Stacy A. Basic English Grammar - Student Book. Pearson, 2014.	
TORRES, Nelson. Gramática prática da Língua Inglesa. 10ª edição. Saraiva, 2007.	
MURPHY, Raymond. English Grammar in Use - Silver - With Answers. Cambridge do Brasil. 3ª edição, 2009.	
McCULLY, Christopher. The Sound Structure of English: an introduction. Cambridge, 2009.	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: INOVAÇÃO TECNOLÓGICA Carga Horária: 30h	Código: SL4170
Ementa	
A inovação nas organizações. Princípios de inovação. A inovação como fator de competitividade. Inovação do conceito de negócio.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Mostrar a importância das inovações para a competitividade das organizações empresariais na atual conjuntura. Apresentar os principais conceitos, princípios, fontes e características das inovações.	
Objetivos Específicos: Apresentar os principais conceitos, princípios, fontes e características das inovações.	
Referências Bibliográficas Básicas	
DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios. São Paulo: Pioneira, 1996.	
SOUZA NETO, J A et al. Gestão da inovação tecnológica. Brasília: Paralelo 15 – ABIPTI, 2006.	
SERAFIM, Luiz. O Poder da Inovação: Como alavancar a inovação na sua empresa. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	
TIDD, J; BESSANT, J; PAVITT, K. Gestão da Inovação. Porto Alegre: Bookman, 2008.	
CORAL, E; OGLIARI, A; ABREU, A. F. de. Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas 2008.	
KIM, W. C.; MAUBORGNE, R. A estratégia do oceano azul: como criar novos mercados e tornar a concorrência irrelevante. 20ª ed., Rio de Janeiro, Editora Campus/Symnetics, 2005.	
MOREIRA, D. A.; QUEIROZ, A. C. S. Inovação organizacional e tecnológica. São Paulo: Thomson, 2007.	
MATTOS, J. R. L. de; GUIMARÃES, L. dos S. Gestão da tecnologia e inovação: uma abordagem prática. São Paulo: Saraiva, 2005.	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: INTEGRAÇÃO E BLOCOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS Carga Horária: 30h	Código: SL2023
Ementa	
A multi-regionalização do globo terrestre e os problemas mundiais contemporâneos. Apresentação das principais teorias de integração e de formação dos blocos econômicos internacionais. Os estágios de integração econômica. Regionalismo e Globalização. Casos de integração regional e formação de blocos econômicos. Impactos sobre o processo de desenvolvimento. Processos recentes de Migração e Nacionalismo. Outros tópicos emergentes sobre o tema.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Analisar os fenômenos de integração econômica internacional e suas implicações para as questões econômicas globais e locais.	



**Objetivos Específicos:** Compreender teoricamente o fenômeno da integração internacional; Conhecer fontes de dados que permitam analisar integração econômica de blocos econômicos; Compreender o fenômeno da formação de blocos econômicos à luz das relações econômicas internacionais.

**Referências Bibliográficas Básicas**

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. Organizações Internacionais: História e Práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VIEIRA, José Luiz Conrado. A Integração Econômica Internacional na Era da Globalização: Aspectos jurídicos, econômicos e políticos sob prismas conceptual e crítico. São Paulo: Letras & Letras, 2004.

GONÇALVES, Reinaldo; CANUTO, Otaviano; BAUMANN, Renato. A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

**Referências Bibliográficas Complementares**

ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. São Paulo: Unesp, 1996.

BORDA, Sandra. Desafios y oportunidades de la Unión de Naciones Suramericanas UNASUR. SSR/CRIES, Buenos Aires, 2012.

GILPIN, Robert. Global Political Economy: understanding the international economic order. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GOLOB, Stephanie R. Beyond the Policy Frontier: Canada, Mexico and the Ideological Origins of NAFTA. World Politics, v.55, n. 3, April 2003, p.361-398.

HERTOG, Steffen. The GCC and Arab Economic Integration: a new paradigm. Middle East Policy, v.14, n. 1, 2007, p.52-68.

KABUNDA, Mbuyi. Integración regional en África: obstáculos y alternativas. Nova Africa, n 25, junio de 2008. P.91-111.

MERCADANTE, Araminta de Azevedo; CELLI JUNIOR, Umberto; ARAÚJO, Leandro Rocha de. (Coord.). Blocos Econômicos e Integração na América Latina, África e Ásia. Curitiba: Juruá, 2011.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. A Ásia na Atual Conjuntura Mundial. P.83-100. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos (Org.). Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação. São Paulo: Saraiva, 2006.

PENNA FILHO, Pio. A América Latina, sua Integração e sua Inserção no Mundo Globalizado. P.61-82. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos (Org.). Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação. São Paulo: Saraiva, 2006.

PORTO, Manuel Caelos Lopes; FLORES JR., Renato Galvão. Teoria e Políticas de Integração na União Européia e Mercosul. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SERRA, Ana Amélia A. Cooperação Descentralizada: o caso europeu. P.73-97. In: RODRIGUES, Gilberto M. A.; XAVIER, Marcos; ROMÃO, Wagner de Melo. (Org.). Cidades em Relações Internacionais: análises e experiências brasileiras. São Paulo: Desatino, 2009.

**Identificação da Componente**

Componente Curricular: INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS  
Carga Horária: 30h

Código: SL2019

**Ementa**

Antecedentes do processo de Internacionalização de empresas. Métodos de inserção de empresas no mercado externo. O processo de internacionalização de empresas. A organização da empresa multinacional (EMNs). Modelos de internacionalização (Escola de Upsala, Born Globals e Paradigma Eclético).

**Objetivos**

**Objetivo Geral:** Desenvolver no aluno a capacidade de entender a gestão de operações industriais integradas ao contexto de competitividade internacional.

**Objetivos Específicos:** Discutir temas emergentes como o papel das novas tecnologias de gestão, das tecnologias de informação, das redes de empresas e das cadeias de suprimentos.

**Referências Bibliográficas Básicas**

<p>PAIVA, E.L., FENSTERSEIFER, J.E., CARVALHO JR, J.M. Estratégia de Produção e de operações – conceitos, melhores práticas e visão de futuro. Porto Alegre, Bookman. 2009.</p> <p>PAIVA, E.L., HEXSEL, A.E., Contribuição da Gestão de Operações para a Internacionalização de empresas. Revista de Administração Contemporânea – RAC, v9, n4, p.73-95, 2005.</p> <p>KRUGMAN, P.; OBSTEFELD, M. Economia internacional: teoria e política. São Paulo: Pearson Education, 2010.</p>
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
<p>GOMES, Rogério. Empresas Transnacionais e Internacionalização da P&amp;D. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.</p> <p>FERNANDES, Danilo B. M. O Brasil no contexto da internacionalização de P&amp;D e na disputa pelo investimento estrangeiro das empresas transnacionais. 116 f. Dissertação (Mestrado em Administração das Organizações) – Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, 2008.]</p> <p>DUNNING, J. Alliance Capitalism and Global Business. Routledge, London and New York, 1997.</p> <p>DUNNING, J. The Eclectic Paradigm as an Envelope for Economic and Business Theories of MNE Activity. International Business Review, 9, Nº 1, 2000.</p> <p>DUNNING, J. Towards a New Paradigm of Development: Implications for the Determinants of International Business. Transnational Corporations, Vol. 15, Nº 1, April, 2006.</p> <p>Artigos publicados em periódicos de acesso livre.</p>

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: ITALIANO INSTRUMENTAL I Carga Horária: 30h	Código: SL2027
<b>Ementa</b>	
Desenvolvimento da habilidade de compreensão e leitura da língua italiana, a partir de textos escolhidos segundo os objetivos do componente curricular e o interesse acadêmico dos estudantes.	
<b>Objetivos</b>	
<p>Objetivo Geral: Adquirir estruturas gramaticais básicas e sintáticas da língua italiana além da terminologia específica de textos de relações internacionais.</p> <p>Objetivos Específicos: Trabalhar com diferentes tipos de textos; Trabalhar com textos mais complexos; Aprofundar os conhecimentos gramaticais, lexicais e textuais em língua italiana.</p>	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
<p>BALLARIN, Elena; BEGOTTI, Paola. Destinazione Italia. Roma: Bonacci Editore, 1999.</p> <p>BUDINI, Paola. Verbi italiani/Verbos italianos: Manual Bilíngue de verbos regulares e irregulares. São Paulo: Martins Fontes, 1995.</p> <p>DARDANO, Maurizio; TRIFONE, Pietro. Grammatica Italiana com nozioni di linguística. Milão: Zanichelli Editore, 1995.</p>	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
<p>CERNIGLIARO, Maria Angela. Storia. Testi e attività per stranieri. Roma: Edizioni Edilingua, 2008.</p> <p>DI FRANCESCO, Annamaria, NADDEO Massimo. Bar Italia. Articoli sulla vita italiana per leggere, parlare e scrivere. Firenze: Alma Edizioni, 2014.</p> <p>DI NATALE, Francesco. Andare oltre dubbi e problemi di grammatica italiana per stranieri (livello elementare e intermédio). Perugia: Guerra Edizioni, 1997.</p> <p>GABRIELLI, Aldo. Come parlare e scrivere meglio. Guida pratica all'uso della lingua italiana. Milão: Selezione del Reader's Digest S.p.A., 1986.</p> <p>MASCIELLO, Edoardo. Italiano da Scoprire. Firenze: Gruppo Raffaello, 1996.</p>	

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL Carga Horária: 30h	Código: SL4106
<b>Ementa</b>	
Noção de textos: suas propriedades e textualidade. Leitura: conceito e níveis e estratégias. Leitura de diferentes gêneros discursivos. Produção textual e leitura de gêneros acadêmicos. Aspectos textuais (gramaticais e semânticos) e discursivos do texto. Tópicos da língua padrão.	

<b>Objetivos</b>	
<p>Objetivo Geral: Refletir sobre o aparato teórico e prático em relação à leitura e à escrita de diferentes textos e gêneros, bem como desenvolver a capacidade textual e discursiva.</p> <p>Objetivos Específicos: Desenvolver habilidade de leitura para estimular a compreensão e a interpretação de diferentes tipos e gêneros de textos, especialmente os acadêmicos; Desenvolver habilidade de escrita adequando a leitura à construção de textos coesos e coerentes; Ampliar o domínio da leitura e da escrita em seus diversos suportes textuais; Praticar a leitura como forma de expansão da visão de mundo e do vocabulário, produzindo textos adequados às várias situações de uso; Produzir textos críticos adequados às diferentes situações de comunicação.</p>	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
<p>FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. Oficina de Texto. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e Compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. Leitura e produção textual. Petrópolis: Vozes, 2010.</p>	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
<p>CEGALA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.</p> <p>KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. Prática textual. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Cínara Ferreira. Prática textual: atividades de leitura e escrita. Petrópolis: Vozes, 2006.</p> <p>MUSSI, Amaline Boulus Issa. Leitura e produção textual. Palhoça: UNISUL Virtual, 2005.</p> <p>SOUZA, Luiz Marques de; CARVALHO, Sérgio Waldeck. Compreensão e produção de textos. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.</p>	

<b>Identificação da Componente</b>	
<p>Componente Curricular: LEITURAS EM MACROECONOMIA E ECONOMIA MONETÁRIA</p> <p>Carga Horária: 60h</p>	Código:
<b>Ementa</b>	
Macroeconomia desenvolvimentista, moderna economia monetária, controvérsias.	
<b>Objetivos</b>	
<p>Objetivo Geral: Estudar a proposta da macroeconomia desenvolvimentista lançada por um grupo de economistas brasileiros heterodoxos, assim como, estudar a moderna teoria monetária e as denominadas dominância financeira e a privatização das finanças públicas.</p> <p>Objetivos Específicos: Conhecer as propostas heterodoxas de economistas brasileiros e estrangeiros sobre controvérsias existentes na Teoria Macroeconômica e na Economia Monetária; Formar uma consciência crítica a partir de leituras alternativas.</p>	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
<p>BRESSER PEREIRA, L. C.; OREIRO, J.L.; MARCONI, N. Macroeconomia Desenvolvimentista. São Paulo. Ed. Elsevier. 2016.</p> <p>LARA REZENDE, A. Juros, Moeda e Ortodoxia, Teorias monetárias e controvérsias políticas. Rio de Janeiro. Portfólio. 2017</p> <p>LARA REZENDE, A. Consenso e Contrassenso: déficit, dívida e previdência.2019. In: <a href="http://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Consensoecontrassenso.docx...pdf">http://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Consensoecontrassenso.docx...pdf</a></p> <p>ARESTIS, Phillip. New Consensus Macroeconomics: A Critical Appraisal. The Levy Economic Institute of Bard College. University of Cambridge. Working Paper No. 564. 2009. In: <a href="http://www.levyinstitute.org/pubs/wp_564.pdf">http://www.levyinstitute.org/pubs/wp_564.pdf</a></p>	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
OREIRO, J.L. Macroeconomia do Desenvolvimento, uma perspectiva keynesiana. São Paulo, LTC. 2014.	

CARLIN, W.; SOSKICE, D. *Macroeconomics: Institutions, Instability, and the Financial System*. OUP Oxford. 2014

MARQUES, R. e CARDOSO JR. J.C.(org) *Dominância financeira e privatização das finanças públicas no Brasil*. FONACATE Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado. Brasília-DF, 2022.

POSSAS, M. L. *Dinâmica da Economia Capitalista: uma abordagem teórica*. São Paulo: Brasiliense. 1987

TAYLOR, L. *Reconstructing Macroeconomics Structuralist Proposals and Critiques of the Mainstream*. Cambridge: Harvard University Press. 2004

WRAY, C.L. Randall. *Modern Money Theory*. Palgrave-MacMillan. 2015

Identificação da Componente	
Componente Curricular: LIBRAS Carga Horária: 60h	Código: SL2011
Ementa	
Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais; Objetivos Específicos: Propor uma reflexão sobre o conceito e a experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sociocultural e linguística; Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais; Desenvolver a competência linguística na Língua Brasileira Sinais, em nível básico elementar; Fornecer estratégias para uma comunicação básica de Libras e adequá-las, sempre que possível, às especificidades dos alunos e cursos; Utilizar a Libras com relevância linguística, funcional e cultural; Refletir e discutir sobre a língua em questão e o processo de aprendizagem; Refletir sobre a possibilidade de ser professor de alunos surdos e interagir com surdos em outros espaços sociais; Compreender os surdos e sua língua a partir de uma perspectiva cultural.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. <i>LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do aluno</i> . 5ª edição – Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2007.	
GESSER, Audrei. <i>LIBRAS - Que língua é essa?</i> 1. ed. Parabola. 2009.	
QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i> . 1. ed. Artmed, 2004.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. <i>NOVO DEIT - LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira</i> . vol. 1. 2. ed. Editora EDUSP, 2012.	
CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. <i>NOVO DEIT - LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira</i> . vol. 2. 2. ed. Editora EDUSP, 2012.	
FLAVIA, Brandão. <i>Dicionário Ilustrado de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais</i> . 1. ed. Global Editora, 2011.	
Legislação Brasileira Online e Repositórios Digitais em Geral	
MOURA, Maria Cecília de. <i>O surdo, Caminhos para uma nova identidade</i> . Rio de Janeiro. Ed. Revinter, 2000.	
STROBEL, Karin. <i>As imagens do outro sobre a cultura surda</i> . Florianópolis: Editora UFSC, 2008	
_____. <i>História da Educação dos Surdos</i> . Licenciatura em Letras/LIBRAS na Modalidade a Distância, universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, 2008. MATERIAIS DE APOIO:	

BARRETO, Madson, Raquel Barreto. Livro Escrita de Sinais sem mistérios – Belo Horizonte: Ed.do autor, 2012.

QUADROS, Ronice Muller de; PIMENTA, Nelson. Curso de Libras 1 (iniciante). Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2007

QUADROS, Ronice Muller de; PIMENTA, Nelson. Curso de Libras 2 (Básico). Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2009

<http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

[http://www.faders.rs.gov.br/portal/uploads/Dicionario\\_Libras\\_Atualizado\\_CAS\\_FADERS.pdf](http://www.faders.rs.gov.br/portal/uploads/Dicionario_Libras_Atualizado_CAS_FADERS.pdf)

<http://WWW.feneis.org.br>

<http://www.lsbvideo.com.br>

Identificação da Componente	
Componente Curricular: MERCADO DE CAPITAIS (60h)	Código: SL2045
Ementa	
A estrutura e funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. Produtos existentes no Mercado Financeiro. Funcionamento da Nova Bolsa de Valores (BM&FBOVESPA). Tipos de mercado: a vista, a termo, futuro, e de opções. Governança Corporativa – Agência, Valor e Orçamento de Capital, Estrutura de Capital, Política de Dividendos.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Proporcionar consciência sobre o mercado financeiro brasileiro, estimulando os acadêmicos ao estudo das características, produtos, serviços e formas de negociação existentes. Objetivos Específicos: Entender o conceito e características do Mercado de Capitais; Compreender o financiamento de investimentos; Conhecer as instituições e participantes do Mercado de Capitais; Aprender sobre a evolução do Mercado de Capitais brasileiro.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ASSAF NETO, A. Mercado Financeiro. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2012.	
FORTUNA, E. Mercado Financeiro: produtos e serviços. 17 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.	
PINHEIRO, J. L. Mercado de capitais: fundamentos e técnicas. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BRITO, O. Mercado Financeiro. São Paulo: Saraiva, 2005.	
KERR, Roberto Borges. Mercado Financeiro e de Capitais. Pearson, 2011.	
LEMGRUBER, Eduardo Facó; COSTA JR. Newton, C.A; LEAL, Ricardo Pereira. Mercado de Capitais: análise empírica no Brasil. 1 ed. São Paulo, 2000.	
CAVALCANTE, F.; MISUMI, J.Y. Mercado de Capitais: o que é, como funciona. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2008.	
TOLEDO FILHO, J.R. Mercado de Capitais Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Thomson Learning, 2006.	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: METODOLOGIA CIENTÍFICA Carga Horária: 60h	Código: SL0040
Ementa	
O que é ciência. Construção do conhecimento científico. A estrutura de um projeto de pesquisa científica. Metodologia de pesquisa científica. Como ler uma publicação científica. Seleção de bibliografia para base teórica e para o estado-da-arte. O processo de planejamento, execução e divulgação de resultados científicos. Como escrever e apresentar um artigo científico.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Compreender e desenvolver uma visão crítica do método científico. Objetivo Específicos: Aprender as principais abordagens epistemológicas e os paradigmas de produção do conhecimento nas Ciências Sociais; Aprender o conhecimento necessário para realizar um planejamento da pesquisa, desde a formulação do problema até a definição dos procedimentos metodológicos mais adequados para cada pesquisa.	

<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. Metodologia de pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. 624p.	
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. Editora Atlas. 5ª edição. São Paulo, 2007.	
GIL, A. C. Técnicas de pesquisa em economia. Editora Atlas. 2ª edição. São Paulo. 1994.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. Editora Atlas. 7ª edição. São Paulo, 2011.	
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. Editora Atlas. 7ª edição. São Paulo, 2008.	
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. Editora Paz & Terra. 47ª edição. Rio de Janeiro, 2013.	
WAZLAWICK, R. S. Metodologia de pesquisa para ciência da computação. Editora Elsevier. Rio de Janeiro, 2008.	
BARROS, A. S., LEHFELD, N. S. Fundamentos de metodologia científica. 3a Edição, Ed. Pearson, 2008	

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: MICROECONOMIA E DESENVOLVIMENTO Carga Horária: 60 h	Código: SL4026
<b>Ementa</b>	
Falhas de mercado; Elementos estruturais e institucionais que originam as falhas de mercado; elementos de análise microeconômica através de modelos teóricos com predição empírica; Técnicas de econometria aplicada a modelos microeconômicos.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: O objetivo do curso é, portanto, municiar e familiarizar os alunos com as principais técnicas de análise empregadas no campo de desenvolvimento econômico a fim de torná-los capazes de interagir academicamente com a fronteira e produzir pesquisa. Objetivos Específicos: Estudar as técnicas empregadas no campo da microeconomia e desenvolvimento. Avaliar o mercado de crédito e seguro; Estudar o consumo, investimento e decisões intra-domiciliares;	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
ARAÚJO, P.F.C. Política de crédito rural: reflexões sobre a experiência brasileira. Brasília: CEPAL/IPEA, 2011. 65 p. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 37).	
CHAVES, R. A.; SANCHEZ, S.; SCHOR, S.; TESLIUC, E. Financial markets, credit constraint, and investment in rural Romania. Washington: The World Bank, 2001. 136 p.	
DEHEJIA, R.H.; WAHBA, S. Propensity score-matching methods for nonexperimental causal studies. The Review of Economics and Statistics, Nova York, v. 84, n. 1, p. 151-161, 2002.	
GARCIAS, M. O. Agricultura familiar e os impactos da restrição ao crédito rural: uma análise para diferentes níveis de mercantilização. Piracicaba, 112 p. 2014.	
MUELLER, C. Formulação de Políticas Agrícolas. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 2/1, n. 5, pp.89-122, jan./mar. 1982.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
ANGRIST, J.D.; PISCHKE, J. Mostly Harmless Econometrics: an empiricists companion. Princeton: Princeton University Press, 2008. 392 p.	
HECKMAN, J.; ICHIMURA, H.; SMITH, J.; TODD, P. Characterizing Selection Bias Using Experimental Data. Econometrica, Nova York, v. 66, n. 5, p.1017-1098, 1998.	
HOLLAND, P.W. Statistics and Causal Inference. Journal of the American Statistical Association, Nova York, v. 81, p. 945-970. 1986.	
ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. (orgs.). Economia & gestão dos negócios agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000.	
WOOLDRIDGE, J. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. São Paulo: Thomson Learning, 2005.	

<b>Identificação da Componente</b>
------------------------------------

Componente Curricular: NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL Carga Horária: 60 h	Código: SL4039
<b>Ementa</b>	
Instituições. Nova Economia Institucional. Natureza da Firma. Economia dos Custos de Transação. Direito de Propriedade. Tipologia contratual. Estruturas de Governança. Estudo de casos	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Compreender o conceito de instituições. Compreender os objetivos e contribuições da Nova Economia Institucional. Estabelecer o sentido contratual existente na firma. Conceituar e compreender o conceito de custos de transação. Analisar as diferentes estruturas de governança. Compreender os diferentes atributos da transação. Objetivos Específicos: Explicar os principais conceitos de instituição; Interpretar os fundamentos da NEI; Discutir as aplicações e contribuições da NEI.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
CONCEIÇÃO, O. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. Revista de Economia Contemporânea, vol. 6, nº 2, jul-dez. p. 119-146, 2002. SIMON, H. Rational Decision Making in Business Organizations. Amer. Econ. Rev., Sept. 1979, pp. 69(4), 493–513. ZYLBERSZTAJN, D. Direito & Economia. Campus. Rio de Janeiro. 2005	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
COASE, R. The Nature of the Firm. In: The firm, the market and the law. Chicago, London, University of Chicago Press. NORTH, D. Institutions, institutional change, and economic performance. Cambridge: Cambridge U. Press, 1990. WILLIAMSON, O. Markets and hierarchies, analysis and anti-trust implications: A study in the economics of internal organization. New York: Free Press, 1975. WILLIAMSON, O. The economic institutions of capitalism. Firms, markets, relational contracting. In: Das Summa Summarum des Management. Gabler, 2007. p. 61-75. Artigos disponíveis em periódicos de acesso livre.	

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: PENSAMENTO ECONÔMICO LIBERAL Carga Horária: 60h	Código: SL2057
<b>Ementa</b>	
Contexto Histórico, Sistema Interpretativo, Questões contemporâneas.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Permitir ao discente o contato com os principais elementos do pensamento econômico liberal, numa visão crítica e aplicada. Objetivos Específicos: Identificar os pensadores liberais no Brasil. Compreender a orientação de política econômica liberal. Avaliar políticas ditas liberais no Brasil.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
GANEN, A. A defesa do mercado no Brasil: o pensamento apologético de Roberto Campos. Nova Economia. Vol.10, n.1, 2000. Disponível em: <a href="http://www.abphe.org.br/arquivos/angela-ganem.pdf">http://www.abphe.org.br/arquivos/angela-ganem.pdf</a> SIMONSEN, R; GUDIN, E. A controvérsia do planejamento na economia brasileira. Brasília: IPEA,2010. Disponível em: <a href="http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3183/1/livro_A_controv%C3%A9rsia_do_planejamento_na_economia_brasileira_3ed.pdf">http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3183/1/livro_A_controv%C3%A9rsia_do_planejamento_na_economia_brasileira_3ed.pdf</a> SMITH, A. A riqueza das nações. São Paulo. Ed. Martins Fontes. [1776c], 2013	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
BIELSCHOWSKY, R. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2000. FRIEDMAN, M. Capitalismo e Liberdade. Lisboa: Conjectura Actual Editora. [1962c],2014. MILL, J.S. Sobre a liberdade. Lisboa: Edições 70. [1859c],2010.	

ROTHBARD, M. A ética da liberdade. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil. 2010.  
 MARTINS, Ives Gandra da Silva; CASTRO, Paulo Rabello. Lanterna na Proa: Roberto Campos ano 100. São Luis: Resistência Cultural, 2017.  
 Artigos publicados em Periódicos de acesso livre.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: PESQUISA OPERACIONAL Carga Horária: 60h	Código: 37104
Ementa	
Introdução a pesquisa operacional. Programação Linear. Resolução gráfica de problemas lineares. Problemas de Transporte. Programação inteira. Simulação. Planejamento, Programação e Controle de Projetos – PERT/CPM.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Apresentar e discutir os princípios básicos da Pesquisa Operacional, seus fundamentos lógicos e matemáticos e seu relacionamento com a área da Administração. Objetivos Específicos: Apresentar a Pesquisa Operacional como importante ferramenta para as áreas de conhecimento de Administração, Marketing, Economia e Engenharias; Desenvolver o raciocínio lógico e analítico para solução de problemas; apresentar as principais técnicas de otimização com modelos de programação linear utilizado como suporte ao processo decisório; Habilitar o aluno na utilização do Solver.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ARAUJO, L. A. Pesquisa operacional: aplicada à área de negócios. 2007 CAIXETA FILHO, J. V. Pesquisa operacional: técnicas de otimização aplicadas a sistemas agroindustriais. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004 LACHTERMACHER, G. Pesquisa operacional na tomada de decisões. 4ª Edição. São Paulo: Pearson, 2014	
Referências Bibliográficas Complementares	
BELFIORE, P, FÁVERO, L. F. Pesquisa operacional para os cursos de administração, contabilidade e economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012 ARENALES, M. et al. Pesquisa operacional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007 COLIN, E. C. Pesquisa operacional. Rio de Janeiro: LTC, 2007 CORRAR, L. J.; THEOPHILO, C. R. Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração. São Paulo: Editora Atlas, 2008 LOESCH, C.; HEIN, N. Pesquisa operacional: fundamentos e modelos. São Paulo: Saraiva, 2008 MOREIRA, D. A. Pesquisa operacional: curso introdutório. São Paulo: Thomson Learning, 2006 TAHA, H. A. Pesquisa operacional. 8 ed. São Paulo: Pears on Prentice Hall, 2007	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL Carga Horária: 30h	Código: SL2003
Ementa	
Conceitos de território, planejamento e desenvolvimento local. Fundamentos, métodos, processos e instrumentos do desenvolvimento local. Estudos de Caso.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Desenvolver competências que permitam ao discente analisar a dinâmica e os conceitos sobre planejamento e desenvolvimento local. Objetivos Específicos: Estudar as noções/conceitos de desenvolvimento local; Identificar instrumentos/mecanismos de planejamento para a promoção do desenvolvimento local; Discutir processos de desenvolvimento local.	
Referências Bibliográficas Básicas	



<p>CARGNIN, Antonio Paulo Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2014. (Introdução e cap. 2) Disponível em <a href="http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3ca49f82-652f-44c5-a50e-0f8dc2cce58b&amp;groupId=10157">http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3ca49f82-652f-44c5-a50e-0f8dc2cce58b&amp;groupId=10157</a></p> <p>ETGES, Virgínia Elisabete. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário; SILVEIRA, Rogério. Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.</p> <p>ALBA, Rosa Salete. Espaço Urbano: Os Agentes da Produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002.</p> <p>SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2015.</p> <p>SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da Silveira. Complexo Agroindustrial, Rede e Território. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs.). Redes, Sociedades e Territórios. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p.215-255.</p> <p>BANDEIRA, Pedro. Tendências e desafios da participação social e cidadã. In: BECKER, Dinizar F; BANDEIRA, Pedro S. Determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.</p> <p>ETGES, Virgínia Elisabete. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário; SILVEIRA, Rogério. Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.</p> <p>ETGES, Virgínia Elisabete. DEGRANDI, José Odim. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional: Blumenau, p. 85-94, out. 2013.</p> <p>SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.</p>
<p><b>Referências Bibliográficas Complementares</b></p> <p>BAVARESCO. Paulo Ricardo. Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento do Extremo Oeste Catarinense. Chapecó: Argos, 2005.</p> <p>BRASIL. Secretária Nacional de Economia Solidária. Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no governo federal 2003/2010. Brasília: SENAES/MTE, 2012.</p> <p>Economia solidária, outra economia acontece: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.</p> <p>FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - Uma visão do estado da arte. Disponível em: <a href="http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Developmento.pdf">http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Developmento.pdf</a></p> <p>PEREIRA, Margarida. Da governança a governança territorial colaborativa - uma agenda para o futuro do desenvolvimento regional. In: DRd Desenvolvimento Regional em debate. Ano 3, n. 2, p. 52-65, out. 2013. Disponível em: <a href="http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/493">http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/493</a>.</p> <p>NETO, Leonardo Guimarães. Antecedentes e evolução do planejamento territorial no Brasil. In: Carlos Miranda e Breno Tibúrcio (Org). Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios - Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12). p.47-80. Disponível: <a href="http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/SÃ©rie-DRS-vol-12-PolÃticas-de-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-AvanÃ§os-e-Desafios.pdf">http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/SÃ©rie-DRS-vol-12-PolÃticas-de-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-AvanÃ§os-e-Desafios.pdf</a></p> <p>Artigos publicados em periódicos de acesso livre.</p>

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL	Código:
Carga Horária: 60h	SLGP303
<b>Ementa</b>	
Instrumentos do Planejamento: Plano Diretor, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Princípios orçamentários. Classificação orçamentária. Créditos adicionais. Aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Limites constitucionais e legais.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Compreender as especificidades do processo de planejamento e estabelecimento do orçamento governamental.	
Objetivos Específicos: Identificar os conceitos e legislação aplicados aos instrumentos de planejamento, elaboração e execução do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual; Utilizar as técnicas e procedimentos de planejamento, elaboração e execução dos instrumentos de planejamento, bem como a elaboração dos projetos de lei e seus anexos.	

Referências Bibliográficas Básicas	
ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). Planejamento Governamental para Municípios: Plano Purianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Roleisson Gonçalves. Contabilidade Pública. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão Pública. São Paulo. Saraiva, 2010.	
SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
SLOMSKI, Valmor, et. al. Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Atlas, 2008.	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA I Carga Horária: 60h	Código: SL0015
Menta	
A Análise de Política Externa (APE) como ferramenta teórica. O Brasil Colônia e sua inserção Sistema Mundial (1500-1822). A política externa do Brasil Império (I Reinado, Período Regencial e II Reinado). A política externa brasileira durante a República Velha (1889-1930). A política externa brasileira na Era Vargas (Governo Provisório, Governo Constitucional e Estado Novo).	
Objetivos	
Objetivo Geral: Compreender a evolução da inserção internacional do Brasil, do período colonial até a primeira metade do século XX, considerando o perfil agroexportador e o processo de industrialização. Objetivos Específicos: Identificar e analisar os princípios teóricos para a análise de política externa brasileira; - Identificar e analisar a inserção internacional do Brasil e sua política externa durante o período de 1500 a 1945.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 2ª. Brasília: Ed. UnB, 2002.	
OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política externa brasileira. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.	
WERNECK DA SILVA, José Luiz; GONÇALVES, Williams. Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930). Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
GARCIA, Eugenio Vargas. Cronologia das Relações Internacionais do Brasil. Brasília: Ed. Contraponto, 2011.	
CERVO, Amado L. Inserção internacional: a formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.	
LAFER, Celso. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira. 2ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2009.	
RODER, Ariane. Introdução à Análise de Política Externa – vol. 1. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.	
RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo. Uma História Diplomática do Brasil (1531- 1945). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.	
POMER, Leon. Os conflitos da Bacia do Prata. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: POLÍTICAS PÚBLICAS Carga Horária: 60h	Código: SL2004
Ementa	

Conceitos básicos de políticas públicas. Políticas públicas: estruturas e processos. Estruturação de problemas. Processos de tomada de decisões políticas. Ciclo de política: formulação, implementação e avaliação de políticas. Abordagens recentes e reflexão sobre atores nas políticas.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Desenvolver conhecimento da formulação e técnicas de análise e avaliação das políticas públicas e sociais, e suas aplicações para o caso brasileiro. Objetivos Específicos: Propiciar a compreensão na gestão pública dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da incorporação de tecnologias. Compreender o processo de internacionalização das políticas públicas e seus reflexos na gestão pública.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006. RODRIGUES, Marta M Assumpção. Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha, 2010. SALM, José Francisco. Políticas Públicas e Desenvolvimento – bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009	
Referências Bibliográficas Complementares	
FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas. Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, n.º 51, p. 21-29, fevereiro/ 2003. GRINOVER, Ada Pellegrini (coord.). O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Forense, 2011 HOCHMAN, Gilberto (org.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. RICO, Elizabeth Melo. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2009. SERAINÉ, Martins dos Santos (org.). Estado, desenvolvimento e políticas públicas. Ijuí: Unijuí, 2008.	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS SOCIAIS Carga Horária: 60h	Código: SL2043
Ementa	
Estado e políticas públicas. Governos de cunho social. Terceiro setor. Planejamento e gerenciamento de projetos sociais. Elaboração e avaliação de projetos sociais. Captação de recursos, gestão e parcerias. Mobilização e articulação em projetos sociais. Estudo de casos. Questões contemporâneas relacionadas ao tema	
Objetivos	
Objetivo Geral: Proporcionar aos estudantes um espaço de construção do conhecimento acerca das políticas públicas e de projetos sociais. Objetivos Específicos: discutir as noções de políticas públicas; compreender o papel do Estado e da sociedade na elaboração de políticas públicas e de projetos sociais; estudar ferramentas de elaboração e monitoração de políticas públicas e projetos sociais; analisar políticas e projetos de intervenção social.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CAVALCANTI, M. (org.). Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2008 (capitulo 6 e 9). COSTA, M. A. N. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da mangueira no Rio de Janeiro. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 21, p. 147-163, nov. 2003. MARTELETO, R. M., SILVA, A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004. RODRIGUES, M C. P. Ação social das empresas privadas: como avaliar resultados? Rio de Janeiro: FGV, 2005 (capitulo 1). SALAMON, L. A emergência do setor: uma revolução associativa global. Revista de Administração, São Paulo, v.33, n. 1, p. 5-11, jan./Marc. 1998.	

VOLTOLINI, R. Terceiro setor: planejamento e gestão. 4ª ed. São Paulo: Senac, 2003 (pág. 17, 35 e 59).
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
ASHLEY, P.A. (coord.). Ética e responsabilidade social nos negócios. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005 (capítulo 4).
BORBA, P. R F., FARAH, M. L., FEDATO, M. C. L., MILANI FILHO, M. A. F., PIRES, J. T. Monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais: desenvolvimento de um plano de avaliação. In: Anais... VII Seminário em Administração – SEMEAD, USP, São Paulo, 10 e 11 de ago. 2004.
FISCHER, R. M., FALCONER, A. P. "Desafios da Parceria Governo Terceiro Setor". Anais... I Encontro da Rede de Pesquisas sobre o Terceiro Setor na América Latina e Caribe – ISTR, Escola de Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro, abril, 1998.
FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. Bahia, análise e dados, Salvador, v. 12, n.1, p.9-19, 2002.
HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, Campinas v. 21, n. 55, nov. 2001.
Artigos publicados em periódicos de acesso livre.

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: PRÁTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR E LEGISLAÇÃO ADUANEIRA Carga Horária: 60h	Código: SL2056
<b>Ementa</b>	
Políticas de Comércio, livre comércio e medidas de defesa comercial; Sistemas e Acordos Multilaterais (GATT/OMC/BANCO MUNDIAL/FMI); O Brasil e o MERCOSUL no Comércio Internacional; Rotinas e Procedimentos Administrativos na Exportação e Importação; Instituições Intervenientes no comércio exterior brasileiro; Valoração Aduaneira; Nomenclatura Comum do MERCOSUL; Regras de Origem; Termos Internacionais de Comércio (Incoterms); Contratos internacionais e modalidades de pagamento utilizadas no comércio internacional; Legislação Aduaneira: Livro I: da jurisdição aduaneira e do controle aduaneiro de veículos; Livro II: dos impostos de importação e de exportação; Livro III: dos demais impostos, e das taxas e contribuições devidos na importação; Livro IV: dos regimes aduaneiros especiais e dos aplicados em áreas especiais; Livro V: do controle aduaneiro de mercadorias; Livro VI: das infrações e das penalidades; Livro VII: do crédito tributário, do processo fiscal e do controle administrativo específico; Livro VIII: das disposições finais e transitórias.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Proporcionar ao aluno a análise de conteúdo, sistemáticas e ferramentas referentes às políticas e acordos de comércio (bi- e multilaterais), incluindo as rotinas e procedimentos brasileiros de comércio exterior. Localizar a dinâmica de comércio exterior brasileiro na dinâmica maior de comércio internacional.	
Objetivos Específicos: Conhecer os instrumentos do comércio global; Verificar a legislação aplicável ao comércio exterior brasileiro; Interiorizar-se das práticas de comércio exterior; Desenvolver habilidades e competências em processos de importação e exportação.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
DAINEZ, Valdir Iusif; MORINI, Cristiano; SIMÕES, Regina Célia Faria. Manual de Comércio Exterior. Campinas: Alínea, 2006. Resolução 21 de 7 de abril de 2011 (CAMEX). Disponível em: <a href="http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1311715093.pdf">http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1311715093.pdf</a> . Acessado em 20/11/2013.	
ROCHOLL, Nataly Evelyn Konno. A história da valoração aduaneira no GATT/OMC. Disponível em: <a href="http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&amp;artigo_id=5419">www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&amp;artigo_id=5419</a> . Acessado em 16 de julho de 2013.	
SARQUIS, José Buainain Sarquis. Comércio Internacional e o Crescimento Econômico no Brasil. Pg. 87 a 116. Disponível em <a href="http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/comerciointernacional.pdf">www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/comerciointernacional.pdf</a> . Acessado em 20/11/2013.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	

ABREU, Marcelo de Paiva. Comercio exterior: interesses do brasil. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2007.  
 BORTOTO, Artur Cesar; DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar. Comercio exterior: teoria e gestao. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.  
 BRASIL. Regulamento Aduaneiro Brasileiro. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm). Acessado em 04/08/2016.  
 KEEDI, Samir. Abc do comercio exterior: abrindo as primeiras paginas. 4. Ed. São Paulo, SP: Aduaneiras Informacao Sem Fronteiras, 2011.  
 OLIVEIRA, Susan Elizabeth Martins Cesar de. Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: estratégias de inserção de Brasil e Canadá. Brasília, DF: Fundacao Alexandre Gusmao, 2015.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: PROGRAMAÇÃO PARA CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS Carga Horária: 60h	Código:
Ementa	
Abstração. Álgebra booleana. Lógica proposicional. Variáveis. Vetores e Matrizes. Estruturas condicionais. Laços de repetição. Algoritmos. Estruturas de dados. Aplicações.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Ensinar conceitos fundamentais de algoritmos e aplicá-los na forma de programas no contexto de pesquisa nas Ciências Sociais Aplicadas. Ensinar aos estudantes como pensar algoritmicamente para resolver problemas de forma eficiente. Objetivos Específicos: Aprender lógica para programação; Aprender sobre estruturas de desvio condicional e repetições; Aprender estruturas de dados; Aprender sobre coleta de dados da <i>web</i> ( <i>scraping</i> ); Aprender sobre tratamento de dados coletados; Construir aplicações de ciência de dados.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CORMEN, T et al. Algoritmos - Teoria e Prática (3a. edição), Editora Campus, 2012. PERLIN, M. Processamento e Análise de Dados Financeiros e Econômicos com o R. 1ª Ed. Amazon, 2018. FORBELLONE, A. e EBERSPACHER, H. Lógica de Programação. 3ª Ed. Pearson, 2005.	
Referências Bibliográficas Complementares	
WICKHAN, G. R for Data Science. 1ª Ed. O'Reilly. 2017. JSZWARCFITER, J e MARKENZON, L. Estruturas de Dados e seus Algoritmos. 3ª. Ed. LTC, 2010. TEETOR, P. R Cookbook: Proven Recipes for Data Analysis, Statistics, and Graphics. 1ª Ed. O'Reilly. 2011. CHANG, W. R Graphics Cookbook: Practical Recipes for Visualizing Data. 1ª Ed. O'Reilly. 2012. WAZLAWICK, R. Introdução a algoritmos e programação com Python. 1ª Ed. Elsevier. 2017.	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: PROGRAMAÇÃO E DATA SCIENCE PARA CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS Carga Horária: 60h	Código:
Ementa	
Algoritmos de busca e de ordenação. Visualização de dados. Complexidade de algoritmos. Manipulação de strings. Testes de hipóteses. Ferramentas Open Source para Data Science. Aplicações em Ciências Sociais Aplicadas.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Resolver problemas relacionados com Ciência de Dados com aplicações em Economia ou nas demais Ciências Sociais Aplicadas. Objetivos Específicos: Realizar análise de requisitos; Desenvolver um projeto de ciência de dados.	
Referências Bibliográficas Básicas	
WAZLAWICK, R. Introdução a algoritmos e programação com Python. 1ª Ed. Elsevier. 2017.	

DINU, J. Foundations of Data Science: A Practical Introduction to Data Science with Python. 1ª Ed. Addison-Wesley. 2019.
WICKHAN, G. R for Data Science. 1ª Ed. O'Reilly. 2017.
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
JSZWARCFITER, J e MARKENZON, L. Estruturas de Dados e seus Algoritmos. 3ª. Ed. LTC, 2010.
TEETOR, P. R Cookbook: Proven Recipes for Data Analysis, Statistics, and Graphics. 1ª Ed. O'Reilly. 2011.
CHANG, W. R Graphics Cookbook: Practical Recipes for Visualizing Data. 1ª Ed. O'Reilly. 2012.
FORBELLONE, A. e EBERSPACHER, H. Lógica de Programação. 3ª Ed. Pearson, 2005.
CORMEN, T et al. Algoritmos - Teoria e Prática (3a. edição), Editora Campus, 2012.
PERLIN, M. Processamento e Análise de Dados Financeiros e Econômicos com o R. 1ª Ed. Amazon, 2018.

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: REDAÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL Carga Horária: 60h	Código:
<b>Ementa</b>	
Considerações gerais: O quê publicar? Por quê publicar? Onde publicar? Processo de publicação. Estrutura lógica da pesquisa científica: hipóteses, variáveis, tipos lógicos de pesquisa. Estrutura do artigo: Título, Autores, Resumo, Introdução, Estado-da- Arte, Materiais e Métodos, Resultados, Discussões e Conclusões. Estilo: objetividade, complexidade, especificidade e ambiguidade. Linguagem: Redundâncias, ação no verbo, Fluidez de Texto, Ritmo de Escrita. Escrita em inglês e ferramentas de apoio à escrita.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Ler, interpretar e produzir textos acadêmicos de alto nível. Objetivos Específicos: Aprender a ler artigos acadêmicos internacionais; Estruturar artigos acadêmicos internacionais; Identificar elementos de estilo de artigos científicos internacionais; Produzir um texto acadêmico conforme elementos da ementa da disciplina.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
VOLPATO, Gilson. Método lógico para redação científica. Editora Best Writing. 2011.	
ZUCOLOTTI, Valtencir. Curso de escrita científica: produção de artigos de alto impacto [vídeo]. São Carlos, SP: IFSC, USP, 2013.	
LEBRUN, Jean-Luc. Scientific writing 2.0. Editora World Scientific Publishing. 2011.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
GLASMAN-DEAL, Hilary. Science research writing for non-native speakers of English. London, Imperial College Press, c2010 Hackensack, NJ. xi, 257 p.	
ALLEY, Michael. The craft of scientific writing. 3rd ed. and corrected 3rd printing. New York, Springer, 1998, c1996. xv, 282 p.	
PEAT, Jennifer K. Scientific writing easy when you know how. London, BMJ Books, c2002, 2005. xv, 292 p.	
BERRY, Ralph. How to write a research paper. 2.ed. Oxford, Pergamon, c1986. 116p.	
TURC, C. e KIRKMAN, J. Effective writing improving scientific, technical and business communication. London New York, E & F.N. Spon, 1982. 257 p.	
DAY, Robert A. How to write & publish a scientific paper. 5th ed. Phoenix, Az., Oryx Press, 1998. xvi, 275 p. Glossário: p.250-6. Apêndices.	
Artigos selecionados de revistas científicas nacionais e internacionais com JCR ou Qualis no estrato superior nas áreas de formação dos estudantes.	

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL Carga Horária: 30h	Código: SLGP501

<b>Ementa</b>	
Desenvolvimento, sociedade e meio ambiente. A evolução do conceito de desenvolvimento sustentável. Importância da gestão dos recursos ambientais. Relação entre as ideias de desenvolvimento sustentável e organizações. Tomada de decisões em função do custo benefício. Múltiplos objetivos e administração de tradeoffs. Responsabilidade socioambiental nas organizações. Questão ambiental no Brasil.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Entender como as empresas desdobram para seus objetivos, valores e práticas (em vários níveis de tomada de decisão) as questões do desenvolvimento sustentável. Objetivos Específicos: Compreender o desenvolvimento sustentável e seu impacto para as atividades das organizações; Discutir criticamente a adoção, pelas empresas, da responsabilidade social e ambiental e a forma de divulgação de seus resultados; Compreender a responsabilidade socioambiental como uma abordagem estratégica para as organizações visando a ampliação de sua competitividade; Analisar os tradeoffs existentes entre os objetivos econômicos, sociais e ambientais da empresa; Analisar a evolução da responsabilidade socioambiental em empresas brasileiras.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009. FERNANDES, Bruno H. R. Administração Estratégica: da competência empreendedora à avaliação de desempenho. São Paulo: Saraiva, 2005. WITTMANN, Milton; RAMOS, Marília P. (Orgs.). Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
CHESE, J. R. Análise do ciclo de vida dos produtos: ferramenta gerencial da ISSO 14000. Rio de Janeiro: Qualitmark, 1997. BRITO, Francisco A. e CÂMARA, B. D. Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998. EGRI, C.P.; PINFIELD, L.T. As Organizações e a Biosfera: ecologia e meio ambiente. In: CLEGG, S.T.; NORD, W.R.; HARDY, C. Handbook de Estudos Organizacionais. São Paulo: Atlas, 2001, vol. 1. MOREIRA, Maria Suely. Estratégia e implantação do sistema de gestão ambiental: modelo ISO 14000. Belo Horizonte: Desenvolvimento Gerencial, 2001. TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégia de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2002. Artigos científicos publicados em periódicos de acesso livre.	

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: SEMINÁRIOS EM ECONOMIA Carga Horária: 60h	Código: SL2030
<b>Ementa</b>	
Discussão de temas contemporâneos em economia.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Permitir a construção de conhecimento e pensamento crítico sobre temas contemporâneos da área, tanto através de questões teóricas quanto empíricas. Objetivos Específicos: Estudar controvérsias existentes em economia; Possibilitar o discernimento do aluno sobre vertentes de interpretação econômica.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2003. FROYEN, R. T. Macroeconomia. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. WOOLDRIDGE, J. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. São Paulo: Thomson Learning, 2005.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
ARAUJO, V. L. de ; MATOS, F. A. M de. A economia brasileira de Getúlio a Dilma — novas interpretações. 1. ed. — São Paulo: Hucitec, 2021.	

BELLUZZO, L. G. M., Almeida, J. S. G. Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.  
 GIAMBIAGI, Fabio. 18 anos de política fiscal no Brasil: 1991/2008. Economia aplicada, v. 12, p. 535-580, 2008.  
 VELOSO, Fernando A. et al. (Ed.). Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira. Elsevier, 2013.  
 GREMAUD, Amaury Patrick. Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro Atlas 2016.  
 Artigos publicados em periódicos de acesso livre.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL Carga Horária: 60h	Código: SL0034
Ementa	
A intermediação bancária e os mercados financeiros no contexto internacional. Os produtos financeiros: mercados à vista, futuros e derivativos. O sistema de regulamentação. As crises financeiras internacionais e a crítica à atual arquitetura internacional.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Possibilitar aos discentes a noção de intermediação financeira, o sistema financeiro nacional e sua atuação no contexto global, bem como o entendimento do papel dos agentes multilaterais. Objetivos Específicos: Compreensão das operações de compra e venda de moedas, títulos e ações nos mercados internacionais; Identificar e estudar as fontes de financiamento internacionais do desenvolvimento econômico de países; Entender o movimento de capitais internacionais de curto e de longo prazo.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ASSAF NETO, A. Mercado Financeiro. 10ª edição. São Paulo: Atlas, 2011. STIGLITZ, Joseph E. et al. The Stiglitz Report: Reforming the International Monetary and Financial Systems in the Wake of the Global Crisis. Nova York: The New Press, 2010. VALDEZ, Stephen; MOLYNEUX, Philip. An Introduction to Global Financial Markets. 6ª edição. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	
EICHENGREEN, Barry. A Globalização do Capital. São Paulo: Editora 34, 2000. FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro: Produtos e Serviços. 17ª edição revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008. LEVINSON, Marc. Guide to Financial Market. 5ª edição. Nova York: Bloomberg Press, 2009. PINHEIRO, Juliano. Mercado de Capitais. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2012. SANTANA, Osias. Mercado Financeiro: Estruturas, Produtos, Serviços, Riscos, Controle Gerencial. São Paulo: Saraiva, 2005.	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: SOCIEDADE E CULTURA CONTEMPORÂNEA Carga Horária: 60h	Código:
Ementa	
Contextualização histórica. Sistema interpretativo. Questões contemporâneas	
Objetivos	
Objetivo Geral: Interpretar de modo crítico as transformações do capitalismo moderno para o capitalismo contemporâneo e as alterações que estas transformações provocam na compreensão da identidade e composição das classes sociais através da cultura, no que hoje se define como Sociedade de Consumo. Objetivos Específicos: Caracterizar o capitalismo moderno e o contemporâneo. Identificar as limitações das ciências econômicas na interpretação da Sociedade de Consumo. Compreender a importância da prática interdisciplinar na representação de indivíduo e sociedade. Exercitar a reflexão e a crítica sobre aspectos culturais da atualidade usando, predominantemente, o sistema	



interpretativo de Pierre Bourdieu. Relacionar a ciência econômica e os aspectos éticos, sociais, políticos, ambientais e de cidadania numa ampla formação de caráter humanístico.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
<p>ALVES, Pierre Bourdieu: a distinção como um legado das práticas e valores culturais. Revista Sociedade e Estado, v.23, n.1.2008. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/se/v23n1/a09v23n1.pdf">http://www.scielo.br/pdf/se/v23n1/a09v23n1.pdf</a></p> <p>BAUMAN, Z. Ensaio sobre o conceito de cultura. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2012. Disponível em: <a href="https://drive.google.com/file/d/1kNVHYvyPAvRU_8zvevvUHZ_m3F_fKt2A/view">https://drive.google.com/file/d/1kNVHYvyPAvRU_8zvevvUHZ_m3F_fKt2A/view</a></p> <p>BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2009. Disponível em: <a href="https://cbd0282.files.wordpress.com/2013/02/bourdieu-pierre-a-economia-das-trocas-simb3b3licas.pdf">https://cbd0282.files.wordpress.com/2013/02/bourdieu-pierre-a-economia-das-trocas-simb3b3licas.pdf</a> ou <a href="http://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-A-economia-das-trocas-simb%C3%B3licas.pdf">http://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-A-economia-das-trocas-simb%C3%B3licas.pdf</a></p> <p>_____. A distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: ED. Zouk, [1979], 2017. Disponível em: <a href="http://marcoareliosc.com.br/distincao-boudieu.pdf">http://marcoareliosc.com.br/distincao-boudieu.pdf</a></p> <p>DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, [1967],2017. Disponível em: <a href="https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf">https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf</a></p> <p>FRIOLIM, P. Crédito, consumo e endividamento: uma análise sobre os impactos da expansão do crédito no consumo das famílias brasileiras no período 2003-2015. (Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas). Unipampa. 2017. Disponível em: <a href="http://dspace.unipampa.edu.br:8080/jspui/handle/riu/2053">http://dspace.unipampa.edu.br:8080/jspui/handle/riu/2053</a></p> <p>GIMENEZ, G. La cultura como identidad y la identidad como cultura. Consejo Nacional de la Cultura y las Artes. México.2005. Disponível em: <a href="https://perio.unlp.edu.ar/teorias2/textos/articulos/gimenez.pdf">https://perio.unlp.edu.ar/teorias2/textos/articulos/gimenez.pdf</a></p> <p>NEGRINI, M.; AUGUSTINI, A. O legado de Guy Debord: reflexões sobre o espetáculo a partir de sua obra. Biblioteca online de Ciências da Comunicação, Covinhã,2013. Disponível em: <a href="http://www.bocc.ubi.pt/pag/negrini-augusti-2013-legado-guy-debord.pdf">http://www.bocc.ubi.pt/pag/negrini-augusti-2013-legado-guy-debord.pdf</a></p> <p>MAZZOTTI, M. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações a educação. Em aberto. INEP. Brasília, n.61. 2008. Disponível em: <a href="http://dx.doi.org/10.15603/1982-8993/ml.v1n1p18-43">http://dx.doi.org/10.15603/1982-8993/ml.v1n1p18-43</a></p> <p>POLON, L. Identidade e consumo: reflexões “pós-modernas”. Sociais e Humanas Santa Maria, v.28, n.3. st/dez 2015. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/viewFile/20807/pdf">https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/viewFile/20807/pdf</a></p> <p>SETTON, M.G.A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação, n20. USP.2002. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05">http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05</a></p> <p>VELOSO, H. Trabalho e consumo na construção das identidades sociais. In: PIMENTA, S. et all. (Org.). Sociedade e Consumo: múltiplas dimensões na contemporaneidade. Curitiba: Juruá, 2010. Cap8 (pdf)</p>	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
<p>BECK, D; HENNING, P.; VIEIRA, V. Consumo e cultura: modos de ser e viver a contemporaneidade. Revista Educação, Sociedade e Cultura, n. 42. 2014. Disponível em: <a href="https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/ESC42_08DinahBeck.pdf">https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/ESC42_08DinahBeck.pdf</a></p> <p>BERTONCELO, E. Classes e práticas sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 28, n81.2012. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n81/12.pdf">http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n81/12.pdf</a></p> <p>BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. Novos Estudos CEBRAP, n.96. São Paulo. jul2013. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a08n96.pdf">http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a08n96.pdf</a></p> <p>YACCOUB, H. A chamada nova “classe média”. Cultura material, inclusão e distinção social. Horizontes Antropológicos, n.36 Porto Alegre,2011. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/ha/v17n36/v17n36a09.pdf">http://www.scielo.br/pdf/ha/v17n36/v17n36a09.pdf</a></p> <p>RECONDAR, A. A (re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como “contexto social” de produção de subjetividades. Sociedade e Estado, vol.23, n.1. 2008 Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0102-69922008000100006">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0102-69922008000100006</a></p>	
<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: SOCIEDADE E CULTURA NO BRASIL Carga Horária: 60h	Código: SL4165
<b>Ementa</b>	

Sociedade e cultura no Brasil. Sociologia da sociedade brasileira, interpretações clássicas e contemporâneas. Identidade nacional e relações de trabalho. Modernidade e tradição, sociedade de classes e etnicidade no Brasil. Cultura popular e cultura de massas no Brasil contemporâneo. Estado, poder e desenvolvimento.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Estudar a sociedade brasileira através da interpretação de autores nacionais, apreendendo aspectos da identidade, cultura de massas e cultura popular e processos sociais relativos ao Estado, ao poder e ao desenvolvimento, considerando os processos produtivos internos. Objetivos Específicos: Através da instrumentalização teórica, possibilitar aos alunos a compreensão reflexiva da sociedade e da cultura brasileiras; Discutir os conceitos trabalhados por autores nacionais que permitam a compreensão e análise explicativa da realidade social do Brasil; Destacar a interface das diferentes ciências sociais (especialmente sociologia, antropologia e economia) com as características de profundidade e praticidade do perfil do egresso dos cursos do campus Livramento; Desenvolver a capacidade de análise e síntese a respeito de processos sociais e culturais brasileiros.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. Rio: Paz e terra, 1994. HOLANDA, Sergio Buarque. Raízes do Brasil. Rio: Cia das Letras, 1997. DAMATTA, Roberto. O que faz do Brasil, Brasil? Rio de Janeiro, Rocco, 1984. DIMAS, Antônio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra. (Org.). Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção. Porto Alegre; São Paulo: UFRGS, EDUSP, 2006.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. Ed. Boitempo, São Paulo: 2003. CARDOSO, F. H.; Faletto, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: LTC, 2000. DAMATTA, R. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. DE DECCA, Edgar. Metáforas da identidade em Raízes do Brasil: decifra-me ou te devoro. Varia História, 22 (36), p. 424-439, 2006. FERNANDES, Florestan. Mudanças sociais no Brasil. 4. Ed. São Paulo: Global, 2008. _____. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51a ed. São Paulo: Global, 2006. GUERRA, Alexandre et al. Atlas da nova estratificação social no Brasil volume 1: classe média - desenvolvimento e crise. Editora Cortez, SP: 2006 GUERRA, Alexandre et al. Atlas da nova estratificação social no Brasil volume 2: trabalhadores urbanos - ocupação e queda na renda. Editora Cortez, SP: 2006. HAMBURGER, Esther. Telenovela e interpretações do Brasil. Lua Nova, 82, p. 61-86, 2011. ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001. QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Estudos Avançados (USP), 19 (55), 2005. TARGA, Luís Roberto. As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das plantations do Brasil – incluindo no que e por que discordamos de F.H.C. Ensaios FEE, 12 (2), p. 445-480. VELHO, Otávio. Besta-fera: recriação do mundo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. VILAÇA, Aparecida. Conversão, predação e perspectiva. Mana, 14 (1), p. 173-204, 2008.	

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS DO BRASIL Carga Horária: 60 h	Código: SL0038

<b>Ementa</b>	
A fronteira como fato social. Fronteira como espaço de encontro entre sujeitos diferentes. Tipologia das relações fronteiriças brasileiras do ponto de vista dos conflitos e da integração. Unasul e segurança nas fronteiras sul-americanas	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Conhecer o fenômeno fronteiras físicas, nacionais. Objetivos Específicos: Conhecer a história da formação das fronteiras brasileiras desde o Tratado de Tordesilhas, passando pelo Tratado de Madri e atuação do Barão do Rio Branco na consolidação territorial do Brasil; Identificar as diferenças e relevância das cidades da faixa de fronteira e das cidades gêmeas de fronteira; Compreender as diferenças práticas entre fronteira como espaço de separação e de integração.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
BRIGAGÃO, Clóvis (org.). A América Latina e os conflitos fronteiriços. Rio de Janeiro: Educam, 2010. MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica Vol.01. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osorio. Limites e Fronteiras Internacionais: uma discussão histórico-geográfica. Rio de Janeiro: Grupo RETIS, 2002. Disponível em: <a href="http://www.retis.igeo.ufrj.br/producao/artigos/limites-e-fronteiras-internacionais-uma-discussão-histórico-geográfica/#.U-jQiWq5flU">http://www.retis.igeo.ufrj.br/producao/artigos/limites-e-fronteiras-internacionais-uma-discussão-histórico-geográfica/#.U-jQiWq5flU</a> . Acesso em: 11/08/2014.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
ARAÚJO JORGE, A. G. de. Rio Branco e as Fronteiras do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1999. BENTO, Fábio Régio. Fronteiras, significado e valor. In: Revista Conjuntura Austral, ISSN: 2178-8839, vol. 3, nº. 12, Jun.Jul 2012, p.43-60. BOMFIM, Manoel. A América Latina males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. Também disponível em <a href="http://www.4shared.com/get/myEx8U5Q/Manoel_Bomfim_-_Amrica_Latina_.html">http://www.4shared.com/get/myEx8U5Q/Manoel_Bomfim_-_Amrica_Latina_.html</a> Acesso em 08/09/2011. DEBRAY, Régis. Éloge des frontières. Paris: Gallimard, 2010. DÍAZ, Oscar Rodríguez. Fronteras del mundo. Havana: Editorial Gente Nueva, 2011. GARCIA, Fernando Cacciatore de. Fronteira iluminada história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sulina, 2010. MAZZEI, Enrique. Fronteras que nos unem y límites que nos separan. MAZZEI, Enrique; SOUZA, Mauricio. La frontera en cifras. Melo: Udelar, 2013. PUCCI, Adriano Silva. O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguaí. Brasília: Funag, 2010.	

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: TEORIA DOS JOGOS Carga Horária: 60h	Código: SL2044
<b>Ementa</b>	
Interação estratégica e o escopo da Teoria dos Jogos; Jogos estáticos e o Equilíbrio de Nash em estratégias puras; Estratégias mistas; Jogos de Soma Zero; Jogos dinâmicos, jogos repetidos e o equilíbrio de Nash perfeito de subjogos; Barganha e Negociação.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Desenvolver os conceitos e os instrumentos analíticos básicos da tomada de decisão racional em ambiente caracterizado por interdependência. Objetivos Específicos: Natureza da teoria dos jogos. A Modelagem de um jogo. Representando um jogo simultâneo: a forma normal ou estratégica. Representando um jogo sequencial: a forma estendida. Comparando forma normal e forma estendida. Analisando um jogo simultâneo de informação completa: O equilíbrio de Nash. Algumas aplicações importantes do conceito de equilíbrio de Nash. Analisando jogos sequenciais: Equilíbrio de Nash perfeito em subjogos e indução reversa. Ameaças (e promessas) críveis e não-críveis. Movimentos estratégicos. Jogos de informação incompleta: O equilíbrio de Nash bayesiano.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
BIERMAN, H.S.; FERNANDEZ, L. Teoria dos Jogos, 2ª Ed. São Paulo: Pearson, 2005.	

<p>FIANI, R. Teoria dos Jogos – com aplicações em economia, administração e ciências sociais, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.</p> <p>MARINHO, R. Prática Na Teoria - Aplicações da Teoria Dos Jogos e da Evolução Aos Negócios, 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
<p>OSBORNE, M.J.; RUBINSTEIN, A. A Course in Game Theory, Cambridge: The MIT Press, 1994.,</p> <p>PAPAYOANOU, PAUL. Game Theory for Business: A Primer in Strategic Gaming, Texas: Probabilistic Publishing, 2010.</p> <p>PIMENTEL, E.L.A. Dilema do Prisioneiro – da teoria dos jogos à ética. Belo Horizonte: Fino Traço, 2007.</p> <p>PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. 6 ed. São Paulo, Prentice Hall, 2006.</p> <p>TAVARES, J.M. Teoria Dos Jogos - Aplicada à Estratégia Empresarial, São Paulo: LTC, 2009.</p>

<b>Identificação da Componente</b>	
<p>Componente Curricular: TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E PENSAMENTO LATINO-AMERICANO</p> <p>Carga Horária: 60h</p>	<p>Código: SLCE0001</p>
<b>Ementa</b>	
<p>A CEPAL e suas influências nas teorias do desenvolvimento da América Latina; A teoria da Dependência em suas diversas interpretações; Tipos de Dependência; O Nacionalismo Desenvolvimentista e o novo desenvolvimentismo; Desenvolvimento Sustentável na América Latina.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<p>Objetivo Geral: Proporcionar ao estudante a oportunidade de refletir criticamente sobre o processo de desenvolvimento, considerando as especificidades da América Latina. Analisar as contribuições dos autores e identificar as causas do (sub) desenvolvimento Latino Americano.</p> <p>Objetivos Específicos: estudar a CEPAL, formação, atuação e abordagens teóricas; conhecer a teoria da dependência, as suas interpretações e utilizações; estudar os conceitos de nacionalismo e os vieses desenvolvimentistas e neo desenvolvimentistas; discutir a origem e as noções de desenvolvimento sustentável; compreender as causas do subdesenvolvimento latino americano.</p>	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
<p>SANTOS, T. The Structure of Dependence. The American Economic Review, v. 60, n.2., p.231-236, may. 1970.</p> <p>MACHADO, L. T. A teoria da dependência da América Latina. Estudos Avançados, v.13, n.35, p.199-215, 1999.</p> <p>CARDOSO, F.H. Teoria de la dependencia: o análisis concreto de situaciones de dependência? Política y Sociedad, v.17, p.107-115</p> <p>MANTEGA, G. Relatório de pesquisa 27/1997. EAESP/FGV/NPP - NÚCLEO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES. Disponível em: <a href="http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3003/p00187_1.pdf?sequence=1">http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3003/p00187_1.pdf?sequence=1</a>. Acesso em: 23 mar. 2015.</p> <p>DUARTE, P.H.E., GRACIOLLI, E.J. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina. In: Anais... V CEMARX, Unicamp, novembro de 2007.</p> <p>SINGER, P. De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada. Estudos avançados, v.12, n.33, p.119-139, 1998.</p> <p>ALMEIDA, J.E. Subdesenvolvimento e dependência: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. 1999. Tese (doutorado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.</p> <p>MEDEIROS, C.C. Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao nacionalismo metodológico. Economia e Sociedade, v.19, n.3, p.637-645, dez. 2012.</p> <p>PAMPOLA, M.A. Ambiguidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a ideia de nação na Argentina e no Brasil. Estudos Históricos, n. 32, p.3-31, 2003.</p>	

<p>FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. Revista Pesquisa e Debate, v.15. n.2, p. 1-22, 2004.</p> <p>MOLLO, M.L.R.; FONSECA, P.C.D. Desenvolvimentismo e novo- desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. Revista de Economia Política, v.33, n.2, p.1-20, 2013.</p> <p>SICSÚ, J., PAULA, L.F., MICHEL, R.N. Por que novo-desenvolvimentismo? Revista de Economia Política, v.27, n.4, p.3-5, 2007.</p> <p>MORAES, L., SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. Revista de Economia Política, v.31, n.4, p. 507-527, 2011.</p> <p>SUZIGAN, W., FURTADO, J. Política industrial e desenvolvimento. Revista de Economia Política, v. 26, n. 2, p. 163-185, abr./jun. 2006.</p> <p>MORETTO, C. F., GIACCHINI, J. Do surgimento da teoria do desenvolvimento à concepção de sustentabilidade: velhos e novos enfoques rumo ao desenvolvimento sustentável. UPF, 2006. Disponível em: <a href="https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128116/Do_surgimento...Moretto.pdf?sequence=3">https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128116/Do_surgimento...Moretto.pdf?sequence=3</a>. Acesso em: 22 mar. 2015.</p> <p>ROMEIRO, A.R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. Estudos Avançados, v.26, n.74, p.65-92, 2012.</p> <p>SACHS, J. Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.</p> <p>NAREDO, J. M. Economía e sustentabilidad: la economía ecológica em perspectiva. Polis Revista de la Universidad Bolivariana, v.1, n.1, p.1-27, 2001.</p> <p>VEIGA, J.E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.</p> <p>SAES, B.M. Macroeconomia Ecológica: o desenvolvimento de abordagens e modelos a partir da economia ecológica. 2013. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Econômico), Campinas, SP, 2013.</p> <p>ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2009.</p> <p>DAL SOGLIO. Desenvolvimento, agricultura e agroecologia: qual a ligação? In: GUERRA, G.A.D.; WAQUIL, P.D. Desenvolvimento rural sustentável no norte e sul do Brasil. Belém: Paka-tatu, 2013.</p>
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
<p>FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974 (cap. 1-3).</p> <p>BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto. 1995 (Cap. 2)</p> <p>MYRDAL, G. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Editora Saga. 1960.</p> <p>PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. 1949. Disponível em: <a href="http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1611/003.pdf?sequence=1">http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1611/003.pdf?sequence=1</a> . Acesso em: 22 mar. 2015.</p> <p>ROSTOW. Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista. 1960. Rio de Janeiro: Zahar (Cap. 1).</p>

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: TÓPICOS AVANÇADOS EM DESENVOLVIMENTO Carga Horária: 60h	Código: SL4038
<b>Ementa</b>	
Sociologia do desenvolvimento. Crescimento e concentração de renda. Desenvolvimento desigual e combinado. Instituições e desenvolvimento. Financiamento do desenvolvimento. Transferência de tecnologias para o desenvolvimento de economia periféricas. Nuances contemporâneas do Desenvolvimento: desenvolvimento sustentável, solidário, incluyente, endógeno, como liberdade. Outros tópicos emergentes sobre o tema.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Abordar com os discentes tópicos contemporâneos relacionados à questão do desenvolvimento.	
Objetivos Específicos: Discutir aspectos da sociologia do desenvolvimento e seus impactos para a compreensão do fenômeno; Analisar criticamente as tendências contemporâneas de concentração de renda e riqueza e seus impactos sobre o retrocesso do processo de desenvolvimento das nações;	

Compreender o papel da transferência e desenvolvimento de tecnologias para o desenvolvimento das economias periféricas. Analisar as nuances contemporâneas do desenvolvimento, em especial o desenvolvimento sustentável, solidário, incluyente, endógeno, como liberdade. Discutir tópicos emergentes sobre o tema, buscando compreender seu impacto para as alternativas de desenvolvimento das nações.

#### Referências Bibliográficas Básicas

- ARRIGHI, G. A ilusão do desenvolvimento. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRANDÃO, C. A impossibilidade de uma teoria geral e abstrata do desenvolvimento. mimeo, 2008.
- CARDOSO, F.H. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. Revista de Economia Política. v.15, n.4, p.148-155, 1995.
- DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky e a intelectualidade brasileira. Outubro, v. 16, p. 75-107, 2007.
- FREEMAN, C.; SOETE, L. A economia da inovação industrial. São Paulo: Editora Unicamp, 2008
- GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. RAE-eletrônica. V. 6, n.1, jan./jun., 2007.
- LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Revista Outubro, v. 1, n. 01, p. 70-80, 1995.
- ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em:< [http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)>, Acesso em: 29, fev., 2016.
- POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- PORTES, A. El neoliberalismo y La sociologia Del desarrollo: tendencias emergentes y efectos inesperados. In: FRANCO, R. (edit.). Sociologia Del desarrollo, políticas sociales y democracia: estudios em homenaje a Aldo E. Solari. Santiago y Montevideo: Siglo XXI, 1999.
- RAUD-MATTEDI, C. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.20, n.57, fev., p. 127-208, 2005.
- ROMEIRO, A.R. Desenvolvimento econômico e a questão ambiental. Análise Econômica, v.9, n.16, set., p.141-152, 1991.
- SACHS, I. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.cap. 2, p. 47-64.
- SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. Sociologias. v.13, n.27, mai./ago., p.180-219, 2011.
- SEN, A. Comportamento econômico e sentimentos morais. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n.25, p. 103-130, 1992.
- SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, D.A.; NELSON, A.V.M.; SILVA, M.A.R. Do desenvolvimento como crescimento econômico ao desenvolvimento como liberdade: a evolução de um conceito. Desenvolvimento em Questão, v.16, n.42, jan./mar., p. 42-71, 2018.
- SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estudos Avançados. v.18, n.51, p.7-22, 2004.
- SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP. v.16, n.2, p.7-34, 2004.
- THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. Novos Cadernos NAEA, v. 12, n. 2, 2010.
- VEIGA, J.E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

#### Referências Bibliográficas Complementares

- PATNAIK, U. A falácia de Ricardo: benefícios mútuos advém do comércio baseado em custos comparativos e especializações? In: KS, J. (Org.) Os pioneiros do desenvolvimento econômico: grandes economistas no desenvolvimento. São Paulo: Globus, 2005a.
- PATNAIK, U. Karl Marx como um economista do desenvolvimento. In: KS, J. (Org.) Os pioneiros do

desenvolvimento econômico: grandes economistas no desenvolvimento. São Paulo: Globus, 2005b.  
 PIKETTY, T. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.  
 REINERT, E.S.; REINERT, S.A. Mercantilismo e desenvolvimento econômico: dinâmica schumpeteriana, construção da estrutura institucional e benchmarking internacional. In: KS, J. REINERT, E.S. As origens do desenvolvimento econômico: como as escolas do pensamento econômico têm abordado o desenvolvimento. São Paulo: Globus, 2005.  
 SOUZA, N.J. Desenvolvimento segundo a concepção marxista. In: SOUZA, N.J. Desenvolvimento econômico. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009.  
 STIGLITZ, J. E. O preço da desigualdade. Lisboa: Bertrand, 2016.  
 Artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, de acesso livre.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: TÓPICOS AVANÇADOS EM ECONOMETRIA Carga Horária: 60h	Código: SL4036
Ementa	
Modelos de Equações Simultâneas. Modelos Econométricos Dinâmicos. Econometria de séries temporais, Modelos de Regressão com dados em Pannel.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Desenvolver e aplicar conhecimentos econométricos em dados econômicos. Objetivos Específicos: Aplicar modelos econométricos em dados econômicos; utilizar os softwares R e Python para gerar os modelos; debater teoria econômica com base em resultados econométricos.	
Referências Bibliográficas Básicas	
GUJARATI, D. Econometria básica. Rio de Janeiro: Campus, 2006. HOFFMANN, R. Análise de regressão: uma introdução à econometria. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006. MADDALA, G. S. Introdução à econometria. Rio de Janeiro: LTC, 3.ed. 2003. WOOLDRIDGE, J. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. São Paulo: Thomson Learning, 2005	
Referências Bibliográficas Complementares	
ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. Estatística Aplicada à Administração e Economia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007. BUENO, R. L. S. Econometria de séries temporais. São Paulo, Cengage Learning, 2011. BUSSAB, W. O. MORETTIN, P. A. Estatística básica. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. HILL, C; GRIFFITHS, W; JUDGE, G. Econometria. São Paulo: Saraiva, 2000. HOFFMANN, R. Estatística para economistas. São Paulo: Atlas, 2000.	

Identificação da Componente	
Componente Curricular: TÓPICOS AVANÇADOS EM ECONOMIA INTERNACIONAL Carga Horária: 60h	Código: SL4037
Ementa	
Tópicos avançados em teoria neoclássica do comércio internacional: modelos de comércio internacional Pós-Heckscher-Ohlin, modelos de comércio internacional com concorrência imperfeita. Modelos de política comercial com aplicação da teoria dos jogos.	
Objetivos	
Objetivos Geral: Desenvolver nos alunos a abordagens mais complexas dos modelos vistos em disciplinas de economia internacional de referência. Objetivos Específicos: Revisar os modelos de economia internacional neoclássico - Modelo Hecksher-Ohlin; Apresentar o modelo de vantagens comparativas dinâmicos; Demais modelos Pós-Heckscher-Ohlin; Revisão de Conceitos de teorias dos jogos; Modelos de teoria dos jogos aplicados em Economia Internacional.	
Referências Bibliográficas Básicas	

<p>BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. Economia internacional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.</p> <p>CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. Economia internacional. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>KRUGMAN, P.; OBSTEFELD, M. Economia internacional: teoria e política. São Paulo: Pearson Education, 2010.</p>
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
<p>CAVES, R.; FRANKEL, J.; JONES, R. Economia internacional. São Paulo: Saraiva, 2001.</p> <p>SALVATORE, D. Introdução à Economia Internacional. São Paulo: LTC, 2007.</p> <p>APPLEYARD, D.; FIELD Jr., A.; COOB, S.; LIMA, A. Economia Internacional. São Paulo: McGraw-Hill, 2010.</p> <p>CARMO, E. C.; MARIANO, J. Economia Internacional. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.</p> <p>ROSSI, P. Taxa de Câmbio e Política Cambial no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.</p> <p>TERRA, C. Finanças Internacionais: Macroeconomia Aberta. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2014.</p> <p>DE CONTI, B. M. Regimes cambiais em países emergentes: a experiência brasileira recente (1994-2006). Campinas: UNICAMP, 2007 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: &amp;lt;http://libdigi.unicamp.br/&amp;gt;.</p> <p>GONÇALVES, R. Economia política internacional. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2005.</p> <p>PRATES, D. M. Crises financeiras nos países emergentes: uma interpretação heterodoxa. Campinas: UNICAMP, 2002 (Tese de Doutorado). Disponível em: &amp;lt;http://libdigi.unicamp.br/&amp;gt;.</p> <p>SOUZA, N. J. de. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas. 2004. WESSELS, W. J. Economia. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p>

<b>Identificação da Componente</b>	
Componente Curricular: TÓPICOS AVANÇADOS EM MACROECONOMIA Carga Horária: 60h	Código: SL4035
<b>Ementa</b>	
Desenvolvimentos Atuais da Macroeconomia: O crescimento das nações, seus determinantes e os componentes institucionais que favorecem a economia local. A política fiscal e monetária: principais teorias e prática. Aplicação ao caso brasileiro. Remuneração dos Fatores de Produção. Desigualdade e Concentração do Capital.	
<b>Objetivos</b>	
<p>Objetivo Geral: Construir conjuntamente com os discentes a análise de alguns dos principais desenvolvimentos na macroeconomia moderna.</p> <p>Objetivos Específicos: Discutir os principais tópicos do pensamento macroeconômico em debate na atualidade; Estudar as tendências da teoria macroeconômica contemporânea e as suas críticas. Verificar as fortalezas e as fraquezas da teoria macroeconômica contemporânea.</p>	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
<p>ACEMOGLU, Daron; JOHSON, Simon; ROBINSON, James. The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. The American Economic Review, v. 91, n. 5, p. 1369-1401, 2001. Disponível em: Acesso em: 3 mar. 2016. ACEMOGLU, Daron; JOHSON, Simon; ROBINSON. Reversal of fortune: Geography and institutions in the making of the Modern World income. Quarterly Journal of Economics, v. 117, n. 4, 2002.</p> <p>FROYEN, Richard T. Macroeconomia: Teorias e Aplicações. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. 2a Edição. cap. 17 e 18.</p>	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
<p>DURLO, Rafael Montasanari. et al. Os determinantes do Crescimento Econômico Mundial: Algumas Evidências para o período 1994-2012. In: Anais do XVIII Encontro de Economia da Região Sul. Disponível em: Acesso em: 3 mar. 2016.</p> <p>FERREIRA, André. O Desenvolvimento Econômico em perspectiva histórica. In: FERREIRA, Pedro (org.) Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. cap. 3.</p>	



CARDOSO, Renato Fragelli. Política Econômica, Reformas Institucionais e Crescimento: A Experiência Brasileira (1945-2010). In: FERREIRA, Pedro (org.) Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. cap. 6.

BARBOSA, Fernando de Holanda. Política Monetária: Instrumentos, Objetivos e a Experiência Brasileira. O Plano Real e a Política Econômica. São Paulo: Educ., 1996. PIKETTY, Thomas. O Capital no Século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. cap. 12.

BONELLI, Regis; BACHA, Edmar. Crescimento Econômico Revisitado. In: FERREIRA, Pedro (org.) Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. cap. 8.

BARROS, Alexandre Ramos. Desigualdades Regionais e Desenvolvimento Econômico. In: FERREIRA, Pedro (org.) Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. cap. 15.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista. Tese de Doutorado em Economia do Programa de Pós-Graduação de Economia da UFRGS. 2001.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. A economia brasileira e as mudanças estruturais pós anos 1980: novo paradigma, novas instituições ou novo desenvolvimentismo? Revista Economia & Tecnologia (RET), v. 9, n. 1, p. 117-136, 2013.

GIAMBIAGI, F. 18 anos de política fiscal no Brasil: 1991-2008. Economia Aplicada. 12,4,2008.

LOPREATO, Francisco Luiz L. A política fiscal brasileira: limites e entraves ao crescimento. Texto para Discussão. N. 131. 2007.

\_\_\_\_\_. O papel da Política Fiscal. Texto para Discussão, 2006.

ALMEIDA, M. et al. Expansão e dilemas do controle do gasto público no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, jun. 2006. (Nota Técnica Boletim de Conjuntura, n. 73)

GOLDFAJN, Ilan; GUARDIA, Eduardo Refinetti. Regras Fiscais e Sustentabilidade da Dívida no Brasil. 2003.

GOMES, Cleomar; HOLLAND, Márcio. Regra de Taylor e Política Monetária em condições de Endividamento Público no Brasil. Economia, v. 4, n. 2, p. 333-361, 2003.

GOMES, Cleomar; AIDAR, Otávio. Política Monetária no Brasil: Os desafios do regime de metas de inflação. Economia-Ensaios, Uberlândia, p.45-63, 2005.

MONTES, Gabriel. Política Monetária, inflação e Crescimento Econômico: A influência da reputação da autoridade monetária sobre a economia. Economia e Sociedade, v. 18, n. 2, p. 237-259, 2009.

POHLMANN, Éverton Luís; TRICHES, Divanildo. Análise do Desempenho da Política Monetária no Brasil. Perspectiva Econômica, v. 4, n. 2, p. 22-24, 2008.

ACEMOGLU, Daron. ROBINSON, James. Why Nations Fail? Crown Business, 2012.

ACEMOGLU, Daron. ROBINSON, James. Por que as Nações Fracassam? Editora Campus, 2012.

BACHA, Carlos José Caetano. Macroeconomia Aplicada à análise da Economia Brasileira. São Paulo: Edusp, 2004.

BARRO, Robert J. SALA-I-MARTIN, Xavier. Economic Growth. The MIT press, 2004. Introdução e Capítulo 12.

PIKETTY, Thomas. O Capital no Século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. cap. 1-12.

Identificação da Componente	
Componente Curricular: TÓPICOS EM MACROECONOMIA: UMA ABORDAGEM QUANTITATIVA Carga Horária: 60h	Código: SL2058
Ementa	
Macroeconomia Aplicada. Estudo das Séries Nacionais de Estatísticas. Macroeconômicos das seguintes relações: Moeda, Produto e Preço: a equação de Fischer; Inflação e Desemprego Curva de Phillips; Inflação e Produto: Lei de Okun; Inflação e Produto Regra de Taylor; Crescimento Demográfico e o Produto - Modelo de Solow e Produto por Trabalhador ao longo do tempo: produtividade. Desigualdade e Crescimento. Curva de Kuznets;	
Objetivos	

<p>Objetivo Geral: Familiarizar os estudantes com as principais séries de dados da economia brasileira e sua relação com a Macroeconomia, principalmente os desenvolvimentos macroeconômicos mais recentes na abordagem aplicada.</p> <p>Objetivos Específicos: Identificação das principais fontes de dados disponíveis que estão relacionadas a macroeconomia em sites nacionais e internacionais; Como manipular e limpar os dados extraídos das fontes por meio de software estatístico; Integração dos dados com a teoria macroeconômica para diversos tópicos da disciplina.</p>
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>
<p>DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. Macroeconomia. 10. ed. São Paulo: McGrawHill, 2009.</p> <p>FROYEN, R. T. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>LOPES, L. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. (Orgs.) Manual de macroeconomia. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p>
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>
<p>BLANCHARD, O. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.</p> <p>GUJARATI, Damodar; PORTER, Dawn C. Econometria Básica. Porto Alegre: Bookman, 2014.</p> <p>MANKIW, N. G. Macroeconomia. 7. ed. Rio de Janeiro: Gen, 2010.</p> <p>SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introdução a Econometria. 4ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006.</p>

<b>Identificação da Componente</b>	
<p>Componente Curricular: TÓPICOS AVANÇADOS EM MICROECONOMIA</p> <p>Carga Horária: 60h</p>	<p>Código: SL4033</p>
<b>Ementa</b>	
<p>Crítica da eficiência máxima da alocação do mercado em estado de equilíbrio; Teoremas das preferências reveladas; Tópicos avançados da teoria da firma; Tópicos avançados de mercados não competitivos.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<p>Objetivo Geral: Compreender as principais críticas em relação máxima da alocação do mercado em estado de equilíbrio.</p> <p>Objetivos Específicos: discutir a crítica à teoria microeconômica; utilizar métodos econométricos para embasar os resultados empíricos. Avaliar os mercados competitivos.</p>	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
<p>ARTHUR, W.B. (1994), Inductive reasoning and bounded rationality, The American Economic Review, Vol. 84, No. 2, pp. 406-411.</p> <p>BARROS, G. (2004), Racionalidade e organizações: um estudo sobre comportamento econômico na obra de Herbert A. Simon, dissertação de mestrado, São Paulo: FEA-USP. Disponível em <a href="http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-05032005-183337/pt-br.php">http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-05032005-183337/pt-br.php</a>. Site acessado em 24/04/2014.</p> <p>KAHNEMAN, D. (2012), Rápido e devagar duas formas de pensar, Rio de Janeiro: Objetiva.</p> <p>PRADO, E.F.S (2006), Microeconomia reducionista e microeconomia sistêmica, Nova Economia, Vol. 16, No. 2, pp. 303-322.</p> <p>PRADO, E.F.S. (2009) Economia, complexidade e dialética. São Paulo: Plêiade.</p>	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
<p>AGGIO, G.O. (2011), Análise sistêmica para fenômenos monetários, tese de doutorado, Campinas: IE-UNICAMP. Disponível em <a href="http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000845575">http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000845575</a>. Site acessado em 24/04/2014.</p> <p>ARTHUR, W.B. (2014), Science in a complex world: a small group of Santa Fe researchers changed economic thinking. Artigo de divulgação disponível em <a href="http://www.santafenewmexican.com/news/local_news/science-in-a-complex-world-a-small-group-of-santa/article_cc459747-b2fa-5ba9-83aa-8dbf497abd89.html">http://www.santafenewmexican.com/news/local_news/science-in-a-complex-world-a-small-group-of-santa/article_cc459747-b2fa-5ba9-83aa-8dbf497abd89.html</a>. Site acessado em 24/04/2014.</p> <p>CARDOSO, F.G. (2008), Elementos para a integração analítica do micro e da macroeconomia, dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IE-UFRJ. Disponível em <a href="http://www.ie.ufrj.br/monta_frames.php?topo=pos/postop-stricto.html&amp;menu=pos/posnaveg.html&amp;principal=pos/listar_tesedissertacao.php?listar=d">http://www.ie.ufrj.br/monta_frames.php?topo=pos/postop-stricto.html&amp;menu=pos/posnaveg.html&amp;principal=pos/listar_tesedissertacao.php?listar=d</a>. Site acessado em 24/04/2014.</p>	

GERSHENSON, C. (2007), Design and control of self-organizing systems. Tese de Doutorado, Faculteit Wetenschappen Center Leo Apostel for Interdisciplinary Studies, Bruxelas: Universidade de Vrije. Disponível em <http://cogprints.org/5442/1/thesis.pdf?q=some-philosophical-influences-on-ilya-prigogines-statistical>. Site acessado em 25/04/2014.

VARIAN, H.R (2012), Microeconomia uma abordagem moderna, tradução da 8ª Ed. Rio de Janeiro: Campus.

Artigos publicados em periódicos de acesso livre.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: TÓPICOS EMERGENTES EM DESENVOLVIMENTO Carga Horária: 60 h (EAD)	Código: SL4590
Ementa	
Estudos de tópicos específicos em Desenvolvimento. Análise de campos emergentes ou avançados do conhecimento científico em Desenvolvimento. Identificação dos métodos e técnicas aplicáveis ao aprofundamento dos temas abordados na disciplina.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Consolidar a formação na análise do Desenvolvimento, por meio do estudo detalhado de tópicos atuais. Objetivos Específicos: Permitir ao discente identificar estudos recentes na literatura de Desenvolvimento; permitir ao discente identificar os avanços teóricos da Teoria do Desenvolvimento.	
Referências Bibliográficas Básicas	
SCHUMPETER, Joseph. Teoria do Desenvolvimento Econômico. Os economistas. Ed. Nova Cultural. 1996. SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das letras. 2006. THIRLWALL, A. P. A natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações. Brasília, DF: IPEA, 2005. JONES, C. Introdução à teoria do crescimento. Rio de Janeiro: Campus, 2000.	
Referências Bibliográficas Complementares	
SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2000. FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento econômico: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000. FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1983. PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. 1949. Disponível em: <a href="http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1611/003.pdf?sequence=1">http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1611/003.pdf?sequence=1</a> . Acesso em: 22 mar. 2015. CHANG, H. J. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP. 2004. SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluído, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2008. FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2009. LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Outubro, n. 1, 1998. NELSON, Richard R. As fontes do crescimento econômico. Campinas, SP: Unicamp, 2006. NELSON, Richard R. WINTER, Sidney G. Uma teoria evolucionária da mudança econômica. Campinas, SP: Unicamp, 2005. NOVACK, George. Desenvolvimento desigual e combinado da sociedade, Rabisco, 1988. BRANDAO, Carlos A. Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Unicamp, 2007. SANTOS, T. A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico. In: <i>Los retos de la globalización</i> . Ensayo en homenaje a Theotonio Dos Santos, 1998. SOUZA, N. J. de. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas. 2004. NOVACK, George. Desenvolvimento desigual e combinado da sociedade. São Paulo: Rabisco, 1988. LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Revista Outubro, São Paulo, p. 73-80, n. 1, 1998.	

Identificação do Componente

Componente Curricular: TÓPICOS EMERGENTES EM ECONOMETRIA Carga Horária: 60 h (EAD)	Código: SL4591
<b>Ementa</b>	
Estudos de tópicos específicos em Econometria. Análise de campos emergentes ou avançados do conhecimento científico em Econometria. Identificação dos métodos e técnicas aplicáveis ao aprofundamento dos temas abordados na disciplina.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Consolidar a formação na análise Econométrica, por meio do estudo detalhado de tópicos atuais. Objetivos Específicos: Permitir ao discente identificar estudos recentes na literatura de Econometria; permitir ao discente identificar os avanços teóricos da Econometria.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
GUJARATI, D. Econometria básica. Rio de Janeiro: Campus, 2006. HOFFMANN, R. Análise de regressão: uma introdução à econometria. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006. WOOLDRIDGE, J. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. São Paulo: Thomson Learning, 2005.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
BUENO, R. L. S. Econometria de séries temporais. São Paulo, Cengage Learning, 2011. BUSSAB, W. O. MORETTIN, P. A. Estatística básica. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. HILL, C; GRIFFITHS, W; JUDGE, G. Econometria. São Paulo: Saraiva, 2000. HOFFMANN, R. Estatística para economistas. São Paulo: Atlas, 2000. MADDALA, G. S. Introdução à econometria. Rio de Janeiro: LTC, 3.ed. 2003.	

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: TÓPICOS EMERGENTES EM ECONOMIA BRASILEIRA Carga Horária: 60 h (EAD)	Código: SL4592
<b>Ementa</b>	
Estudos de tópicos específicos em Economia Brasileira. Análise de campos emergentes ou avançados do conhecimento científico em Economia Brasileira. Identificação dos métodos e técnicas aplicáveis ao aprofundamento dos temas abordados na disciplina.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Consolidar a formação na análise de Economia Brasileira, por meio do estudo detalhado de tópicos atuais. Objetivos Específicos: Permitir ao discente identificar estudos recentes na literatura de Economia Brasileira; permitir ao discente identificar os avanços nos estudos sobre a Economia Brasileira.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). A ordem do progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil. 2º. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora da UNESP, 2002. GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L.B.; HERMANN, J. (Orgs.). Economia brasileira contemporânea: 1945/2015. 3º. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2016	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
ARAÚJO, V. L. DE; MATTOS, F. A. M. (Org.). A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações. São Paulo: Hucitec, 2021. MELLO, J. M. C. de. O capitalismo tardio. 11. ed. Campinas: Editora UNESP e Edições FACAMP, 2009. CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. A economia brasileira em marcha forçada. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Orgs.). Formação econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva, 6ª Edição, 2018. BIELSCHOWSKY, Ricardo A. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, SP: Brasiliense, 2008.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: TÓPICOS EMERGENTES EM FINANÇAS Carga Horária: 60 h (EAD)	Código: SL4593
Ementa	
Estudos de tópicos específicos em Finanças. Análise de campos emergentes ou avançados do conhecimento científico em Finanças. Caracterização do objeto de estudo. Análise das correntes interpretativas. Identificação dos métodos e técnicas aplicáveis ao aprofundamento dos temas abordados na disciplina.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Consolidar a formação na análise de Finanças, por meio do estudo detalhado de tópicos atuais. Conhecimento aprofundado de Finanças. Objetivos Específicos: Permitir ao discente identificar estudos recentes na literatura de Finanças; permitir ao discente identificar os avanços teóricos no campo das Finanças.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BRUNI, A. L; FAMA, R. A matemática das finanças. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008. GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. 12º Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro. São Paulo, SP: Atlas, 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	
LEMONS, Flávio. Análise técnica dos mercados financeiros: um guia completo e definitivo dos métodos de negociação de ativos. São Paulo: Saraiva, 2018 (recurso online). SIEGEL, Jeremy. Investindo em ações no longo prazo. Porto Alegre: Bookman, 2015 (recurso online). CAETANO, Marco Antonio Leonel. Análise de risco em aplicações financeiras. São Paulo: Blucher, 2017 (recurso online). MATARAZZO, Dante C. Análise financeira de balanços. São Paulo: Atlas, 2010. WELSCH, Glenn Albert. Orçamento empresarial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: TÓPICOS EMERGENTES EM HISTÓRIA ECONÔMICA Carga Horária: 60 h (EAD)	Código: SL4594
Ementa	
Estudos de tópicos específicos em História Econômica. Análise de campos emergentes ou avançados do conhecimento científico em História Econômica. Caracterização do objeto de estudo. Análise das correntes interpretativas. Identificação dos métodos e técnicas aplicáveis ao aprofundamento dos temas abordados na disciplina.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Consolidar a formação em História Econômica, por meio do estudo detalhado de tópicos atuais. Objetivos Específicos: Permitir ao discente identificar estudos recentes na literatura de História Econômica; permitir ao discente identificar os avanços no estudo da História Econômica.	
Referências Bibliográficas Básicas	
HOBSBAWM, E. J. A era das revoluções: 1789-1848. 25. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010. SAES, Flávio Azevedo Marques de. História econômica geral. São Paulo: Saraiva, 2013 (recurso online). ARRIGHI, G. O longo século XX. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Ed. Unesp, 1996.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII. Vol.3. Rio de Janeiro: Cosmos, 1985. DOBB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. São Paulo: Abril Cultural, 1986. HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 22. Rio de Janeiro LTC 2010 (recurso online). HOBSBAWM, Eric J. A era dos impérios: 1875 - 1914. 13. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2010. KENNEDY, P. Ascensão e queda das grandes potências. São Paulo: Campus, 1989.	

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: TÓPICOS EMERGENTES EM MACROECONOMIA Carga Horária: 60 h (EAD)	Código: SL4595
<b>Ementa</b>	
Estudos de tópicos específicos em Macroeconomia. Análise de campos emergentes ou avançados do conhecimento científico em macroeconomia. Caracterização do objeto de estudo. Análise das correntes interpretativas. Identificação dos métodos e técnicas aplicáveis ao aprofundamento dos temas abordados na disciplina.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Consolidar a formação na análise macroeconômica, por meio do estudo detalhado de tópicos atuais. Conhecimento aprofundado em macroeconomia. Objetivos Específicos: Permitir ao discente identificar estudos recentes na literatura de Macroeconomia; permitir ao discente identificar os avanços teóricos da Macroeconomia.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
BLANCHARD, O. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011. DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. Macroeconomia. 10. ed. São Paulo: McGrawHill, 2009. FROYEN, R. T. Macroeconomia. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego do juro e da moeda. São Paulo: Atlas, 1982. SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. JONES, C. Introdução à teoria do crescimento. Rio de Janeiro: Campus, 2014. MINSKY, H. P. Estabilizando uma economia instável. São Paulo: Novo Século, 2010. CARVALHO, F. J. C. de et al. Economia monetária e financeira: teoria e política. 2. ed. ampliada. Rio de Janeiro: Campus, 2007.	

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: TÓPICOS EMERGENTES EM MÉTODO E HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO Carga Horária: 60 h (EAD)	Código: SL4596
<b>Ementa</b>	
Estudos de tópicos específicos em Método e História do Pensamento Econômico. Análise de campos emergentes ou avançados do conhecimento científico em Método e História do Pensamento Econômico.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Consolidar a formação em Método e História do Pensamento Econômico, por meio do estudo detalhado de tópicos atuais. Objetivos Específicos: Permitir ao discente identificar estudos recentes na literatura de Método e História do Pensamento Econômico; permitir ao discente identificar os avanços no estudo do Método e da História do Pensamento Econômico.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
BRUE, S. História do pensamento econômico. São Paulo: Thompson Learning, 2006. HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. CARNEIRO, R (Org.). Os clássicos da economia. São Paulo: Editora Ática, 2008. (Volumes 1 e 2).	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
FEIJÓ, Ricardo. História do Pensamento Econômico. São Paulo: Atlas, 2001. GALA, P.; RÉGO, J. M. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. São Paulo: Editora 34, 2003. CORAZZA, G. (Org.). Métodos da ciência econômica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. FEIJÓ, R. Metodologia e filosofia da ciência. São Paulo: Atlas, 2003. BARBIERI, Fabio. Metodologia do pensamento econômico: o modo de fazer ciência dos economistas. São Paulo: Atlas, 2014 (recurso online).	

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: TÓPICOS EMERGENTES EM MÉTODOS QUANTITATIVOS Carga Horária: 60 h (EAD)	Código: SL4597
<b>Ementa</b>	
Estudos de tópicos específicos em Métodos Quantitativos em Economia. Análise de campos emergentes ou avançados do conhecimento científico em Métodos Quantitativos em Economia. Caracterização do objeto de estudo. Análise das correntes interpretativas. Identificação dos métodos e técnicas aplicáveis ao aprofundamento dos temas abordados na disciplina.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Consolidar a formação na análise de Métodos Quantitativos em Economia, por meio do estudo detalhado de tópicos atuais. Conhecimento aprofundado de Métodos Quantitativos em Economia. Objetivos Específicos: Permitir ao discente identificar estudos recentes na literatura de Métodos Quantitativos em Ciências Econômicas; permitir ao discente identificar os avanços teóricos em Métodos Quantitativos nas Ciências Econômicas.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
CHIANG, Alpha C. Matemática para economistas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. GOLDSTEIN, L. J.; LAY, D. C.; SCHNEIDER, D. I. Matemática aplicada: economia, administração e contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2006. SIMOM, C. P.; BLUME, L. Matemática para economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008. STEINBRUCH, Alfredo. Álgebra linear. 2. ed. São Paulo, SP: Pearson Makron Books, 1987. CYSNE, Rubens Penha. Curso de matemática para economistas. São Paulo: Atlas, 2000. IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar. 8. ed. São Paulo, SP: Atual, 2004. SILVA, Sebastião Medeiros da. Matemática básica para cursos superiores. São Paulo: Atlas, 2008.	

<b>Identificação do Componente</b>	
Componente Curricular: TÓPICOS EMERGENTES EM MICROECONOMIA Carga Horária: 60 h (EAD)	Código: SL4598
<b>Ementa</b>	
Estudos de tópicos específicos em Microeconomia. Análise de campos emergentes ou avançados do conhecimento científico em Microeconomia. Caracterização do objeto de estudo. Análise das correntes interpretativas. Identificação dos métodos e técnicas aplicáveis ao aprofundamento dos temas abordados na disciplina.	
<b>Objetivos</b>	
Objetivo Geral: Consolidar a formação na análise microeconômica, por meio do estudo detalhado de tópicos atuais. Conhecimento aprofundado em Microeconomia. Objetivos Específicos: Permitir ao discente identificar estudos recentes na literatura de Microeconomia; permitir ao discente identificar os avanços teóricos da Microeconomia.	
<b>Referências Bibliográficas Básicas</b>	
PINDYCK, R. S; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. São Paulo: Makron Books, 2003. VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2003. KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002	
<b>Referências Bibliográficas Complementares</b>	
FIANI, Ronaldo. Teoria dos jogos: com implicações em economia, administração e ciências sociais. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2009. MANSFIELD, E.; YOHE, G. Microeconomia: teoria e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2006. VASCONCELLOS, M. A. S; OLIVEIRA, R. G. Manual de microeconomia. São Paulo: Atlas, 2000. COASE, R. H. The Nature of the Firm. Economica, v.4, 386-405, 1937. CONCEIÇÃO, O. A. C. Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista. Tese de Doutorado em Economia. Porto Alegre, PPG/UFGRS, 2000. FREEMAN, C.; SOETE, L. A economia da inovação industrial. São Paulo: Editora Unicamp, 2008. NELSON, R; WINTER, S. Uma teoria evolucionária da mudança tecnológica. São Paulo: Editora UNICAMP, 2000.	

PENROSE, E. A teoria do crescimento da firma. São Paulo: Editora UNICAMP, 2006.  
 WILLIAMSON, O. E. Transaction costs economics and organization theory. Industrial and Corporate Change, v. 2, n. 2, p. 107-156, 1993.

#### Identificação do Componente

Componente Curricular: VALORAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS

Código:

Carga Horária: 30h

#### Ementa

Diferenças teóricas e metodológicas da Economia do Meio ambiental e Ecológica. Valoração econômica e Recursos Naturais. Métodos de valoração de recursos naturais. Análise Sistemática e de Multicritério.

#### Objetivos

Objetivo Geral: Diferenciar as abordagens econômicas relacionadas à gestão de recursos naturais salientando as diferenças teóricas e metodológicas da economia do meio ambiente e economia ecológica, desenvolvendo as habilidades metodológicas para a valoração de recursos naturais e análise sistêmica e multicritérios de recursos naturais.

Objetivos Específicos: Compreender as distinções conceituais e metodológicas no tratamento de recursos naturais. Proceder à análise crítica dos aspectos da formulação teórica entre as duas vertentes de abordagem sobre os recursos naturais. Utilizar métodos científicos na condução de processos de valoração de recursos naturais. Relacionar a ciência econômica e os aspectos éticos, sociais, políticos, ambientais e de cidadania numa ampla formação de caráter humanístico.

#### Referências Bibliográficas Básicas

ANDRADE, A. Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. Leituras de Economia Política. Campinas. N.14, ago-dez 2008. Disponível em: <

[https://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/leituras-de-economia-politica/V11-F1-S14/1%20LEP14\\_Economia%20e%20Meio%20Ambiente.pdf](https://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/leituras-de-economia-politica/V11-F1-S14/1%20LEP14_Economia%20e%20Meio%20Ambiente.pdf) >

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. Olhar de professor. n.14(2), 309-335.2011. Disponível em: <

<http://177.101.17.124/index.php/olhardeprofessor/article/view/3515/2519>>

MAIA, A.; ROMEIRO, A.; REYDON, B. Valoração de recursos ambientais. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 116, mar. 2004. Disponível em: <

[www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1833&tp=a](http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1833&tp=a)

MARTINEZ ALIER. Economia ecológica. International encyclopedia of the social and behavioral sciences. Disponível em: <

[http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/artigos/Martinez\\_Alier\\_Ecological%20Economics\\_for\\_Encyclopedia%20August%202013%20pt%20Weiss%20e%20Cavalcanti%20trad%202015.pdf](http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/artigos/Martinez_Alier_Ecological%20Economics_for_Encyclopedia%20August%202013%20pt%20Weiss%20e%20Cavalcanti%20trad%202015.pdf)>

MAY, P.; LUSTOSA, M.; VINHA, L. Economia do meio ambiente: teoria e prática. Ed. Campus, 2010

MOTTA. Manual para a valoração econômica de recursos ambientais. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. Disponível em: < <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/manual-para-valoracao-economica-de-recursos-ambientais.pdf> >

SOUZA, R. Economia do meio ambiente: aspectos teóricos da economia ambiental e da economia ecológica. SOBER. 2008. Disponível em :< <http://www.sober.org.br/palestra/9/282.pdf>>

#### Referências Bibliográficas Complementares

FAUCHEUX E NOEL. Economia dos recursos naturais e meio ambiente. Instituto Piaget, 1995.

FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. Problemática ambiental ou problemática socioambiental.

Desenvolvimento e meio ambiente. Ed. UFPR. N.18, p.87-94. 2008. Disponível em :< [revistas.ufpr.br/made/article/download/13427/9051](http://revistas.ufpr.br/made/article/download/13427/9051) >.

ROMEIRO, C. Economia ou economia política da sustentabilidade? Texto para Discussão.

IE/UNICAMP n. 102, set. 2001. Disponível em:<

[www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1732&tp=a](http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1732&tp=a) >

VIEIRA; BEKERS; SEIXAS. Gestão integrada e participativa de recursos naturais. Ed APED, 2005.

YOUNG E FAUSTO. Valoração de recursos naturais como instrumento de análise da expansão da fronteira agrícola na Amazônia. Rio de Janeiro: IE/UFRJ. Texto para discussão 490, 1997.

Artigos publicados em periódicos de acesso livre.



## 4 GESTÃO

### 4.1 RECURSOS HUMANOS

#### 4.1.1 Coordenação, Comissão e Núcleo Docente Estruturante do Curso

O Curso de Ciências Econômicas está estruturado a partir de uma Coordenação de Curso, uma Comissão de Curso, o Núcleo Docente Estruturante, a assessoria do NuDE e do NInA, sendo o primeiro o setor responsável pelo atendimento de docentes e discentes do *campus*, dentro da área do Desenvolvimento Educacional, visando a qualificação do ambiente acadêmico com orientação de conhecimentos da Pedagogia e áreas afins; e o segundo o setor responsável pelas políticas de inclusão na Unipampa. Todas as estruturas têm suas competências e obrigações estabelecidas pela Resolução 05/2010, onde se tem o Regimento Geral da Unipampa.

A Comissão de curso tem a finalidade de operacionalizar questões relativas à vida diária do curso, implementação do projeto pedagógico do curso, bem como ações para a melhoria da qualidade de desempenho do curso e de seus alunos, entre outras competências. A Comissão de curso é presidida pelo coordenador de curso eleito para um mandato de dois (02) anos, podendo ser substituído, nas faltas ou impedimentos eventuais, pelo Coordenador substituto. Abaixo, no Quadro 8, a atual coordenação.

Quadro 11 - Coordenação do Curso

Nomes	André da Silva Redivo	Lucélia Ivonete Juliani
Cargo	Coordenador	Coordenadora substituta
Graduação	Ciências Econômicas (UFSC)	Ciências Econômicas (UNIJUI)
Mestrado	Economia (UFSC)	Modelagem Matemática (UNIJUI)
Doutorado	Economia (UFRGS)	Energia (UFABC)
Linha de pesquisa	Economia Brasileira, História Econômica, Desenvolvimento Econômico.	Métodos e Modelos Quantitativos, Economia da Energia, Economia e Meio Ambiente.
Início das atividades docentes na UNIPAMPA	2015	2017

Fonte: Elaboração própria.

Conforme Art. 102 da Resolução nº 5/Consuni, de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade, “a Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas” (Unipampa, 2010, p.26). É constituída por docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos doze meses, dois representantes discentes (eleitos para mandato de dois anos, sendo um deles suplente) e um representante dos Técnicos Administrativos em Educação. Quanto à participação do corpo docente na administração acadêmica do curso, ela se procede por meio da realização de reuniões convocadas pela coordenação, com todos os docentes. Nestas ocasiões são discutidos o planejamento das atividades e as iniciativas a serem implementadas no período acadêmico em questão.

Complementar à Comissão de curso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) possui função relacionada à avaliação e aprimoramento da estrutura curricular e de outros elementos estruturais da proposta curricular, incluindo sistemáticas de avaliação desta. O NDE se reúne regularmente, para, conforme a Resolução 04/2010 do CONAES, debater o desenvolvimento do curso, fazer autoavaliações a partir das percepções docentes e discentes, pensar as áreas de pesquisa, ensino e extensão relacionadas ao campo internacional, bem como resolver questões pertinentes ao anda. O regulamento do NDE do curso está no Apêndice F deste projeto e tem sua composição descrita no Quadro 9.

Quadro 12 - Membros do NDE

<b>Docente</b>	<b>Titulação</b>
Alessandra Troian	Doutorado
Altacir Bunde	Doutorado
André da Silva Redivo	Doutorado
Carlos Hernán Rodas Céspedes	Doutorado
Lucélia Ivonete Juliani	Doutorado
Mauro Barcellos Sopena	Doutorado
Patrícia Eveline dos Santos Roncato	Doutorado

Fonte: Elaboração própria.

#### **4.1.2 Corpo docente**

A seguir são apresentados os docentes que atuam no curso, suas formações, componentes curriculares que lecionam, as experiências de exercício no ensino

superior, na educação básica, na educação a distância e as experiências profissionais (excluída a experiência no exercício da docência no ensino superior).

O perfil almejado do docente da Unipampa construído por todos os professores da instituição no II Seminário de Desenvolvimento Profissional: Pedagogia Universitária, realizado em Santana do Livramento, de 17 a 19 de fevereiro de 2009 espera um educador com alta titulação, com uma sólida e qualificada formação acadêmica, dimensionada no conhecimento específico e nos estudos interdisciplinares da profissionalidade requerida. Tem comprometimento com a integração do ensino, da pesquisa e da extensão, inserido na região do pampa, em sua diversidade cultural, atuando como potencializador das relações socioeconômicas e do desenvolvimento sustentável. Com postura ética e autonomia intelectual, participa com criticidade da missão da Universidade, fortalecendo sua permanente construção.

Nesse sentido, tendo esse perfil de professor construído na instituição, fica claro que a Unipampa valoriza os processos de reflexão docente. Oportuniza espaços de planejamento e reflexão sobre as práticas docentes, bem como estudos de questões pedagógicas buscando oferecer ensino de qualidade.

Os docentes do Curso de Ciências Econômicas contam com o apoio Pedagógico do NuDE - Núcleo de Desenvolvimento Educacional do *campus* Santana do Livramento. Tal núcleo é composto no *campus* de Santana do Livramento por uma Técnica em Assuntos Educacionais, Pedagoga e Assistente Social, as quais executam atividades de atendimento, acompanhamento e assessoramento a docentes e discentes. O NInA, por sua vez, oferece apoio para a inclusão de discentes com deficiência na(s) área(s) auditiva, visual, física, intelectual e/ou múltipla; Transtornos Globais de Desenvolvimento – TGD, altas habilidades/superdotação e dificuldades específicas de aprendizagem que requeiram Atendimento Educacional Especializado. Além disso, o corpo docente também conta com o apoio dos coordenadores de curso e Coordenador Acadêmico.

Dessa forma, o trabalho dos professores do Curso de Ciências Econômicas está respaldado e apoiado pela política da universidade. É importante destacar que existe ainda a possibilidade de compartilhamento de docentes com outros *campi*, conforme necessidade e interesse do curso e da instituição. No Quadro 15 são apresentados os docentes que estão atuando no Curso de Ciências Econômicas, com

ênfase para a sua formação, experiência no ensino superior e experiência profissional para além da atuação na docência.

Quadro 13 - Docentes do Curso

Docente	Alessandra Troian
Formação	Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, UERGS (2006); Mestre em Extensão Rural, UFSM (2010); Doutora em Desenvolvimento Rural, UFRGS (2014).
Link Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/0939231468483828">http://lattes.cnpq.br/0939231468483828</a>
Docente	Altacir Bunde
Formação	Bacharel em Ciências Econômicas, UCPEL (2000); Mestre em Geografia, UFG (2011); Doutor em Geografia, UFG (2017).
Link Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/3204563081438445">http://lattes.cnpq.br/3204563081438445</a>
Docente	Ana Luísa de Souza Soares
Formação	Bacharel em Ciências Econômicas, UFSC(1994); Mestre em Economia, UFBA (1997); Doutora em Desenvolvimento Rural, UFRGS (2014).
Link Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/6949035281685297">http://lattes.cnpq.br/6949035281685297</a>
Docente	André da Silva Redivo
Formação	Bacharel em Ciências Econômicas, UFSC (2009); Mestre em Economia, UFSC (2012); Doutor em Economia, UFRGS (2018).
Link Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/5356397906456057">http://lattes.cnpq.br/5356397906456057</a>
Docente	Angela Quintanilha Gomes
Formação	Bacharel em Ciências Sociais, PUC-RS (1984); Mestre em Ciência Política, UFRGS (1998); Doutorado em Ciência Política, UFRGS (2011).
Link Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/5788307490349838">http://lattes.cnpq.br/5788307490349838</a>
Docente	Carlos Hérnan Rodas Céspedes
Formação	Bacharel em Ciências Econômicas, UEM (1983); Mestre em Economia de Empresas, FGV-SP (1992); Doutor em Economia do Desenvolvimento, PUCRS (2018).
Link Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/7937933702189190">http://lattes.cnpq.br/7937933702189190</a>
Docente	Daniel Gomes Mesquita
Formação	Bacharel em Ciência da Computação, UNICRUZ (1999); Mestre em Ciência da Computação (Arquitetua de Computadores), PUC-RS (2001); Doutor em Systèmes Automatiques et Microélectroniques, Université Montpellier 2, UM2 (2006). - Pós-Doutorado em Sistemas Embarcados, INESC-ID, Lisboa, Portugal (2008)
Link Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/7241769467508026">http://lattes.cnpq.br/7241769467508026</a>
Docente	Debora Nayar Hoff
Formação	Bacharel em Ciências Econômicas, UNIPLAC (1994); Mestre em Economia, UFSC (2000); Doutora em Agronegócios, UFRGS (2008).

Link Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/8005915249042173">http://lattes.cnpq.br/8005915249042173</a>
Docente	Fábio Régio Bento
Formação	Bacharel em Teologia, FAJE (1989) e Ciências Sociais, Pontificia Università S. Tommaso D'Aquino (1992); Mestre em Ciências Sociais, Pontificia Università S. Tommaso D'Aquino (1993); Doutor em Ciências Sociais, Pontificia Università S. Tommaso D'Aquino (1996).
Link Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/1028324368480940">http://lattes.cnpq.br/1028324368480940</a>
Docente	Felipe Gomes Madruga
Formação	Bacharel em Ciências Econômicas, UFPEL (2011); Mestre em Economia, UFPR (2013); Doutor em Economia, UFPR (2017).
Link Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/5400063550245919">http://lattes.cnpq.br/5400063550245919</a>
Docente	Jeferson Luis Lopes Goulart
Formação	Bacharel em Ciências Contábeis, URCAMP (1997); Mestre em Integración y Cooperación Internacional, UNR (2002); Doutor em Ciencias de la Educación, UNR (2015).
Link Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/5268510307155862">http://lattes.cnpq.br/5268510307155862</a>
Docente	João Garibaldi Almeida Viana
Formação	Bacharel em Zootecnia, UFSM (2005); Mestre em Extensão Rural, UFSM (2008); Doutor em Agronegócios, UFRGS (2012).
Link Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/5068257862720105">http://lattes.cnpq.br/5068257862720105</a>
Docente	Lucélia Ivonete Juliani
Formação	Bacharel em Ciências Econômicas, UNIJUI (2000); Mestre em Modelagem Matemática, UNIJUI (2003); Doutora em Energia, UFABC (2014).
Link Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/2289220296180487">http://lattes.cnpq.br/2289220296180487</a>
Docente	Margarete Leniza Lopez Gonçalves
Formação	Bacharel em Ciências Econômicas, UFSM (2006); Mestre em Economia, PUCRS (2010). Doutoranda em Desenvolvimento Rural, UFRGS.
Link Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/1335682537872413">http://lattes.cnpq.br/1335682537872413</a>
Docente	Mauro Barcelos Sopena
Formação	Bacharel em Ciências Econômicas, UCPel (1994); Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, UFPA (1997); Doutor em Extensão Rural, UFSM (2016).
Link Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/9972338678591669">http://lattes.cnpq.br/9972338678591669</a>
Docente	Patrícia Eveline dos Santos Roncato
Formação	Bacharel em Ciências Econômicas, UNIJUÍ (2004); Especialista em Gestão Financeira, UNIJUÍ (2006); Mestre em Desenvolvimento, UNIJUÍ (2009). Doutora em Extensão Rural, UFSM (2018).
Link Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/4493343317177008">http://lattes.cnpq.br/4493343317177008</a>
Docente	Rafael Camargo Ferraz

Formação	Bacharel em Matemática, URI (2007); Mestre em Geomática, UFSM (2010); Doutor em Engenharia Agrícola, UFSM (2013).
Link Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/9975610954564787">http://lattes.cnpq.br/9975610954564787</a>
Docente	Tanise Brandão Bussmann
Formação	Bacharel em Ciências Econômicas, UFRGS (2011) Mestre em Economia, UFMG (2014); Doutora em Economia, PUC-RS (2017).
Link Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/8929030311500731">http://lattes.cnpq.br/8929030311500731</a>

Fonte: Elaboração própria.

#### 4.2 RECURSOS DE INFRAESTRUTURA

Na sua concepção, a Universidade adotou o modelo descentralizado *multicampi* em 10 municípios: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. Destes, oito Campus foram estabelecidos em edificações novas, enquanto os Campus Uruguaiana e Santana do Livramento instalaram-se em edificações já existentes, adquiridas de outras instituições de ensino. Na cidade de Santana do Livramento foi adquirida uma edificação histórica com elementos muito antigos, sendo seu conjunto tombado pelo patrimônio estadual cuja construção inicial é do início do século XX. Trata-se do antigo Colégio dos Irmãos Maristas, chamado Colégio Marista Santanense, fundado em 1908 pelos irmãos maristas funcionando, até 1926, como escola primária. A partir de 1966 ampliou sua atuação para atividades de ensino médio, permanecendo com o escopo de atuação do ensino infantil ao ensino médio, até o ano de 2005, quando encerrou suas atividades no município. No ano de 2006 passa a abrigar as primeiras turmas da graduação em Administração da Unipampa Campus Livramento, numa parceria com a Prefeitura Municipal. O prédio é adquirido pela Fundação Unipampa, passando a fazer parte de sua infraestrutura, de forma definitiva, a partir de 2008.

Desde as primeiras construções, ainda no início do século XX, até hoje, sofreu alterações e a edificação foi concebida em etapas, conforme demanda de uso, possuindo assim diferentes concepções estruturais. Ressalta-se a importância do edifício que abriga a Universidade Federal do Pampa em Santana do Livramento tem para a história arquitetônica da cidade. Já merecidamente reconhecido, no âmbito municipal e estadual, em virtude de seu tombamento como patrimônio histórico pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. A Unipampa e o prédio histórico que ocupa são considerados como símbolos representativos da própria cidade.

Sob os cuidados da Unipampa, a estrutura física do prédio vem sendo mantida e recuperada, além de ampliada. As partes mais antigas do prédio já foram alvo de reforma e restauração. O projeto de ampliação, visando adequar o prédio para as novas demandas surgidas de sua adaptação para a oferta de Ensino Superior, foi estabelecido a partir de um concurso público, ainda em 2011 e encontra-se em fase final de construção. Constam ainda nos planos do campus a recuperação das edificações que compõe parte da estrutura principal do antigo Colégio Marista.

De acordo com o PDI, a Unipampa, “através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos e capacitados para atuar em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional” (Unipampa, 2019). No caso do campus Livramento, para além das atividades fins, o compromisso regional se manifesta também na forma de inserção do campus no território, que contribui para a preservação de patrimônio histórico da cidade e a continuidade de sua destinação para a formação de cidadãos.

#### **4.2.1 Espaços Gerais de trabalho**

A Unipampa, em Santana do Livramento, está sediada em um prédio próprio<sup>3</sup>, situado à Rua Barão do Triunfo, nº 1048, com uma área construída de 10.870,59m<sup>2</sup>, em um terreno de superfície de 5.529,17m<sup>2</sup>. Além disso, conta com um prédio construído de 1.160 m<sup>2</sup> para utilização como moradia estudantil (Casa João de Barro) e um ginásio de esportes, com uma área construída de 1.283,40m<sup>2</sup>. A infraestrutura permite atender 900 discentes por turno. O prédio conta com 17 salas de aula, 02 auditórios (um para 172 pessoas, em funcionamento, e um para 400 pessoas, em processo de instalação), 03 laboratórios de informática, biblioteca e espaços para os setores administrativos.

As salas de aula estão equipadas com classes escolares ou mesas e cadeiras em média, quadro branco ou de giz, aparelho de ar-condicionado, data-show e caixas de som. Todas as salas de aula são cobertas por rede wireless. A sala de videoconferência tem computadores, televisão para as transmissões e quadro branco. Esta sala tem uma área total de 37,56m<sup>2</sup>. O auditório está localizado no terceiro andar

---

<sup>3</sup> Matrícula 28809, registro de Imóveis da Comarca de Santana do Livramento, Livro nº2 - Registro Geral.

do prédio, com capacidade para 172 pessoas, conta com uma área de 257,69m<sup>2</sup>. Possui datashow, tela de projeção, aparelho de sonorização, bem como microfones com e sem fios, aparelhos de climatização. Ainda conta com palco de uma área de 46,95m<sup>2</sup>. A biblioteca conta com uma área de 195,15m<sup>2</sup>. Os três laboratórios de informática contam com uma área total de 265,11m<sup>2</sup>, possuem quadro branco, aparelhos de climatização, 88 computadores com processador Intel Core 2, kit multimídia e projetor, e está sob o controle da Coordenação Acadêmica, a qual conta com o Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação – STIC para a manutenção. As salas de docentes estão distribuídas principalmente no terceiro pavimento do prédio, e são equipadas com mesas individuais, cadeira tipo presidente espaldar alto, ar-condicionado split e armários com chave, com área média de 11m<sup>2</sup>. Ao todo são 20 salas para cada dois ou três docentes num total de 59 vagas. Além desses, existem os seguintes espaços:

Quadro 14 - Espaços disponíveis no *campus*

Quantidade	Espaços
1	Sala coordenação Acadêmica;
1	Cozinha;
1	Sala coordenação Administrativa;
1	Sala do setor de tecnologia da informação;
1	Sala Núcleo de Desenvolvimento Estudantil;
1	Sala de estudos dos mestrandos;
1	Sala da Secretaria Acadêmica;
1	Sala de manutenção;
1	Sala da Direção;
1	Sala de almoxarifado;
1	Sala secretaria da direção;
2	Salas de diretórios acadêmicos;
1	Moradia Estudantil;
1	Sala da Empresa Junior;
1	Sala núcleo de inclusão e acessibilidade / atendimento da Moradia estudantil;
1	Laboratório de estudos para bolsistas;
1	Sala diretoria de assuntos interinstitucionais e internacionais;
1	Sala da Pró-reitoria de Graduação

Fonte: Elaboração própria.

Cabe ressaltar que todos os equipamentos de que o Campus dispõe são da Unipampa. O campus possui mais de 4.000 itens descritos como patrimônio. Foram necessárias alterações no prédio visando acessibilidade, por ser patrimônio antigo,



para minimizar as dificuldades. Foram reformadas as alas I e II, no subsolo, buscando atender algumas necessidades apontadas tais como o aumento do número de salas de aula e adequação com rampas de acesso e sanitários para atender aos alunos com necessidades especiais, conforme Normas Técnicas ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos).

Atualmente, para disponibilizar o acesso aos andares superiores há uma cadeira de rodas especial para transposição de escadas chamada “*Stair Trac*”. O prédio anexo terá uma circulação vertical (escada e elevador) atendendo totalmente o prédio novo e o antigo (os elevadores encontram-se em fase de licitação. Assim, o conjunto institucional será acessível na sua totalidade.

#### **4.2.2 Espaços de trabalho dos docentes em tempo integral**

As salas de docentes estão distribuídas no terceiro pavimento do prédio, e são equipadas com mesas individuais, cadeira tipo presidente espaldar alto, ar-condicionado split e armários com chave. Ao todo são 25 salas para cada dois ou três docentes num total de 70 vagas (15 salas ficam no prédio antigo do campus e 10 sala no bloco novo). Os espaços de trabalho para docentes, tanto dos que trabalham sob regime de dedicação exclusiva como os contratados a tempo parcial são ambientes que possuem recursos tecnológicos de informação e comunicação, a saber:

- a) Computadores individualizados que são logados por senha fornecida e controlada pela instituição. São computadores com atualização regular de softwares gerenciados por uma equipe de Tecnologia de Informação: a Diretoria de Tecnologia da Informação e da Comunicação (DTIC). Os computadores são interligados na rede institucional com acessibilidade para pesquisa e comunicação interna e externa à internet e sistemas intranet. São conectados às impressoras em rede que permitem escaneamentos para pastas de acesso próprio para os docentes, impressões e permissão de acesso aos aplicativos relacionados ao ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica. Atualmente são representados pelo Sistema de Informações do Ensino (SIE); pela Gestão Unificada de Recursos Institucionais (GURI) e pelo Sistema Acadêmico de Projetos (SAP);

- b) Salas privativas em sua maioria ocupadas por dois docentes que se organizam por intermédio de agendamentos para o atendimento aos discentes e orientandos quando da necessidade de serem encontros presenciais.
- c) Mobiliário composto por mesas e cadeiras ergonômicas; armários com chaves para guarda de bibliografias documentos e materiais necessários para as atividades com privacidade preservada.
- d) Espaços específicos que contam com laboratórios de informática, salas de reunião privadas, auditório e sala especial para videoconferência, no âmbito do campus, agendadas a partir do sistema de gerenciamento de reserva de salas. Neste quesito a Universidade dispõe de ambientes suficientes para as necessidades educacionais e de gestão atinentes ao curso.

#### **4.2.3 Espaço de trabalho do Coordenador de Curso**

O Coordenador do Curso de Ciências Econômicas possui uma sala compartilhada com outros dois professores, com 3 mesas amplas e 5 cadeiras ergonômicas, três computadores (CPU, monitor, teclado e mouse), com acesso à internet e telefone. A impressora está situada no mesmo andar. A sala possui com armários com chave. Além disso, há uma sala de trabalho compartilhada com os demais coordenadores de curso.

A sala é arejada e iluminada tanto natural quanto artificialmente. Há ar-condicionado frio/calor. O espaço é adequado para atendimento tanto individual como em grupos, permitindo que o aluno tenha resguardada a sua privacidade. Apesar da sala ser compartilhada com outros dois professores do Curso, os horários de atendimento não coincidem com os horários de trabalho dos outros professores, o que permite guardar privacidade acerca de qualquer assunto a ser tratado.

#### **4.2.4 Biblioteca**

A Biblioteca Campus Santana do Livramento conta com uma área de 195,15m<sup>2</sup>. Tem um horário de atendimento de segunda a sexta-feira: das 8:00 às 21:00. Conta

com 5 funcionários, sendo 3 bibliotecários e 2 técnicos administrativos. Está equipada com 5 computadores para uso do público, 4 com acesso livre e um exclusivo para consulta ao catálogo. Conta com 2 mesas para estudo. Em 2021 foram contabilizados 18521 itens entre livros, CDs, DVDs e TCCs. O acervo físico de biblioteca está catalogado e tem indexação, podendo os discentes fazer a consulta online pelo site da biblioteca da universidade.

O campus de Santana do Livramento da Unipampa tem portais de dados de livre acesso, denominado SISBI – Sistema de Bibliotecas da Unipampa. Esse sistema disponibiliza o acesso imediato à produção científica mundial atualizada por meio do serviço oferecido pela CAPES, trata-se do Portal Periódicos CAPES que garante aos discentes e docentes o acesso a textos completos de artigos selecionados de mais de 15.475 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Abarca além disso uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na internet. O uso do Portal Periódicos CAPES é livre e gratuito a partir de qualquer terminal ligado à internet localizado nas instituições de ensino ou por elas autorizado. Há também o Repositório Institucional da Unipampa, que concentra os Trabalhos de conclusão de curso, as dissertações e teses, os trabalhos acadêmicos e técnicos, bem como outras produções científicas elaboradas por docentes e discentes das mais variadas áreas do conhecimento que a Unipampa oferece nos cursos de graduação e pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu*. A Unipampa também conta com a Plataforma Minha Biblioteca, que disponibiliza livros em formato digital, aos alunos da universidade.

Além disso, consta também a Base de Dados de Livre Acesso, concentrando em espaço os links de vários acervos digitais nacionais e internacionais, com acesso livre e gratuito, onde consta endereços que fornecem além de biblioteca online de livros, teses e dissertações digitais, periódicos, artigos e produções científicas, além de ferramentas que permitem encontrar a informação científica, acadêmica e multidisciplinar da área de interesse do discente e do docente, facilitando a pesquisa e a produção do conhecimento. A título de exemplos, cita-se: Biblioteca Digital da Unicamp, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – IBICT (Teses Eletrônicas), Directory of Open Access Journals – (Periódicos), Scielo, Sirius, Biblioteca Digital do Supremo Tribunal Federal, Internet Law Library, Latindex, entre outras. A Universidade conta com um sistema de empréstimo interbibliotecas com outros

campus dela. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

#### **4.2.5 Laboratórios**

Os alunos têm acesso aos equipamentos de informática para uso em salas climatizadas com cadeiras e mesas ergonômicas e cadeiras especiais. A configuração lógica apresentada pelo suporte TI ressalta que se tem conectividade wi-fi com cobertura em mais de 95% do campus. Velocidade de internet: 100 Mbps (Link Principal) e 20 Mbps (Link de contingência). Os equipamentos têm um período de manutenção semestral.

Nos Laboratórios:

- Lab 01 - com 47 computadores (2º Andar)
- Lab 02 – com 20 computadores (3º Andar)
- Lab 04 – com 17 computadores (Térreo)

Configuração de hardware:

- Processador: AMD Athlon(tm) II X2 250 Processor
- Memória RAM: 2GB DDR-2
- HD: 320GB
- Vídeo: ATI Radeon 3100 Graphics
- Áudio: Dispositivo de High Definition
- Áudio Rede cabeada: NIC Gigabit Ethernet PCI-E Realtek Família RTL8168C(P)/8111C(P) (NDIS 6.20)
- Sistema Operacional: Microsoft Windows 7 Professional

Softwares:

- Libre Office 6
- SPSS (Lab 02, 17 computadores)
- Navegadores de internet
- Pacote R
- Leitor de PDF

- QGis
- Gretl

## REFERÊNCIAS LEGAIS

BRASIL. **Lei nº 11.640**, de 11 de janeiro de 2008: institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – Unipampa. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm)>. Acesso em: 10 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução CONSUNI nº 5**, de 17 de junho de 2010: aprova o Regimento Geral da Universidade. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução CONSUNI nº 29**, de 28 de abril de 2011: aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em: <[https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/08/res--29\\_2011-normas-basicas-de-graduacao-alterada-pela-res--249.pdf](https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/08/res--29_2011-normas-basicas-de-graduacao-alterada-pela-res--249.pdf)>. Acesso em: 04 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução CONSUNI nº 97**, de 19 de março de 2015: institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e estabelecer suas normas de funcionamento. Disponível em: <[https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2010/06/res--97\\_2015-nde1.pdf](https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2010/06/res--97_2015-nde1.pdf)>. Acesso em 10 set. 2019.

## REFERÊNCIAS TÉCNICO-PEDAGÓGICAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Bagé: Unipampa, 2013. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/pdi/files/2018/04/pdi-2018.pdf>> Acesso em: 10 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Bagé: Unipampa, 2019. Disponível em: <[https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246\\_2019-pdi-2019-2023.pdf](https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246_2019-pdi-2019-2023.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2019.

## DEMAIS REFERÊNCIAS

ATLAS. Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: outubro, 2019

BIDERMAN, C.; COZAC, L. F.; REGO, J. M. Introdução. In BIDERMAN, C.; COZAC, L. F.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo, SP: Editora 34, 1995.

CASTRO, N. J. **O economista: a história da profissão no Brasil**. COFECON, 2001.

COFECON. **Guia de orientação profissional: profissão do economista**. Brasília: Cofecon, 2019. Disponível em: <http://cofecon.org.br/downloads/guiaprofissao.pdf>. Acesso em 14, dezembro, 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) > Acesso em: 11 de março de 2013.

BRASIL. **Lei 11.640/2008 - Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - Unipampa e dá outras providências**. 11 de janeiro de 2008. Brasília: Casa Civil, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação** – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília: 2011.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE 380/2005**, de 06/11/2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE 184/2006**, de 07/07/2006.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES nº 2**, de 18 de junho de 2007.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES nº 4**, de 13 de julho de 2007.

FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Resumo Estatístico RS - Municípios - Santana do Livramento**. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_municipios\\_detalhe.php?municipio=Santana+do+Livramento](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Santana+do+Livramento)>. Acesso em: outubro, 2019.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal - IFDM**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br> > Acesso em: junho, 2019.

GUTIERREZ-BOTTARO, S. E. El fenómeno del bilingüismo en la comunidad fronteriza uruguayo-brasileña de Rivera. In **Proceedings of the 2. Congreso Brasileño de Hispanistas**. São Paulo: São Paulo, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: <Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA>. Acesso em: setembro, 2020.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior> >. Acesso em: julho, 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução MEC nº 07**, de 29/03/2006.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências.** Resolução nº 4, de 13 de julho de 2007. Brasília: MEC, 2007.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Política nacional de desenvolvimento regional:** construindo um Brasil de todas as regiões. Brasília: MIN, 2006.

NUNES, Ana Alzira Mendez. **Universidade e desenvolvimento: o transbordamento de conhecimento como indutor da mudança institucional.** 2019. 171 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2019.

SOUZA, N. J. O Economista: A História da Profissão no Brasil. **Análise**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 377-383, 2006.

Unipampa. Universidade Federal do Pampa. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** BAgé: Unipampa, 2019.

Unipampa. Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 29**, de 28 de abril de 2011: aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas.

VEIGA, I. P. A. **Educação Básica e Educação Superior:** projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2004.



**APÊNDICE A - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE  
GRADUAÇÃO – ACGS  
NORMATIVA Nº 01/2022  
COMISSÃO DE CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – SLCE**

Aprova as normas que regem a avaliação e aprovação das Atividades Complementares de Graduação (ACG), do curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Pampa.

### **1. Fundamentação**

De acordo com a Resolução nº 4, de 13 de Julho de 2007, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, as Atividades Complementares são:

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com os diferentes modelos econômicos emergentes no Brasil e no mundo e as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As atividades complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Ainda de acordo com a mesma resolução, as Atividades Complementares compõem o conjunto de conteúdos Teórico-Práticos.

Por sua vez, o Parecer CNE/CES nº 95/2007 aponta os objetivos das Atividades Complementares:

Orientam-se, desta maneira, a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho e com os diferentes modelos econômicos emergentes no Brasil e no mundo, devendo ser estabelecidas e realizadas ao longo do curso, sob as mais diversas modalidades enriquecedoras da prática pedagógica curricular, integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais.

O mesmo parecer aponta que as Atividades Complementares podem incluir:

[...] projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, além

de disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional, ainda que esses conteúdos não estejam previstos no currículo pleno de uma determinada Instituição, mas nele podem ser aproveitados porque circulam em um mesmo currículo, de forma interdisciplinar, e se integram com os demais conteúdos realizados.

As Atividades Complementares são definidas, pelo parecer, como componentes curriculares que devem enriquecer a formação discente e auxiliar na implementação do perfil do egresso.

A Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011, da Unipampa, apresenta nos artigos 103 a 115, as definições e diretrizes que os cursos de graduação devem seguir com relação às Atividades Complementares. Define por atividade complementar:

Art. 103 Atividade Complementar de Graduação (ACG) é definida como atividade desenvolvida pelo discente, no âmbito de sua formação humana e acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da Unipampa e do respectivo curso de graduação, bem como a legislação pertinente.

## **2. Carga horária e Cumprimento de Atividades Complementares de Graduação**

Art. 1º. Para que possa colar grau e receber o Diploma de Bacharel em Ciências Econômicas o discente deverá ter que, necessariamente, ter completado o total da carga horária exigida para as Atividades Complementares de Graduação no PPC do curso de Ciências Econômicas.

Art. 2º O discente deverá cumprir 25 horas de ACG em cada um dos grupos de atividade, previstos nos incisos I, II e IV dos artigos 106, 107 e 109 da Resolução 29/2011.

Parágrafo único: as atividades do grupo III, Atividades de Extensão, não são consideradas ACGs obrigatórias no curso de Ciências Econômicas e poderão ser cumpridas em qualquer quantitativo de horas.

Art. 3º. As atividades complementares somente são avaliadas se realizadas nos períodos enquanto o discente estiver regularmente matriculado na Unipampa, inclusive no período de férias.

Art. 4º. Para os casos de transferências de IES, poderão ser validadas como Atividades Complementares de Graduação as atividades que tiverem sido cumpridas em outro curso de graduação, desde que constem no histórico escolar.

Art. 5º. Discentes afastados da Universidade por trancamento de matrícula poderão ter contabilizadas as Atividades Complementares realizadas nesse intervalo.

### **3. Validação, Comprovação de Horas e Atribuição de Carga Horária para Atividades Complementares de Graduação**

Art. 6º. A Avaliação e Validação da Carga Horária de Atividades Complementares de Graduação será atribuição da Coordenação do Curso.

Art. 7º. O critério de validação e a comprovação das Atividades Complementares de Graduação será realizado conforme as tabelas a seguir, sem prejuízo de outras formas de idôneas de comprovação, a critério da Coordenação do Curso.

Art. 8º Em caso de indefinição sobre o enquadramento da atividade, o discente deve buscar orientação da Coordenação de Curso a respeito da classificação.

Parágrafo único. Havendo erro na indicação feita pelo discente sobre o grupo da documentação, a Coordenação do Curso poderá corrigir a indicação.

Art. 9º. Atividades Complementares realizadas pelo discente e que não estejam previstas especificamente nos grupos poderão ser avaliadas e validadas, caso a Coordenação do Curso julgue adequado.

Art. 10. As atividades e sua pontuação, por grupo de ACG, estão previstas no Anexo I desta norma.

### **4. Procedimento para validação de Atividades Complementares de Graduação**

Art. 11. É de responsabilidade do discente solicitar, na Secretaria Acadêmica, no período informado no Calendário Acadêmico da Unipampa, o aproveitamento das atividades complementares realizadas.

I. o discente deve anexar ao seu requerimento cópia dos documentos comprobatórios, com indicação da carga horária da atividade, autenticados por técnico-administrativo mediante apresentação dos originais.

II. O discente deve indicar o grupo para a qual a documentação deverá ser considerada.

III. o requerimento é protocolado na Secretaria Acadêmica, seguindo as instruções estabelecidas por ela.

Art. 12. Cabe à Coordenação de Curso de Graduação validar ou não o aproveitamento da Atividade Complementar de Graduação requerida pelo discente, de acordo com documentos comprobatórios e os critérios estabelecidos nesta norma.

Art. 13. Ao aluno cabe recurso à Comissão de Curso quando houver indeferimento do aproveitamento da Atividade Complementar de Graduação.

Art. 14. Fica a cargo da Secretaria Acadêmica o registro do aproveitamento da ACG no Histórico Escolar do discente conforme deferido pela Coordenação do Curso, respeitando os prazos estabelecidos.

## **5. Disposições Finais**

Art. 15. O presente regulamento aplica-se a todos os discentes regularmente matriculados do Curso de Ciências Econômicas da Unipampa. As horas referentes a Atividades Complementares de Graduação que já estão homologadas no histórico escolar dos discentes não sofrerão alterações.

Art. 16. Os casos omissos são apreciados e deliberados pela Comissão de Curso.

Comissão de Curso de Ciências Econômicas

Santana do Livramento, 3 de agosto de 2022.

**ANEXO I – Atividades e pontuação por grupo**

GRUPO I - ATIVIDADES DE ENSINO				
Atividade	Discriminação	Carga horária máxima por certificado	Carga horária máxima total	Instrumentos de avaliação
Disciplinas do Ensino Superior	Áreas afins ao curso	30	60	Comprovante de aprovação na disciplina
	Outras áreas	15		
Formação Complementar	Cursos de língua estrangeira, informática, cursos de gestão em áreas afins, redação.	50	150	Comprovante de aprovação
Ministração de cursos e mini-cursos	Curso de ensino ministrado em atividades afins ao Curso	40	80	Comprovante/certificado
Monitorias	Monitorias	60	120	Declaração do orientador
	Participação na equipe de trabalho	30	60	Declaração do professor responsável pelo projeto
Projetos de ensino	Participação como público-alvo	20		Certificado
Visitas técnicas	Visitas em organizações guiadas por professor	10	50	Declaração do professor responsável
Realização de exame TOEFL/ITP	Exame de língua estrangeira em inglês	10	30	Certificado de realização do exame
Outras atividades de ensino com aderência ao curso	Demais atividades de ensino relacionadas ao curso	30	120	Certificado e justificativa de aderência ao curso

GRUPO II - ATIVIDADES DE PESQUISA				
Atividade	Discriminação	Carga horária máxima por certificado	Carga horária máxima	Instrumentos de avaliação
Participação em pesquisa	Projeto de pesquisa institucionalizado	90	180	Declaração do orientador
(bolsista ou aluno voluntário)				
Publicação de artigos científicos (ou com aceite final de publicação) em periódico especializado com comissão editorial	A1	180	180	Cópia do trabalho ou carta de aceite
	A2	180		
	B1	180		
	B2	120		
	B3	120		
	B4	80		
	B5	80		
	C	50		
Trabalho completo publicado em evento	Evento nacional	40	100	Anais (publicação do trabalho)
	Evento internacional	60		
Resumo expandido publicado em evento (na área ou áreas afins)	Evento nacional	20	60	Anais (publicação do trabalho)
	Evento internacional	40		

Resumo publicado em evento (na área ou áreas afins)	Evento nacional	10	30	Anais (publicação do trabalho)
	Evento internacional	20		
Publicação de artigo de opinião, assinado, em periódico de divulgação popular jornal ou revista não - científica	Áreas afins ao curso	10	20	Cópia da capa do livro ou da folha de rosto que conste o(s) nome(s) do(s) autores(s)
	Outras áreas	5		
Publicação de livro	Áreas afins ao curso	200	200	Cópia da ficha catalográfica, do sumário e da página inicial do capítulo
	Outras áreas	100		
Outras atividades de pesquisa com aderência ao curso	Demais atividades de pesquisa relacionadas ao curso	30	120	Certificado e justificativa de aderência ao curso

GRUPO III - ATIVIDADES DE EXTENSÃO				
Atividade	Discriminação	Carga horária máxima por certificado	Carga horária máxima	Instrumentos de avaliação
Participação em projetos de extensão (bolsista ou aluno voluntário)	Projeto de extensão institucionalizado	90	180	Declaração do orientador
Estágios não-obrigatórios	Estágio, na área de extensão, não obrigatório	80	160	Contrato e atestado/certificado com descrição das atividades desenvolvidas
Ministração de cursos e mini-cursos	Curso de extensão ministrado em atividades afins ao Curso	40	80	Comprovante/certificado

Participação em Bancas de Graduação e Pós-Graduação	Participação como ouvinte	2	10	Ficha de participação em banca assinada pelo presidente da banca
Participação em eventos	Áreas afins ao curso	20	50	Certificado/ comprovante
	Outras áreas	10		
Apresentação de trabalhos em eventos	Áreas afins ao curso	30	60	Certificado/ comprovante
	Outras áreas	15		
Organização de eventos	Eventos da Unipampa	10	80	Comprovante e descrição das atividades realizadas
	Eventos externos	5		
Participação como conferencista (conferências, palestras, mesas-redondas)	Áreas afins ao curso	50	80	Comprovante/ certificado
	Outras áreas	30		
Outras atividades de ensino com aderência ao curso	Demais atividades de ensino relacionadas ao curso	30	120	Certificado e justificativa de aderência ao curso

ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS, SOCIAIS E DE GESTÃO				
Atividade	Discriminação	Carga horária máxima por certificado	Carga horária máxima	Instrumentos de avaliação
Atuação em atividades culturais, sociais ou artísticas institucionalizados	Eventos da Unipampa	5	40	Comprovante/ declaração ou projeto aprovado com o nome da equipe executora
	Eventos Externos	10		
Participação em atividades culturais, sociais ou artísticas (expectador)	Eventos da Unipampa	2	10	Comprovante/ declaração ou projeto aprovado com o nome da equipe executora
	Eventos Externos	2		
Organização de atividades culturais, sociais ou artísticas institucionalizadas	Eventos da Unipampa	20	30	Comprovante/ declaração ou projeto aprovado com o
	Eventos Externos	10		



				nome da equipe executora
Premiação referente a trabalho acadêmico, de pesquisa, de extensão ou de cultura	Premiação	40	40	Comprovante/ declaração ou projeto aprovado com o nome da equipe executora
Organização de campanhas e outras atividades de caráter cultural, social ou artístico	Organização de campanhas	40	40	Comprovante/ declaração ou projeto aprovado com o nome da equipe executora
Palestras e minicursos	Palestras e minicursos	40	40	Comprovante/ declaração
Trabalho voluntário em escolas	Trabalho voluntário	60	120	Comprovante e relatório
Trabalho eleitoral	Mesário-universitário (convênio n. 05/2012 - Unipampa e TRE/RS)	30	60	Comprovante da convocação do TRE
Representação em órgãos colegiados	Representação em órgãos colegiados	40	80	Convocação com pauta e Ata assinada das reuniões ou declaração da coordenação de curso.
Representação em diretórios acadêmicos	Representação em diretórios acadêmicos	40	80	Convocação com pauta e Ata assinada das reuniões ou declaração da coordenação acadêmica.
Participação em Empresa Júnior	Participação em projetos de consultoria	80	160	Certificado do professor orientador da Empresa Júnior
Participação em estágios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa acadêmica	Estágio não-obrigatório	80	160	Contrato e atestado/certificado com descrição das atividades desenvolvidas
Outras atividades artísticas, culturais/sociais e de gestão	Demais atividades	30	120	Certificado ou atestado



## APÊNDICE B - NORMAS DE TCC I E TCC II

### NORMATIVA Nº 02/2022

#### COMISSÃO DE CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – SLCE

Aprova critérios e procedimentos para os Trabalhos de Conclusão de Curso I e II, do curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Pampa.

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º. Das designações e atribuições:

- i- Professor responsável pelo TCC I - é um docente do curso SLCE designado para ministrar o componente curricular de TCCI; dando-lhe as atribuições adicionais: de acompanhar a elaboração dos projetos dos orientandos junto aos seus orientadores; elaborar o cronograma de atividades; e organizar a documentação gerada no componente curricular.
- ii- Orientador - é o docente do *campus*, eleito por afinidade teórico-metodológica com as atribuições de auxiliar no processo de construção do projeto em TCC I, e posteriormente, na elaboração da monografia em TCC II; fazer cumprir o cronograma de atividades de TCC I e TCC II, designar parecerista de TCC I e os membros da banca de defesa pública de TCC II; preencher o formulário de acompanhamento e apto ou não para defesa de TCC II.
- iii- Orientando - é o discente regularmente matriculado nos componentes curriculares de TCC I ou TCC II que tem por atribuição a elaboração do projeto de pesquisa e sua execução no formato de monografia; devendo cumprir os prazos estabelecidos no cronograma de TCC I e TCC II; apresentar a documentação complementar exigida nos componentes curriculares; e se responsabilizar pelo envio do documento em formato digital, quando for o caso.
- iv- Coordenador de TCC II- é um docente do curso SLCE designado pela Comissão de Curso para coordenar o componente curricular de TCC II; dando-lhe as atribuições de elaborar o cronograma de atividades; organizar e manter a documentação gerada no componente curricular, organizar e divulgar as bancas de sessão pública de defesa, receber e encaminhar as versões definitivas para arquivamento da Biblioteca do Campus.

Art. 2º. O presente regulamento visa normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão do Curso I (TCC I) e Trabalho de Conclusão do Curso II (TCC II) do Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), indispensável para a obtenção do grau de Bacharel(a) em Ciências Econômicas.

Parágrafo primeiro: as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas em seu Art.10 (Resolução n.4 de 13 de julho de 2007) estabelece:

- i- A atividade de TCC I corresponde ao ensino de Metodologia e Técnicas de Pesquisa em Economia e envolve a elaboração de “projeto[s] de atividades centrados em determinada área teórico-prática ou de formação profissional do curso, que reúna e consolide as experiências em atividades complementares, em consonância com os conteúdos teóricos estudados.”
- ii- A atividade de TCC II corresponde à elaboração de **Monografia**, “obedecendo às normas técnicas vigentes para efeito da publicação de trabalhos científicos, que verse sobre questões objetivas, baseando-se em bibliografia e dados secundários de fácil acesso”.

## CAPÍTULO II

### DOS PRÉ-REQUISITOS DOS COMPONENTES CURRICULARES DE TCC I e TCC

#### II

Art. 3º. Poderá matricular-se no componente curricular de TCC I, o discente que cumprir os pré-requisitos estabelecidos para o componente no PPC do curso.

Art. 4º. A aprovação no componente curricular TCC I constitui-se em pré-requisito para cursar o componente curricular de TCC II.

Parágrafo único. Esse pré-requisito é irrevogável.

## CAPÍTULO III

### DO COMPONENTE CURRICULAR DE TCC I

Art. 5º. O TCC I será ofertado presencialmente, com carga de 90 horas-aula, sempre sob a responsabilidade de um professor do curso. A escolha do professor orientador ocorrerá por afinidade teórico-metodológica. O professor que assumirá a orientação

deverá firmar o Termo de Orientação formalizando a sua atuação como orientador (Anexo 1). O Termo de Orientação deverá ser demandado pelo professor responsável pelo componente curricular de TCC I ao término da terceira semana de aula.

Art. 6º. A frequência é registrada nas aulas presenciais (60 horas-aula) pelo professor responsável pelo componente curricular, e as aulas práticas (30 horas-aula) pelo orientador de TCC I mediante dois Termos de Acompanhamento de Orientando (Anexo 2) a ser entregue na sétima e na décima terceira semana de oferta regular do componente curricular, segundo cronograma estabelecido pelo professor responsável pelo componente curricular.

Art. 7º. O orientando deve elaborar seu projeto de monografia submetendo-se a este Regulamento, com o acompanhamento do professor responsável pelo componente curricular e com as recomendações do seu orientador.

§ 1º. A elaboração e execução do projeto devem seguir, respectivamente, o formato e os prazos estabelecidos pelo professor responsável pelo componente curricular.

§ 2º. A estrutura formal do projeto de monografia deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre documentação.

Art. 8º. A estrutura básica do projeto de monografia compõe-se de:

- I- Sumário;
- II- Resumo;
- III- Contextualização;
- IV- Problemática;
- V- Hipótese (dependente da natureza teórico-metodológico do trabalho);
- VI- Objetivos (geral e específicos);
- VII- Justificativa;
- VIII- Metodologia;
- IX- Referencial teórico;
- X- Cronograma;
- XI- Referências bibliográficas.

Art. 9º. O orientando deverá enviar a versão final do projeto em arquivo digital .pdf para o e-mail institucional do professor responsável pelo TCC I seguindo o cronograma por ele estabelecido, e tendo o orientador em cópia.

§ 1º. O Orientador deverá responder ao e-mail informando se o projeto está apto para avaliação.

§ 2º. O estudante deverá entregar ao professor responsável pelo TCC I, cópias encadernadas em espiral da versão final do projeto de TCC quando solicitado por membro da banca avaliadora, em data e horário estabelecido no cronograma.

§ 3º. A entrega de arquivos digitais que não correspondam ao arquivo impresso ou enviados fora do prazo estabelecido implicará em reprovação do discente em TCC I.

§ 4º. É responsabilidade do orientador a conferência de adequação do arquivo digital ao arquivo físico, o que deverá ser feito no Termo de Acompanhamento de TCC I (Anexo 2).

Art. 10. A nota final do orientando no componente curricular de TCC I será composta pela média simples das notas do professor responsável do componente curricular, do orientador, e de um parecerista.

§ 1º. O parecerista deverá ser, obrigatoriamente, membro da comunidade acadêmica - docentes, TAEs, ou alunos de pós-graduação *stricto sensu*-, todos internos ou até um membro externo a Unipampa.

§ 2º. O parecerista e o orientador devem atribuir notas de acordo com os critérios estabelecidos em Fichas de Avaliação de TCC I (Anexo 3), e entregar a mesma ao professor responsável pelo componente curricular em data por este definida.

§ 3º. Os critérios de avaliação o professor responsável do componente curricular será especificado no respectivo Plano de Ensino.

§ 4º. Será considerado aprovado, no componente curricular TCC I, o orientando que receber nota igual ou superior a 6,0 (seis).

§ 5º. O discente que não cumprir 75% de frequência será reprovado no componente curricular TCC I.

## CAPÍTULO IV

## DA COMPONENTE CURRICULAR DE TCC II

Art. 11. O orientando e seu orientador devem firmar o Compromisso de Orientação de TCC II pelo envio de e-mail ao coordenador de TCC II até a segunda semana de oferta do componente curricular.

Art. 12. O controle de frequência (90 horas-aula) do orientando é feito pelo acompanhamento do orientador, que comunicará por e-mail o Apto para Defesa de TCC II quando do envio do arquivo com a versão final a ser distribuída à banca de avaliação pública por seu orientando.

Parágrafo único: os Orientadores comunicarão à Coordenação de TCC II, por e-mail, sobre a frequência ou infrequência do orientando que não entregar a monografia no semestre corrente. Para que se proceda ao registro da reprovação por frequência ou nota.

Art.13 - A Monografia deve ser elaborada a partir do projeto de pesquisa aprovado no componente curricular de TCC I.

Art.14 - A estrutura da Monografia, segundo definição do Manual para elaboração e normatização de trabalhos acadêmicos - Sibium Unipampa, compõe-se de:

- I - Elementos pré-textuais;
- II - Elementos textuais;
- III - Elementos pós-textuais.

Parágrafo único: o texto da monografia deve ser escrito em língua portuguesa.

Art.15 - O orientando deverá enviar a versão final da monografia em arquivo digital pdf, para submissão em banca pública de avaliação, ao e-mail institucional do coordenador de TCC II seguindo o cronograma por ele estabelecido, e tendo o orientador em cópia.

§ 1º O Orientador deverá responder ao e-mail informando se o trabalho está apto para defesa.

§ 2º. Cabe ao Coordenador de TCC II o envio do arquivo da monografia aos membros da banca avaliadora. Sendo que em nenhuma hipótese o arquivo poderá ser substituído após o envio original.

§ 3º. As cópias físicas deverão ser exatamente iguais à cópia digital, estarem aprovados pelo orientador.

§ 4º. A entrega de arquivos digitais que não correspondam ao arquivo impresso implicará em reprovação do discente em TCC II.

§ 5º. É responsabilidade do orientando a conferência de adequação do arquivo digital antes do envio à Coordenação de TCC II

§ 6º. O coordenador de TCC II se recusará a distribuir o arquivo com a versão final da monografia na ausência da manifestação de apto para defesa pelo orientador.

§ 7º. A entrega do arquivo do TCC II em sua versão final se dará um mês antes do término do semestre letivo para que seja viável a leitura pelos membros da banca avaliadora, publicitar as bancas em sessão pública; e correção e entrega da versão definitiva para a Biblioteca do Campus.

§ 8º. Uma cópia da versão definitiva, aprovada em banca com suas devidas correções, quando houver, deverá ser entregue à Coordenação de TCC II seguindo as determinações da Biblioteca do Campus quanto ao formato do arquivo e documentos adicionais para publicação no repositório institucional.

Art.16 - Quando a versão final do TCC II não for entregue no prazo estabelecido, caberá ao discente recorrer a Comissão de Curso de Ciências Econômicas em quarenta e oito horas apresentando recurso com justificativa solicitando seu posterior aceite.

## **CAPÍTULO V**

### **DA BANCA EXAMINADORA DE TCC II E DA DEFESA PÚBLICA DE TCC II**

Art. 17. A banca examinadora de TCC II será composta por três avaliadores.

Parágrafo único. A banca será presidida pelo professor orientador. Sendo os demais avaliadores obrigatoriamente membros da comunidade acadêmica - docentes, TAEs,



ou alunos de pós-graduação *stricto sensu*-, todos internos ou até um membro externo a Unipampa.

Art. 18. Cabe ao professor orientador sugerir a composição da banca avaliadora, no prazo estabelecido pelo Coordenador de TCC II.

Art. 19. As sessões de defesa da monografia são públicas.

Parágrafo único – Não é permitido aos membros da banca avaliadora tornar público o conteúdo do trabalho antes de sua defesa.

Art. 20. Na defesa, o orientando terá até 15 (quinze) minutos, prorrogáveis por mais cinco a critério da banca examinadora, para apresentar seu trabalho. Cada componente da banca examinadora terá até 10 (dez) minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o orientando de outros 15 (quinze) minutos para responder a todos os avaliadores.

Art. 21. A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição em seção fechada, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora. Preenchendo os critérios da Ficha de Avaliação de TCC II (Anexo 6).

§ 1º. A nota final corresponde à média aritmética simples das notas individuais atribuídas à monografia, sendo registrada em Ata de Defesa Pública de Monografia (Anexo 7).

§ 2º. Será considerado aprovado, no componente curricular TCC II, o orientando que receber nota igual ou superior a 6,0 (seis) em banca de defesa pública.

Art. 22. A banca examinadora após a defesa oral pode sugerir ao aluno que reformule aspectos da sua monografia.

Parágrafo único: O prazo para apresentar as alterações sugeridas é de no máximo 10 (dez) dias corridos após a defesa quando se entrega a versão definitiva da monografia ao coordenador de TCC II para arquivamento na Biblioteca do Campus.

## **CAPÍTULO VI DAS REPROVAÇÕES EM TCC II**

Art. 23. É considerado reprovado em TCC II o orientando que obtiver frequência inferior a 75% registrada pelo orientador (Anexo 5), que não obteve nota igual ou superior seis na defesa pública de monografia, e que não se apresente para a banca de sua defesa pública sem motivo justificado na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único - Os casos de plágio comprovado incorrerão em reprovação imediata do orientando, sendo passível de punições e processo interno.

Art. 24. O orientando reprovado em banca de defesa pública deverá cursar novamente o componente curricular TCC II.

Parágrafo único – Em caso de reprovação o orientando poderá encaminhar recurso a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas no prazo de dois dias úteis contados do término da defesa. O recurso será apreciado pela Comissão do Curso de Ciências Econômicas.

Art.25 - Uma vez reprovado, fica a critério de o orientando continuar ou não com o projeto original de monografia e com o mesmo orientador.

Parágrafo único - Optando por mudança de projeto de monografia deve o orientando reiniciar o processo de sua elaboração, ficando previsto o prazo de até 15 dias após o início do semestre letivo para apresentar a contextualização do tema e o problema de pesquisa ao professor responsável pelo componente curricular de TCC II e à coordenação de curso.

## **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 26. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente regimento serão solucionados pelo coordenador do componente curricular TCC I e II, Coordenador do Curso e pela Comissão do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 27. Estas normas entram em vigor na data da sua aprovação pelo Conselho do Campus de Santana do Livramento.

Comissão de Curso de Ciências Econômicas

Santana do Livramento, 3 de agosto de 2022.

**ANEXO I - TERMO DE ORIENTAÇÃO EM TCC I**

Oficializa-se o vínculo de orientação de Trabalho de Conclusão de Curso –TCC I -  
entre professor (a) ..... e orientando  
(a).....

Estando ambos cientes de suas atribuições de acordo com as Normas de TCC I e  
TCC II.

Santana do Livramento, .....de.....de.....

---

Prof.

---

Orientando(a)

## ANEXO II - FICHA DE AVALIAÇÃO DE TCCI

Avaliador:

Discente:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Pontos(máximo s)	Nota Atribuída
Introdução: relevância da temática de pesquisa, contextualização e delimitação do tema, demarcação adequada do problema de pesquisa.	2	
Objetivos: viabilidade de execução, e se contemplam o entendimento do problema de pesquisa.	1,5	
Justificativa: relevância acadêmica.	1	
Revisão Bibliográfica: estabelece uma perspectiva de pesquisa adequada e o controle dos resultados.	3	
Metodologia: atendem a natureza do objeto de pesquisa e a perspectiva de análise.	2	
Organização: segue as Normas ABNT.	0,5	
Nota Final	10	

Assinatura do Avaliador.....

Data:     /     /

**ANEXO III - TERMO DE ORIENTAÇÃO EM TCC II**

Oficializa-se o vínculo de orientação de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II -  
entre professor..... e orientando

(a) .....

Estando ambos cientes de suas atribuições de acordo com o definido nas Normas de  
TCC I e TCC II.

Santana do Livramento, .....de.....de.....

---

Prof.

---

Orientando (a)

**ANEXO IV - FICHA DE AVALIAÇÃO DE MONOGRAFIA EM BANCA PÚBLICA DE DEFESA**

Discente:

Membro da banca:

Data:

Critério de avaliação	Nota atribuída (atribuir nota de 0 a 10)
Texto escrito	
Exposição oral	
Defesa na arguição	
Nota final (média aritmética)	

Assinatura do avaliador: .....

**ANEXO VI - ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA EM BANCA PÚBLICA**

Em .....de..... de....., no Campus de Santana do Livramento foi composta banca de defesa pública de monografia do Curso de Ciências Econômicas por:

Presidente:.....

Avaliador: .....

Avaliador:.....

À defesa do discente..... foi atribuída a nota..... A banca solicita as modificações registradas:

Assinaturas dos membros avaliadores:

Presidente:.....

Avaliador: .....

Avaliador:.....



## **APÊNDICE C – INSERÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

### **COMISSÃO DE CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – SLCE**

#### **NORMATIVA Nº 03/2022**

### **COMISSÃO DE CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – SLCE**

Regulamenta e estabelece os procedimentos para a inserção das atividades de extensão no curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), campus Santana do Livramento.

A COMISSÃO DE CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, CAMPUS LIVRAMENTO, no uso das competências que lhe são conferidas pelo Regimento Geral da Unipampa.

Considerando a Resolução nº 07 de 18 dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece a Concepção, as Diretrizes e os Princípios da Inserção da Extensão;

Considerando a Resolução 317, de 29 de abril de 2021, do Conselho Universitário da Unipampa, que regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância.

Considerando a Instrução Normativa 18, de 05 de agosto de 2021, da Reitoria da Unipampa, que normatiza o Programa Institucional Unipampa Cidadã.

Considerando as diretrizes definidas pela Comissão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Unipampa, o trabalho desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante do curso

**ESTABELECE:**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. A extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural,

científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a Unipampa e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Parágrafo Único: São consideradas atividades de extensão as ações que promovam a interação da comunidade acadêmica da Unipampa com a comunidade externa e que estejam vinculadas à formação do(a) discente.

Art. 2º. Entende-se por inserção das atividades de extensão o reconhecimento das ações de extensão como Atividades Curriculares de Extensão (ACE) que devem obrigatoriamente, fazer parte dos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs).

Art. 3º. As Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) são parte obrigatória do projeto pedagógico do curso (PPC) e correspondem a 10% (dez por cento) da carga horária total do curso de Graduação em Ciências Econômicas, num total de 315 horas.

Art. 4º. As ações de extensão universitária, para fins de inserção curricular, poderão ser realizadas sob a forma de programas, projetos, cursos e eventos.

I.PROGRAMA é um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino, com caráter orgânico-institucional, integração no território, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.

II.PROJETO é uma ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, registrado preferencialmente vinculado a um programa ou como projeto isolado.

III.CURSO é uma atividade de formação de curta duração com o objetivo de estimular o desenvolvimento intelectual, humano, tecnológico e científico.

IV.EVENTO são atividades pontuais de caráter artístico, cultural ou científico.

Parágrafo Único: Para fins de organização interna do Curso de Ciências Econômicas, atividades de extensão identificadas como cursos, oficinas e eventos serão sempre associadas a programas e projetos ofertados institucionalmente ou que respeitem as normativas específicas das Atividades de Extensão.

Art. 5º. A inserção das atividades de extensão no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), campus Santana de Livramento tem como principais objetivos:

- I. Contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do discente.
- II. Aprimorar a formação acadêmica, no curso, por meio da realização de práticas extensionistas e do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- III. Fortalecer o compromisso social da Unipampa;
- IV. Estimular a integração e o diálogo construtivo e transformador com todos os setores da sociedade.
- V. Desenvolver ações que fortaleçam os princípios éticos e o compromisso social da UNIPAMPA em todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, inclusão e acessibilidade, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- VI. Incentivar a comunidade acadêmica a atuar na promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ORGANIZAÇÃO GERAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

Art. 7º. A extensão será inserida no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Econômicas por meio de Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) organizados da seguinte forma:

- § 1º Programa Unipampa Cidadã I, com 30 horas, ofertado no 3º período do curso;
- § 2º Programa Unipampa Cidadã II, com 60 horas, ofertado no 4º período do curso;
- § 3º Programa Unipampa Cidadã III, com 30 horas, ofertado no 5º período do curso;

§ 4º Participação em Projetos , Cursos e Eventos de Extensão, com 195 horas, a ser realizado a qualquer tempo do período de integralização curricular do curso.

Art. 8º. O Programa Unipampa Cidadã I, II e III, com 120 horas, tem por objetivo atender ao preconizado na Resolução 317 de 2021 e Instrução Normativa 18 de 2021, acerca do programa “Unipampa Cidadã”.

§ 1º. A “Unipampa Cidadã” será uma atividade curricular de extensão específica (ACEE).

§ 2º. A “Unipampa Cidadã” visa fortalecer a formação humanística e cidadã dos(as) discentes e contribuir na integração da Universidade com a comunidade.

§ 3º. Nesta atividade curricular de extensão os(as) discentes devem realizar ações comunitárias junto à sociedade civil organizada, organizações não governamentais (ONGs) e entes públicos.

§ 4º. As ações devem, preferencialmente, priorizar o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social.

Art. 9º. O Programa Unipampa Cidadã I tem por objetivo o planejamento da execução do projeto de extensão, em grupo e sob a orientação de um professor.

Art. 10º. O Programa Unipampa Cidadã II tem por objetivo a execução e registro da execução das atividades planejadas no Programa de Extensão I.

Art. 11. O Programa Unipampa Cidadã III tem por objetivo a apresentação de resultados de execução das atividades do Programa de Extensão II em Evento organizado como devolutiva das atividades para a comunidade Acadêmica e local.

Art. 12. A participação em Projetos , Cursos e Eventos de Extensão reúne todas as atividades realizadas pelo discente nos termos do art. 4º desta norma, incisos II, III e IV.

Art. 13. O estabelecimento de vínculo do discente com o Programa Unipampa I, II e III e a comprovação de cumprimento de carga horária na participação em Projetos,

Cursos e Eventos de Extensão, deverão seguir as normativas estabelecidas institucionalmente.

Art. 14. Semestralmente, nos períodos de planejamento de atividades do curso, deverá ser realizado o planejamento dos projetos de extensão a serem ofertados durante o ano.

Parágrafo Único – O docente responsável pela supervisão de extensão no curso deverá se articular com o coordenador de curso para fins do planejamento previsto neste artigo.

Art. 15. A comissão de curso deverá indicar um ou mais docentes para exercer a função de supervisor(es) de extensão com as seguintes atribuições:

§ 1º. Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelos(as) discentes de acordo com o PPC;

§ 2º. Acompanhar, avaliar e validar a atividade curricular de extensão denominada “Unipampa Cidadã”;

§ 3º. Validar o aproveitamento das Atividades Curriculares Extensão Específicas;

§ 4º. Construir informe semestral sobre as atividades de extensão realizadas no curso.

Art. 16. Para o exercício das funções de supervisor de extensão poderão ser alocadas até 8 (oito) horas semanais de trabalho como encargo docente. Se mais de um docente for designado para a função, o encargo deve ser dividido pelo número de docentes envolvidos.

Parágrafo único: As comissões de curso poderão designar uma comissão própria de assessoria ao supervisor de extensão do curso, alocando aos membros carga horária de até 2 horas semanais de trabalho.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA UNIPAMPA CIDADÃ I, II e III**

Art. 17. O Programa Unipampa Cidadã I será ofertado com carga horária de 30 horas-aula, sempre sob a responsabilidade de um Professor do Curso, o Supervisor de Extensão.

Parágrafo Único: É de responsabilidade do Supervisor de Extensão do curso viabilizar a formação necessária aos discentes acerca do que é extensão, das características que um projeto de extensão deve ter, além da coordenação do processo burocrático administrativo necessário ao bom desenvolvimento desta etapa de formação.

Art. 18. O projeto de extensão a ser elaborado no Programa Unipampa Cidadã I é atividade a ser desenvolvida em grupo de discentes, sob a orientação de um professor, definido a partir de afinidade teórico-metodológica.

§ 1º. O professor que assumirá a orientação deverá firmar o Termo de Orientação, formalizando a sua atuação como orientador (Anexo I), até a terceira semana de aula.

§ 2º. É de responsabilidade do orientador as contribuições necessárias para que o grupo de discentes estabeleça um projeto de extensão condizente com a área de formação em Ciências Econômicas, que atenda às características do “Unipampa Cidadã” e de execução factível em um semestre letivo.

§ 3º. Para terem validadas as horas de extensão, os discentes deverão ser parte da equipe executora do projeto de extensão.

Art. 19. A estrutura do Relatório do Programa Unipampa Cidadã I deverá atender, ao menos, os requisitos abaixo listados. A formação dos discentes, elaboração e entrega do relatório deverão ocorrer de acordo com os prazos definidos pelo Supervisor de Extensão.

- I. Título do Projeto
- II. Introdução (onde conste a contextualização, objetivos e justificativa do projeto)
- III. Descrição do Público-alvo
- IV. Referencial Teórico
- V. Metodologia
- VI. Cronograma de Execução
- VII. Resultados Esperados
- VIII. Critérios de Avaliação
- IX. Referências Bibliográficas

Art. 20. Três cópias impressas do Relatório do Programa Unipampa Cidadã I deverão ser entregues ao Supervisor de Extensão do Curso, assinados pelo orientador, na décima quinta semana de oferta regular do componente curricular.

§ 1º. Até duas das cópias poderão ser substituídas por arquivos digitais, do tipo PDF.

§ 2º. Os arquivos digitais deverão ser exatamente iguais à cópia física, estarem aprovados pelo orientador e serem enviados ao Coordenação de Extensão do Curso, com cópia ao orientador, através do meio digital definido pelo Supervisor de Extensão (e-mail institucional, Moodle ou outra plataforma digital de ensino adotada institucionalmente), dentro dos mesmos limites de prazo definidos para a cópia impressa.

§ 3º. A entrega de arquivos digitais que não correspondam ao arquivo impresso implicará na perda das horas do Programa Unipampa Cidadã I.

§ 4º. É responsabilidade do orientador a conferência de adequação do arquivo digital ao arquivo físico, o que deverá ser feito no Termo de Acompanhamento de Projeto de Extensão (Anexo 2).

Art. 21. A carga horária final do Programa Unipampa Cidadã I será aprovada após parecer do supervisor de extensão do curso, do orientador e de um membro da comunidade alvo do projeto. Para aprovação da carga horária, pelo menos dois avaliadores devem atribuir o conceito de “aprovado” às atividades do Programa Unipampa Cidadã I. Os avaliadores do projeto devem atribuir a aprovação ou reprovação de acordo com os critérios estabelecidos em Fichas de Avaliação de Projeto de Extensão (Anexo 3), e entregues ao Supervisor de Extensão do Curso em data por este definida.

§ 3º. A frequência é registrada pelo orientador do Projeto, mediante um Termo de Acompanhamento de Orientando (Anexo 2) a ser entregue na sétima e na décima terceira semana ao Supervisor de Extensão do Curso.

§ 4º. Os discentes que não cumprirem 75% de frequência serão reprovados em Programa Unipampa Cidadã I.

Art. 22. O Programa Unipampa Cidadã II será ofertado com carga horária de 60 horas-aula, sempre sob a responsabilidade do Supervisor de Extensão.

Parágrafo Único: É de responsabilidade do Supervisor de Extensão a coordenação do processo burocrático administrativo necessário ao bom desenvolvimento desta etapa de formação.

Art. 23. Nesta etapa, os grupos de discentes, acompanhados por seus respectivos orientadores executarão o projeto de extensão, fazendo os devidos registros, emissão de certificados e produção de relatório final da atividade.

§ 1º O professor que assumirá a orientação deverá firmar o Termo de Orientação, formalizando a sua atuação como orientador (Anexo I), até a terceira semana de aula.

§ 2º É de responsabilidade do orientador as contribuições necessárias para que o grupo de discentes execute e registre o projeto de extensão planejado.



Art. 24. A estrutura do relatório de extensão do Programa Unipampa Cidadã II deverá atender, ao menos, os requisitos abaixo listados. Sua entrega e apresentação deverão ocorrer de acordo com os prazos definidos pelo Supervisor de Extensão.

I. Introdução

II. Descrição do Objeto (População atendida, problemática enfrentada e objetivo da atividade)

III. Metodologia e Recursos

IV. Lista de pessoal envolvido na execução e funções desenvolvidas dentro projeto

V. Descrição da Atividade Realizada (com ênfase ao histórico do desenvolvimento)

VI. Resultados Alcançados (com ênfase ao número de pessoas atendidas e impactos sociais, ambientais e econômicos da atividade)

VII. Avaliação Crítica da Atividade e Recomendações para novas Edições.

Art. 25. Três cópias impressas do relatório de extensão deverão ser entregues ao Supervisor de Extensão do Curso, assinados pelo orientador, na décima quinta semana de oferta regular da componente curricular.

§ 1º. Até duas das cópias poderão ser substituídas por arquivos digitais, do tipo PDF.

§ 2º. Os arquivos digitais deverão ser exatamente iguais à cópia física, estarem aprovados pelo orientador e serem enviados ao Coordenação de Extensão do Curso, com cópia ao orientador, através do meio digital definido pelo professor responsável (e-mail institucional, Moodle ou outra plataforma digital de ensino adotada institucionalmente), dentro dos mesmos limites de prazo definidos para a cópia impressa.

§ 3º. A entrega de arquivos digitais que não correspondam ao arquivo impresso implicará na perda das horas do Programa Unipampa Cidadã II.

§ 4º. É responsabilidade do orientador a conferência de adequação do arquivo digital ao arquivo físico, o que deverá ser feito no Termo de Acompanhamento de Projeto de Extensão (Anexo 2).

Art.26. A carga horária final do Programa Unipampa Cidadã II será aprovada após parecer do supervisor de extensão do curso, do orientador e de um membro da comunidade alvo do projeto. Para aprovação da carga horária, pelo menos dois avaliadores devem atribuir o conceito de “aprovado” às atividades do Programa Unipampa Cidadã II. Os avaliadores do projeto devem atribuir a aprovação ou reprovação de acordo com os critérios estabelecidos em Fichas de Avaliação da Execução de Projeto de Extensão (Anexo 4), e entregues ao Supervisor de Extensão do Curso em data por este definida

§ 3º. A frequência é registrada pelo orientador de o Projeto, mediante Termo de Acompanhamento de Execução de Projeto de Extensão (Anexo 5) devendo ser entregue junto com o relatório de extensão.

§ 4º. Os discentes que não cumprirem 75% de frequência serão reprovados em Programa Unipampa Cidadã II.

Art. 27. O Programa Unipampa Cidadã III será ofertado com carga horária de 30 horas-aula, sempre sob a responsabilidade do Supervisor de Extensão.

Parágrafo Único - É de responsabilidade do Supervisor de Extensão a coordenação do processo burocrático administrativo necessário ao bom desenvolvimento desta etapa de formação.

Art. 28. Nesta etapa, os grupos de discentes, acompanhados por seus respectivos orientadores farão e apresentação dos resultados da atividade de extensão desenvolvida em Programa Unipampa Cidadã II à comunidade acadêmica e local.

§ 1º. O professor que assumirá a orientação deverá firmar o Termo de Orientação, formalizando a sua atuação como orientador (Anexo I), até a terceira semana de aula.

§ 2º. É de responsabilidade do orientador as contribuições necessárias para que o grupo de discentes execute boa apresentação de seus resultados.

Art. 29. A apresentação pública dos resultados obtidos com a execução do Projeto de Extensão fará parte da avaliação do Programa Unipampa Cidadã III e deverá ocorrer em evento anual organizado para tal fim, aberto a comunidade.

Art. 30. A carga horária final do Programa Unipampa Cidadã III será aprovada após parecer do supervisor de extensão do curso, do orientador e de um membro da comunidade alvo do projeto. Para aprovação da carga horária, pelo menos dois dos avaliadores devem atribuir o conceito de “aprovado” às atividades do Programa Unipampa Cidadã III. Os avaliadores do projeto devem atribuir a aprovação ou reprovação de acordo com os critérios estabelecidos em Fichas de Avaliação da Execução de Projeto de Extensão (Anexo 4), e entregues ao Supervisor de Extensão do Curso em data por este definida.

§ 3º. A frequência é registrada pelo orientador do Projeto, mediante Termo de Acompanhamento de Execução de Projeto de Extensão (Anexo 5) devendo ser entregue junto com o relatório de extensão.

§ 4º. Os discentes que não cumprirem 75% de frequência serão reprovados em Programa Unipampa Cidadã III.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DOS PROJETOS, CURSOS E EVENTOS DE EXTENSÃO**

Art. 31. Para atendimento da carga horária de 195 horas-aula prevista em Projetos, Cursos e Eventos de Extensão, o discente poderá vincular-se a projetos de extensão em oferta na Unipampa durante o período previsto para a integralização curricular no PPC do curso.

Parágrafo Único: Só serão contabilizadas as atividades cujos comprovantes indiquem o período em que foram realizadas e o tempo dedicado para sua execução, bem como indicarem que o discente fez parte da equipe executora do projeto.

Art. 32. O procedimento para validação do Projetos, Cursos e Eventos de Extensão deverá seguir a tramitação e prazos definidos respectivamente pela Secretaria Acadêmica do Campus e pelo Calendário Acadêmico.

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 33. Acadêmicos (as) que ingressarem no Curso de Graduação em Ciências Econômicas por reopção, reingresso ou transferência poderão solicitar o aproveitamento de carga horária de extensão realizada anteriormente, dentro de Projetos, Cursos e Eventos de Extensão, desde que a execução destas atividades tenha ocorrido em período no qual o discente estava vinculado a um curso de Ensino Superior.

Parágrafo Único: Só serão contabilizadas as atividades cujos comprovantes indiquem o período em que foram realizadas e o tempo dedicado para sua execução, bem como indicarem que o discente fez parte da equipe executora do projeto.

Art. 34. Casos omissos serão decididos pela Comissão de Curso do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa, campus de Santana do Livramento.

Art. 35. A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.

Comissão de Curso de Ciências Econômicas

Santana do Livramento, 3 de agosto de 2022.

**ANEXO I - TERMO DE ORIENTAÇÃO NOS PROGRAMAS UNIPAMPA CIDADÃ I,  
II E III**

Oficializa-se o vínculo de orientação de Programa Unipama Cidadã ..... (1, 2 ou 3) entre professor (a) ..... e o grupo de discentes formado por:

.....

.....

.....

.....

Estando todos cientes de suas atribuições de acordo com as Normas de Extensão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, no que se refere ao Programa Unipampa Cidadã I e II.

Santana do Livramento, .....de.....de.....

\_\_\_\_\_  
Professor

\_\_\_\_\_  
Orientandos

## ANEXO II - TERMO DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETO DE EXTENSÃO DO PROGRAMA UNIPAMPA CIDADÃ I

Nome dos Orientandos:

Título do Projeto:

Orientador:

Local de Orientação:

Evolução:

Dia/Mês/Ano ____/____/____	Observações:
Dia/Mês/Ano ____/____/____	Observações:
Dia/Mês/Ano ____/____/____	Observações:
Dia/Mês/Ano ____/____/____	Observações:
Dia/Mês/Ano ____/____/____	Observações:
Dia/Mês/Ano ____/____/____	Observações:
Dia/Mês/Ano ____/____/____	Observações:

O projeto será entregue:

[                    ] Só em cópia física impressa.

[                    ] Em cópia física e em cópia digital.

Afirmo que conferi o documento a ser entregue e que no caso de cópias físicas e digitais, estas apresentam exatamente o mesmo conteúdo.

Santana do Livramento, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Orientador

### ANEXO III - FICHA DE AVALIAÇÃO DE PLANEJAMENTO DO PROJETO DE EXTENSÃO

Avaliador:

Discentes:

Critérios:

- A - Contempla plenamente
- B - Contempla razoavelmente
- C - Contempla minimamente
- D - Não contempla

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Avaliação
Escrita e Formatação do Projeto	
Introdução, justificativa e Objetivos	
Metodologia Proposta	
Referencial Teórico	
Resultados Esperados	
Critérios de Avaliação Especificados	
Apresentação	

(    ) Aprovado (    ) Reprovado

Justificativa

Assinatura do Avaliador.....

Data:            /    /

## ANEXO IV - FICHAS DE AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE PROJETO DE EXTENSÃO

Avaliador:

Discentes:

Critérios:

- A - Contempla plenamente
- B - Contempla razoavelmente
- C - Contempla minimamente
- D - Não contempla

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Avaliação
Escrita e Formatação do Relatório	
Execução da Atividade	
Resultados Alcançados	
Apresentação	

(    ) Aprovado (    ) Reprovado

Justificativa

Assinatura do Avaliador.....

Data:            /    /



## ANEXO V - TERMO DE ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DE PROJETO DE EXTENSÃO

Nome dos Orientandos:

Título do Projeto:

Orientador:

Local de Orientação:

Evolução:

Dia/Mês/Ano ____/____/____	Observações:
Dia/Mês/Ano ____/____/____	Observações:
Dia/Mês/Ano ____/____/____	Observações:
Dia/Mês/Ano ____/____/____	Observações:
Dia/Mês/Ano ____/____/____	Observações:
Dia/Mês/Ano ____/____/____	Observações:
Dia/Mês/Ano ____/____/____	Observações:

O relatório será entregue:

[                    ] Só em cópia física impressa.

[                    ] Em cópia física e em cópia digital.

Afirmo que conferi o documento a ser entregue e que no caso de cópias físicas e digitais, estas apresentam exatamente o mesmo conteúdo.

Santana do Livramento, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Orientador

**APÊNDICE D - NORMAS PARA OS PROCEDIMENTOS PARA MODALIDADE ESPECIAL DE OFERTA DE COMPONENTE CURRICULAR PARA DISCENTE PROVÁVEL FORMANDO**

**NORMATIVA Nº 04/2022**

**COMISSÃO DE CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – SLCE**

Aprova critérios e procedimentos para Modalidade Especial de Oferta de Componente Curricular para Discente Provável Formando no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento.

A COMISSÃO DE CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, CAMPUS LIVRAMENTO, no uso das competências que lhe são conferidas pelo Regimento Geral da Unipampa, em reunião realizada em 24 de março de 2021.

CONSIDERANDO a experiência acumulada pelo curso no que se refere a modalidade especial de oferta de componente curricular para discente provável formando;

CONSIDERANDO os estudos e discussões feitos sobre o tema ao longo do ano de 2019;

CONSIDERANDO a necessidade de parametrizar alguns critérios para esta modalidade especial de oferta, considerando o previsto no Art. 68 da Resolução 029/2011 do CONSUNI Unipampa

**ESTABELECE:**

Art. 1º. Considera-se Modalidade Especial de Oferta de Componente Curricular para Discente Provável Formando a excepcional oferta de componente curricular com programa de estudos e trabalhos acadêmicos sob orientação, acompanhamento, supervisão e avaliação docente.

Parágrafo único. Provável formando é o discente regularmente matriculado e com possibilidade de perfazer a integralidade do Curso de Graduação ao final do semestre de referência.

Art. 2º. A Modalidade Especial de Oferta de Componente Curricular pode ser requerida pelo discente, conforme calendário acadêmico, quando esse tenha, no máximo, 2 (dois) componentes curriculares que impeçam a sua colação de grau.

Parágrafo único: O Componente Curricular na Modalidade Especial de Oferta pode ser cursado uma única vez para cada discente.

Art. 3º. Não poderão ser ofertados nesta modalidade os seguintes componentes curriculares: Microeconomia II, Macroeconomia II, Econometria I, Economia Brasileira I e TCC I.

Art. 4º. O planejamento das atividades será feito pelo docente, no qual devem estar previstas metodologia de ensino e formato das avaliações, bem como sistemática de recuperação.

Parágrafo único: O não cumprimento do plano de ensino, por parte do discente, ou a sua não presença nas atividades de avaliação previstas, implicarão em reprovação no componente.

Art. 5º. Cabe à Coordenação do Curso emitir parecer sobre a solicitação do discente e fazer os devidos encaminhamentos junto à Coordenação Acadêmica para o atendimento da demanda.

Art. 6º. Para efeito de registro acadêmico do componente curricular, nesta modalidade aplica-se a Norma Institucional.

Comissão de Curso de Ciências Econômicas

Santana do Livramento, 3 de agosto de 2022.

## **APÊNDICE E - REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

### **NORMATIVA Nº 05/2022**

#### **COMISSÃO DE CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – SLCE**

Estabelece normas de composição e funcionamento do Núcleo docente estruturante do Curso de Ciências Econômicas do Campus Santana do Livramento da Universidade Federal do Pampa.

A COMISSÃO DE CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, CAMPUS LIVRAMENTO, no uso das competências que lhe são conferidas pelo Regimento Geral da Unipampa, em reunião realizada em 19 de maio de 2020.

CONSIDERANDO as práticas históricas do curso em relação a composição e funcionamento do Núcleo Docente Estruturante - NDE;

CONSIDERANDO os estudos e discussões feitos pelo NDE sobre o tema ao longo do ano de 2019;

CONSIDERANDO as normas definidas na Resolução nº. 97/2015 do CONSUNI da Unipampa, que institui o NDE e estabelece suas normas de funcionamento;

#### **ESTABELECE:**

#### **CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º. O presente Regimento regula e disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Art.2º. O NDE é o órgão consultivo, responsável pela elaboração, implantação, acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do Projeto Pedagógico do

Curso (PPC), segundo as diretrizes e recomendações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

## **CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)**

Art. 3º. São atribuições do NDE do Curso:

- I. Elaborar, acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o PPC definindo sua concepção, estrutura, organização e recursos necessários para seu funcionamento, zelando pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos superiores e outros pareceres, resoluções, portarias emitidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Ministério da Educação (MEC), além dos regulamentos emitidos no âmbito da Unipampa;
- II. Propor procedimentos e critérios para a autoavaliação do Curso, prevendo as formas de divulgação dos seus resultados e o planejamento das ações de melhoria;
- III. Conduzir os processos de reestruturação curricular para aprovação na Comissão de Curso, sempre que necessário;
- IV. Atender aos processos regulatórios internos e externos;
- V. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso e para os demais marcos regulatórios;
- VI. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação e de sua articulação com a pós-graduação, bem como das exigências do mundo do trabalho, sintonizadas com as políticas próprias às áreas de conhecimento;
- VII. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso e o perfil do egresso desejado pela Unipampa;
- VIII. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo em cumprimento da legislação e da proposta pedagógica.

- IX. Discutir periodicamente a atualização do PPC em consonância com a legislação e as diretrizes dos cursos de graduação em Ciências Econômicas;
- X. Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do Curso e dos componentes curriculares que integram a matriz curricular, respeitando as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unipampa;
- XI. Solicitar a aquisição dos recursos necessários para o funcionamento do Curso de acordo com a legislação e a proposta pedagógica;
- XII. Indicar o perfil dos docentes do Curso para a realização de concurso público de provas e títulos aos órgãos internos da Unipampa.

**Parágrafo único.** As proposições do NDE são submetidas à apreciação e deliberação da Comissão de Curso.

### **CAPÍTULO III - DA CONSTITUIÇÃO DO NDE**

Art. 4º. O NDE é constituído por no mínimo 5 docentes pertencentes ao corpo docente do Curso, que ministrem componentes curriculares regularmente no Curso, atendidos os seguintes critérios:

- I. Ser indicado pela Comissão de Curso;
- II. Ter, ao menos, 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação stricto sensu;
- III. Ter, ao menos, 20% (vinte por cento) dos seus membros em regime de trabalho de tempo integral.

**Parágrafo único** - Em casos nos quais o número mínimo de componentes não seja atendido, a Comissão de Curso assumirá as funções do NDE, até que o mesmo seja recomposto.

Art. 5º. O tempo de vigência de mandato para o NDE deve ser de, no mínimo, 03 (três) anos, sendo adotadas estratégias de renovações parciais de modo a haver continuidade no pensar do Curso.

Art. 6º. O NDE é presidido pelo seu presidente e conta com um secretário, ambos eleitos entre seus pares, para um mandato de 3 (três) anos.

§1º. O resultado da eleição será comunicado ao coordenador do curso e entrará como ponto de pauta da reunião da Comissão de Curso para que seja aprovado e encaminhado para registro junto à Coordenação Acadêmica do Campus.

§2º. No caso de ausência do presidente, o secretário do NDE assume as funções da presidência. No caso de ausência deste, o membro com mais tempo no magistério superior presente.

Art. 7º. A indicação e renovação dos membros do NDE são deliberadas na Comissão de Curso e encaminhadas ao Conselho do Campus para aprovação.

§1º. Para ingresso e saída do NDE o docente deverá enviar ao Presidente do NDE correspondência comunicando sua intenção

§2º. O NDE emite parecer sobre a solicitação e o presidente o comunica ao coordenador do curso para que a solicitação entre como ponto de pauta na reunião da Comissão de Curso. A efetivação da solicitação somente ocorre após a reunião da Comissão de Curso.

§3º. O coordenador do Curso comunica à secretaria da direção as mudanças, para que a nomeação possa ser feita por meio de Portaria emitida pela Reitoria da Unipampa.

§4º. As comunicações de ingresso ou saída devem ser feitas preferencialmente no final de cada semestre letivo.

#### **CAPÍTULO IV - DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NDE**

Art. 6º. São atribuições do Presidente do NDE:

- I. convocar os membros do NDE para as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II. presidir as reuniões do NDE, com direito a voto de qualidade, além do voto comum;
- III. representar o NDE junto aos órgãos acadêmicos e administrativos da Unipampa;

- IV. encaminhar as decisões e propostas do NDE, aos órgãos internos da Unipampa;
- V. indicar e apoiar representação e participação de membros do NDE nas diversas instâncias da Unipampa.
- VI. designar membro do NDE para emitir parecer de matérias que sejam apreciadas e aprovadas pelo NDE.

Art. 7º. São atribuições do Secretário do NDE:

- I. auxiliar o presidente na convocação e condução das reuniões.
- II. fazer os registros de ata das reuniões;
- III. organizar e preservar os arquivos relativos às atividades do NDE;
- IV. auxiliar no levantamento de informações e elaboração de estudos e relatórios para apoiar o cumprimento das funções do NDE.

## **CAPÍTULO V - DAS REUNIÕES DO NDE**

Art. 8º. O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de seu Presidente, duas vezes por semestre, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria simples de seus membros.

§1º. A pauta da reunião do NDE, ordinária e Extraordinária, deve ser encaminhada juntamente com a convocação da reunião, por meio do e-mail institucional.

§2º. O quórum será de metade mais um dos membros do NDE.

§3º. Poderão ser convidados membros externos com *expertise* na pauta para participarem da reunião.

Art. 9º. As decisões do NDE são tomadas por maioria simples de votos dos presentes em reunião previamente convocada.

Art. 10º. As reuniões do NDE são registradas em atas e assinatura de seus membros em lista de presença.



**Parágrafo único** - A ata é encaminhada aos membros do NDE para apreciação e aprovação, por meio do e-mail institucional.

## **CAPÍTULO VI - DOS ENCAMINHAMENTOS**

Art. 10. As decisões e propostas do NDE, quando necessitar de ação de outras instâncias da Unipampa, são encaminhadas para os responsáveis por órgãos acadêmicos ou administrativos para conhecimento e respostas ao NDE.

## **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 11. Este Regimento pode ser alterado por iniciativa de qualquer membro do NDE, o qual deve passar pelo processo de aprovação no NDE e da Comissão de Curso.

Art. 12. Casos omissos ao Regimento são discutidos pelo NDE e encaminhadas à Coordenação Acadêmica para análise, podendo, ainda, serem encaminhados ao Conselho do Campus e outros órgãos conforme dispõe o Estatuto e Regimento Geral da Unipampa.

Art. 13. O presente Regimento entra em vigor na data da sua aprovação pela Comissão de Curso, revogadas as disposições em contrário

Comissão de Curso de Ciências Econômicas

Santana do Livramento, 3 de agosto de 2022.

## **APÊNDICE F - REGIMENTO DA COMISSÃO DE CURSO**

### **NORMATIVA Nº 06/2022**

#### **COMISSÃO DE CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – SLCE**

Regulamenta a Resolução 05/2010- Regimento Geral da Unipampa para dispor das normas e regulamentação da Comissão de Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Pampa.

### **CAPÍTULO I**

#### **DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO**

Art. 1º. A Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas.

Art. 2º. Compõem a Comissão de Curso:

- I. O Coordenador de Curso;
- II. os docentes que atuam no Curso;
- III. representação discente eleita por seus pares;
- IV. representação dos servidores técnico-administrativos em educação atuante no Curso, eleita por seus pares.

§1º. Os membros técnico-administrativos da Comissão de Curso terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§2º. Os representantes discentes terão mandato de 1 (um) ano, sendo permitida uma recondução.

§3º. O número de representantes técnicos administrativos em educação e discentes será definido no Regimento do Campus.

§4º. São componentes da Comissão de Curso os docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos 12 (doze) meses.

§5º. No caso de impedimento definitivo dos representantes previstos nos incisos III e IV, caberá ao Coordenador formalizar o pedido de substituição à categoria representada.

Art. 3º. O Coordenador de Curso exercerá a Coordenação da respectiva Comissão.

Parágrafo único - na ausência do Coordenador de Curso a coordenação será exercida pelo Coordenador Substituto de Curso.

## **CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES**

Art. 4º. Competências da Comissão de Curso consultivas à Comissão Local de Ensino e instância superior no campus:

- I. definir o perfil de vaga para o concurso público de suprimento de vaga;
- II. indicar docentes internos e externos para compor banca de concurso público;
- III. avaliar os planos de ensino do semestre corrente;
- IV. propor formas para articular o ensino, pesquisa e extensão como bases do desenvolvimento dos componentes curricular do Curso;
- V. homologar a eleição de presidente e secretário do NDE
- VI. promover a identificação e interdisciplinaridade com os demais cursos do Campus e da UNIPAMPA.
- VII. apresentar e analisar proposta para aquisição de material bibliográfico e de apoio didático pedagógico;
- VIII. contribuir para a proposição de regras, regulamentos, regimentos inerentes a sua esfera de atuação.

Art. 5º. São competências normativas e deliberativas da Comissão de Curso:

- I. Definir o número de vagas e a sua distribuição para as formas de ingresso previstas na Resolução 260 de 2019;
- II. indicar e proceder a votação de membros para a composição do NDE;
- III. orientar o NDE na formulação, alteração e avaliação do PPC;
- IV. analisar todas as alterações propostas pelo NDE ao PPC;
- V. avaliar e homologar a substituição dos PPC;
- VI. aprovar o regulamento do NDE;

- VII. assumir as funções do NDE quando este estiver com menos de cinco membros e até que seja reconstituído;
- VIII. avaliar e homologar alterações nas ementas e bibliografias das componentes curriculares;
- IX. homologar a inserção e exclusão de Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs);
- X. validar carga-horária de até dois componentes não listados no PPC como CCCGs desde que cursados em outros cursos da UNIPAMPA ou de outras Instituições de Ensino Superior;
- XI. receber e avaliar solicitação de aproveitamento de estudos previstos na Resolução 29 de 2011;
- XII. validar carga-horária de ACGs;
- XIII. avaliar e deliberar sobre solicitação discente para migração de um PPC à Outro;
- XIV. avaliar e deliberar os recursos sobre o recebimento de TCC II fora do prazo estabelecido no Plano de Ensino;
- XV. apreciar e deliberar sobre recurso de reprovação em banca de TCC II;
- XVI. deliberar sobre o período da Semana Acadêmica;
- XVII. aprovar plano de trabalho de discentes candidatos ao Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional (intercambio);
- XVIII. definir os componentes curriculares que não podem ser ofertados na Modalidade Especial de Oferta;
- XIX. analisar o cumprimento dos critérios estabelecidos para conceder a Láurea Acadêmica;
- XX. avaliar documentação comprobatória de atividades acadêmicas discentes desenvolvidas na modalidade de Afastamento para Realização de Estudos;
- XXI. definir o limite máximo de orientados concomitantes por professor (Resolução 05, art. 122);
- XXII. discutir o Relatório de Avaliação do Curso;
- XXIII. designar o coordenador de TCC II;
- XXIV. analisar e dar parecer em pedidos de recurso sobre decisões tomadas pelo Coordenador de Curso que representam;
- XXV. responder às demandas legais que forem de sua competência, tal como a elaboração do processo de reconhecimento e de avaliação do Curso;
- XXVI. propor e disponibilizar, à Coordenação Acadêmica, o Projeto Pedagógico de Curso, bem como o respectivo currículo e suas alterações.

Art. 6º. Compete ao Coordenador da Comissão de Curso:

- I. convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II. organizar e divulgar a pauta da reunião com antecedências de 07 dias;
- III. submeter à apreciação e à aprovação da Comissão de Curso a ata da reunião anterior;
- IV. dar posse aos novos membros da Comissão de Curso;
- V. colocar a pauta em votação e o número de membros presentes;

- VI. conceder a palavra aos membros da Comissão de Curso;
- VII. decidir as questões de ordem;
- VIII. submeter à discussão e, definidos os critérios, à votação a matéria em pauta e anunciar o resultado da votação;
- IX. julgar os motivos apresentados pelos membros da Comissão de Curso para justificar sua ausência às sessões;
- X. baixar comunicados, encaminhar os editais para apreciação da Coordenação Acadêmica para que sejam analisados e publicados;
- XI. orientar e dar parecer sobre matérias.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE CURSO**

Art. 7º. A Comissão de Curso funciona em sessão, com a maioria absoluta de seus membros, que corresponde a presença de 50% (cinquenta por cento) dos membros, mais 1 (um), reunindo-se ordinariamente 4 (quatro) vezes por semestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado pelo (a) Coordenador (a).

§ 1º. A convocação para reuniões extraordinárias é feita por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º Em caso de urgência, a critério do (a) Coordenador (a) da Comissão, a convocação pode ser feita com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º A ausência de representantes de determinada categoria não impede o funcionamento da Comissão de Curso, nem invalida as decisões.

Art.8º. É obrigatória, prevalecendo a qualquer outra atividade acadêmica, salvo as reuniões do Conselho do Campus e do Conselho Universitário – CONSUNI, o comparecimento dos membros às reuniões da Comissão de Curso, vedada qualquer forma de representação.

Parágrafo Único. A ausência de membros a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas no mesmo período letivo pode acarretar a perda do mandato.

Art. 9º. As deliberações serão tomadas a partir da aprovação por 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos votos presentes na reunião.

Parágrafo Único. O (A) Coordenador (a), além do seu voto, tem, também, direito ao voto de qualidade, em caso de empate, independentemente do previsto no parágrafo anterior.

Art. 10º. Verificado o quórum mínimo exigido, instala-se a reunião e os trabalhos seguem a ordem abaixo elencada:

- I. apreciação e votação da ata da reunião anterior;
- II. solicitar inserção e exclusão de pauta;
- III. votação da pauta;
- IV. leitura, discussão e votação sobre os pontos de pauta;
- V. encerramento;

Art. 11º. De cada reunião da Comissão de Curso lavra-se a ata, que, depois de votada e aprovada, é assinada pelo (a) Coordenador (a) pelo (a) Secretário (a) e pelos (as) presentes.

§ 1º As reuniões da Comissão de Curso são secretariadas por um de seus membros, designado pelo (a) Coordenador (a), dando-se preferência pelo Secretário (a) do Curso.

§ 2º As atas da Comissão de Curso, serão encaminhadas para a Coordenação Acadêmica para conhecimento e após, são arquivadas na Coordenação de Curso.

Art. 12º. Das decisões da Comissão de Curso caberá recurso ao Conselho do Campus, como instância superior.

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 13º. Este Regimento pode ser modificado pelo Conselho do Campus, por maioria absoluta dos seus membros, por proposta fundamentada de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Comissão de Curso.

Art. 14º. O presente Regimento entra em vigor na data da aprovação pelo Conselho do Campus, revogadas as disposições em contrário.

Comissão de Curso de Ciências Econômicas

Santana do Livramento, 3 de agosto de 2022.

## **APÊNDICE G – NORMAS DE TRANSIÇÃO CURRICULAR PARA O CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

### **NORMATIVA Nº 07/2022**

#### **COMISSÃO DE CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – SLCE**

Aprova as normas e procedimentos para transição curricular no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento.

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1. O presente regulamento visa normatizar a transição curricular para o novo Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas a partir de 2023. Durante a transição curricular, podem ocorrer as seguintes situações:

- i- Permanência do (a) acadêmico (a) no currículo em extinção;
- ii- Migração do (a) acadêmico (a) do currículo em extinção para o novo currículo;
- iii- Ingresso automático do discente na nova matriz curricular, para os que ingressarem no curso a partir da adoção do novo PPC, de acordo com os processos de ingressos previstos nas normas acadêmicas.

Parágrafo único: O discente que quiser fazer a migração para o PPC 2023 deverá encaminhar seu pedido a Comissão de Curso, através da Coordenação, sinalizando a ciência dos aproveitamentos possíveis e do tempo necessário para a conclusão do curso na nova estrutura curricular.

Art. 2. Do processo de transição para o novo Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas a partir de 2023:

- i- 2023/1: serão ofertados componentes curriculares do primeiro semestre da nova matriz curricular e do terceiro, quinto e sétimo semestre do currículo em extinção;



- ii- 2023/2: serão ofertados componentes curriculares do segundo semestre da nova matriz curricular e do quarto, sexto e oitavo semestre do currículo em extinção;
- iii- 2024/1: serão ofertados componentes curriculares do primeiro e terceiro semestre da nova matriz curricular e do quinto e sétimo semestre do currículo em extinção;
- iv- 2024/2: serão ofertados componentes curriculares do segundo e quarto semestre da nova matriz curricular e do sexto e oitavo semestre do currículo em extinção;
- v- 2025/1: serão ofertadas componentes curriculares do primeiro, terceiro e quinto semestre da nova matriz curricular e do sétimo semestre do currículo em extinção;
- vi- 2025/2: serão ofertados componentes curriculares do segundo, quarto e sexto semestre da nova matriz curricular e oitavo semestre do currículo em extinção;
- vii- 2026/1: serão ofertados componentes curriculares do primeiro, terceiro, quinto e sétimo semestre da nova matriz curricular e disciplinas necessárias para os acadêmicos do currículo em extinção;
- viii-2026/2: serão ofertados componentes curriculares do segundo, quarto, sexto e oitavo semestre da nova matriz curricular e disciplinas necessárias para os acadêmicos do currículo em extinção;
- ix- 2027/1: serão ofertados componentes curriculares do primeiro, terceiro, quinto, sétimo e nono semestre da nova matriz curricular e disciplinas necessárias para os acadêmicos do currículo em extinção;
- x- 2027/2: serão ofertados componentes curriculares do segundo, quarto, sexto e oitavo semestre da nova matriz curricular e disciplinas necessárias para os acadêmicos do currículo em extinção;

Parágrafo único: Em 2026/1 a coordenação de curso deverá providenciar, junto aos discentes remanescentes do PPC 2019, um plano de estudos para a integralização curricular, que permita a conclusão do curso dentro dos limites de tempo previsto. Este planejamento deverá contribuir para que a Coordenação estabeleça as ofertas de componentes necessários a esta integralização.

Art. 3. A partir de 2029/1: serão ofertados apenas componentes curriculares da matriz curricular do PPC2023. O currículo do antigo PPC (2019) será extinto.

Art. 4 O limite máximo de integralização curricular previsto para o PPC 2019, que é de 14 semestres, continuará válido para os discentes vinculados a este PPC, enquanto durar a transição. Os discentes que extrapolarem o tempo máximo de integralização curricular perderão seu vínculo institucional, sendo desligados do curso.

## CAPÍTULO II DOS COMPONENTES CURRICULARES

Art. 5. Se o aluno do PPC2019 reprovar em componente curricular que seja equivalente a componente curricular do PPC 2023, poderá matricular-se sem necessariamente migrar para o currículo novo.

Art. 6. No quadro 1, consta as disciplinas que são possíveis de fazer a equivalência entre o PPC2019 e o PPC2023.

Quadro 1 - Disciplinas equivalentes em ambos os Projetos Político Pedagógico

PPC 2019	PPC 2023
Fundamentos de Economia	Fundamentos de Economia
Matemática aplicada a economia	Matemática para Economia I
Fundamentos de sociologia	Fundamentos de sociologia
Contabilidade I	Fundamentos de Contabilidade
História econômica, política, social e geral	História econômica, política, social e geral
Formação Econômica do Brasil	Formação Econômica do Brasil
Tópicos de Matemática aplicada à economia	Matemática para economia II
Microeconomia I	Microeconomia I
História do Pensamento Econômico I	História do Pensamento Econômico I
Contabilidade Social	Contabilidade Social
Matemática Financeira	Matemática Financeira
Microeconomia II	Microeconomia II
História do Pensamento Econômico II	História do Pensamento Econômico II
Economia Política	Economia Política
Macroeconomia I	Macroeconomia I
Macroeconomia II	Macroeconomia II
Macroeconomia III	Macroeconomia III
Estatística	Estatística Básica
Econometria I	Estatística Econômica
Econometria II	Econometria I

Desenvolvimento Econômico	Desenvolvimento Econômico
Metodologia da Economia	Epistemologia e Método na Economia
Economia Monetária	Economia Monetária
Economia Internacional I	Economia Internacional I
Economia Internacional II	Economia Internacional II
<b>Economia Brasileira I</b>	<b>Economia Brasileira I</b>
<b>Economia Brasileira II</b>	<b>Economia Brasileira II</b>
Economia Regional	Desenvolvimento e Integração

Fonte: PPC2019 e PPC2023

Parágrafo 1: As disciplinas de TCC I e II não possuem carga horária equivalente, e deve ser oferecida a partir de 2028/1 para os remanescentes do PPC 2019 na modalidade oferta especial para provável formando.

Art. 7. No Quadro 2 constam as disciplinas extintas do PPC 2019 e as incluídas no PPC2023.

Quadro 2 - Disciplinas extintas do PPC 2019 e as incluídas no PPC2023

<b>Disciplinas Extintas do PPC 2019</b>	<b>Disciplinas Incluídas do PPC 2023</b>
Instituições de Direito	Metodologia e produção textual
Microeconomia III	Economia Industrial
Economia Regional	Estatística Econômica
	Desenvolvimento e Integração
	Análise de Conjuntura I
	Análise de Conjuntura II
	Economia da América Latina
	Elaboração e Análise de Projetos
	Economia Brasileira III
	Economia da Tecnologia
	Econometria II <sup>1</sup>

Fonte: PPC2019 e PPC2023.

<sup>1</sup> Componente com o mesmo nome do PPC anterior, porém com conteúdo diferente.

Art. 8. Os discentes do PPC2019 podem cursar como disciplina complementar (CCCGs) as disciplinas do PPC 2023 que foram inclusas, ou seja, que não tenham conteúdo igual nas disciplinas do PPC antigo.

Art. 9. Os componentes curriculares complementares de graduação (CCCGs) podem ser ofertados para ambos os PPCs.

### CAPÍTULO III

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art.13** - Casos omissos serão decididos pela Comissão de Curso do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa, campus de Santana do Livramento.

Comissão de Curso de Ciências Econômicas

Santana do Livramento, 3 de agosto de 2022.